



NELSON WERNECK SODRÉ

Desenvolvimento
BRASILEIRO
e Luta pela Cultura Nacional

Olga Sodré
- Organizadora -

NELSON WERNECK SODRÉ

Desenvolvimento
BRASILEIRO
e luta pela Cultura Nacional

OLGA SODRÉ
(Organizadora)

1ª Edição / 2010

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República
Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e de programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e
Políticas Internacionais**

Mário Lisboa Theodoro

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das
Instituições e da Democracia**

José Celso Pereira Cardoso Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

João Sicsú

**Diretora de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Liana Maria da Frota Carlejal

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais,
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

NELSON WERNECK SODRÉ

Desenvolvimento
BRASILEIRO
e luta pela Cultura Nacional

OLGA SODRÉ
(Organizadora)

1ª Edição / 2010

A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL SÓ É PERMITIDA MEDIANTE
AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA AUTORA.

CRÉDITOS

CAPA: EDITORA OTTONI
REVISÃO ORTOGRÁFICA: ANDREA BASSOTO GATTO
ORGANIZADORA: OLGA SODRÉ

FICHA CATALOGRÁFICA:

Sodré, Nelson Werneck.
S663d Desenvolvimento brasileiro e luta pela Cultura Nacional / Nelson Werneck
Sodré; Organiza o de Olga Sodré. -- Itu (SP): Ottoni Editora, 2010.
258 p. ; 21,5 cm.

ISBN: 978-85-7811-073-4

1. Cultura Brasileira. 2. Brasil - Política e Governo.
3. Desenvolvimento Econômico - Brasil. I. Sodré, Olga.
I. Título.

CDD 306.40981
330.10981

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR MARIA CRISTINA MONTEIRO TASCA – CRB 8ª 5803

*P*REFÁCIO

Nelson Werneck Sodré é considerado um dos maiores nomes do pensamento brasileiro do século passado. Foi contemporâneo de outros grandes intérpretes do Brasil, como Sérgio Buarque, Raimundo Faoro, Celso Furtado, Inácio Rangel, Gilberto Freyre e tantos outros. Fez parte, assim, da geração que promoveu a ruptura com os padrões acadêmicos, até então atrelados sobremaneira a uma perspectiva eurocêntrica. Uma geração que ignorou estereótipos e preconceitos e que buscou compreender o Brasil a partir de suas raízes históricas.

Nesse contexto, a contribuição de Werneck Sodré foi das mais destacadas. Sua obra, de cunho marxista, balizou também o debate no seio do Partido Comunista do Brasil, o que o faz ser considerado como um dos mais expressivos intelectuais orgânicos brasileiros. Como militante comunista, participou da elaboração das teses que, durante muitos anos, nortearam a ação do partido. Suas ideias sobre as raízes de nosso atraso, a percepção da existência de um sistema bastante aproximado do modelo feudal no período colonial e a necessidade de superação dos obstáculos de historicamente postos ganharam e relevo e suscitaram um intenso debate acadêmico a partir dos anos 1950.

Nos anos 60, já durante o regime militar, Werneck Sodré participou, juntamente com Ênio Silveira e Moacir Félix, da criação da Revista *Civilização Brasileira*, um marco na difusão do pensamento intelectual e político no país, e que se consolidou como um símbolo da resistência ao governo de exceção.

O legado de Nelson Werneck Sodré é vasto. Publicou livros importantes como *A Ideologia do Colonialismo*, *Formação Histórica do Brasil*, *Introdução à Revolução Brasileira*, *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*, *Panorama do Segundo Império*, *Literatura e História*

no Brasil Contemporâneo, As Razões da Independência, entre outros. Sua última publicação, A Farsa do Neoliberalismo, de 1995, foi um ato de resistência à ideia de pensamento único, então no auge. Seu pensamento é ainda de grande atualidade quando constatamos os problemas atuais do país: agronegócio versus agricultura familiar; o novo debate da desindustrialização; a importância do contexto internacional na definição da trajetória econômica; o papel central do Estado como condutor de um projeto nacional de desenvolvimento, o embate com a visão neoliberal.

Este livro é um apanhado da obra de Werneck Sodré. O leitor observará a precisão de suas idéias e sua primorosa escrita, entremeada por um refinado senso de humor. O Ipea tem uma grande satisfação em publicar estes textos selecionados do autor, uma forma de resgatar suas idéias e de fazê-las chegar às novas gerações.

Brasília, 18 de novembro de 2010
Mário Theodoro



UMÁRIO

Apresentação	09
Parte 1 - Capitalismo e Revolução Burguesa do Brasil.....	27
Parte 2 - A Farsa do Neoliberalismo.....	91
Parte 3 - Desenvolvimento Cultural Brasileiro.....	137
Parte 4 - Luta pela Cultura.....	195



DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E LUTA PELA CULTURA NACIONAL EM NELSON WERNECK SODRÉ

OLGA SODRÉ

I. A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO NA OBRA DO AUTOR

Nelson Werneck Sodré (1911-1999) foi um dos intelectuais brasileiros mais produtivos e influentes do país, num dos momentos mais frutuosos para a elaboração e o debate sobre o desenvolvimento brasileiro, na segunda metade do século XX, de modo que, estando ou não de acordo com suas ideias, não se pode deixar de levar em consideração sua intensa participação na vida intelectual, política e cultural brasileira, em particular no que diz respeito à discussão sobre esta questão. Com base em uma extensa e profunda análise da história e da realidade social de sua época, ele enfrentou o debate a respeito das diversas alternativas para o desenvolvimento brasileiro, defendendo um enfoque do desenvolvimento articulado à luta pela cultura brasileira, pela soberania nacional, pela justiça social, pela emancipação do povo e pela democracia. Apaixonado pelo Brasil e pelo seu povo, ele manifestou sua inquietude intelectual com a situação social do país, procurando dar respostas e soluções ao sofrimento de

um povo que nunca deixou de escutar. Atento aos sucessivos embates nas diferentes trincheiras da vida cultural e política do Brasil, ele pensava nosso desenvolvimento subordinado às necessidades sociais e nacionais e não aos interesses de uma minoria ou do capitalismo internacional.

O problema do desenvolvimento do Brasil começou a despertar mais as atenções a partir da década de trinta, quando o país se industrializa, transforma-se, ingressa na sociedade moderna e aumenta a participação de diferentes forças sociais na cena política, passando a ser mais debatido, ao longo dos anos cinquenta e sessenta. Nesta fase de grande efervescência intelectual, no campo da economia, da política e das artes, os debates sobre o desenvolvimento contribuem para alterar várias ideias, como as de nação, de povo, de valores e ideais sociais ou de formação e transformação da sociedade brasileira. Uma particularidade fundamental desta época foi o entrelaçamento entre cultura e política, propiciando a participação dos intelectuais de diversas formações e correntes de pensamento na vida pública e no processo de mudança da sociedade. Defendo, portanto, a ideia de que independentemente das divergências e críticas ao seu enfoque e das enormes transformações brasileiras, posteriores à elaboração de sua obra, suas análises e sua participação nesta área foram fundamentais e guardam sua atualidade, fazendo parte de um momento crucial da história brasileira, ao qual é necessário retornar para antever com mais clareza nossas perspectivas futuras.

Nesse período, o tema do desenvolvimento do Brasil interessa à universidade e os intelectuais refletem a este respeito, existindo, ainda que dentro de certos limites, uma maior conexão entre instituições ou pessoas que elaboram as diferentes formas de pensamento e de reflexão e a sociedade. Nelson Werneck Sodré não apenas analisa as transformações sociais e delas participa, mas toda sua obra vibra aos acordes das mudanças em curso e das possibilidades que estas poderiam abrir para um futuro mais humano e igualitário para o povo brasileiro. Sua obra reflete os grandes conflitos nacionais e internacionais da segunda metade do século XX, tendo sido escrita em uma época em que foram elaborados vários enfoques sobre o desenvolvimento brasileiro. A partir da década de cinquenta, intensificase o debate em torno dos diversos tipos de projeto para o Brasil e surgem algumas propostas de alterações profundas da sociedade brasileira. Observa-se o despontar de um forte anseio nacionalista, de

um desejo de transformações e reformas, e de lutas para incorporar os setores populares a um projeto de desenvolvimento nacional.

Nelson Werneck Sodré representa um ícone do tipo de intelectual socialmente engajado nessas lutas, simbolizando, pessoalmente, o que houve de melhor no entrelaçamento da vida cultural, política, civil e militar do país, num mesmo espaço público de discussão e elaboração intelectual. Num momento como o atual, em que predomina o imediatismo e a carência de valores, de ideais e de uma discussão mais aprofundada sobre um consistente projeto de desenvolvimento nacional, ele pode ser visto como uma estrela que, embora tenha brilhado a alguns anos de distância, pode continuar a iluminar os rumos de nossa reflexão sobre o desenvolvimento, na medida em que sua visão a este respeito se enraíza em temas que continuam em pauta e abrem a perspectiva de uma transformação do Brasil com base na ampliação da democracia e no fortalecimento da cultura nacional.

II. DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO E A CULTURA NACIONAL

Assim sendo, para melhor compreender seu enfoque do tema do desenvolvimento brasileiro, é importante levar em conta que este enfoque está intimamente integrado à sua abordagem das transformações da sociedade capitalista e da formação de uma cultura nacional, no contexto do aumento da participação de diferentes forças sociais na cena política. Antes de entrar nesta questão, é, contudo, importante ressaltar que seu estudo do desenvolvimento é alicerçado em uma ampla análise dos processos histórico e cultural brasileiros. Esta análise é aprofundada e constantemente revista ao longo de toda sua obra, na qual estuda uma vasta gama de aspectos relacionados a esses processos,¹ que não podem ser tratados numa apresentação de caráter geral como esta, mas podem ser objeto de estudos posteriores. Outras teorias e interpretações esclarecem aspectos diversos sobre o desenvolvimento, que Nelson Werneck Sodré não focalizou em suas pesquisas. Pessoalmente, contudo, embora não sendo marxista, não deixo de levar em conta suas análises,

1. Nelson Werneck Sodré legou para a historiografia e a cultura brasileira um acervo constituído por mais de sessenta livros, além de inúmeros artigos, diversos escritos e opiniões veiculadas através de entrevistas, documentos, cartas e notas, que versam sobre um amplo arco de reflexões no campo da história, da literatura, da sociedade, da cultura ou da política. Pouco antes de falecer, ele doou este rico patrimônio de sua vida intelectual para a Biblioteca Nacional.

pois elas desvendam aspectos fundamentais da nossa história social e cultural e da formação de uma engrenagem de dependência, manipulação e alienação que continua a funcionar. Seu estudo dos diferentes aspectos da cultura brasileira é muito vasto e corresponde a uma de suas principais linhas de pesquisa a serem delineadas a seguir, mas seu pensamento sobre a cultura foi sintetizado em um de seus últimos livros,² cujos trechos mais importantes para o esclarecimento de sua visão do desenvolvimento integram a presente coletânea.

Embora sendo sintética, esta sua última reflexão a respeito da cultura está embasada em anos de estudo e análise sistemática sobre cada uma das áreas culturais, dos quais participei como testemunha ocular, durante um longo período de nossa estreita convivência familiar. No final da década de cinquenta e início da década de sessenta, brilhantes representantes das áreas do rádio, da televisão, da imprensa, do cinema, do teatro, do esporte, da literatura e das artes costumavam se reunir individualmente ou coletivamente com este historiador para trocar ideias sobre as perspectivas de desenvolvimento e os problemas específicos de suas áreas. Ocorria, assim, o que eu chamaria de levantamento informal e profundo, que era feito na maior abertura e intimidade com as melhores fontes de cada uma dessas áreas. Nelson Werneck Sodré escutava atentamente esses depoimentos e situava os relatos no seu contexto cultural mais amplo, debatendo com seus interlocutores a respeito dos aspectos mais importantes. Eram reuniões tão ricas e empolgantes, que eu procurava estar silenciosamente presente a todas elas, e aprofundava os principais pontos em conversas posteriores com nosso historiador. No início dos anos sessenta, tendo percebido o valor desse material, tornei-me uma jornalista cultural e me dediquei a fazer entrevistas e reportagens nessa área,³ enquanto Nelson Werneck Sodré canalizava o sumo dessas discussões para o aprofundamento de seus estudos a respeito do desenvolvimento e da cultura.

Para este historiador, a formação do que ele caracteriza como cultura nacional corresponde à terceira etapa da cultura brasileira.⁴

2. Nelson Werneck Sodré, *Síntese da História da Cultura Brasileira*, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003, 20ª Ed.

Trabalhei, por exemplo, nessa área, para a revista *Manchete* e para a revista *Senhor*.

4. O conceito de cultura transplantada se refere ao fato da cultura brasileira ter sido trazida do exterior tanto pelos senhores como pelos escravos para o processo de colonização. Desde seu início histórico a cultura brasileira foi, portanto, uma cultura transplantada, mas ela se desenvolveu em três etapas: a da cultura colonial, a da cultura de transição e a cultura nacional. Decisivo nesse processo foi a formação de uma camada social culta, que se amplia na segunda etapa, com a expansão do mercado interno e da pequena burguesia, na qual são recrutados os intelectuais.

A etapa da cultura nacional acompanha o alastramento das relações capitalistas a partir da Revolução de 1930. Nelson Werneck Sodré chama, então, a atenção para uma característica fundamental desta etapa da cultura, que só tem se acentuado com o atual rumo do desenvolvimento cultural brasileiro. Neste tipo de desenvolvimento, os produtos da cultura e tudo o que o ser humano tinha anteriormente encarado como inalienável (virtude, amor, ciência e consciência) se transformam em mercadoria, em objeto de troca e tráfico e pode ser alienado. Em tom profético e bem atual, Nelson Werneck Sodré comenta, citando K. Marx, que este é o tempo da corrupção geral e da venalidade universal. Considera que as engrenagens do modo de produção capitalista passam a orientar a criação cultural segundo critérios que seus atores não controlam mais. Na etapa de formação da cultura nacional, as influências culturais europeias anteriores à II Grande Guerra cedem lugar à influência americana. O público das atividades culturais é recrutado na pequena burguesia e ocorre a incorporação progressiva de camadas antes afastadas ou indiferentes às manifestações culturais, ampliando-se rapidamente suas áreas de trabalho e profissionalização. Os grandes espetáculos começam a movimentar valores materiais consideráveis, surgindo, por exemplo, os concertos ou esportes das multidões e os estádios gigantescos.

Nelson Werneck Sodré salienta que, nesta nova etapa de nossa cultura, o público passa a ser o árbitro do sucesso e se desenvolve a possibilidade de se forjarem falsos valores de avaliação de sucesso através da publicidade ou da manipulação da opinião. Um novo produto ou lançamento cultural conquista rapidamente a preferência do público. Espalham-se a homogeneidade, a baixa qualidade e a padronização de gostos, idéias, preferências, motivações, interesses e valores, com base na produção em série e na importação/internacionalização do produto artístico-cultural. Cresce a exploração do sensacionalismo e a engrenagem de fabricação da notoriedade de ídolos e monstros sagrados, dentro de um processo de massificação cultural de amplitudes nacional e mundial. Este processo ajuda na expansão da produção e da profissionalização cultural, mas se perde o contato com a herança das culturas popular, regional e brasileira. Daí a ênfase do autor na necessidade de liberdade e de luta pela preservação da cultura nacional que reverta o processo de sua descaracterização, teses por

ele veementemente defendidas em sua obra *A luta pela Cultura*,⁵ que também faz parte da presente coletânea.

Embora não caiba aqui aprofundar a questão, é preciso ao menos esclarecer três pontos fundamentais a respeito da visão do autor sobre o entrelaçamento entre desenvolvimento e luta pela cultura nacional. Em primeiro lugar, é preciso levar em conta que o nacionalismo de Nelson Werneck Sodré não se opõe à mundialização. Como internacionalista, ele torce por uma mundialização que respeite as diferenças culturais nacionais e os direitos de cada povo, criticando, contudo, a forma que este processo assume com a globalização, na nova etapa da sociedade capitalista. Em segundo lugar, é preciso distinguir a posição crítica do autor em relação ao tipo de desenvolvimento capitalista, de uma simples condenação ideológica desse sistema. Como estudioso do desenvolvimento social, Nelson Werneck Sodré vê também os aspectos positivos desse processo, observando que, na medida em que o Brasil se industrializa ocorrem grandes transformações na sociedade brasileira e se desenvolvem os vários campos da atividade cultural em relação à melhoria da formação intelectual no campo da economia, da política e das artes, acompanhando a ampliação das bases democráticas da vida política brasileira.

III. ABERTURA DO ESPAÇO PÚBLICO E DEMOCRACIA

Em terceiro lugar, é igualmente importante esclarecer o aspecto democrático da perspectiva do autor sobre esta questão. Uma importante característica dessa época, após a ditadura de Vargas, foi a abertura do espaço público brasileiro, propiciada pelo retorno à democracia. Sua formação de militar profundamente nacionalista faz Nelson Werneck Sodré reagir à tentativa de fazer com que as forças armadas deixem de ser as guardiãs da democracia e passem a exercer diretamente um poder subordinado a forças estrangeiras. Sua visão do desenvolvimento se enraíza, portanto, não só em sua luta política pela transformação do Brasil e em sua luta pela cultura nacional, mas se entrelaça, também, à sua luta pela democracia. Ele estava afinado com esta abertura democrática e compreendia sua importância para a cultura e para o trabalho intelectual, valorizando o surgimento de um novo espaço público para a discussão e a confluência das várias

5. Nelson Werneck Sodré, *A luta pela Cultura*, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1990.

atividades da vida cultural, artística e política. A ideia de formação de um novo tipo de espaço público pela abertura democrática não se refere ao espaço público da rua, mas a uma esfera político cultural⁶ aberta para a comunicação e o intercâmbio intelectual. No Brasil da década de cinquenta e sessenta, este espaço tomou várias formas concretas desde as formas mais informais de discussão nos bares ou em reuniões públicas até as formas mais institucionais. Estas várias formas de abertura do espaço público à discussão e ao aprofundamento do debate intelectual tiveram um impacto fundamental em nosso desenvolvimento. Um exemplo que ilustra bem uma forma institucional deste tipo de espaço foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).⁷ Ele era frequentado por estudantes, artistas, intelectuais e políticos de diferentes matizes. Intelectuais das mais diversas formações e correntes de pensamento participavam desse entrelaçamento entre cultura e política, procurando reinterpretar a realidade brasileira, traçar vários retratos do Brasil e esboçar, através de seus instrumentos intelectuais e artísticos, o perfil da nossa identidade.

Havia, assim, nessa época, uma intensa participação de diferentes atores sociais e culturais no processo de mudança da sociedade e nos debates sobre os projetos da nova nação que emergia no cenário internacional. Os jovens dessa época se orgulhavam de sua participação social e participavam também, ativamente, de toda essa efervescência cultural e política. A capacidade de sonhar estava,

6. Alguns filósofos (como J. Habermas) se referem a este espaço como uma esfera político cultural, na qual se confrontam pessoas e grupos, que produzem ideias capazes de influenciar a vida pública e em torno das quais se realiza uma disputa pelo poder. Pode-se também pensar este espaço como um espaço de comunicação e produção de significados e mensagens. Em qualquer dos casos, contudo, não se trata do espaço físico, mas de um espaço criado pela elaboração e troca de ideias e que pode ocupar o espaço físico de uma entidade ou instituição pública. Este espaço se caracteriza por seu grau de abertura ao público que dele participa mais ou menos ativamente, podendo permanecer passivo ou vir a se tornar um ator no processo social.

7. O ISEB foi criado em 1955, dentro do Ministério da Educação, e tem suas origens num grupo de estudos que costumava se encontrar, em 1952, no Parque Nacional de Itatiaia, tendo por isto ficado conhecido como o "Grupo de Itatiaia". Em torno de Helio Jaguaribe se reuniam intelectuais como Rômulo de Almeida, Cândido Mendes de Almeida, Ignácio Rangel, Evaldo Correia Lima, e à distância, Nelson Werneck Sodré, que nessa época estava ainda em seu 'exílio' numa pequena cidade do Rio Grande do Sul. No ano seguinte, o Grupo de Itatiaia criou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – IBESP, que passou a editar a revista Cadernos do Nosso Tempo, na qual Nelson Werneck Sodré também colaborou. Em 1955, os integrantes do IBESP decidiram criar um novo órgão - o ISEB - que fosse voltado para a pesquisa e o ensino das ciências sociais e para a compreensão crítica da realidade brasileira, podendo, assim, trazer subsídios e influir nas decisões oficiais relativas à orientação da política de desenvolvimento.

então, mais diretamente integrada à realidade social e ao processo de mudança em curso. A ligação entre o sonho e a ação era, portanto, distinta da maneira de sonhar atual que, nos nossos dias, passou a ser mais fortemente subordinada aos diferentes meios de comunicação e inserida no mundo virtual. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi uma instituição particularmente preciosa por propiciar a formação de outro tipo de espaço público de comunicação intelectual e de elaboração de análises e projetos para o Brasil. Tendo conseguido criar esse espaço inédito para a canalização da efervescência intelectual da época, o ISEB torna-se também um símbolo do tipo de engajamento intelectual na vida política, que se tornou característico desse período da história brasileira. Esse tipo de intelectual tão bem encarnado na pessoa de Nelson Werneck Sodré criticava o alheamento de intelectuais e cientistas em relação à realidade brasileira, procurando pensar o país e os vários aspectos de seu desenvolvimento a partir de suas próprias condições sócio-econômicas e de suas raízes culturais e históricas.

Em sua primeira etapa, o ISEB se projeta como uma grande frente intelectual e política, reunindo intelectuais de posições teóricas diversas, mas afinados com as propostas de desenvolvimento e industrialização do país, particularmente com as que foram lançadas no governo JK. Esta frente abarcava diferentes intelectuais e projetos das mais distintas orientações: desde os nacionalistas, socialistas e liberais progressistas até os defensores do capital estrangeiro e antinacionalistas, como o economista Roberto Campos. Não cabe aqui analisar as crises e as divisões que se processaram no Instituto a partir de 1958, mas elas levaram ao afastamento de muitos de seus quadros, a um estreitamento da frente inicial e à entrada numa fase de intensa politização e homogeneização ideológica do Instituto, refletindo o processo em curso na cena política brasileira. Apesar da derrota das teses do ISEB e de sua brutal eliminação pela ditadura implantada em 1964, a experiência do ISEB foi socialmente de grande relevância. Tendo em vista a dimensão social da atividade desses intelectuais, assim como a força, a amplitude e a originalidade de suas intervenções no rumo do desenvolvimento e da luta pela cultura, considero, inclusive, como mais relevante a ação desses intelectuais brasileiros do que a ação dos intelectuais franceses, no mesmo período na França,⁸

8. Fui durante anos consecutivos aluna dos cursos de História e Filosofia do ISEB, experimentando a contagiante energia que empolgava suas discussões e observando de perto a atuação desse tipo de intelectualidade, no Brasil do início dos anos sessenta. Na segunda

como procurei demonstrar em apresentação que fiz no Congresso da INTERCOM 2010.⁹ O combate político e cultural de Nelson Werneck Sodré e de outros intelectuais da época para manter a abertura do novo e recém constituído espaço público democrático foi titânico e teve que enfrentar poderosas forças políticas, militares e econômicas, revestindo-se de uma dimensão tanto política como científica.

Nelson Werneck Sodré se bateu pelo desenvolvimento brasileiro e pelo desenvolvimento da ciência e da cultura, em nosso país, em várias trincheiras, sempre enfatizando a importância da garantia da legalidade e das liberdades de expressão como fundamental para o desenvolvimento da ciência e da cultura. Por um lado, ele era professor e pesquisador do ISEB, dedicando-se de modo sistemático e rigoroso à construção de seu pensamento científico. Os anos de sua maior produção intelectual correspondem aos de sua intensa participação no ISEB, no qual pesquisou, ensinou e aprofundou a compreensão da realidade social do país, sempre levando em conta as particularidades brasileiras. Na década de sessenta, período no qual publicou grande parte do resultado de suas pesquisas históricas baseadas no método marxista, Nelson Werneck ganhou grande notoriedade por sua inovadora interpretação da formação histórica do país, tendo sido suas teses alvo de muitas controvérsias e polêmicas. Porém, seu combate não se restringia apenas ao espaço do ISEB e dos vários meios de comunicação e cultura, mas se expandia para a arena política, atingindo também outras instituições com as quais ele colaborou, em particular a diretoria do Clube Militar e o Sindicato dos escritores. Esta integração entre a dimensão política e científica é uma das características de sua abordagem marxista e corresponde a uma determinada visão do caráter político da ciência e do trabalho intelectual.

metade dos anos sessenta, fui também aluna da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), em Paris, tornando-me delegada estudantil nas assembleias de professores desta renomada instituição francesa, durante os eventos de 1968. Já escrevi sobre minha experiência universitária francesa, que muito me enriqueceu e à qual sou muito grata. Valorizo os eventos de 1968 e a ação dos intelectuais franceses nesses acontecimentos, mas comparada à ação social da intelectualidade brasileira da segunda metade do século XX, a ação deles me parece ter sido mais limitada e pontual. Os intelectuais franceses apenas responderam à explosão dos acontecimentos e não chegaram a estabelecer um espaço público de comunicação entre as diferentes práticas e atividades intelectuais, nem conseguiram criar um intercâmbio da intelectualidade com a sociedade, como ocorreu no Brasil.

9. Neste evento, realizado em Caxias do Sul entre 2 e 6 de setembro de 2010, apresentei um trabalho inédito, *História, Jornalismo e Comunicação de Massa em Nelson Werneck Sodré*, que integrará um livro de homenagem a Nelson Werneck Sodré, a ser publicado pela INTERCOM.

IV. DIMENSÕES POLÍTICA E CIENTÍFICA DA OBRA DO AUTOR

Sua perspectiva do desenvolvimento associado à luta pela cultura nacional tem, desse modo, uma marcante dimensão política que em nada diminui o valor científico de sua obra e de sua perspectiva sobre o desenvolvimento, mas dá um tom combativo e polêmico à sua escrita. Foi com base em uma consistente e sistemática análise da situação social brasileira que Nelson Werneck Sodré não só elaborou sua teoria sobre o Brasil e sobre nosso desenvolvimento, mas também foi levado a travar sucessivas lutas pela legalidade democrática, como, por exemplo, em apoio à defesa dessa legalidade feita pelo General Lott ou pelas forças democráticas, no período que antecedeu ao Golpe de 64. Não estava mais na vida ativa militar, quando ocorreu o golpe de 1º de abril de 1964, pois seus opositores conseguiram dismantelar o esquema de defesa democrática, antes mesmo da culminação do golpe. Tinha continuado sua luta na diretoria do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), cujo espaço físico foi liquidado imediatamente após o golpe. Opositor ferrenho da ditadura instaurada por este golpe, Nelson Werneck Sodré esteve na lista dos dez primeiros cassados políticos, foi duramente perseguido e teve a sua obra velada por uma cortina de silêncio na imprensa e desqualificada pelo *establishment* acadêmico, do qual nunca fez parte, tendo sempre priorizando o espaço público acima mencionado e seu solitário ofício de escritor.

Nelson Werneck Sodré não quis se exilar nem abandonou o combate político e cultural durante a ditadura. Nas décadas seguintes à vitória do golpe militar de 1964, o regime instaurado lança uma política de desenvolvimento neoliberal que exclui as camadas populares e atrela o desenvolvimento brasileiro ao capital internacional¹⁰. As vertentes críticas ao modelo de desenvolvimento implantado pela ditadura tinham saído politicamente derrotadas, após uma árdua luta por um desenvolvimento brasileiro autônomo e seus principais intérpretes foram duramente golpeados. Muitos dos militares que assumem o poder foram alunos de Nelson Werneck Sodré, na Escola Superior de Guerra, mas isto não impede que ele seja cassado e preso. Apesar de sua ligação com os ideais nacionalistas do Exército Brasileiro, sua luta política será cortada destas raízes, e ele será¹⁰ privado dos seus

10. Por este caminho, o golpe de 64 acelerou a dependência, travou o desenvolvimento e desarticulou a sociedade civil brasileira, atrelando nosso desenvolvimento ao processo de globalização.

direitos políticos. Embora seu combate pela cultura tenha sido erguido sobre uma obra construída com grande rigor e baseada em profunda e sistemática pesquisa, sua forma de escrita combativa, com veios jornalísticos e políticos será duramente criticada pelas tendências científicas dominantes no meio acadêmico, na década de setenta.

No início desta década, a modernização capitalista implantada por este sistema gera o chamado “milagre econômico brasileiro”, que possibilita uma acumulação interna sem a distribuição da renda e as mudanças das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais do país, defendidas por Nelson Werneck Sodré e por outros intérpretes das propostas nacionalistas e populares. Tendo se mantido como observador atento dos acontecimentos sociais em curso, Nelson Werneck Sodré não se deixa abater. Analisando com grande argúcia e clareza o novo sistema implantado, no Brasil, ele consegue desmascarar a nova roupagem neoliberal do capitalismo, no Brasil, desde seu início, tendo sido um precursor de uma visão crítica a respeito deste sistema. Em um livro publicado em Buenos Aires, em 1973, *Brasil: Radiografia de um Modelo*, Nelson Werneck Sodré se confronta diretamente com este “milagre econômico” da ditadura.¹¹ Assistimos, atualmente, o esgotamento desse modelo neoliberal, de cuja crítica Nelson Werneck Sodré foi um pioneiro, tendo escrito um livro a este respeito, *A Farsa do Neoliberalismo*,¹² editado pela primeira vez em 1995 com textos escritos desde o início de 1990, e que também integra nossa coletânea. A partir dos anos noventa, no interior da própria universidade brasileira iniciou-se, no entanto, um processo de reavaliação de sua obra, promovido por alguns representantes das novas gerações de pesquisadores, como se pode acompanhar pelo *Dicionário Nelson Werneck Sodré*,¹³ que reuniu mais de oitenta pesquisadores com mestrado, doutorado e pós-doutorado. Desde

11. Nelson Werneck Sodré, *Brasil: Radiografia de um Modelo*, Buenos Aires: Orbelus, 1973.

12. Nelson Werneck Sodré, *A farsa do Neoliberalismo* Rio de Janeiro, Graphia, 1995.

13. SILVA, Marcos. (Org.), *Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. *Revolução Brasileira, História da Burguesia Brasileira e Formação Histórica do Brasil. A Introdução à Revolução Brasileira*, livro editado pela primeira vez em 1958, é o resultado de conferências proferidas entre 1954 e 1956, nas quais ele explica sua concepção da Revolução Burguesa no Brasil. O livro *Formação Histórica do Brasil* foi editado pela primeira vez em 1962. Ele foi fruto de pesquisas e cursos ministrados no ISEB e nele estão lançadas as bases para uma interpretação do conjunto da história da formação do Brasil, do período colonial aos desdobramentos da Revolução de 1930. *A História da Burguesia*

então, sucederam-se eventos acadêmicos¹⁴ dedicados à análise crítica da sua *teoria do Brasil*.

Acho importante que esta retomada da avaliação das obras de Nelson Werneck Sodré seja feita levando em conta as diferentes etapas de sua produção e o contexto no qual foram produzidas. Sua obra de maturidade foi fruto de uma situação de abertura e confluência de ideias que lhe permitiu fazer uma síntese dos diferentes aspectos do desenvolvimento e aprofundar sua luta pela cultura. No contexto brasileiro forjado após os anos setenta, a situação é diversa, sendo fundamental levar em conta os conflitos e embates travados neste período. Representante de uma época de grande efervescência cultural e de um momento histórico de abertura e integração intelectuais, o autor vê com apreensão o processo de esfacelamento e especialização em curso na vida cultural e científica brasileira, e observa com tristeza a acentuação do fechamento dos intelectuais em grupos, circuitos ou redutos profissionais e acadêmicos, que os separam dos demais grupos sociais e da sociedade. Este momento de fechamento e especialização intelectual difere do período anterior de grande intercâmbio entre os intelectuais e de ligação destes com as camadas populares emergentes na cena política. Contudo, a realização de uma obra monumental e de extremo rigor como a sua demandou também uma grande capacidade e esforço, que devem também ser levados em consideração.

Quando se coloca seu esforço de pensar e de procurar entender a história brasileira e a realidade social de nosso país, no contexto da ciência social de seu tempo, pode-se ainda melhor perceber o valor de seu esforço científico e seu caráter precursor na formação do pensamento científico das ciências sociais em nosso país. Ele elaborou suas pesquisas antes das transformações da universidade brasileira e da expansão do ensino da pesquisa acadêmica. Embora suas pesquisas não sigam o padrão ensinado nos atuais cursos de pós-graduação, que não existiam em sua época, Nelson Werneck Sodré adotou uma poderosa metodologia científica que lhe permitiu analisar e explicar um vasto espectro de fenômenos e acontecimentos sociais, traçando um amplo e profundo panorama de nosso processo histórico, social e cultural. Essa metodologia passou por constantes reformulações e adaptações ao contexto brasileiro, tendo sido refinada ao longo das múltiplas re-edições de suas publicações através de um

14. Seminários, colóquios, jornadas de estudos, dissertações de mestrado e teses de doutorado que tomam por objeto aspectos da sua intervenção cultural e cívica.

constante e árduo trabalho de aprofundamento de sua abordagem, num permanente confronto entre a teoria e a realidade social.

Observador atento e participante dos movimentos sociais e políticos, Nelson Werneck Sodré escolheu sempre o ponto de vista dos trabalhadores e com paixão, capacidade de síntese e intuição soube captar e desnudar a lógica do sistema capitalista. Apesar do grande rigor com o qual sua obra foi construída, tendo sido baseada em profunda e sistemática pesquisa, alguns acadêmicos¹⁵ criticam, no entanto, sua falta de neutralidade e sua perspectiva marxista, denegrindo o valor de sua metodologia e de análise social. Como tenho outra visão da neutralidade científica, valorizo, ao contrário, sua forma de escrita e de integração bem sucedida entre jornalismo, história e política. Por tudo que observei de sua incansável e sistemática pesquisa e de seu rigor metodológico, considero Nelson Werneck Sodré um dos maiores pesquisadores que conheci. Mesmo não estando de acordo ou divergindo do enfoque ou de algumas abordagens dele, não se pode desacreditá-lo simplesmente por ter escolhido um caminho teórico e metodológico diverso ou por ter outra visão do trabalho intelectual. Para o próprio avanço do conhecimento das ciências sociais, no Brasil, é necessário, ao contrário, respeitar sua coerente opção pelo marxismo e pelo engajamento social do intelectual, levando em consideração sua intensa participação e seu papel de relevo nas pesquisas, análises e grandes debates de sua época.

A participação intelectual de Nelson Werneck Sodré e seu incansável trabalho de levantamento e interpretação dos dados e análise de nossa história foram inovadores, colocaram novas questões e jogaram luz sobre vários de nossos problemas sociais, tornando sua obra da maior importância para a historiografia brasileira. Pode-se discordar de seus enfoques e criticar as falhas e lacunas de seu solitário trabalho de pesquisa, mas não se pode negar sua inestimável contribuição para a formação de uma atmosfera de intenso debate intelectual, para um melhor conhecimento da história brasileira e para o esclarecimento de problemas sociais até hoje não resolvidos. O valor de sua contribuição para um amplo panorama de nossa realidade social e uma grande síntese de nosso desenvolvimento e de suas raízes culturais cresce ainda mais se levarmos em conta a atual situação da cultura e do ensino no Brasil, e a carência de projetos mais abrangentes

15. Entre eles alguns que pertenciam à USP e que tinham outro tipo de proposta científica.

de desenvolvimento, sobretudo de um projeto de desenvolvimento que leve em conta a defesa da cultura brasileira. Para melhor apreciarmos o pensamento de Nelson Werneck Sodré a este respeito foram reunidos, na presente coletânea, alguns textos fundamentais sobre o assunto, nos quais foram feitos cortes de modo a focalizar predominantemente sua perspectiva mais geral do desenvolvimento e sua visão da relação desta com a sociedade e a cultura brasileira. Estes textos precisam, no entanto, ser analisados com base numa visão de conjunto das diferentes linhas e etapas de sua obra.

V. LINHAS E ETAPAS DA OBRA DE NELSON WERNECK SODRÉ

Aos nos aproximarmos da celebração de seu centenário, foi nossa intenção prestigiar o importante legado de Nelson Werneck Sodré para a historiografia e a cultura brasileira através de um livro que apresentasse sucintamente algumas de suas principais ideias sobre o desenvolvimento brasileiro e a luta pela cultura. O presente livro é apenas uma pequena amostra do vasto quadro da realidade social brasileira traçado por este autor. Incansável pesquisador dos fatos relevantes de nossa história nas áreas econômica, social, política, literária, militar, e jornalística, ele nos legou uma vastíssima obra, que abarca cerca de sessenta livros, mais de três mil textos publicados em jornais, escritos diversos, entrevistas e opiniões veiculadas através de diferentes meios de comunicação e inúmeros artigos publicados em diferentes periódicos. Tendo em vista o importante papel de Nelson Werneck Sodré nos grandes debates sobre o desenvolvimento brasileiro, assim como a retomada atual deste tema, foram escolhidos textos tirados dos seguintes livros, que integram distintas linhas de sua pesquisa: *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*, *A Farsa do Neoliberalismo*, *Síntese de História da Cultura Brasileira e a luta pela Cultura*.

Para melhor apreciar estes textos, é importante distinguir e relacionar essas linhas de pesquisa. Nelson Werneck Sodré aprofunda três linhas básicas de trabalho: a linha da construção da história e da memória social, a linha da análise crítica da cultura e da luta pelo seu desenvolvimento em termos nacionais, e a linha do combate político e da polêmica teórica. Estas linhas vão sendo estreitamente entrelaçadas por nosso autor, mas guardam seus matizes próprios e sustentam distintas obras e diferentes temas de discussão. Na linha histórico-

social,¹⁶ ele traz um olhar novo sobre o enfoque marxista da história, mesclando o pensamento histórico-social ao memorialismo.¹⁷ Esta linha não está diretamente presente nesta coletânea, mas aparece na sua vertente final, quando se acentuam o combate político e a polêmica teórica e o autor é levado a defender os principais pontos de sua abordagem histórica do desenvolvimento brasileiro, como fez nos textos tirados do livro *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*,¹⁸ que foi escolhido para a presente coletânea justamente por sintetizar o pensamento histórico do autor estreitamente relacionado à fase do desenvolvimento capitalista. Na linha cultural, o autor desenvolve seus trabalhos sobre a literatura¹⁹ ou sobre a história da cultura. Esta linha cultural é sempre baseada nos estudos da linha histórico-social, estando presente nesta coletânea através de textos tirados de *A Luta pela Cultura e Síntese da História da Cultura Brasileira*. A terceira linha, a da intensificação da crítica política e da polêmica teórica, pode também ser exemplificada pelo livro, *Brasil: Radiografia de um Modelo*.

16. Em sua reflexão histórico-social, Nelson Werneck Sodré procura apreender a constituição da sociedade brasileira, como demonstram três de seus livros referenciais, *Introdução à Revolução Brasileira*, *História da Burguesia Brasileira e Formação Histórica do Brasil*. *A Introdução à Revolução Brasileira*, livro editado pela primeira vez em 1958, é o resultado de conferências proferidas entre 1954 e 1956, nas quais ele explica sua concepção da Revolução Burguesa no Brasil. O livro *Formação Histórica do Brasil* foi editado pela primeira vez em 1962. Ele foi fruto de pesquisas e cursos ministrados no ISEB e nele estão lançadas as bases para uma interpretação do conjunto da história da formação do Brasil, do período colonial aos desdobramentos da Revolução de 1930. *A História da Burguesia Brasileira*, que foi concluído e lançado em 1964, traça a história do desenvolvimento do capitalismo e da formação da burguesia no Brasil.

17. Dois clássicos exemplos de seu enfoque histórico social da memória são: MEMÓRIAS DE UM SOLDADO, que foi publicado em 1967, no qual delinea um panorama da dinâmica do Exército nas seis primeiras décadas do século XX, inscrita na dinâmica mais abrangente da vida brasileira; e *Memórias de um Escritor*, livro publicado em 1970, no qual pinta um painel da intelectualidade brasileira, sua sociabilidade e suas condições de trabalho, dos anos trinta aos cinquenta/sessenta do século XX.

18. No livro publicado em 1990, *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré expressa sua posição em face das críticas recebidas por suas interpretações históricas e apresenta uma original análise da figura de Vargas e de seu movimento.

19. Pode-se citar como exemplo dos estudos literários da linha cultural: *A História da Literatura Brasileira*, que cobre as manifestações literárias do “período colonial” até a consolidação da “literatura nacional”, na segunda metade do século XX, é um livro que foi publicado pela primeira vez em 1938, recebeu ampla re-estruturação em 1960 e teve seu texto definitivo estabelecido a partir de 1980 (7ª edição). *A Ideologia do Colonialismo*, que foi publicado inicialmente em 1961, mas que foi mais divulgado pela edição de 1965 da *Civilização Brasileira*, é um conjunto de ensaios acerca da incidência da “ideologia do colonialismo” sobre José de Alencar, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Azeredo Coutinho e Oliveira Viana. *O Naturalismo no Brasil*, pequeno livro publicado em 1965, desenvolve amplamente as observações mais gerais feitas na *História da Literatura Brasileira*.

Levando-se em conta, a mudança de contexto e de problemática, podem-se igualmente distinguir três etapas no processo de produção intelectual de Nelson Werneck Sodré: uma fase inicial de construção de seu pensamento, uma fase de maturidade em sua produção e metodologia e uma fase de revisão e síntese de seus trabalhos anteriores de pesquisa, de defesa de seu enfoque e de crítica às novas situações social e cultural. Desde a primeira etapa, anterior aos anos cinquenta, ele já se apresenta com a força e com o talento de um extraordinário pesquisador ao traçar o quadro da *História da Literatura Brasileira* ou da *Formação da Sociedade Brasileira*. É, neste período, que ele se projeta como um jornalista que associa a análise histórica à atualidade do noticiário, valorizando as reportagens investigativas e os artigos de mais fôlego, em defesa de seus ideais e dos valores da cultura brasileira. No entanto, será, na etapa dos anos cinquenta aos anos setenta, que sua produção atingirá a maturidade, a criatividade e a pujança da integração de sua metodologia científica com seu combate intelectual. Ele se projeta, então, como um historiador de problemáticas colocadas a partir de seu enfoque marxista. Interpreta documentos e informações levantadas em obras ou publicações já impressas, contextualizando-os e tirando deles uma nova perspectiva com base em questões atuais. Questiona, por exemplo, nosso tipo de desenvolvimento com base no noticiário cotidiano, articulando sua análise da situação social e política com as mais recentes notícias, a partir de um ponto de vista marxista.

É, nesta segunda etapa, que sua pesquisa atinge a maturidade metodológica. Nela seu trabalho de pesquisador se associa ao seu trabalho de ensino e a uma maior atuação no espaço público. A ênfase do trabalho é dada à pesquisa histórico-social, ao refinamento da metodologia científica e ao aprofundamento da análise para o desenvolvimento de um projeto novo de sociedade. O fechamento das perspectivas de desenvolvimento social e cultural pelo qual tanto tinha lutado, e a nova situação criada pelas transformações capitalistas e pela ditadura acentuam a crítica política de Nelson Werneck Sodré às forças sociais dominantes, sendo ele conduzido a uma contundente revisão crítica do sistema implantado, no Brasil, e a uma polêmica teórica com os detratores de sua obra. Os livros escolhidos para esta coletânea, embora pertencendo a diferentes linhas de suas pesquisas, correspondem todos eles a esta terceira e última etapa de sua obra, na qual sistematiza e sintetiza sua visão do desenvolvimento brasileiro associado à luta pela cultura.

A importância desta etapa para a reflexão sobre o desenvolvimento brasileiro decorre da possibilidade histórica de confrontar as anteriores propostas de desenvolvimento brasileiro defendidas pelo autor com as propostas do modelo neoliberal implantadas pela ditadura e pela globalização. Este confronto lhe permite melhor ressaltar as características do modelo de desenvolvimento nacionalista e popular que foram abortadas pelo golpe de 1964, pondo em relevo a importância da defesa e luta pela cultura brasileira. No livro *Síntese da História da Cultura Brasileira*, Nelson Werneck Sodré denuncia a ameaça da dependência e alienação cultural, destacando os perigos que o desenvolvimento da cultura de massa representa para um desenvolvimento autônomo do Brasil. Defende, ao mesmo tempo, a necessidade da abertura democrática e de uma maior integração e intercâmbio entre as diferentes atividades artísticas, culturais, econômicas e políticas. A crise do modelo neoliberal ainda não gerou nenhuma proposta de transformação social alternativa. Não teria isto a ver com a ruptura havida na história de nosso pensamento social e com o esquecimento e anulação da importante contribuição dos intelectuais que pensaram o nosso desenvolvimento em termos da cultura brasileira?

Os atuais avanços econômicos e conquistas sociais do país não são suficientes, e precisam ser discutidos e aprofundados, em particular levando em conta a perspectiva cultural brasileira. As aquisições econômicas e sociais já conseguidas não dispensam a discussão sobre os rumos e os caminhos a serem adotados para um desenvolvimento mais completo do potencial humano e dos recursos naturais do país. Não podemos contentar-nos simplesmente com a melhoria dos índices econômicos e com o aumento do consumo dos diferentes produtos, assistindo passivamente à implantação de uma sociedade em que predominam a violência e o desrespeito ao ser humano e à natureza. O testemunho histórico de Nelson Werneck Sodré e de sua inquieta e batalhadora geração merece ser ouvido para que possamos elaborar propostas alternativas de desenvolvimento e de transformação social. Nelson Werneck Sodré legou para a historiografia e para a cultura brasileira um rico acervo, que é um patrimônio brasileiro a ser transmitido às novas gerações. Apesar da originalidade deste patrimônio e da riqueza da experiência da intelectualidade de sua época, sua memória social está sendo relegada ao esquecimento.

Venho, portanto, procurando mostrar que sua memória precisa ser reativada e pode ainda desempenhar um papel educativo importante

na formação da juventude brasileira. Nelson Werneck Sodré precisa ser pesquisado como um dos mais destacados representantes de uma geração de ativa participação nos destinos do país. O esquecimento de sua obra, da contribuição de sua geração e de sua crucial experiência histórica cria não apenas uma lacuna na nossa memória histórica, mas abala os alicerces de nossa cultura, pois Nelson Werneck Sodré e sua geração escreveram uma história comprometida com o Brasil, com os projetos nacionais e com seu povo. Como procurei mostrar em artigo para a *Revista do Livro*,²⁰ homens como Euclides da Cunha e Nelson Werneck Sodré são pilares da cultura brasileira e se inscrevem na galeria dos personagens da história do pensamento social brasileiro. Ao deixarmos de lado homens deste porte nacional para nos dedicarmos com maior interesse a estudar intelectuais estrangeiros, não apenas acentuamos o processo de nossa alienação cultural, mas ampliamos, também, as brechas que abalam os alicerces de um desenvolvimento brasileiro mais completo, corroendo as bases da nossa cultura e de um pensamento brasileiro próprio e autônomo. Acabamos, então, perdendo o fio de nossa história, e abrimos espaço para um vácuo de propostas transformadoras para o Brasil e para seu povo.

20. Olga Sodré, "Dois pilares da literatura social brasileira", *Revista do Livro da Biblioteca Nacional*, n° 52, ano 17, março de 2009, pp79-88.



CAPITALISMO E REVOLUÇÃO BURGUESA DO BRASIL

1. ENFOQUE DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

Quando apresentei, em minha *Formação Histórica do Brasil*, o estudo dos modos de produção que a sociedade brasileira conheceu, confesso não ter esperado controvérsias a tal respeito. Outros adotaram esquemas diferentes. Não cabe aqui discuti-los. De minha parte posso esclarecer que parti do estudo da sociedade brasileira em seu desenvolvimento histórico e confesso que não encontrei, até agora, motivo para alterar as minhas teses. De outro lado, convém mencionar que, neste estudo, permaneço assistido pelo método a que obedeci no meu livro antes citado. Não há, pois, aqui nenhum ecletismo, mas a fidelidade rigorosa aos apelos históricos. Persistindo nos estudos, espero encontrar novos motivos para insistir na posição que adotei. Mas é, também, crença minha que as teses definitivas – tanto quanto existe tal etapa em ciência – derivarão do esforço de muitos estudiosos, estando o assunto sempre em aberto. Esta é apenas a minha contribuição. Preliminarmente, entretanto, parece oportuno lembrar que só há ciência do geral, como dizia o mestre.

Deixando para tratar adiante das questões que se apresentam à discussão teórica de problema tão complexo como o dos modos de produção e formação sociais no Brasil, é interessante, para início e colocação das premissas básicas, distinguir alguns aspectos que informam a particularidade do caso brasileiro. O primeiro deles,

1. A parte I foi retirada do livro *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Graphia, 1997, 2ª edição.

evidentemente já colocado por alguns estudiosos, consiste naquilo que diz respeito ao desenvolvimento desigual, isto é, ao fato de que o Brasil surge para a história, começa a sua existência histórica, com o chamado “descobrimento”, quando, no Ocidente europeu, o feudalismo declinava, com a revolução comercial, as grandes navegações e a definição do mercado mundial. Há, evidentemente, distância histórica enorme entre áreas dominadas pelo feudalismo e áreas dominadas pela comunidade primitiva, este sendo o nosso caso. Essa heterocronia precisa ser levada em consideração, a todo momento, na discussão dos problemas históricos. Eles permanecem, ao longo dos tempos, sob formas diversas.

Um dos aspectos que acarreta está no uso, para definir processos e fenômenos brasileiros, de linguagem conceitual surgida em outros tempos e em outros lugares. Ora, só extremo cuidado na passagem do universal ao particular, ou do geral ao particular, pode atenuar o uso dos mesmos conceitos para realidades diferentes. É indispensável verificar, desde logo, se as diferenças afetam a forma ou o conteúdo. De maneira alguma, porém, é possível utilizar paradigmas retirados de realidade diversa. Note-se: paradigmas e não métodos. É o uso de raciocínios paradigmáticos que induz ao erro ou à deformação. O raciocínio dialético exclui o uso de paradigmas e estabelece pela obediência ao método, respeitadas as relações dialéticas entre universal e particular.

O segundo aspecto que precisa ser cuidadosamente considerado no estudo em questão é aquele que se configura na existência e vigência, no Brasil, de etapas diferentes da história, ao mesmo tempo. Melhor dito: a existência de áreas territoriais brasileiras que vivem etapas diferentes. Em linguagem um pouco pretenciosa, já se disse, do fenômeno, que se trata de contemporaneidade do não-coetâneo, isto é, da existência, no mesmo tempo, de realidades sociais diferentes, mas no mesmo país ou colônia. Alguém mencionou já o fato de que a viagem ao interior brasileiro corresponde não apenas a uma mudança de fusos horários, mas a uma mudança de etapas históricas. Muitos já observaram as diferenças, no mesmo tempo, na mesma época, entre o litoral exposto às influências externas, em contato com o mundo, e o interior, onde são conservados – e isto é tanto mais verdade quanto mais se recuar no tempo – costumes de outra época. O Brasil apresentou, e ainda apresenta – hoje, com efeitos já bastante atenuados, na verdade –, etapas diversas de desenvolvimento, para

usar um conceito generalizado e aplicado na economia. A uniformidade é, ainda, entre nós, uma tendência que se vem acentuando, sem dúvida, mas aquela heterocronia existe e funciona, condicionando comunidades e sociedades. Trata-se de outro aspecto – agora particular, porque brasileiro – do desenvolvimento desigual.

O terceiro aspecto a considerar é o da transplantação. Entende-se, como tal, o fato da transferência ao Brasil dos elementos que aqui lançaram as bases de uma sociedade em tudo diversa daquela aqui encontrada pelos chamados descobridores. O que isto representou para a comunidade primitiva indígena, realmente, tem sido apreciado de forma insuficiente. O caminho natural, no caso, teria sido – como aconteceu em outras áreas – a sua tendência para a criação de um excedente e, conseqüentemente, o surgimento do mercado, daí podendo – sem nenhum caráter impositivo, como solução única – evoluir para o escravismo. Nada disso aconteceu aqui. Muito ao contrário, o escravismo brasileiro foi estruturado à base da contribuição humana africana.

A sociedade brasileira dos primeiros tempos da chamada colonização nasceu da transplantação dos elementos humanos africanos e europeus: os primeiros forneceram a massa da classe dominada, a que concorreu com o trabalho; os segundos forneceram a maioria absoluta dos que concorrem com a propriedade, a classe dominante. Nada disso existia antes e os indígenas tiveram, no processo, contribuição quase sempre inexpressiva. Quase sempre, se diz bem, porque funcionaram, sob determinadas circunstâncias, seja como servos, seja como escravos. Comparada com a contribuição do negro africano escravizado, a dos indígenas foi insignificante. Não há, pois, evolução entre a comunidade primitiva e o escravismo; aquela permanece até hoje, salvo quando o avanço das relações capitalistas, como nos nossos dias, ameaça completar a destruição dos *stocks* indígenas. A sociedade escravista é formada, no mesmo território, por elementos provindos do exterior.

Os alicerces da sociedade brasileira, pois, foram importados, transplantados. Nessa transplantação vigoravam, para os indivíduos, a condição de origem: a existência colonial deles não seria marcada, de início, senão pelas condições vigentes nas sociedades originárias. Isto considerando que o negro africano passava a ser escravo desde que embarcado nos navios negreiros, não importando, para efeitos sociais, a condição em que viviam em suas tribos ou “nações”. Vinham

como escravos; entravam no Brasil na condição de escravos. O processo do escravismo não era causa de serem escravos os que eram transferidos ao Brasil, a causa de serem escravos, muito ao contrário, era o apresamento pelos negreiros.

Trata-se, portanto, e fundamentalmente, de uma sociedade transplantada: uns chegam para serem escravos; outros, para serem senhores, ou encontram condições para tal. Aos que chegam para serem escravos, importa pouco a tradição, o passado africano. Se os indígenas, como tem sido referido com frequência, sofreram destruição cultural, mesmo, e talvez principalmente, quando aldeados e “protegidos”, essa destruição foi processo idílico se comparado à destruição cultural sofrida pelo negro africano. O seu esforço para subsistir foi provavelmente menor do que o seu esforço para salvar elementos de sua cultura de origem. O grau a que havia atingido a cultura dos dominados explica, inclusive, o caráter de suas lutas para se subtraírem à servidão ou à escravidão.

Os indígenas se refugiaram no interior e a distância dos focos de colonização foi o seu meio de defesa. Quando lutaram, pretendiam apenas restabelecer, ali onde viviam, as condições vigentes na comunidade primitiva. Os negros africanos ou nativos, ao se aquilombarem, pretendiam reconstituir as condições originárias, aquelas vigentes nas suas tribos ou “nações”. As rebeliões da senzala jamais pretenderam destruir o regime vigente na colônia, substituindo-o. Nem tinham eles, na verdade, noção do que isso poderia representar. Para eles, a liberdade consistia em fugir ao cativo, buscando região afastada e aí se agrupando.

A sociedade colonial começa, pois, com os traços que definiam a sociedade metropolitana, mais o escravismo, que era vigente ali apenas no Sul e nas ilhas. Os que viviam em comunidade primitiva eram uns; os que viviam em escravismo eram outros, na maioria dos casos; não existe a passagem de um modo a outro, de uma formação a outra. É a nova particularidade do caso brasileiro. Não é aqui o lugar e a oportunidade para descrever e caracterizar a comunidade primitiva indígena; historicamente, na sociedade brasileira, fundada em africanos e europeus, ela é secundária. Não é o caso, também, de estudar as condições vigentes na África, porque tais condições não foram transferidas ao Brasil.

Claro está que, visto o problema na dimensão universal, apresenta-se de determinada maneira; visto na dimensão americana,

apresenta-se de outra maneira. Assim, na dimensão universal trata-se de processo de acumulação primitiva, quando eram vigentes as formas pré-capitalistas do capital – no caso, o capital comercial. Mas, na dimensão continental americana – sul-americana, no caso –, trata-se de escravismo puro e simples. E aqui coloca-se a controvérsia relacionada com o que alguns denominam escravismo moderno, por oposição ao escravismo antigo, dito clássico. No que se refere ao problema brasileiro – aspecto parcial do fenômeno global –, não é aqui o lugar para discutir aquela controvérsia.

Realmente, tratava-se, na época, de modo de produção historicamente superado e de há muito, pelo menos no que respeitava ao Ocidente europeu, que marchava na vanguarda das transformações sociais e econômicas da humanidade. Ele reaparece, entretanto, na própria Europa, e na área mais interessada na mudança, Portugal, que capitaneava as conquistas ultramarinas que gerariam o mercado mundial. Para as áreas em que o escravismo reapareceu, não tinha a mínima importância saber se ele existira antes, e fora superado. Para tais áreas, e as americanas com absoluto destaque, o escravismo apresentava-se como tal, tão simplesmente. Essa diferença entre o universal e o particular, derivada do desenvolvimento desigual, da heterocronia histórica, é que vem confundindo a análise do problema. Mas não há como confundi-lo, tanto mais que, na época da implantação do escravismo brasileiro, no século XVI, nem sequer o capital comercial, forma precursora do capitalismo, era dominante, em escala mundial.

Marx não fez muitas referências ao escravismo brasileiro; preocupações voltaram-se mais para o escravismo como se apresentava na América do Norte. As poucas referências que faz o escravismo brasileiro, entretanto, são claras, quanto à sua maneira de conceituar. “A escravidão – diz ele – é a primeira forma de propriedade que, ademais, corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual é o direito de dispor da mão-de-obra de outros”². Para esclarecer: “Ademais, divisão do trabalho e propriedade privada são termos idênticos: um deles diz, referindo-se à escravidão, o mesmo que o outro, referindo-se ao produto dela”. Mais adiante, refere-se aos países que “não têm mais premissas naturais que os indivíduos que ali se instalam como colonos”, lembrando, ainda, o “caso

2. Karl Marx. *A ideologia alemã* (Montevideu, 1958), p. 32.

de conquista, quando se transplanta diretamente ao país conquistado a forma de intercâmbio desenvolvida em outro solo”.³

Trata-se, realmente, de escravismo. Batizá-lo de moderno apenas o diferencia, no tempo, do outro, aquele que surgiu da evolução da comunidade primitiva. Surge por transplantação, com escravos trazidos da África, numa atividade comercial em que constituíam mercadoria de grande valor. O escravismo foi a forma pela qual a colonização, no caso brasileiro, venceu as dificuldades iniciais, quase insuperáveis; sem ele, certamente insuperáveis. Foi etapa necessária, historicamente. Sem ela, não haveria Brasil. Supor que isso teria sido escravismo colonial, para distingui-lo do escravismo clássico, é possível. Mas supô-lo modo de produção diverso, obedecendo às leis diversas, não passa de fantasia, sem a mais mínima base.

O escravismo brasileiro, que surgiu porque o escravismo já existia, enquanto moderno, em contraposição ao clássico, era vigente em outras áreas, presidiu a montagem do sistema produtor colonial, que nele encontrou uma de suas características básicas. Mas a outra, que não pode ser esquecida, esteve ligada ao fato de ser a produção destinada a mercados externos e distantes. A colonização, em seu início, assentou na particularidade da inexistência de mercado interno: a produção em larga escala era, finalisticamente, destinada à exportação. Ora, desde que enfrentamos o problema da sociedade de classes, isto é, a sociedade que ultrapassou a etapa da comunidade primitiva, onde se produz apenas para o consumo e se consome tudo o que se produz, trata-se de conhecer, antes de tudo, quem produz e quem se apropria do excedente da produção.

Isto vai ajudar a caracterização das classes, a dominante e a dominada. Desde que se inicia uma sociedade de classes, há um excedente na produção; ela é definida na relação que diferencia os que produzem, com o trabalho, dos que usufruem dos resultados da produção, com o lucro. Em esquema, empobrecedor como todos os esquemas, mas útil ao entendimento do problema, trata-se de distinguir entre os que produzem o excedente, para o mercado, e os que se apropriam do excedente, sob todas as suas formas. Na sociedade brasileira, na vigência do escravismo, eram os escravos que produziam e eram os senhores – de terras e de escravos – que se apropriavam do excedente. Aqui, evidentemente, considerado o sistema apenas

3. Ibid., p. 33.

em sua estrutura interna. Como ela estava voltada para fora, para o exterior, porque a produção se destinava a consumo no exterior, havia, naturalmente, os que, no exterior, apropriavam-se do excedente. Mas isto não é o que nos importa agora.

Há que ir além, entretanto. Como é sabido, até nos cursos colegiais, o escravismo não se estabeleceu em todo o território brasileiro. Estabeleceu-se nas áreas em que se implantou um sistema produtor voltado para o exterior e fundado na grande produção, tudo de plano, isto é, desde o início, e sem outra saída. E no resto do território? Que regime teria vigorado na área pastoril sertaneja, na área vicentina, na área amazônica depois, na área sulina, quando ali se expandiu o pastoreio? Foi o escravismo? Certamente não foi. Salvo considerando as mudanças subsequentes – o algodão que “enegreceu” o Maranhão, por exemplo –, tais áreas não tiveram no escravismo o suporte da produção.

A atividade coletora amazônica dominada pelas missões religiosas, restabelecendo as especiarias, a produção ervateira das reduções jesuíticas missioneiras, são formas de produção que se destinam, em sua maior parte, tanto ao mercado externo como ao mercado interno. Mas o traço essencial delas é que são de proporções reduzidas, em comparação com a do açúcar. Ora, ainda no início da dominação colonial, existiram focos ou áreas que não comportaram o escravismo. A área vicentina, por exemplo. Ali, as tentativas de estabelecimento da produção açucareira não vingaram. E a produção ficou limitada ao consumo local ou próximo, o estuário platino, a zona guanabarina, no início. Quem produzia, isto é, quem proporcionava o excedente, aquilo que era produzido para ser levado ao mercado? Os índios aldeados, como se sabe. Eram escravos ou eram servos? Aqui se instala a controvérsia.

Os que produziam especiarias, na economia coletora amazônica, eram também os índios. Os que produziam erva-mate e cereais, nas missões jesuíticas sulinas – que chegaram a constituir um aparelho produtor de dimensões consideráveis para a época –, eram escravos ou servos? Aqui se prolonga a controvérsia. Nos dois casos, existiu a presença do mesmo elemento: a sujeição, por via da autoridade do religioso, de ordens religiosas. Mas a produção, no caso sulino, era destinada ao exterior, em grande parte. Está claro que havia sempre uma produção de subsistência, fora do mercado ou em mercado de dimensões insignificantes. O índio em liberdade, na sua condição natural de vida, não produzia para o mercado, não gerava excedentes. Sua

subsistência era suprida no sistema da comunidade primitiva. Ao produzir excedentes, estava fazendo alguma coisa diferente e sob coação, não importando, para os fins de caracterização do sistema produtor, se era “este ou aquele” o tipo de coação. Nas “missões” amazônicas, como nas “reduções” sulinas, o que importava era aquilo que se destinava ao exterior. É possível admitir, nos dois casos, aliás particulares, formas mistas, aspectos que fogem a uma classificação rigorosa, nos moldes conhecidos e aceitos. O que parece não admitir dúvidas, entretanto, é que não cabe neles a qualificação de escravismo. O mesmo acontece, e com maior clareza ainda, no caso da economia pastoril.

Há mais: quando a mineração faz o seu aparecimento tormentoso, tudo se altera na área em que ela se instala, em relação ao que vinha acontecendo em outras áreas, particularmente na área escravista açucareira. No caso, estamos diante de escravismo, sem a menor dúvida, qualquer fosse a função que a mineração brasileira viesse a desempenhar face ao Ocidente europeu, como fonte de acumulação capitalista. Cabe, no caso, novamente, sentir o universal e o particular, distinguindo-os, mostrando suas relações dialéticas. No particular brasileiro, trata-se de escravismo, pela forma de produzir e pela apropriação. Muda a função da terra, de início, porque ela não é trabalhada para produzir, não é objeto do trabalho, mas proporciona mercadoria especial – o ouro.

Ora, o quadro brasileiro apresenta, então, a singularidade aparente de desdobrar-se em modos de produção diversos: nas áreas principais, aquelas que fornecem o grosso da exportação, trata-se de escravismo, à base do africano importado. Nas áreas secundárias e subsidiárias – algumas também vinculadas à exportação, mas em escala menor –, já não se trata de escravismo. Os missionários, na Amazônia e na zona platina jesuítica, não são proprietários do índio, não compraram o índio –, usavam o índio. Receberam dele contribuições em espécie e em serviços, como senhores que usufruem do trabalho excedente. O mesmo acontece na área vicentina, desde os primeiros dias. Nela, o escravismo, visando massas indígenas aldeadas pelos jesuítas sulinos, aparece depois, não para estabelecer modo de produção escravista, mas para fornecer força de trabalho a zonas escravistas privadas dos fornecimentos africanos pela intervenção holandesa. A atividade pomareira dos primeiros tempos piratininganos e vicentinos difere radicalmente da atividade do bandeirismo de apresamento e este não se destina a suprir a própria área, mas outras, já escravistas.

Há quem se espante - ou simule espantar-se - com a simultaneidade de modos de produção diferentes na mesma colônia, o Brasil, como se isso fosse, na História, algo de singular. Pelo contrário, ocorreu muitas vezes. Não houve nisso nenhuma singularidade. Desde quando limites políticos ou geográficos interferiram no sentido de separar áreas de modos de produção diferentes? Pois a aparente e controversa singularidade, de que o caso brasileiro foi apenas um dos exemplos, mostra como a realidade escapa das classificações ligadas a paradigmas adotados e repetidos. Os diversos modos de produção, como a sucessividade deles, devem ser estudados à luz dos paradigmas conceituais, mas também à luz da realidade concreta. O que importa é o método, não o paradigma.

Em condições normais, isto é, aquelas próximas do modelo teórico – que só tem validade conceitual, como sabe qualquer aprendiz de marxismo –, o feudalismo representa avanço em relação ao escravismo e, por isso, vem depois, no tempo. Claro que o desenvolvimento não é apenas desigual; ele foge, também, à linearidade, isto é, não obedece a processos constantes e ascensionais, obrigatoriamente. Ora, acontece no Brasil, e justamente na segunda metade do século XVIII, quando se aproxima a crise da autonomia, isto é, quando se acumulam os elementos que vão determinar aquela crise, que culminará no início do século XIX, que a área escravista mineradora, que atravessara transitória fase de esplendor quanto à quantidade do ouro produzido, entra em progressivo declínio, e este declínio dá motivo e causa às mudanças que lhe alteram fundamentalmente as fisionomias econômica, social e política.

Trata-se, do ponto de vista da riqueza produzida, de regressão e não de avanço. Ao mesmo tempo, as relações escravistas passam, sem intermediações atenuadoras – como aconteceu no modelo clássico –, a relações de novo tipo, que denominamos feudais. No livro *Formação Histórica do Brasil*, levantamos a tese da “regressão feudal”, isto é, a passagem de relações de produção escravista a feudais, normalmente um avanço, coincide com o declínio econômico e todas as suas consequências. Claro está que isto discrepava frontalmente do modelo paradigmático. E só malevolência e ignorância poderiam acusar as teses levantadas naquele livro de esquemáticas. Esquematismo haveria em supor uma sucessividade ascensional dos regimes, como o modelo conceitual, só válido enquanto tal, admite. Aquelas teses poderiam ser tidas como falsas, mas não como esquemáticas, justamente porque

se caracterizavam por discrepar do referido modelo. Há os que, entretanto, preferem colocar uma tabuleta onde se deve apenas discutir e argumentar. Mas a tabuleta, que vive da mera repetição, simplifica e classifica, dispensando qualquer esforço teórico.

Claro está que tudo é passível de discussão e de controvérsia. As teses, a propósito dos modos de produção nas áreas de passado colonial, o Brasil em particular, estão longe de gerar questões fechadas, atingindo níveis de definição tão inquestionáveis que dispensam toda e qualquer discussão. Muito ao contrário, constituem questões abertas, que só poderão ser assim encaradas e que exigem o debate e a crítica. O resultado mais próximo da verdade histórica será alcançado pelo somatório das contribuições; não será, certamente, resultado de intuição genial de um estudioso ou de pequeno grupo de estudiosos. Nada mais distante da verdadeira e fecunda ciência, aquela que faz avançar o conhecimento, do que a arrogância dos proprietários de chaves absolutas, que abrem todas as portas, mas ficam nas mãos de um ou de uns poucos, os satélites dos primeiros.

Levantamos a tese do escravismo, em determinadas áreas brasileiras, na época colonial: a área açucareira nordestina e a área mineradora. Opinamos por definir como escravistas, ainda, as relações de produção que existiram em outras áreas, menos importantes, de lavoura de açúcar e engenho, como a campista, e aquelas de lavoura cafeeira em sua fase fluminense e do vale do Paraíba paulista. Deixemos de lado, para facilidade da análise, as áreas de importância menor na produção colonial e mesmo posterior à autonomia, em que admitimos terem vigorado relações feudais. Fiquemos, apenas, para limitar a controvérsia, no que diz respeito ao escravismo, aqui instalado desde o primeiro século de existência brasileira. Há quem negue a referida tese: não seria escravismo. As razões apresentadas são diversas. Muito bem, que teria sido, então? Capitalismo, respondem alguns. Não estou, de modo algum, de acordo com tal ponto de vista e creio que a maioria dos estudiosos não aceitará como capitalismo o modo de produção brasileiro quando nem havia capitalismo dominante no próprio Ocidente europeu.

Teríamos sido capitalistas antes do capitalismo? Isto pode ser considerado simples ponto de vista quando alguém, que defende tal tese, está descompromissado teoricamente; da parte de marxistas ou pessoas que afirmam aplicar o método marxista, é inadmissível. Está claro, e aqui entra a relação entre o universal e o particular, que, adiante,

quando o capitalismo triunfa no Ocidente europeu, põe a seu serviço uma variadíssima constelação de formas de produção não-capitalistas. Rosa Luxemburg, em seu trabalho sobre a acumulação capitalista, mostra como o capitalismo se vale das áreas pré-capitalistas.

Existe, ainda, uma controvérsia sobre o modo de produção no Brasil colonial, para uns sendo escravismo; para outros, capitalismo; para terceiros, feudalismo. A controvérsia a propósito do feudalismo brasileiro, da época colonial e de época posterior, tem consumido, de alguns anos a esta parte, muito papel. Porque, na verdade, o problema – ou o falso problema – do feudalismo, no Brasil, importou sempre uma singular mistura entre ciência e ideologia. Para ser mais claro: na controvérsia a propósito da existência ou não do feudalismo brasileiro houve motivação mista, a motivação científica e a motivação política. É interessante lembrar que os documentos políticos do partido do proletariado brasileiro sempre se referiam, até algum tempo atrás, a relações feudais ou semif feudais, cuja superação se fazia necessária. Porque divergiam da formulação, alguns elementos negavam a existência daquelas relações feudais ou semif feudais aqui. Era tolice, frisavam. Tratava-se, na verdade, afirmavam categoricamente, de capitalismo, em uma forma ostensiva, clara, insofismável. Chamar aquelas relações de pré-capitalistas não passava, afirmavam ainda, de sofisma semântico. E insistiam em que o capitalismo reinara aqui. Era uma posição política que se travestia de divergência científica. Aceitar a existência de relações feudais ou semif feudais, ou a existência de restos feudais, era errôneo.

Como errônea era a afirmação da necessidade de praticar uma política que as eliminasse, como condição preliminar para passar à nova etapa, mais avançada. Parecia errôneo porque importava em admitir a necessidade histórica de realizar ou completar a revolução burguesa aqui, antes de colocar a reivindicação socialista. A tese, que foi bandeira de partido, importava, também, na aceitação da existência e da função de parcela da burguesia, dita nacional, que poderia desempenhar papel entre as forças interessadas no acabamento da revolução burguesa e, por isso mesmo, na superação dos restos feudais ou relações feudais ou relações semif feudais. A controvérsia – na qual tive posição ostensiva – tinha razão de ser. Não podia ser colocada no mesmo nível daquela outra que girava em torno de se saber se, na fase colonial, existira aqui escravismo ou capitalismo. Tese, esta última, inteiramente despropositada. Aquela que girava em torno do feudalismo continua aberta.

Uma das características mais interessantes dos modos de produção anteriores ao capitalismo foi a que se expressou na confusão entre o econômico e o social. As relações econômicas eram expressas, em regra, por formas não-econômicas. Isso as disfarçava, como se sabe. É universalmente aceito que o capitalismo tornou as relações de classes ostensivas, deixou-as claras, despojou-as de seus disfarces. Ora, nenhum modo de produção importou em tantos disfarces quanto o feudalismo. De início, verifica-se, no estudo da história, que o feudalismo não importou na configuração de um modelo por assim dizer clássico. Isso aconteceu com o escravismo: nas Antiguidades romana e grega, em períodos de tempos muito conhecidos, sobre os quais existe documentação suficiente, vigorou o escravismo. Criou o paradigma, o modelo. Conquanto o escravismo moderno tenha decorrido de condições históricas muito diferentes, aquele modelo serviu bastante para caracterizá-lo como tal.

Mas o feudalismo não teve tal sorte. Houve formas diversas de feudalismo, com aparências externas diversas. Ora, nessa ausência de paradigma infiltrou-se uma forma muito comum do erro, aquela que consiste em confundir o conceito, que pertence ao geral ou ao universal, com a forma concreta, que pertence ao particular. Conquanto não tivesse havido paradigma e isso contribuísse para confusões, só poderiam essas confusões vigorar ali, onde se tomasse o particular pelo universal, o concreto pelo conceitual. A controvérsia sobre o feudalismo, assim, não é uma peculiaridade brasileira. Ela está por toda a parte e tem sido alimentada por extensa bibliografia.

Quanto àquelas formas feudais, segundo as nossas formulações na *Formação Histórica do Brasil*, que apareceram e vigoraram aqui, no primeiro e no segundo séculos – na área vicentina, na área pastoril sertaneja, na área amazônica, na área pastoral sulina, na área mineradora, depois da derrocada da economia aurífera –, haveria que se considerar, para início de discussão, o fato de que o trabalhador, aquele que fornecia o excedente, não era escravo, e os que se apropriavam do excedente não eram proprietários dos índios ou dos negros vinculados às fazendas e lavouras e de tropas e ofícios após a derrocada do escravismo aurífero – eram senhores destes. Os missionários das ordens que ocuparam a Amazônia e montaram a empresa produtora de especiarias, as *drogas*, como os jesuítas das reduções sulinas, como os donos das fazendas sertanejas, não eram proprietários de índios ou não-índios que trabalhavam para eles. Eram senhores.

Assim, haveria que se considerar, para definir a relação feudal, não apenas a renda, mas o laço de dependência social: os dois traços a definiam precisamente. Marx dizia que, no medievalismo, não existia o indivíduo independente, e acrescentava, explicitando:

Todos são dependentes: servos e senhores feudais, vassallos e suzeranos, leigos e clérigos. A dependência social caracteriza tanto as relações sociais da produção material quanto as outras esferas da vida baseadas nessa produção. Mas, justamente porque as relações de dependência pessoal constituem o fundamento social incontroverso, não se faz mister que os trabalhos e os produtos assumam feição fantasmagórica, diversa de sua realidade. Eles entram na engrenagem social como serviços e pagamentos em produtos. A forma diretamente social do trabalho é, aqui, a forma concreta do trabalho, sua particularidade e não sua generalidade abstrata, como ocorre com a produção de mercadorias. A corvêia, como o trabalho que produz mercadorias, mede-se pelo tempo, mas cada servo sabe que quantidade de sua força pessoal de trabalho depende no serviço do senhor: O dízimo pago ao cura é mais palpável que sua benção. No regime feudal, sejam quais forem os papéis que os homens desempenham, ao se confrontarem, as relações sociais entre as pessoas, na realização de seus trabalhos, revelam-se como suas próprias relações pessoais, não se dissimulando em relações entre coisas, entre produtos do trabalho.⁴

A existência de relações feudais, predominantes no campo até dias bem próximos dos atuais, senão agora, é um fato que se poderia dizer ostensivo, tão claras as suas manifestações e tão variadas, não fossem as confusões conceituais que o empirismo dos fatos concretos não tem condições para desmentir. A dependência em que ficaram os escravos, assim que a abolição derogou os direitos dos senhores sobre eles – apresentada, às vezes, em livros e depoimentos, como denunciadora do caráter benigno do escravismo brasileiro, tornando os escravos afeiçoados aos senhores –, foi uma das formas que assumiram as novas relações. As múltiplas formas de prestação de serviços e de renda que se apresentaram, na vastidão territorial brasileira, denunciaram sempre, ao longo do tempo, a presença daquelas relações.

A servidão apresentou aspectos os mais diversos, quase sempre mistos, de sorte a confundir os observadores. Quem percorreu o interior brasileiro sabe, entretanto, como aqueles aspectos denunciavam uma forma de exploração que contrastava, no século

4. Karl Marx: *Oeuvres*, I (Paris, 1963), p. 32.

XX, com as relações capitalistas estabelecidas e predominantes em extensas áreas do litoral e mesmo algumas do interior. Responsável pelas relações feudais, atenuadas em alguns casos e áreas e por isso mesmo denominadas semifeudais, o latifúndio configurou a moldura natural em que se desenvolveram. A disparidade entre a vastidão territorial e o monopólio da terra, cedo estabelecido, foi a base em que elas vicejaram. Frutos delas foram algumas das manifestações mais notórias da vida brasileira no interior: as lutas de famílias, o direito exercido pelos proprietários da terra sobre o destino de seus moradores, as formas patológicas que proliferaram em disfarces como o banditismo endêmico, a arregimentação das forças paramilitares nas grandes fazendas, os currais eleitorais que constituíram o pano de fundo da chamada “política dos governadores”, o fanatismo religioso e as manifestações de rebeldia a que deu lugar, como heréticas.

Tudo denunciando um feudalismo não-codificado, mas expresso na renda de forma clara, inclusive nas relações de trabalho que lhe davam expressão. A existência das oligarquias provinciais e estaduais, controladoras do poder político, alicerçava-se nesta forma particular de relação feudal que foi sempre presente: o monopólio da terra. Mesmo em manifestações artísticas – peças de teatro, romances, contos, crônicas –, as relações feudais apareceram, de velhos tempos. Elementos comuns à temática medieval, conseqüentemente, repontam na ficção brasileira: a mulher que se disfarça em homem para combater ou exercer vingança, os amores contrariados pela rivalidade familiar, as gestas de bandos armados varandos os sertões. No fundo do amplíssimo painel das guerrilhas narradas em *Grande Sertão: Veredas*, está o latifúndio feudal, em seu esplendor.

A passagem

E aqui surge a questão: como teria se processado a passagem das relações escravistas às relações feudais? Teria acompanhado, aqui, aquelas normas advindas do modelo forjado na Antiguidade? Como é sabido, o modo de produção feudal derivou, em Roma, da estagnação causada pelo escravismo; evoluiu através da força transitória do colonato, quando os antigos escravos continuavam na terra, mas começavam a ganhar certa liberdade de movimentos. As formas feudais não surgiram ali, entretanto, apenas de tais condições endógenas;

houve também condições exógenas, configuradas na presença da comunidade gentílica dos povos ditos bárbaros. Não é necessário nos demormos na reconstituição daquele processo de mudança, de passagem de uma formação social a outra, com diversidades muito grandes, geradas pelas particularidades de cada caso e área.

Não é preciso ir mais longe para verificar como, no Brasil, não poderia ocorrer identidade de processo, o que não significa que tenha havido ausência de processo. Os casos apresentaram, ainda aqui, diversidades, conforme a área e o tipo de produção. De modo mais amplo, é possível distinguir as relações feudais originárias, isto é, datadas dos primeiros tempos, e aquelas que surgiram da decomposição do escravismo, a partir do simples povoamento da área, que permaneceram mais ou menos estáveis ao longo dos tempos, até o quadro já complexo derivado de alterações significativas.

As mais antigas, estabelecidas por força da tradição lusa, que os primeiros povoadores trouxeram e impuseram, e condicionadas pelas imposições do meio social e até do meio geográfico, quando conciliavam as suas características com as que derivavam da causação econômica, ainda que em moldes rudimentares. As segundas, as posteriores, resultantes do desabamento do escravismo, antes e depois do ato oficial da abolição, processando-se nas áreas em que aquele dominou, e variando com a marcha territorial da riqueza, que importava em deslocamento de força de trabalho de uma área para outra. Da zona mineradora para a zona cafeeira, por exemplo, e ruindo ali pela decadência da mineração aurífera e aqui pela marcha dos cafezais para outra zona e pelo aparecimento do colono.

Assim, não apenas os modos de produção se apresentam, aqui, como formas particulares, que os distinguem do modelo conceitual, como não podia deixar de ser, mas também do modelo empírico do Ocidente europeu; também são diferentes as formas de passagem de um a outro modo de produção, de uma a outra formação social. Acoimar de esquemática uma visão que aponta aquelas diferenças, pois, é repetir um chavão e colocar a tabuleta conveniente, quase sempre ligada à luta ideológica. E, realmente, problemas ideológicos do presente interferem indevidamente na discussão científica, alguns examinando as posições de outros para dissentirem deles por razões inteiramente distantes do terreno próprio e natural. A controvérsia a propósito da existência ou não-existência de feudalismo no desenvolvimento histórico brasileiro deriva, em boa parte, de divergências de orientação

política contemporânea, e este não é o único exemplo, no âmbito do tema aqui tratado.

Via de regra, os que negam a existência de feudalismo no Brasil preferem definir como capitalistas as relações aqui vigentes, desde o primeiro século – o que nos parece inteiramente falso e mesmo despropositado –, enquanto outros tão simplesmente negam a existência de feudalismo, mas não se preocupam em definir o que existiu. O mesmo ocorre, ainda, em relação ao processo de passagem de um a outro modo de produção, do escravismo ao feudalismo, no caso. Não tendo aqui existido a comunidade gentílica dos povos ditos bárbaros, nem conhecendo nós o colonato, claro está que a transição mencionada foi inteiramente diversa aqui. O fato de ter sido diversa não significa que não tenha ocorrido. Negar a existência de feudalismo, inclusive, é uma forma mais ou menos cômoda de tergiversar o problema da transição, ignorando-o.

A controvérsia reacende-se quando se trata de apreciar as origens do capitalismo brasileiro e do processo que, normalmente, o envolve, o da chamada revolução burguesa. Para os que admitem ter existido aqui, mesmo na época colonial, capitalismo, não há como discutir. Pois se foi sempre capitalismo, não há que se considerar as suas origens nem a transição que levou ao capitalismo, que já era, segundo essa concepção singular. Para os que admitem ter havido aqui escravismo, passamos deste ao capitalismo sem intermediação. Claro está que não se nega, de plano, a possibilidade de passagem de um modo a outro de produção sem intermediação da sequência clássica. É uma falsa acusação a Stalin atirar-lhe as culpas da negação desse caso.

Numa exposição meramente didática, destinada a principiantes, o antigo chefe do governo soviético – cujo nome batiza, hoje, tudo o que se aprecia como erro ou heresia – apresentou os modos de produção na sequência natural, isto é, aquela ocorrida, concretamente, no Ocidente europeu, que foi, em suma, aquela que ficou estabelecida no nível conceitual. Stalin já é, realmente, responsável por muitas coisas, e não há como fazê-lo responsável pelo que não disse. Mas o fato é que, no Brasil, no nosso modo de ver, tanto houve escravismo e passagem ao feudalismo, quanto feudalismo e passagem ao capitalismo. Esta sequência, por assim dizer normal, porque acompanha o modelo conceitual e o esquema stalinista, decorre da análise do particular brasileiro e não de simples adoção de uma fórmula como se fora universal e obrigatória.

A revolução burguesa sanciona, normalmente, o primado político da burguesia e, portanto, da classe que define a existência de capitalismo, quando dominante. Este primado pode suceder ao primado econômico; isto é, a burguesia, no Ocidente europeu, foi primeiro predominante na economia e só depois se tornou predominante na política. Esta mudança é que ficou conhecida como revolução burguesa. Seus exemplos mais conhecidos são o inglês, com duas etapas, e o francês, na etapa decisiva que culminou com os Estados Gerais e com as guerras napoleônicas, encerrando uma fase tormentosa com os movimentos da passagem da primeira à segunda metade do século XIX. A particularidade de terem sido tais casos, o inglês e o francês, marcados por episódios que ficaram na memória popular motivou o aparecimento de um estereótipo, o de que uma revolução se caracteriza por episódios destacados e importa em mudança mais ou menos rápida, com radicais alterações institucionais. Na verdade, os casos de revolução burguesa que a história assinala caracterizam-se pela extrema variedade. Entre os casos alinhados na referida variedade estão aqueles em que a burguesia passa a classe dominante política tão logo se torna classe dominante econômica.

Como os modos de produção – salvo o último, como se sabe –, nascem uns no ventre dos outros, surgindo os seus elementos pouco a pouco, o momento de ruptura oferece, por vezes, dificuldade para ser assinalado. A confusão deriva, em grande parte, do fato de se procurar as analogias e as interpretações mais na área empírica, isto é, nos fatos, no concreto, no particular, do que no nível conceitual. Nem toda revolução burguesa, naturalmente, pode apresentar episódio como o da queda da Bastilha. Toda revolução burguesa, entretanto, qualquer que seja a diversidade que apresente em relação a modelos empíricos, acontece, independente de tempo e espaço, quando determinadas relações passam a determinantes. Ora, entre nós, a busca afanosa de analogia com modelo empírico consagrado e marcante tem trazido mais confusão do que esclarecimento. É viável colocar-se a questão, assim: já passamos pela revolução burguesa, estamos passando por ela, estamos próximos dela? Como ocorreu o processo de mudança, como situar as origens dessa mudança, que consagra o capitalismo como modo de produção dominante? Em torno destas perguntas giram as controvérsias.

Como o dinheiro, o salário é muito antigo. Marx dizia, a propósito de conceituações, que nem todo negro é escravo e nem todo dinheiro é

capital. Os seus leitores sabem que o capital é uma relação e não uma coisa. Quando o salário se torna a forma normal de compra da força de trabalho, existe capitalismo. Sua lei fundamental – para lembrar uma expressão cara a Stalin – é a mais-valia. Quando isso aconteceu no Brasil? Marx, passando do lógico ao histórico, em *O Capital*, depois da apresentação do modelo conceitual, passou à apresentação do caso particular europeu. Para isso, reportou-se ao processo que batizou de acumulação primitiva, isto é, a acumulação inicial, que deu origem ao processo histórico da reprodução, no capitalismo, do capital. Tratava-se de saber a partir de quando determinado montante de dinheiro se fazia capital – era mais do que coisa porque era relação.

Ele descreveu, com rigor de mestre pelo qual ficou tão admirado, como surgiu então o capital. Mas a sua exposição referia-se, naturalmente, a um processo determinado, o processo que ocorreu no Ocidente europeu. Claro está que, a partir daí, para o estudo da revolução burguesa, para o estudo da origem do modo de produção capitalista, tratava-se sempre de um caso novo, com as suas particularidades. Assim, os pesquisadores italianos, alemães, búlgaros, russos e norte-americanos tiveram de apreciar as condições em que o fenômeno ocorreu em seus países, quando procuraram desvendá-lo e chegar ao descobrimento das origens do referido modo de produção. Note-se: a acumulação primitiva é acrescida, nos países de passado colonial, como o Brasil, das dificuldades já mencionadas, ligadas ao desenvolvimento desigual.

Aqui, a particularidade apresenta um traço singularíssimo: enquanto, normalmente, trata-se de verificar o crescimento quantitativo que acaba por se transmutar em qualitativo, numa acumulação que se processa apenas dentro do país em estudo, aqui, muito diversamente, como a acumulação era comprometida pelo fato de existir um fluxo constante da renda para o exterior, não podia ser pesquisada com esquecimento de tal característica. A acumulação primitiva, nos casos de economia colonial, como nos casos de economia dependente – sempre pela existência daquele fluxo desacomulador –, não pode ser estudada e compreendida quando não vista como particular do processo de que Marx, em sua obra fundamental, apreciou no nível universal.

Daí o fato de poder o processo ser apreciado de dois planos diferentes: quando tomado isoladamente e quando inserido no quadro geral da época. Neste, praticamente tudo o que acontece nas

áreas coloniais e dependentes pode ser entendido como acumulação primitiva. No Brasil, essa etapa, há muito ultrapassada no Ocidente europeu, onde se forjaram os modelos empíricos, a acumulação primitiva está ocorrendo ainda hoje. Como acontece aqui, realmente, a expropriação que deixa na arena o trabalhador inteiramente despojado, nas condições de, para subsistir, ter de vender unicamente força de trabalho, o único bem de que dispõe.

Acontece de formas as mais variadas, inclusive aquelas que abrangem os imigrantes. Estes, como já foi observado, ingressam no mercado brasileiro já despossuídos; foram expropriados antes de aqui chegarem. Mas no Brasil, antes e hoje, as formas se apresentam travestidas e são, via de regra, mistas. Assim, cabe aqui a categoria de semiproletariado, diga-se de passagem. Mas funciona, evidentemente, um processo em que antigos servos ou elementos mantidos em semisservidão, com pequenos proprietários de terras e de instrumentos de produção, são despojados do que possuem, para se interporem num proletariado recente. O processo não acontece em todo o Brasil. Muito ao contrário – e aqui temos aquela outra desigualdade de desenvolvimento já mencionada –, antecipa-se em algumas áreas e se retarda em outras, e em terceiras não começou ainda.

O nosso país é um mosaico e não se distingue nele, senão por força de fantasia, processos puros e uniformes, generalizados. Claro está que, ao longo da história, todas essas desigualdades, todas essas particularidades, acabam por apresentar aspectos confusos e complexos. Há vários Brasis e não dois apenas, como na tese conhecida. De qualquer forma, aquela confusão e aquela complexidade não significam ausência do processo. Se a persistência de um fluxo de renda para o exterior é fator importante na pesquisa do capitalismo brasileiro, a persistência de formas mistas de remuneração do trabalho é fator importante na pesquisa não só do nosso capitalismo como da formação do proletariado. Como se sabe, não temos, a rigor, proletariado de terceira geração e são poucos os operários de segunda geração. Há, permanentemente, o fluxo de trabalhadores expropriados no sentido das áreas capitalistas, onde comparecem para se incorporarem à massa assalariada. Este fenômeno ocorre todos os dias, diante de nossos olhos.

E ganha aquela dimensão trágica configurada no excesso de oferta, na existência de gigantesco exército de reserva, um dos maiores do mundo, que tanto concorre para aviltar o salário e para possibilitar

aos proprietários as condições favoráveis de manutenção do salário, aviltando o nível da força de trabalho. No passado, a vizinhança do trabalho escravo e do trabalho servil, isto é, daqueles que viviam em condições feudais, concorreu, poderosa e longamente, para fazer difícil a existência do assalariado brasileiro. Isto está ancorado em velhos tempos e os colonos trazidos por Vergueiro para Ibicaba, exemplo conhecido e escandaloso, não foram os primeiros nem os únicos a sofrerem de tal vizinhança com formas superadas de trabalho, além do peso de sua tradição na forma de comportamento dos senhores e até na exiguidade do pagamento.

Quando, pois, num quadro geral de tamanha complexidade e variedade, admitimos como existindo capitalismo no Brasil? Claro que tudo leva a considerar o país como aquele arquipélago a que se referia um economista, exigindo exame de áreas diferentes para se chegar a conclusões diferentes. Mas o próprio Brasil gera os seus modelos e os seus paradigmas. O mais fácil, porque o mais conhecido, foi aquele surgido no centro-sul, hoje região Sudeste, isto é, a área compreendida pelos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, com uma região vizinha e apendicular, o Sul mineiro.

O fato de ter havido nessa área uma certa continuidade no desenvolvimento material contribuiu para que nela surgissem as primeiras condições para a mudança qualitativa que definiu, a certa altura, o aparecimento do capitalismo. A mineração, depois o avanço cafeeiro, e finalmente a indústria, assinalam etapas que causaram, nessa área, pela continuidade no crescimento da riqueza, desprezadas as crises naturais, o aparecimento das condições prévias que permitiram e impuseram aquela mudança. A passagem da economia colonial à economia dependente, por outro lado – em que tal área teve papel preponderante –, permitiu que a acumulação, parca na etapa colonial, lenta na etapa dependente, configurasse o germe do capitalismo e que este se desenvolvesse. A rigor, como antecedentes históricos, Vergueiro foi um burguês pioneiro, Mauá foi um burguês típico. Um e outro, este principalmente, vencidos pela resistência do meio predominantemente feudal e escravista.

As reformas do fim do século XIX, particularmente a do regime de trabalho e a do regime político, com as suas implicações no sistema financeiro, de que o *encilhamento* foi episódio característico, como o *funding* negociado por Campos Sales o foi, de outra forma, as reformas assinalam os primeiros vagidos de um capitalismo nascido de parto

difícilimo. Ao longo da fase republicana, o panorama político esconde, na verdade, atrás de acontecimentos às vezes apenas pitorescos, a luta do capitalismo brasileiro, na sua infância, para subsistir em face dos obstáculos com que se defronta. A controvérsia sobre o protecionismo assinala aspecto interessante dessa luta. A acumulação interna, entretanto, encontra, em dois momentos, oportunidade para um salto à frente: o primeiro foi a guerra mundial que durou de 1914 a 1918; o segundo foi a crise iniciada no mundo em 1929. Existindo as condições, as oportunidades foram aproveitadas e as relações capitalistas alastraram-se.

Dois outros episódios, adiante, mas já sob condições diferentes, assinalaram o avanço dessas relações: o movimento de 1930, com a derrocada política das velhas oligarquias, que traduziam as dominações feudal e semifeudal, e a guerra mundial de 1939-1945. O Estado Novo, a rigor, foi um episódio da revolução burguesa no Brasil, na sequência do movimento de 1930 e das reformas que uma nova ordem política impunha. Ora, aqui não há fatos relevantes a marcar um momento em que as relações passam a capitalistas. Não há nenhum Cromwell, não se impôs ao povo brasileiro nenhuma Magna Carta, não há nenhuma queda da Bastilha e não tivemos nem Marat nem Napoleão. O processo brasileiro difere inteiramente do modelo do Ocidente europeu, que é o modelo clássico.

O capitalismo brasileiro avança devagar, aproveita as brechas para avanços mais rápidos, transige sempre com as relações políticas mais atrasadas e as econômicas que as asseguram, manobram, recuam, compõem-se. Gera uma burguesia tímida, que prefere transigir a lutar, débil e por isso tímida, que não ousa apoiar-se nas forças populares senão episodicamente, que sente a pressão do imperialismo, mas receia enfrentá-la, pois receia mais a pressão proletária. Os episódios de avanço são como patamares, duramente alcançados às vezes. Não há os episódios históricos de destaque, aqueles que vão para os compêndios, depois ensinados nas escolas e objeto de celebrações cívicas. Isto não significa que o processo não funcione, não avance – embora o avanço não seja uniforme e linear –, não seja marcado por conquistas. Tal processo se assemelha mais aos movimentos de uma roda quadrada, que vai se tornando redonda na medida em que rola, primeiro aos tombos, abalando as estruturas, depois mais suavemente. Nossa revolução burguesa não tornou ainda redonda essa roda gigantesca. Estamos dentro dela, fazendo parte dela,

somos testemunhas e protagonistas. Mas a heterogeneidade persiste: o Brasil arcaico nos cerca por todos os lados; o latifúndio persiste, resiste, abalado, mas sobrevivendo a tudo. As alterações agrárias processam-se pela duríssima via prussiana: todos os dias estamos assistindo a episódios, choques e escândalos dessa via tortuosa, que inflinge sofrimento e miséria às massas camponesas, mantidas em secular atraso, ainda nos primeiros esforços de organização e nas primeiras lutas da tomada de consciência.

É uma revolução burguesa peculiar à nação de passado colonial recente e de economia dependente. Revolução burguesa difícil, pois o imperialismo, que preside a dependência, coloca todos os obstáculos à união entre burguesia e proletariado-camponato para o avanço efetivo. Na época da revolução burguesa clássica, a do Ocidente europeu, a burguesia podia aliar-se ao proletariado incipiente para derrotar os senhores feudais e derrubar seus direitos e privilégios. Era senhora do seu destino e suficientemente forte para, passada a luta, reservar-se as vantagens da vitória. Hoje, isto não acontece. A burguesia, nos países de economia dependente, teme a aliança com as classes dominadas, pois estas estão suficientemente fortes para reivindicar a participação nas vantagens da vitória. Vamos, então, pelos trancos e barrancos de uma revolução burguesa que se desenvolve por patamares, sacudida de crises e acompanhada pelo imperialismo, que intervém no processo a cada passo.

Essa revolução burguesa desprovida de lances espetaculares, singular em suas manifestações, gera sempre figuras destacadas no plano empresarial – os sucessores de Vergueiro e de Mauá – e no plano político. Não é preciso demorar demasiado na análise histórica para apontar, entre os primeiros, a Roberto Simonsen; entre os segundos, a Getúlio Vargas. Os recuos a formas ditatoriais e a regimes de tipo fascista são os recursos de que se vale a burguesia, pressionada pelo imperialismo, para assegurar a via prussiana e a exploração cômoda e pacífica da força de trabalho: o Estado Novo, como a “redentora”, são exemplos dessa acomodação com o atraso. Isto não representa fatalidade, porém, mas resulta da correlação de forças.

Na medida em que o proletariado brasileiro consegue tomar consciência e organizar-se, e ajuda as massas camponesas a avançar, a burguesia sente necessidade de compor a sua força com eles, para enfrentar o imperialismo e introduzir na estrutura do país as reformas indispensáveis ao progresso harmonioso, não este crescimento

numérico de índices que sonega a realidade cruel, mas aquele que se define pelas vantagens que são extensivas às mais amplas camadas da sociedade brasileira.

De qualquer forma, completar as tarefas peculiares à revolução burguesa, ainda não alcançadas, no Brasil, pelas próprias características de que esta tem se revestido, é indispensável. A burguesia brasileira tem perspectivas para decidir seu destino e completar a sua revolução. Que terá, de qualquer forma, no Brasil, características completamente diversas, mesmo quando acabada, não se assemelhando senão conceitualmente – isto é, por ser uma revolução burguesa –, aos modelos empíricos clássicos. Porque, entre outras coisas, é de outra fase histórica.

2. AS RAÍZES COLONIAIS

O Brasil aparece na história quando da formação do mercado mundial, na etapa que alguns estudiosos convencionaram conhecer como revolução comercial, talvez para estabelecer e frisar suas diferenças em relação a outra etapa, aquela que ficou conhecida como revolução industrial, de época posterior. Sem o entendimento do quadro em que aconteceu, pois, o que os compêndios denominam “descobrimento”, é impossível distinguir o que caracterizou a colonização, regime que teve início com o ingresso do Brasil na história e que ficou encerrado, no nível político, com a autonomia. O próprio “descobrimento” decorre, não do acaso, mas das condições e das motivações que definiram a formação do mercado mundial. As grandes navegações e as ditas “descobertas” ou “descobrimientos”, que dão configuração ao chamado “mundo conhecido”, são manifestações essenciais da expansão das trocas que assinalam a passagem do medievalismo à Idade Moderna, para mencionar outra categoria da história comumente aceita, quando o feudalismo declina e surgem as primeiras condições para o aparecimento do capitalismo.

O declínio da estrutura feudal, de isolamento e de reduzidas trocas e contatos, rompe o rígido regime das corporações de ofícios e os laços de dependência entre os servos e os senhores. Paralelamente ao processo de centralização de poderes, que dá ao rei preeminência sobre os demais elementos da nobreza, desenvolve-se o processo

em que surgem ou crescem atividades que, independentemente da terra, permitem o enriquecimento. As trocas fixam novas condições de existência, exigindo novas técnicas, novos instrumentos e até uma nova ética, a ética que lhes retira a inferioridade anterior de *status*. É, pois, a época do capital comercial e do capital usurário, aquele auferido no movimento das mercadorias, este auferido com o dinheiro encarado enquanto mercadoria.

No nível dos acontecimentos, é a época das cruzadas, da unificação papal – quando europeu e cristão tornam-se sinônimos –, das lutas para expulsar os árabes do continente e permitir o restabelecimento da navegação comercial no Mediterrâneo para os cristãos, da queda de Constantinopla, tomada como marco histórico e, de modo geral, da unificação real, do alvorecer das nações. No nível da cultura, do Renascimento e do Humanismo, com o aparecimento dos idiomas nacionais e das literaturas nacionais. No nível das técnicas, do emprego da pólvora para propelar projéteis, da letra de câmbio para facilitar a circulação do dinheiro, da navegação de longo curso, para ampliar os roteiros e permitir o devassamento dos oceanos.

A transformação qualitativa no nível das trocas comerciais opera-se desde que a quantidade de mercadorias trocadas passa da etapa das especiarias, cujo consumo ficava limitado às classes mais afortunadas, via de regra, à etapa dos produtos que encontram largo consumo e, portanto – porque o comércio domina a produção –, devem ser produzidos e consumidos em larga escala. Essa transformação qualitativa vai afetar, em processo de ritmo acelerado, produtos até bem pouco de consumo local – como o açúcar –, tornando-os mercadorias, isto é, aquilo que é produzido para ser trocado, e deve ser trocado em escala muito maior do que antes, atingindo mercados distantes. Para o quê, no domínio das técnicas, os meios de transporte se aperfeiçoam e a navegação cria novos barcos e novos sistemas de orientação.

A especialização de regiões na produção de determinadas mercadorias obedeceu ao determinismo de condições ecológicas, em primeiro lugar no tempo, para só depois obedecer ao de condições econômicas. Na referida época, a especialização, via de regra, dependia de condições fixadas naturalmente, isto é, das condições ecológicas. As trocas com o Oriente, por roteiros terrestres, até os portos do Mediterrâneo – as rotas das caravanas –, desenvolveram-se em proporções tais que passaram a exigir maior capacidade de transporte, e tal exigência só poderia ser atendida, ao tempo, pela navegação.

Entre os produtos orientais que, com um passado de especiarias, haviam atingido o nível da mercadoria de largo consumo, destacava-se o açúcar, obtido da cana, planta oriunda das áreas alagadas de Bengala, fornecendo ali um caldo de consumo local. Transportado para a Mesopotâmia, os árabes criaram a técnica que permitia transformar o caldo em sólido; só após transformado em sólido o açúcar se tornou mercadoria. O largo contato das caravanas árabes com os barcos venezianos que frequentavam os portos do fundo do Mediterrâneo permitiu aos mercadores italianos hegemonia no primeiro momento da expansão do consumo do açúcar na Europa. Eles dominaram não apenas a produção, mas principalmente a comercialização. Como o açúcar exigia, para ser transportado, o beneficiamento industrial, era preciso que os produtores tivessem acesso à técnica que proporcionava o maquinário rudimentar das moendas e que os comerciantes tivessem acesso ou dominassem os meios de transporte. O terceiro termo estava no que se referia ao consumo: era preciso que se controlasse os mercados consumidores.

Região de passagem obrigatória para a navegação entre a Europa e o fundo do Mediterrâneo – teatro de largos contatos entre cristãos e muçulmanos, entre o Ocidente e o Oriente –, Portugal originou-se de processo comum no declínio feudal, quando se fragmentavam territórios por força de disputas entre senhores. Sua autonomia assentou particularmente nos largos contatos marítimos, que lhe permitiram resistir às tentativas de reincorporação ao domínio de origem e enfrentar a prolongada luta contra os árabes, no sentido de expulsá-los. Nos portos lusos sediaram-se grupos mercantis, desde cedo, e particularmente aqueles que deixavam a península italiana. A precocidade da unificação monárquica e a presença ativa e prestígio do grupo mercantil, em parte adventício, permitiram a Portugal ingressar na etapa nacional antes de outros povos. Essa antecipação deu a Portugal, também, as condições para colocar-se na vanguarda da expansão marítima, que ligaria diretamente os mercados produtores do Oriente aos mercados consumidores da Europa.

Antes de lançar-se à etapa das navegações oceânicas, de que resultaram os chamados “descobrimientos”, Portugal expandiu as trocas com as regiões africanas e tornou-se, ainda, herdeiro do mercantilismo italiano. Dos venezianos, os mercadores sediados em Portugal receberam os segredos da produção e do comércio do açúcar, que passaram a dominar muito cedo, tornando-se produtores de açúcar

nas ilhas do Atlântico. Não estavam, porém, em condições de operar a criação de um mercado de consumo capaz de permitir a expansão tomada depois pela produção açucareira. Esta operação – a mais importante da fase inicial do mercantilismo – pertenceu aos holandeses, que detinham desenvolvimento manufatureiro que lhes permitia fabricar o maquinário das moendas, desenvolvimento técnico para construir barcos relativamente grandes, e desenvolvimento econômico que lhes permitia considerável avanço nas trocas e anteciparia o advento do capitalismo.

Como os italianos antes, Portugal, entretanto, exercia o comércio de intermediação, isto é, não vendia o que era produzido no reino, mas o que comprava em outras áreas. No século XVI, os portugueses exerceram, praticamente, o monopólio do comércio do açúcar das ilhas, do algodão e da pimenta da Índia, do aloés de Socotora, das pérolas de Ormuz, da canela e dos rubis do Ceilão, do sândalo e da cânfora de Sumatra, do cravo e da noz-moscada das Molucas, das musselinas de Bengala, do chá da Índia e das porcelanas do Japão. Tratava-se, para o grupo mercantil luso, de obter, por compra, por troca ou pela força, mercadorias nas áreas produtoras e de vendê-las nas áreas consumidoras, auferindo a diferença de preço entre a operação inicial e a final.

Nisto residiu o segredo do sucesso português e nisto residiu o seu fracasso, a sua debilidade fundamental: *a economia lusa não era nacional*.

Origem da colonização

O comércio de intermediação era, por característica, desligado dos extremos, a produção e o consumo, e nada tinha a ver com a estrutura dos mercados produtor e consumidor. Daí o estabelecimento, no Oriente, de simples feitorias, isto é, praças onde se operava o embarque das mercadorias. Não se tratava de ocupar a área produtora. Não se tratava de montar a produção, que existia antes, que constituía empresa à parte, em que os comerciantes lusos não interferiam. O desenvolvimento do comércio do açúcar, entretanto, apresenta aos portugueses, pela primeira vez, a necessidade de ocupar, de interferir na produção, de povoar – de *colonizar*, em suma. A estrutura portuguesa de Estado não estava preparada para a tarefa nova que se apresentava,

no curso do desenvolvimento mercantil. A empresa das navegações e do comércio em escala mundial não previra a eventualidade de ocupar, povoar, produzir. Ela não era produtora, mas apenas mercantil. Se a eventualidade de assumir os encargos da produção era arriscada, ainda no caso de já existir produção na área a ser ocupada – como acontecia no Oriente –, apresentava-se muito mais difícil no caso em que não existia produção, tratando-se de iniciá-la. E este era, precisamente, o caso brasileiro.

Desde que se tratava de montar, em regime distante, empresa produtora que atendesse aos interesses do mercantilismo metropolitano, havia que lançar as bases de tal empresa de forma que ela se inserisse no quadro do tempo; desde que produzisse, como condição eliminatória, mercadorias suscetíveis de entrarem, desde logo, nas correntes de comércio; que, portanto, tivessem mercado consumidor assegurado. Aquela mercadoria que já tinha mercado consumidor amplo e em condições de ser ainda ampliado, que estava já incorporada às experiências produtora e mercantil lusas e que tinha condições para proporcionar alta rentabilidade era o açúcar da cana, que Portugal produzia nas ilhas do Atlântico. Desde que as condições ecológicas permitissem, a cana-de-açúcar se impunha como planta adequada. Suas sucessivas transplantações haviam comprovado a fácil adaptação, dentro de determinados limites de solo e de clima, em regiões novas.

Para produzir, entretanto – satisfeitas as condições ecológicas e escolhida a mercadoria adequada –, era preciso muito mais. Era preciso capital (no sentido de determinado montante de dinheiro, tão simplesmente) e era preciso força de trabalho. Quanto à primeira exigência – sobre o que convencionamos conhecer como investimento inicial –, grandes obstáculos se apresentavam, pois a acumulação mercantil era lenta e, não sendo nacional, no caso português, estava constantemente no giro, fora de alcance do Estado luso. Duas linhas se apresentaram na solução do problema: a de buscar, mais uma vez, a aliança mercantil holandesa, tradicional na exploração do açúcar, presente nas técnicas, na produção, no transporte e na distribuição; e a de transferir a particulares, principalmente aqueles enriquecidos no tráfico com o Oriente, os encargos iniciais. Claro está que, num caso e no outro, pois ambas as linhas foram adotadas, operava-se uma partilha. Desde logo se verifica, portanto, que a colonização do Brasil importou, desde o início, numa transferência de lucro a mercadores

estrangeiros. Ao particular luso, o donatário, transferiram poderes os mais amplos, apelidados majestáticos até, mas exigia-se a condição da disponibilidade dos recursos para o investimento inicial.

Havia que resolver, ainda, o problema da força de trabalho. Se se tratava de produzir para exportar, e esta condição, por si, assinala e caracteriza a situação inicial do Brasil, havia que produzir em grande escala. Não faria sentido em produzir em pequena escala, em tal distância, e ainda menos produzir para consumo local ou próximo. A grande produção, nos termos em que a atividade da terra estava colocada, na época, demandava força de trabalho numerosa. Como, ao tempo, o trabalho assalariado apenas existia isoladamente, a saída espontânea e natural estava no escravismo, isto é, na coação física de massa de trabalhadores. Poderiam ser indígenas, se estes se adaptassem ao trabalho sedentário obrigado. São conhecidas as razões que impediram o aproveitamento do indígena na montagem da empresa açucareira no Brasil. Daí a saída da transplantação de massas escravas africanas, uma vez que o escravismo moderno já havia sido solução para a ocupação do solo no Sul de Portugal, para a produção de açúcar nas ilhas e para outros tipos de exploração, sendo o tráfico negreiro uma das grandes empresas do mercantilismo.

As grandes peças da estrutura estavam, pois, dispostas: a terra, que era virgem e extensa, ecologicamente favorável; o capital, levantado na área mercantil holandesa e, ainda, na portuguesa, e levantado pelo que poderia ter sido, então, conhecido como “iniciativa privada”; a força de trabalho, transferida da África, aproveitando a prática das empresas negreiras, largamente lucrativas. O Estado doava as terras, de que não havia antecedentes de propriedade, delegava poderes e reservava-se o monopólio do comércio. Assim, o particular corria os riscos da empresa, recebia direitos administrativos e políticos amplos, monopolizava a produção, em que o Estado só interferia pela tributação, previamente determinada, mas não interferia na comercialização. Foi, portanto, solução média; se, antes, o Estado mercantil não interferia com os extremos, a área produtora e a área consumidora, isolado de ambas, fazendo apenas a intermediação, agora, inovadoramente, continuava ausente da área consumidora e delegava a área da produção. Atrás da rigorosa montagem da empresa produtora do açúcar brasileiro – que, no século XVII, apresenta-se como a maior empresa mundial, aquela que concorre, nas correntes de comércio, com o volume maior de mercadorias – está, pois, o

capital comercial do Ocidente europeu, a mais avançada das formas pré-capitalistas do capital.

Se é, pois, absurdez falar em renda imobiliária na etapa inicial da vida brasileira, quando ela não impõe limites ao emprego de capital ou de trabalho sem capital, é, ao contrário, pertinente, examinar a colonização como gigantesca empresa produtora transplantada. Ela tem, no Brasil, no caso particular, apenas sede, pois tudo o que a compõe, menos a terra, vem de fora. Essa transplantação rompe com o desenvolvimento histórico local, pois destrói, onde se implanta e onde se alastra, a comunidade primitiva indígena, interrompendo a sua evolução natural para o escravismo, envolvendo, nesta interrupção, a destruição também do patrimônio cultural dos primitivos habitantes da terra. O que define, conseqüentemente, o regime transplantado? O traço essencial está no trabalho escravo. Trata-se de forma ampla – a mais ampla, no tempo – do escravismo moderno, proporcionada pela expansão mercantil, pela constituição do mercado mundial, pela acumulação primitiva no Ocidente europeu e pelo avanço do mercantilismo, que anuncia a criação de condições para o surgimento do capitalismo. A exploração colonial – no sentido de *colonização* particularmente – constitui, pois, uma das fontes mais importantes para o advento do capitalismo, não sendo estabelecida, embora em forma capitalista, antes alinhado, pelas necessidades reais, pelas condições vigentes, regime de trabalho superado historicamente, o escravismo.

A produção escravista brasileira não se destinava ao mercado interno, que não existia, mas ao externo, de características inteiramente diferentes; é aqui estabelecida, quando a produção de mercadorias e a sua comercialização haviam atingido, em escala mundial, uma etapa superior, e vai alimentar o seu desenvolvimento; é aqui estabelecida em extensas áreas, no regime da grande propriedade, do latifúndio, e vai ser a sua mola propulsora. Trata-se de regime escravista moderno, inteiramente diverso do escravismo clássico na forma, aqui apresentando forma não exclusiva mas gigantesca, que acaba por configurar um modelo de sistema produtor aparentemente anômalo, porque original: fechado por dentro, pela ausência de mercado interno; fechado por fora, porque submetido ao regime de monopólio comercial. Começam a surgir desse conjunto de características as grandes linhas definidoras do que ficou batizado de *colonização*: a especialização ecológica; a ausência inicial de valor da terra e sua ampla disponibilidade; o regime de monopólio comercial.

A colonização brasileira, assim estruturada, inicialmente, atravessou as suas primeiras etapas quando do apogeu do desenvolvimento mercantil português, minado, entretanto, pela debilidade já indicada; constitui, no decorrer de um século, a maior empresa produtora do mundo; mas atravessou as etapas posteriores já na fase de declínio do mercantilismo luso e de subordinação da metrópole na correlação política de forças no quadro mundial. Se Portugal, na época dos esplendores mercantil e político, fundou sua expansão na associação com organizações estrangeiras, na fase de declínio as possibilidades de acumulação se tornaram nele praticamente nulas. Assim, uma acumulação reduzida, de todo desproporcionada ao vulto da empresa e à extensão do apossamento, reduziu-se ainda mais, de sorte a anular-se. O fluxo de renda que começava na colônia e levava à metrópole, pois, acaba por apenas passar por ela, destinando-se a outras áreas. Na medida em que isso ocorre, a colonização se torna extorsiva, e cada vez mais extorsiva.⁵

Numa sociedade dividida em classes, e particularmente quando a distância social entre elas é muito grande, ou proporcionalmente a tal distância social, não há uma ideologia, mas ideologias: a da classe dominante e a das classes dominadas. No Brasil colonial, pois, há uma ideologia da classe dominante, dos senhores de terras e de escravos ou de servos, e uma ideologia dos escravos e servos e, mais adiante, uma ideologia da camada média ou pequena burguesa. A história vulgar, que não se ocupa de ideologias especificamente, deixa transparecer que existe uma ideologia apenas, que é a da classe dominante. As rebeliões de escravos só recentemente começaram a ser estudadas – o material anterior pode ser aceito apenas como preparatório – e as de servos têm sido confundidas, em suas motivações e em sua significação. É possível, resumidamente, afirmar, sem que haja condições amplas para comprovar com documentos, que a ideologia dos escravos se bifurcou entre o anseio, às vezes levado ao plano da luta pela liberdade, e o anseio traduzido no que a sociologia vulgar batizou de sincretismo religioso, na fuga espiritual, na evasão pelo pensamento, na procura de um consolo.

Balançando entre a submissão e a rebelião, as massas africanas escravizadas, pelo menos de primeira e de segunda geração, colocam como ideal mais avançado subtraírem-se à dominação, alcançar a

5. Pulou-se da pág. 29 à pág. 40 do livro citado.

liberdade de movimentos, o trabalho em seu proveito e, para isso, seguindo um caminho que os indígenas apontaram, desde o início da colonização: o da fuga para o interior e o do agrupamento em zonas que as autoridades da classe dominante, as do Estado e as da ordem privada, não as alcançassem. O maior entrave à concretização desta retirada está na dispersão que o trabalho agrícola impõe e, evidentemente, a vigilância e a repressão agravam. As insatisfações de escravos e de servos assumem fisionomia religiosa, com frequência, quando não derivam, e isto é frequente, para o terreno do revide individual, que gera o banditismo. As zonas em que imperam relações feudais, ao longo do tempo, e desde muito cedo, apresentam sucessivos e típicos episódios em que banditismo e fanatismo religioso se alinham, às vezes com proporções muito graves. A sociologia vulgar não se tem preocupado em distinguir o social subjacente nesses episódios; para ela, desde logo, trata-se de “coletividades anormais”. Claro está que a documentação a respeito de tais episódios, quando existe, deve ser examinada com cuidado: ela não revela diretamente os problemas e os traços ideológicos, mas os disfarça.

A ideologia da classe dominante colonial é a da metrópole, na fase açucareira: o senhor de engenho próspero é uma espécie de mandatário, de procurador da classe dominante metropolitana e os poderes que ela exerce, em Portugal, através do Estado, são os poderes delegados aos seus representantes na colônia. Trata-se de uma ideologia escravista e feudal, a que a legislação atende com rigor: discriminatória, racista, resguardando-se em elementos os mais diversos, que vão do modo de trajar ao preconceito de religião e de cor. A distância social, marcante em todos os casos, mais profunda no caso do escravo africano, só é atenuada quando a submissão sanciona os seus termos: a miscigenação – apresentada, pitorescamente, pela sociologia vulgar, como dom congênito do português, em relação ao negro ou, antes, à negra – traduz a submissão, em sua forma mais ostensiva. A ideologia da classe dominante tem insistido e caprichado, aliás, em explicar que o escravismo era doce e até bem aceito: era, no fim das contas, um benefício para os escravos. Não é preciso nenhum esforço para demonstrar que a escravidão era o contrário disto. A valorização da submissão, pois, corresponde, no plano ideológico, às necessidades de dominação de classe.

Mas a camada média, pelo menos desde o advento da mineração, tem outra noção do mundo e da vida. Ela tem, desde logo,

muito mais necessidade de cultura, no sentido de conhecimento, do que as classes inferiores, escravos e servos. Aparecendo em consequência de mudanças sociais de grande profundidade, diferencia-se, em todos os sentidos, no ideológico inclusive, daquelas classes inferiores na escala social. Seus elementos, na maioria, temem decair para tais classes e anseiam por um teor de vida próprio da classe dominante. Têm, por isso, muitos dos preconceitos e prejuízos desta, destacadamente os de cor e de religião, apesar da miscigenação estar presente com forte contribuição numérica na formação e na ampliação dessa pequena burguesia precoce, ávida de ascensão, mas com possibilidades a este respeito, extremamente reduzidas.

Nela residem, entretanto, e talvez por isto mesmo, pela estreiteza de suas oportunidades de ascensão social, os fermentos mais poderosos de mudança, os inconformismos mais sérios e alastrados, as rebeldias mais graves. Dela partem os movimentos que sacodem as capitanias, depois províncias. Nela se recrutam os elementos que falem pela classe dominante colonial, nas câmaras locais; os que procuram o ensino, o diploma, a atividade intelectual que funciona como redenção, pois abre perspectivas a um tipo de trabalho que não guarda os estigmas do trabalho físico. Essa camada média ou pequena burguesia, que começa a aparecer nos apagados núcleos urbanos, que se escalonam, via de regra, ao longo da extensa costa marítima, cresce extraordinariamente com a mineração e a divisão do trabalho que esta proporciona. Atividades antes inexistentes, ou inexpressivas, começam a encontrar espaço desde então. São, no maior número dos casos, atividades urbanas, facilitadas pela comunicação direta, pela vizinhança dos órgãos da administração.

Quando a mineração decadente põe a nu, com notas de escândalo, a contradição política que levará o regime colonial ao fim, e que disfarçará ou atenuará, até certo ponto, na época, a contradição de classe, essa camada média vai fornecer a galeria dos nossos santos, dos nossos mártires, dos nossos heróis. E, nesse processo complexo, até aqui também pouco estudado, particularmente no que diz respeito ao problema da alienação cultural, acontece o fenômeno de defasagem ideológica no plano político, tão ostensivo nos movimentos de rebeldia que surgem nos fins do século XVIII e que se prolongarão pelo século XIX afora, antes e depois da autonomia. Em que consiste a defasagem? Consiste no esforço de apropriação, da parte dos elementos cultos da camada média – em parte, também, da classe dominante, às vésperas

da autonomia e depois dela –, de uma ideologia gerada no exterior, sob condições objetivas e subjetivas que o Brasil não apresentava, nem na fase colonial, nem na fase posterior à autonomia, no século XIX.

O esforço pela apropriação de uma cultura política gerada em condições tão diversas – e até mesmo de uma cultura artística, particularmente a literária – representa um dos problemas mais profundos que o nosso desenvolvimento histórico alinhou. Seu diagnóstico tem sido feito, porque as anomalias que proporcionou são fáceis de observar; o que não tem sido feito é a análise capaz de tornar compreensível aquilo que tem traços aparentemente contraditórios; que teria levado os rebelados, os conspiradores, a adotarem, em suas formulações políticas, os princípios básicos, claros, ostensivos, gerados e popularizados pela revolução burguesa no Ocidente europeu e nos Estados Unidos nos fins do século XVIII? As bibliotecas dos chamados inconfidentes – mineiros, baianos, pernambucanos – mostram como o pensamento político dos próceres, recrutados na camada média em sua quase totalidade, abeberou-se das mais puras fontes das ideologias burguesas europeia e norte-americana.

Ora, existe evidente defasagem entre as formulações ideológicas geradas em condições objetivas e em condições subjetivas bem conhecidas na Europa e nos Estados Unidos dos fins do século XVIII, e a realidade brasileira desta época, quando o regime colonial chega ao fim, mas em condições objetivas e em condições subjetivas muito diversas. Mencionar o fenômeno como transplantação cultural é apenas colocá-lo, não é explicá-lo. Percorra-se o rol programático das rebeliões e conspirações do tempo no Brasil: ele alinha aqueles pontos que correspondiam, na Europa e nos Estados Unidos, à revolução burguesa em avanço. Como reapareceram aqui, onde a burguesia praticamente não existia? Daí a defasagem: a realidade de uma época e a ideologia de outra época – épocas históricas, bem entendido.

Conclusões

Os problemas que a história coloca se tornam muito mais complexos quando fenômenos idênticos ocorrem em fases diferentes. Como o raciocínio é quase sempre analógico e as classificações são buscadas em arsenal conceitual forjado antes, em outros modelos, os títulos tornam-se, desde logo, passíveis de dúvida e motivam largas discussões. Às vezes acontece que o nível das discussões não

ultrapassa o problema semântico. Nem sempre, entretanto. Cabe à própria discussão distinguir entre o formal e o essencial, pela aplicação sistemática do método histórico e do método lógico. Nada pode ser compreendido – e, portanto, definido – fora do processo histórico, uma vez que tudo é historicamente condicionado. Convém verificar, a breves traços, o que acontece, neste sentido, com o problema da colonização.

A primeira confusão a repudiar é aquela que associa o conceito à categoria histórica de colonato, forma de transição entre o fim do escravismo clássico e o início do feudalismo no Ocidente europeu. Nesse processo de transição, o escravo começa a libertar-se, isto é, a passar à condição de servo. No caso brasileiro, isto não tem nenhuma adequação e lugar. A segunda confusão, e a mais grave, porque as semelhanças formais, na realidade, induzem ao erro, é aquela que nasce do emprego, num caso concreto, de categorias e conceitos gerados em outro caso concreto, conceitos e categorias de determinado tipo de colonização a outro tipo de colonização.

De forma muito geral, partindo do Ocidente europeu, a colonização teve dois momentos históricos, e muito diversos: o movimento gerado pela criação do mercado mundial, nos fins do século XV e início do século XVI, com o mercantilismo e domínio do capital comercial, forma pré-capitalista do capital, de que surgiu a América para o mundo conhecido e quando Espanha e Portugal, de início, e Holanda e Inglaterra, depois, apoderaram-se de vastas extensões no novo continente, ocupando-as, povoando-as e explorando-as; e o movimento oriundo da expansão capitalista, que culminaria com o imperialismo, nos fins do século XIX, de que surgiram as áreas coloniais, e a colonização, da África e da Ásia. O fim da colonização, no primeiro caso, ocorreu entre as últimas décadas do século XVIII – independência das treze colônias da América do Norte – e primeiras décadas do século XIX – independência das colônias espanholas e portuguesas da América. O fim da colonização, no segundo caso, bem próximo de nós, ocorreu a partir de 1945. No fim da Segunda Guerra Mundial, com a derrocada do chamado sistema colonial. Essa diferença, marcada no tempo, perde significação essencial quando limitada a isto, porque a diferença essencial está ligada à distância histórica.

Nos dois casos, entretanto, há uma decorrência inevitável: o passado colonial marca as nações que o sofreram. Há sempre consequências, mazelas, sequelas ancoradas naquele passado. A principal, sem a menor dúvida – presente, inclusive, nas manifestações,

mais disfarçadas ou ostensivas do neocolonialismo –, está ligada àquela definição: *uma economia é colonial quando a renda que proporciona se concentra no exterior*. Em qualquer caso, no tempo e no espaço, pois, isto caracteriza uma dependência colonial. O grande problema dos países de passado colonial, tanto os do primeiro como os do segundo tipo, consiste em criar, pois, uma economia nacional. E, naturalmente, uma política nacional, uma cultura nacional. A criação de uma política nacional está, por isso mesmo, ligada intimamente à existência e funcionamento de uma estrutura democrática: a característica antinacional está, precisamente, na inexistência de estrutura democrática, na vigência de formas ditatoriais de governo. A criação de uma cultura nacional e sua preservação está, também, vinculada intimamente ao problema democrático da liberdade de pensamento e de expressão, de comunicação, em suma.

São as forças econômicas antinacionais que geram as formas políticas e as formas culturais antinacionais: para manter aquelas, é absolutamente necessário suprimir as liberdades que condicionam a democracia e a cultura. Não importa, evidentemente, apenas o passado colonial para que tais mazelas e sequelas se manifestem: ter passado colonial não constitui condenação irremissível. O que constitui condenação, embora superável, é persistirem condições de subordinação colonial, e elas persistem quando condições presentes, e não passadas, estão ainda em vigência. Quaisquer que sejam os apregoados índices de desenvolvimento – a colonização também os apresentou aqui, com o açúcar e com o ouro – a realidade prova que há muito de colonial, no Brasil, na fase contemporânea. O problema das generalões que começam a ingressar na maioria, pelas suas sucessivas camadas, consiste, pois, em eliminar as conseqüências do passado colonial, para que o Brasil se torne nacional.⁶

3. A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Certo dia, participando de seminário em uma de nossas universidades, deparei-me com a afirmação, feita por um dos professores presentes, titular de cadeira de História, de que não havia o que discutir quanto à fase de passagem da sociedade brasileira à

6. Pulou-se da pág. 44 à pág. 56 do livro citado.

etapa capitalista. Para ele – e afirmava isto de maneira categórica – o capitalismo, no Brasil, datava da etapa colonial, existira sempre. A minha surpresa foi idêntica à que sentira, há muitos anos, em exame de português, quando um aluno afirmou que a palavra *aquí* era verbo e instado a conjugá-lo no presente do indicativo, não titubeou, recitando: eu aqui, tu ali, ele acolá, nós na frente, vós atrás, eles no meio. Pois a heresia, para não dizer a cincada, era do mesmo quilate.

Se o Brasil era capitalista desde o século XVI – afirmação colocada como indiscutível –, era espantoso que tivéssemos estudado a revolução francesa, episódio e processo do século XVIII, ou a revolução inglesa, cuja primeira etapa datava do século XVII. Nós, no Brasil, éramos capitalistas antes dos franceses e dos ingleses. Consequentemente, a nossa burguesia era classe dominante na fase colonial e antecedora à burguesia francesa e à burguesia inglesa. O fato ficaria no nível do anedotário se a tese não fosse esposada e defendida também por notória e eminente figura do ensino nacional, que timbrava em afirmá-la. Não era, pois, produto da imaginação do jovem professor, que apenas a repetira, pondo nela a ênfase de sua presunção no saber. Não. Ela estava alicerçada, e solidamente, numa concepção histórica que era imposta como indiscutível e se arrastava das cátedras mal providas ao espírito de milhares de jovens, que a citavam porque provinda daqueles indicados para guiá-los. Nada tenho com tal ensino. É direito de cada um, no nível do ensino da história em nosso país, adotar e divulgar conceitos e categorias a seu gosto. O que impugno é que tais conceitos e categorias façam parte do marxismo, e particularmente a tese principal: o capitalismo brasileiro data da fase colonial. O que me parece errôneo é que tal absurdidade passe por marxismo. E isto se deve, em grande parte, ao fato de que um dos que a adotaram foi um marxista. Isto me lembrou o esclarecimento curioso de certo mestre europeu: nem todos os que se dizem marxistas realmente o são.

Marx escreveu que nem todo negro é escravo e nem todo dinheiro é capital, em termos históricos. Nem todo montante em dinheiro, pois, representa capital. Para funcionar como capital, naturalmente, depende da existência de determinadas condições históricas. Como o montante de dinheiro pode ocorrer em qualquer etapa histórica, pois o dinheiro é muito antigo, sob a forma de moeda, a partir de determinado momento tornou-se fácil confundir um montante de dinheiro com o capital, como a sociedade o conheceu e

definiu em determinada etapa do desenvolvimento histórico. Desde que a troca exigiu, para sua facilidade, o uso da moeda, a riqueza em dinheiro fez o seu aparecimento. Se a moeda – o dinheiro, como é comum conhecê-lo – é muito antiga, o mesmo não se dá com o capital, para cujo aparecimento uma das premissas necessárias – mas não a única, longe disso –, é a existência de determinado montante de dinheiro. O capital é, na verdade, uma categoria histórica. Aparece quando determinadas condições existem e geram essa categoria. Tais condições ocorrem em épocas diferentes para cada país ou nação. Não ocorrem ao mesmo tempo em todas elas. E não ocorrem porque o desenvolvimento histórico é desigual: é a lei do desenvolvimento desigual. Algumas áreas conhecem a etapa capitalista antes de outras: a Inglaterra antes da França, a França muito antes do Brasil, por exemplo.

Quando o capital apareceu, o dinheiro existia há séculos. A forma mais ostensiva da riqueza foi, por longo tempo, a posse de muito dinheiro. Na realidade, os verdadeiramente ricos nem sempre possuíam muito dinheiro – possuíam grandes propriedades. Nas etapas históricas anteriores ao capital, grandes propriedades de terras ou bens imóveis. A riqueza notória, entretanto, foi aquela que se constituiu em dinheiro. Isto resultou, em grande parte, do desenvolvimento comercial. Realizando trocas comerciais, determinadas pessoas acumularam montantes crescentes de riqueza em dinheiro. A estes montantes se deu o nome de capital comercial. Outros, usando o montante de dinheiro que possuíam, realizavam empréstimos e cobravam juros por tais empréstimos. Ficaram conhecidos pelo exercício da função: tornaram-se detentores do capital usurário. Capital comercial e capital usurário foram formas anteriores ao aparecimento do capital como a sociedade moderna veio a conhecê-lo. Foram formas pré-capitalistas do capital. Isto é, formas em que o montante de dinheiro, mesmo grande, não funcionava como capital, não era capital. Como o comércio e a usura se desenvolveram em muitas áreas e de velhos tempos, essas formas pré-capitalistas do capital foram largamente conhecidas muito antes do aparecimento do capitalismo. Foram conhecidas, por exemplo, na sociedade feudal, de que surgiu, em algumas áreas, a sociedade capitalista. Capital comercial e capital usurário corroeram a sociedade feudal, desagregaram os seus laços, destruíram-na, em determinadas áreas. Em outras, conviveram com ela.

Passemos do geral ao particular: no século XVI, quando o Brasil foi “descoberto”, Portugal era um dos países em que se desenvolvera

largamente o capital comercial e, em menor escala, o capital usurário. A sociedade portuguesa era feudal, mas uma das características do seu feudalismo consistia justamente na enorme presença e função nela do capital comercial. As grandes navegações, as navegações oceânicas, foram empresas do capital comercial. Ao mesmo tempo, em outros países europeus, existiram e se expandiram essas formas pré-capitalistas do capital, destacadamente na Holanda. O mercantilismo português, na vanguarda destacada, ao tempo, possibilitou o grande avanço das ciências à náutica, particularmente a orientação em alto mar, a construção naval e a cartografia. No amplo quadro da expansão marítima, a “descoberta” do Brasil foi inserida, a princípio, como episódio menor. Adiante, a necessidade daquela expansão criou as condições para o que se convencionou conhecer como “colonização”. A empresa da “descoberta” do Brasil foi tarefa do capital comercial português. A empresa da “colonização” do Brasil foi também tarefa daquele capital e do capital holandês. O Brasil colonial, conseqüentemente, conheceu apenas o capital comercial. Foi obra do capital comercial.

Como sabemos de história vulgar, a empresa da “colonização” – empresa do capital comercial – só foi possível com a implantação do escravismo africano. Os elementos necessários a essa empresa tiveram todos origem externa: os recursos materiais, comportando o que denominei “investimento inicial”, provieram do capital comercial português e holandês; o trabalho foi fornecido por escravos africanos; e a própria planta, a cana, foi originária da Índia, transferida depois às ilhas lusas do Atlântico. A terra – fator de produção indispensável – era extensa e não tinha antecedentes de posse, uma vez que o indígena não conhecia a propriedade. Era disponível e não entrava nos custos da produção. Os elementos humanos trazidos para a montagem da empresa e para fazê-la funcionar traziam culturas diferentes entre si e em relação ao habitante primitivo. No nível social, o índio vivia em comunidade primitiva, o luso provinha de relações feudais e o africano era originário de comunidades tribais, na sua maior parte. O feudalismo luso estava em processo de enfraquecimento, justamente pelo desenvolvimento do capital comercial – era época do mercantilismo.

A fusão, com emprego em larga escala da coerção física, desses elementos tão diferentes, para a montagem de uma empresa de grande porte, utilizando técnicas apreciáveis, possibilitadas pelo estágio da manufatura europeia, assinala nítidos traços fundamentais na sociedade colonial: o feudalismo português da legislação e dos costumes da

classe dominante dos senhores e do mínimo de aparelho de Estado então instalado coexistia com o escravismo e com a comunidade tribal indígena. A legislação era uma coisa, a realidade era outra coisa. Essa coexistência de valores heterogêneos está no berço de uma sociedade cuja maioria era de transplantados. Assim, desde os primeiros dias aparecem e se desenvolvem, influenciando-se mutuamente, às vezes violentamente, formas diversas, gerando categorias mistas ao longo do tempo. A história, aqui, foi fundamentalmente o processo contraditório dessa difícil coexistência.

A comunidade natural indígena teve influência relativamente pequena nesse processo. O escravismo e o feudalismo, entretanto, tiveram nele papel destacado. No que diz respeito a este havia, desde logo, traço diferenciador e peculiar: a terra não tinha antecedentes de propriedade. Outro fator originário estava na vinculação ao mercado mundial. O escravo e o açúcar logo se tornariam as principais mercadorias nesse processo de vinculação ao mercado. A produção colonial seria montada sob a premissa fundamental de se destinar a esse mercado: estava voltada para o exterior. Ora, o mercado mundial, na época, começava a gerar as condições de passagem de um modo de produção, o feudal, para outro, o capitalista. A exploração colonial constituiria, desde logo – como a atividade do tráfico negreiro –, um dos fatores mais poderosos para esse processo histórico de transição. O modo de produção não assumiria, de início, caráter autônomo. Integrava-se, necessariamente, na formação do capitalismo em escala mundial, realizando-se, preliminarmente, no Ocidente europeu. Mais do que isso: passava a ser uma das formas daquilo que ficou conhecido como acumulação primitiva.

A colônia era colocada, desde os seus primeiros dias, na rígida dependência ao mercado externo: num mercado em que se gerava o capitalismo mundial, produzia mercadorias – no início, o açúcar – à base de relações de produção pré-capitalistas. Não era capitalista, mas constituía fonte de acumulação para o capitalismo ascendente. E isto só era possível, justamente, por força do escravismo aqui instalado desde o início da colonização, superada a fase proto-histórica do escambo do pau-brasil. Eram, pois, três níveis históricos que se ajustavam para isso: o feudalismo europeu, em que se gerava o capitalismo, e o escravismo brasileiro, que se fundia com o feudalismo trazido da sociedade metropolitana. A contemporaneidade destes três regimes, que concorriam para estruturar a maior empresa comercial

do tempo, apresenta-se, desde logo, como uma das mais complexas singularidades que a história conheceu. E marca a complexidade, que se prolonga no tempo, de uma sociedade em que os limites entre os três regimes – feudalismo, escravismo, capitalismo – ficam imprecisos e conservam essa imprecisão através dos séculos.

Apesar de serem feudais os traços da legislação que a metrópole impõe à colônia, é o escravismo que constitui o alicerce e o núcleo do sistema produtor aqui instalado desde o século XVI. A colonização não criou o escravismo africano. Este a antecedeu, aparecendo na área metropolitana, justamente no Sul, de onde o árabe fora expulso por último, e nas ilhas do Atlântico, onde a produção açucareira lusa deu os primeiros passos. Ele possibilitou, entretanto, a colonização. Sem o escravismo, ela não teria alcançado a posição que conheceu desde o século XVI: o escravismo africano criou a colonização, tornando-a possível. Como a manufatura, no tempo, o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu por exigência do mercado mundial que se expandia. Extemporâneo no processo histórico – se é que há extemporaneidade na história –, o escravismo colonial apresentava diferenças importantes em relação ao escravismo clássico, que surgira da desagregação da comunidade primitiva. Como já foi observado, o escravismo clássico foi regime generalizado; o escravismo colonial ficou limitado no espaço, em determinadas áreas coloniais. No escravismo clássico havia necessariamente, naturalmente, correspondência entre a infra e a superestrutura; isto não aconteceu no escravismo colonial. A mais significativa das diferenças, entretanto, porque aparece à simples observação, é que o escravismo colonial marcava o escravo com o rótulo da cor, confundindo cor da pele e raça – no conceito usual – como relação social.

Claro está, no entanto, que não pode padecer a mínima dúvida, na análise histórica, que o regime colonial conheceu uma forma de escravismo, e foi estabelecido sobre uma forma de escravismo distinta da originária e clássica, por se apresentar distante no tempo, em outra etapa histórica, portanto. Admitir o escravismo colonial como forma autônoma, como um novo modo de produção, é evidente equívoco, estranha confusão entre o geral e o particular, o geral como conceito de modo de produção e o particular como a forma que apresentou em áreas diversas do mundo e em momentos diferentes do desenvolvimento histórico. O escravismo clássico surgiu, naturalmente, da decomposição do regime comunitário primitivo, quando o processo

histórico apresentou a possibilidade da exploração do trabalho e surgiu a sociedade de classes, enquanto o escravismo colonial surgiu como consequência de um processo histórico europeu, como produto colateral da formação do capitalismo. A comunidade natural indígena, por contraste, jamais evoluiu para o escravismo. A escravização do índio, que foi secundária na colônia, não resultou, quando ocorreu, de tal evolução, mas foi imposta pela violência.

O escravismo, pois, tornou possível a colonização, na forma como esta se apresentou, diversa da forma das colônias de povoamento, e, mais do que isso, e conseqüentemente, provou elevada eficiência. Esta eficiência resultou numa acumulação de que não apenas estava excluído o trabalhador que criava a riqueza, como a maioria absoluta da população colonial. Enquanto a acumulação se operava no exterior, a colônia acumulava uma população paupérrima, despojada de meios de produção, mas também de liberdade. Os produtos do trabalho escravo só se realizavam, como mercadorias, no exterior. O crescimento da produção não teve influência alguma no mercado interno, praticamente inexpressivo, e nem contribuiu para que ele surgisse ou se desenvolvesse. A impossibilidade de reproduzir na colônia o modo de produção feudal dominante na metrópole, como desde cedo ficou demonstrado, criou as condições para a implantação do escravismo africano, já conhecido nela e de que tinha experiência. Paralelamente, ficava clara a impossibilidade da transformação dos indígenas em camponeses dependentes.

A necessidade de força de trabalho em grande quantidade, desde os dias iniciais, tem como solução natural o escravismo. Os lusos se anteciparam a outros povos na utilização do trabalho dos africanos em regime de escravidão e, assim, montaram a empresa produtora colonial com o seu uso intensivo. Este uso intensivo importava em tirar do escravo massa muito grande de trabalho suplementar, além da apropriação de grande parte do trabalho indispensável. No fim do século XVI, estava montada a empresa de produção em que o lucro era proporcionado com a exploração do trabalho escravo e excedia quarenta vezes os custos de aquisição e manutenção do escravo. O escravismo colonial brasileiro apresentava, assim, alta lucratividade. Mas esta não se acumulava no Brasil. Para alguns, esse lucro, no fim do século XVI, excedia cem por cento ao ano. Era uma taxa brutal...⁷

7. Pulou-se da pág. 60 à pág. 67 do livro citado.

Aspecto importante, via de regra descuidado, foi a influência negativa acentuada que o escravismo e o feudalismo exerceram no desenvolvimento da sociedade brasileira. Se analisarmos tal influência pelos seus efeitos, não apenas em indivíduos, mas principalmente na sociedade, constataremos o seu peso na longuíssima tradição senhorial que preside as relações políticas e empregatícias, como as relações familiares, estas fundamentalmente, no desenvolvimento institucional, nas formas de transmissão da cultura, ainda a acadêmica e até as científica e artística. Aquele peso embruteceu e corrompeu os costumes, intoxicou o ambiente social de profundos e duradouros preconceitos, correspondeu a um fator de inércia cujos efeitos foram permanentes e chegaram ao nosso tempo, de sorte que mesmo indivíduos das classes dominantes conservam costumes e padrões de conduta próprios dos incultos e atrasados. De tudo isto foram vítimas, em nossa sociedade, a mulher e a criança, mas principalmente aqueles cuja contribuição à sociedade foi a do trabalho. Escravismo e feudalismo infamaram o trabalho, na verdade, e isto atravessou os séculos, atingindo a etapa capitalista do nosso desenvolvimento histórico.

No século XIX, o quinto após a colonização e da vigência dessa perturbadora coexistência de tão diversas formas de produção e de suas decorrências na cultura, apareceram aqui condições para o surgimento das relações capitalistas e de uma estrutura social em que a burguesia passou a ser a classe dominante e a controlar o aparelho de Estado. As mudanças que definiram esse processo, numa sociedade como aquela, cujos traços principais foram antes sumariados, podem definir-se globalmente como revolucionárias. É o que se pode conhecer como revolução burguesa no Brasil. Naquele ventre promíscuo, em que existiram formas tão diversas e contraditórias, as alterações iniciadas no século XIX começaram a surgir e a crescer. Enfrentando a resistência maciça e tenaz, monolítica por vezes, das relações antigas, particularmente as coloniais, as relações capitalistas padeceram um desenvolvimento irregular, desigual, quase sempre lento. O conjunto delas constituiu a revolução que modelaria, e vai modelando, o Brasil contemporâneo...⁸

O desenvolvimento material brasileiro foi secularmente retardado, desde a fase da economia colonial, caracterizada pelo fluxo da renda para o exterior, até à fase da economia dependente, quando

8. Pulou-se da pág. 68 à pág. 73.

se iniciou aqui a acumulação capitalista muito lentamente, por força de ficar no país uma parte já importante da renda nele gerada. O que define o surgimento das relações capitalistas aqui e depois o seu desenvolvimento, é o fato de ocorrer na fase pré-imperialista e, depois, plenamente imperialista. É este tardio capitalismo que vai encontrar desde o seu alvorecer grandes obstáculos, que se concretizavam particularmente na associação do imperialismo à nossa acumulação. Avançávamos como um carro freado permanentemente. Além dos freios consequentes da exploração, carregávamos o peso das crises cíclicas, cujos efeitos eram sistematicamente transferidos das áreas originárias e de capitalismo plenamente desenvolvimento às áreas de capitalismo dependente, como o Brasil.

O pré-imperialismo apresentou aqui o quadro definido pelos investimentos e pelos empréstimos, somando efeitos à troca desigual. Esta foi a forma mais antiga. Os investimentos acompanharam o nosso desenvolvimento capitalista, aplicados em transportes ferroviário e marítimo, como em transporte urbano, e nos serviços: gás, luz, telégrafo, depois telefone, cabo submarino, quase sempre em contratos leoninos. Os empréstimos começaram com a independência – o reconhecimento dela nos custou a responsabilidade do chamado “empréstimo português”, porque tomado por D. João VI – e permaneceram, praticamente sem interrupção, aliás, até os dias de hoje: os do tempo do Império foram liquidados apenas após o movimento de 1930. A história desses empréstimos é uma longa teia tenebrosa, em que se desvenda a extraordinária sobrecarga que onerou secularmente o nosso povo.

Superadas as crises do início da segunda metade do século XIX, a ascensão exportadora, consequência e causa da expansão da lavoura e da economia coletora amazônica depois, as relações capitalistas desenvolveram-se em ritmo lento, mas nítido. Tal desenvolvimento – de que as inovações na legislação dão sinal – conhece, nos fins do século, significativa mudança qualitativa. É o primeiro grande lance da acumulação capitalista marcada pelas reformas políticas, entre as quais a abolição do trabalho escravo, com as precedentes leis do Ventre Livre e dos Sexagenários, foi a mais destacada, e que esteve associada ao advento da República. Antes, havia burgueses isolados, como indivíduos, ilhados pelo predomínio absoluto do latifúndio e numa sociedade em que eram minoria reduzida. Agora, já se delinea a burguesia como classe. Como tal, dando os seus primeiros passos,

em inequívoca subordinação à classe senhorial, mas presente nas reformas do fim do século, sem a menor dúvida. A crise política da época deriva das mudanças econômicas estruturais que então ocorrem e a qualificação como estruturas vai por força das alterações no mercado de trabalho principalmente: o desenvolvimento capitalista brasileiro, embora ainda lento e difícil, já não comportava a convivência com o escravismo.

O segundo grande lance do desenvolvimento do capitalismo e da burguesia foi ligado ao conjunto de acontecimentos que marcaram a Primeira Guerra Mundial. Por força da guerra e da campanha submarina com que os alemães tentavam o bloqueio do comércio dos aliados, as trocas internacionais encontraram dificuldades muito grandes para funcionar. No caso brasileiro, como em alguns outros, essas dificuldades foram decorrentes da diminuição e, em certos casos, da suspensão das importações. Sem receber do exterior, ou recebendo em volume menor e abaixo de suas necessidades as mercadorias que antes recebíamos, fomos compelidos a produzi-las aqui. E a redução nas importações e simultâneo avanço na produção nacional substitutiva gerou, além da modificação na balança do comércio exterior, um parque industrial que, em condições normais, teria demandado providências e investimentos difíceis e controversos para, no fim das contas, motivar um desenvolvimento lento, como vinha acontecendo. A guerra, por outro lado, ocupado o imperialismo nesse mister, que lhe é intrínseco, folgava a sua ação sobre as economias dependentes, como a nossa. Assim, capitais antes consumidos nas importações, transferidos agora à indústria, criavam um quadro novo...⁹

O terceiro lance do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e, conseqüentemente, do avanço da burguesia em relação ao conjunto da sociedade, ocorre com estreita relação com a crise de 1929, que abala a economia mundial, pois suas repercussões são de grande dimensão e atingem profundamente o Brasil. Repete-se, por outros motivos e em outras condições, o ocorrido quando da Primeira Guerra Mundial: caem as nossas importações e, com a queda das exportações e, nelas, o declínio violento da contribuição do café, opera-se acentuada transferência de investimentos da agricultura para a indústria. É um dos momentos mais destacados, por outro lado, da expansão do mercado interno, com a crise da economia exportadora tradicional.

9. Pulou-se do início da pág. 74 à pág. 76.

Mesmo na área agrícola, o papel que o algodão assume, utilizando a estrutura deixada disponível pela crise do café, é inteiramente diverso do deste e tem ligação direta com o crescimento da indústria têxtil nacional, um de seus ramos tradicionais e mais antigos, além de disperso em vários centros urbanos. A crise de 1929, realmente, repete aqui e, convém frisar, sob condições muito diferentes e muito mais significativas, o que ocorrera quando da Primeira Guerra Mundial. Enquanto mudança de qualidade, aquela crise, com o seu corolário necessário e complementar, o movimento armado de 1930 constituiu etapa muito importante do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. No referido movimento, a hegemonia burguesa, ainda que transitória na fase, aparece com clareza meridiana.

Na medida em que, com a derrocada do escravismo, a base da exploração do trabalho no campo passou a ser a propriedade da terra, nas áreas urbanas a acumulação à custa do trabalho avançaria. De modo geral, as formas capitalistas desenvolvidas, puras, isentas das sobrevivências feudais, começaram a vicejar nessa etapa de mudança, que abalou as estruturas tradicionais. A divisão de classes, por isso mesmo, começou a definir-se com nitidez. Na face externa, porém, a paisagem permanecia sem alterações e o fluxo de empréstimos e investimentos destinava-se, de preferência, à consolidação das formas pré-capitalistas, embora a economia de tipo colonial estivesse em declínio, substituída pela de tipo dependente. O movimento de 1930 e a nova composição do poder permitiu ao Estado efetivar sua participação nas mudanças em curso. A premissa necessária para definir as relações capitalistas existiam agora: concentração de riqueza monetária de um lado, e concentração da massa proletarizada de produtores “livres” de outro. A etapa, como as anteriores, apesar de tudo, assinala um avanço irregular daquelas relações, lento e atrasado. Tais traços vicejaram profundamente o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e exerceram nele profunda influência.

Os empréstimos estrangeiros foram uma das formas como a ação do imperialismo esteve presente naquele desenvolvimento. Enquanto, no período de 1891 a 1900, eles totalizaram 22 milhões de libras esterlinas, no de 1901 a 1910 chegaram a 98, e no período de 1911 a 1930, atingiram 203 milhões. A dívida externa, entre 1900 e 1930, cresceu de 46 para 267 milhões de libras, ao mesmo tempo em que os investimentos estrangeiros controlavam 23% do capital que funcionava

no país.¹⁰ Enquanto tais investimentos, como os empréstimos em alguns casos, aceleravam o avanço capitalista, faziam com que a acumulação perdesse autonomia e fosse absorvida em parcelas crescentes pelos investidores estrangeiros. Logo se intensificou a evasão de recursos financeiros sob a forma de dividendos. Os compromissos da dívida externa, entre 1901 e 1910, consumiram cerca de um terço dos rendimentos proporcionados pela exportação ou 10% do valor do produto interno bruto. Em 1929, os compromissos da dívida externa mais os dos investimentos estrangeiros somaram entre 35 e 37% dos saldos na balança do comércio com o exterior, o dobro do que ocorrera entre 1901 e 1910. Assim, o imperialismo era sócio importante do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Em 1932, os rendimentos da exportação tiveram 51% destinados a ajustar as contas da dívida externa e remeter lucros de investimentos estrangeiros.

Mas a década de 30 assinala novo período na acumulação de capitais. Isto se deve a uma série de circunstâncias e repete o que, em menor escala, ocorrera antes: as pausas na exploração imperialista são momentos de avanço da acumulação capitalista interna. No caso, a pausa estava ligada aos problemas que o imperialismo enfrentava, decorrentes da crise de 1929 e da prolongada depressão que se seguiu e que chegou quase até o fim da década. O nosso desenvolvimento capitalista, assim, estava comprimido pelo imperialismo, de um lado, seu sócio, e pelo latifúndio, de outro lado: a acumulação de recursos formadores do capital continuava a ser, apesar de tudo, operada no setor pré-capitalista. As mudanças políticas das quais o Brasil é cenário na época significam, sob tais condições, a execução sempre parcial e defectiva das tarefas peculiares à revolução burguesa de que o movimento de 1930 foi momento importante: o domínio das oligarquias, particularmente a exportadora, entra em declínio, e a intervenção do Estado no processo passa a acentuar-se.

O lustro que se seguiu ao movimento de 1930 foi agitado, e esta agitação derivava da instabilidade reinante e das improvisações que denunciavam uma incerta busca de rumos. As novas forças políticas ou a composição delas não traziam plano algum para as reformas a empreender e tateavam o terreno, em busca de orientação. Eram forças heterogêneas, e esta heterogeneidade correspondia às formas mistas que se apresentavam na extensão territorial do país e na variedade

10 A. Karanev, Brasil. *Passado e Presente do Capitalismo Periférico*, Moscou, 1987, p. 59.

das formas que a produção apresentava e sua mistura. Em 1932, movimento armado na área do café ameaçaria essa composição frágil. E o caráter conservador do movimento de 1930 – disfarçado na pregação liberal e, ainda, na simpatia popular, não participação propriamente –, alicerçado no arcaísmo subsistente em nossa sociedade, proveniente do poder das áreas pré-capitalistas, começaria a aparecer, depois de alguns agitados anos de lutas internas em que as contradições sociais afloravam. Cedo, o poder assumiu formas repressivas e tendeu à busca de uma hipotética harmonia entre as classes. Mantido intacto, embora com menor participação no poder, o latifúndio, definindo as formas pré-capitalistas, persistia freando as mudanças: a propriedade da terra permaneceu intocada e a resistência ao imperialismo continuou débil. Mas o fato é que, pela primeira vez, a burguesia teve o comando das ações e exerceu hegemonia no processo. Ela teve, no movimento de 1930, um dos degraus mais importantes de sua ascensão.

A hegemonia conquistada no movimento de 1930 permitia à burguesia optar pela ditadura instalada em 1937 como Estado Novo, inserida na larga tendência ascensional das formas agudas – fascismo, nazismo, militarismo – com que a burguesia, em escala mundial, definia o pânico a que fora levada pela crise e pela ameaça do socialismo triunfante na Rússia anos antes. O curto período de liberdade, iniciado nos fins de 1930, com as mudanças na composição do poder, permitiu aos trabalhadores a retomada de suas formas de organização e de luta. Na contraditória e oscilante linha política do Estado, na sua intervenção ambígua no processo, o movimento de 1930 deixaria claro o seu aspecto conservador que, nele, não sendo único, seria preponderante e não cessaria de crescer naquele decênio. O balanço entre a repressão violenta e o paternalismo frouxo permitiu assegurar, na linha incoerente, uma estabilidade transitória que criou as condições para consolidar reformas destinadas a afirmar o avanço capitalista aqui. O chamado Estado Novo, realmente, atrás de sua fachada policial e obscurantista, definiu o avanço da burguesia composta com o latifúndio e com o imperialismo, contendo, ao mesmo tempo, o avanço e as reivindicações do proletariado. O movimento de 1930 desvenda o seu conteúdo com o Estado Novo. Com este, a burguesia realizava a sua opção. A correlação de forças, externa e internamente, permitiria esse lance singular.

Sob o pesado disfarce da repressão policial, com o resguardo de um aparelho militar intensamente mobilizado ideologicamente,

o Estado passaria, agora, a articular reformas que assegurassem o avanço das relações capitalistas e até o acelerasse. Isto derivava, conseqüentemente, da hegemonia burguesa, permitindo conter o proletariado, seja pelas ações policiais e repressivas, seja pelos artifícios a que se amoldava uma legislação pretensamente trabalhista, na verdade montada para subordinar o trabalho às condições que o Estado burguês impunha. O movimento de 1930, nessa fase final de seu desdobramento, emergindo da confusão aparente, gerada pelo pânico, mas também alimentada como forma de intimidação para acobertar o essencial do processo político, mostrava ser uma etapa da revolução burguesa no Brasil, uma etapa operada – ao contrário dos modelos históricos clássicos – contra o proletariado.

Os princípios do reformismo que marca a legislação, na época, definem uma posição nacionalista tibia, que avança na fase de crise do imperialismo, para declinar depois. Tais princípios destinam-se a facilitar a capitalização, a reter, no interior, parcela maior da acumulação, a utilizar o mercado interno, conciliando, embora com o seu estreitamento pelo latifúndio feudal, como elemento propulsor dele. No desenvolvimento histórico brasileiro, trata-se de uma fase em que a capitalização tinha condições para conviver com o latifúndio, que configurava a área pré-capitalista no Brasil. São princípios que asseguram à burguesia a solidariedade de parcelas importantes da pequena burguesia, que participa agora das discussões políticas. A supressão dos tributos internos que oneravam as trocas entre as diversas áreas corresponde à ampliação e à unificação do mercado interno. Medidas diversas, na ordem tributária, na ordem financeira e na ordem trabalhista somam efeito para marcar esse nacionalismo econômico que se fundamenta muito no papel do Estado. É uma fase em que a questão nacional é trazida a primeiro plano, com sacrifício da questão democrática. A burguesia não está interessada nesta, mas naquela.

A substituição de importações, traço essencial da acumulação na época, tem a marca do referido nacionalismo que, no fim da década, encontra na política petrolífera, então apenas em esboço, um ponto que adiante será polêmico, mas decisivo. A construção da usina de Volta Redonda será outro ponto importante: trata-se, agora, de indústria pesada, de bens de produção, isto é, de uma alteração qualitativa profunda. A interferência do Estado e o advento do planejamento assinalam a formação do setor estatal da economia, que terá papel eminente na acumulação. Já a legislação sobre a exploração de

minérios e uso das fontes de energia – fixadas no Código de Minas e no Código de Águas, de 1934 – estabelecia condições nacionalistas inequívocas e a tendência passaria a ser a de encarar as fontes de energia como dependentes da ação do Estado em sua exploração...¹¹

A derrocada do escravismo amplia o contraste entre os dois sistemas econômicos, o da economia feudal e o da pequena economia camponesa, concorrentes com o sistema capitalista na infância para a utilização do excesso de força de trabalho no mercado. A existência sempre, consideravelmente agravada com a abolição, de massa muito numerosa de pessoas que haviam perdido suas fontes habituais de subsistência, mais o deslocamento territorial da riqueza, deixando em abandono extensas áreas, geram a multiplicação e a dispersão de formas pré-capitalistas de exploração. A separação do produtor dos meios imediatos de produção, fonte do processo de acumulação primitiva, é um fenômeno de enorme envergadura, pois. A coexistência, no Brasil, de diversas formas econômicas mistas, combinando elementos das relações de produção velhas e novas, a convivência do impulso renovador com as estruturas arcaicas resistentes à mudança criaram, na realidade, e criam para o historiador, grandes dificuldades para a compreensão desse complexo processo que foi a gestação de relações capitalistas aqui. De qualquer forma, assim se operou a passagem ao trabalho assalariado no país. A conjugação dele com o crescimento da riqueza de uma estrutura em que as relações monetárias ganhavam destaque apresenta como realizadas as premissas necessárias ao aparecimento e desenvolvimento do capitalismo. E, com isso, da geração e do desenvolvimento da burguesia, de um lado, e do proletariado, de outro lado.

A burguesia, aqui, pois, tendo surgido na época do capital comercial e do capital usurário, na fase mercantil, só ampliou a sua presença a partir da segunda metade do século XIX. Este processo de ampliação, decorrente daquele que presidiu o crescimento das relações capitalistas no Brasil, conheceu diversas etapas. Classe subordinada à superioridade da dos senhores de terras, por longo tempo, realizou parte das suas tarefas e definiu a sua revolução na medida que crescia em poder político, até ter participação majoritária e caracterizada no controle do Estado. Foi uma revolução sem grandes lances, ascendendo por patamares e marcando sucessivamente em suas conquistas.

11. Pulou-se da pág. 79 à pág. 86.

Seu início, quando as mudanças começam a tornar-se claras, pode ser marcado pela etapa preliminar dos fins do século XIX, mais principalmente pelo movimento de 1930. A partir deste, a revolução burguesa está definida e continuará avançando. O seu problema essencial consiste na coexistência com o latifúndio feudal, suporte da classe dos senhores de terras, de um lado, e com o imperialismo, do outro. Tem com ambos contradições evidentes mas, na sua debilidade, convive com eles, associa-se a eles, submete-se a eles, conforme se vê ameaçada pelo seu inseparável acólito, o proletariado. Aceita, pois, a resistência do Brasil arcaico e hesita romper com ele. É uma classe que realiza a sua revolução deixando incompletas as suas tarefas específicas.

A ausência de passado feudal permitiu aos Estados Unidos operar, no mesmo movimento, a autonomia política e a revolução burguesa, fugindo ao modelo clássico. Em nosso tempo, povos africanos operam a autonomia e a passagem ao socialismo no mesmo movimento, embora, quanto a este, apenas em seus preliminares. No Brasil, a autonomia, herdando escravismo e feudalismo, não tem traço algum de revolução burguesa. No fim do século XIX, a república assinala um avanço burguês na vertente mais conservadora. O movimento de 1930, condicionado pela crise de 1929, assinala, depois, a ação violenta para acelerar e aprofundar a revolução burguesa, mantendo o latifúndio e conciliando com o imperialismo. Entre 1930 e 1943, passando pelo Estado Novo e pela Segunda Guerra Mundial, e compactuando com a “guerra fria”, opera-se uma fase de acentuado reforço e de novo impulso acelerador do capitalismo e da burguesia para, depois de 1954, conciliar a alavanca do núcleo de capitalismo estatal com uma forma de capitalismo estatal monopolista, sob controle das forças conservadoras internas e das forças neocolonialistas externas. O “desenvolvimentismo”, então adotado como norma de ação, vai desembocar, finalmente, na ditadura esboçada com o golpe militar de 1964 e consolidada em 1968, propiciando o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”, com a participação ativa e decisiva das multinacionais, modelo que, vinte anos depois, prova a sua inadequação ao desenvolvimento do país e cujos efeitos constituem fator de retardo desse desenvolvimento.

Essas etapas marcam as formas que, sucessivamente, a revolução burguesa assume aqui. Elas continuam e renovam o caráter contraditório do nosso desenvolvimento capitalista, as vias incomuns

que ele percorre, as diferenças que estabelece em relação aos modelos clássicos, com violação do desenrolar, por assim dizer, normal das etapas históricas, terminando por gerar a situação desigual do Brasil no sistema geral da divisão capitalista do trabalho em termos mundiais. Os limites quase sempre imprecisos entre as formações e aquilo que se convencionou conhecer como “contemporaneidade do não coetâneo”, isto é, a coexistência no espaço de formações distanciadas no tempo, tornaram difícil o desenvolvimento do nosso capitalismo e marcaram profundamente a burguesia aqui. Nosso escravismo não conheceu, na passagem ao feudalismo – que não foi sempre a regra –, a intermediação romana do colonato. Foi esmagado pela passagem direta à servidão ou ao capitalismo, ou conviveu com um e outro. Nosso capitalismo não nasceu das ruínas feudais que, aqui, só vicejaram em determinadas áreas, secundárias em sua maior parte, de início, ou foram aproveitadas pelo capitalismo nascente, com a captação das formas pré-capitalistas de acumulação.

Nas lutas políticas posteriores ao movimento de 1930, isto é, a partir da etapa em que a burguesia já se destacava como hegemônica no processo, foram frequentes e repetidas as acusações, aos seus mais destacados dirigentes, de responsáveis por uma posição de conciliação com o latifúndio ou com o imperialismo, ou com ambos. A conciliação, entretanto, tinha causas objetivas e até históricas, e não derivava de traços psicológicos de tais dirigentes. A sociologia acadêmica, em sua confusão conceitual, gerou a categoria “populismo” para caracterizar a política que a burguesia desenvolvia, desde 1930, sonhando, com isso, não só aquelas raízes históricas, como o largo painel da luta de classes. Atrás da conciliação estava sempre a pesada herança da compatibilidade e coexistência do nosso capitalismo com as formas pré-capitalistas internas e com o imperialismo. O chamado populismo foi, na realidade, a forma como a burguesia brasileira buscou apoio no proletariado, mais do que no campesinato, pela desimportância política deste, para poder realizar as suas tarefas. Tal aliança, que caracterizou a revolução burguesa clássica, esteve sempre ausente aqui. E o Brasil arcaico resistiu sempre, até com manifestações de força, a essa busca do apoio, no seu reacionarismo secular. E a falta deste apoio, por outro lado, definiu sempre a debilidade da burguesia brasileira. A confusão conceitual acadêmica, assim, adotava, supondo-se ultrarrevolucionária, a posição conservadora e até reacionária que o sociologismo tem mostrado em nosso país.

Este estudo se limita, propositadamente, à formação do capitalismo no Brasil e da burguesia. Esta formação se encerra, praticamente, com o movimento de 1930, prolongando efeitos até 1945, outros até 1964. A etapa posterior, quando diferenças essenciais se apresentam, e de que o “desenvolvimentismo” e o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” são processos de destacada importância, afetando o capitalismo e a burguesia aqui, fica para outro estudo. “É uma outra história”, como diria Kipling...¹²

Os conceitos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento têm sido muito falseados e, por isto mesmo, incompreendidos, no Brasil. Por desenvolvimento entendeu-se, a certa altura, o crescimento quantitativo denunciado por índices numéricos, fornecidos pela estatística econômica, alguns bastante discutíveis. É interessante recordar que os planos econômicos – e houve alguns deles, ao longo do tempo – sempre se fundamentaram em tais índices, apontando, invariavelmente, para o crescimento da produção em determinados setores. Jamais esses planos incluíram a preocupação com os problemas que, efetivamente, podem servir para dimensionar o enriquecimento nacional. A redução da mortalidade infantil, por exemplo, ou o crescimento do número de hospitais e de escolas. Jamais houve plano que estimasse, dentro de determinado e curto ou longo prazo, o número de escolas a construir, o número de leitos hospitalares, os dispêndios com a pesquisa técnica ou sanitária. É que tais planos eram abstrações, isto é, desconheciam, deliberadamente, o povo brasileiro. E por isto mesmo limitavam-se ao nível meramente econômico.

O conceito de subdesenvolvimento foi sempre usado como forma para mostrar as nossas mazelas, desconhecendo as suas causas. A bibliografia do subdesenvolvimento cresceu desmedidamente, pois o conceito, que falseia a realidade e sonega os seus motivos, esteve sempre nas cogitações dos economistas e dos políticos, no Brasil e fora dele. Foi discutido em todas as línguas e estudado em todas as universidades. Apareceram especialistas do subdesenvolvimento, como apareceram políticos que fizeram do desenvolvimento a bandeira com que se apresentaram aos eleitores e aos povos. O desenvolvimentismo tornou-se, no Brasil em particular e a certa altura, a fórmula mágica que anunciaria os novos tempos. Mas foi então encarado sob o aspecto

12. Pulou-se da pág. 89 à pág. 93.

superficial citado de mero crescimento de índices, englobando a população como dado empírico, como se ela fosse composta de uma só classe. Claro que o desenvolvimento foi uma estratégia da burguesia, a certa altura do processo histórico brasileiro.

Ele não aparece neste estudo. O que aparece aqui é o estudo do avanço das relações capitalistas no Brasil, na época de Vargas, isto é, na época em que sua figura ocupava o centro dos acontecimentos. Mais precisamente, a partir do movimento de 1930 e até o seu suicídio, em 1954. Cada época, naturalmente, gera as figuras que, nela, encarnam as contradições em processo, as positivas e as negativas. Vargas encarna, no Brasil, a época do desenvolvimento das relações capitalistas. Com uma característica: este desenvolvimento foi, então, dirigido, orientado, mais do que planejado. E nele esteve presente, com destacada importância, a personagem central do maior dirigente que a burguesia brasileira gerou, e que ela deixou desaparecer de forma tão amarga, numa fase tão difícil. O estudo do processo, muitas vezes subterrâneo, prevalece, aqui, sobre o papel das pessoas. Mas é evidente que a personagem central foi Vargas, com a sua visão desse processo e a forma como procurou intervir nele por atos de vontade.

A fase histórica, que ficou conhecida como “Época de Vargas”, realmente assinalou o tempestuoso crescimento das relações capitalistas no Brasil. Ela é aqui estudada com referência à fase anterior, em que predominavam relações pré-capitalistas, referências indispensáveis à clareza da exposição. E dispensou, aqui, aquilo que se seguiu à queda de Vargas e à sua morte trágica. O que se seguiu, realmente, assinalou, em nossa história, as tortuosidades do desenvolvimentismo, isto é, a conquista de determinadas metas numéricas sem alteração das estruturas arcaicas. O período Kubitschek, no Brasil, assinalou, realmente, uma mudança singular de rumos e marcou os alicerces do que, depois, viria a ser chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” ou “milagre brasileiro”, como o imperialismo, gostosamente, fixou. O período Kubitschek foi, sem dúvida, o antípoda do período Vargas, foi a fase de transição em que se buscou, de maneira determinada, gerar um modelo antinacional de desenvolvimento. Busca que, em seu início, foi ainda compatível com formas políticas democráticas, nos limites brasileiros da época, mas logo exigiu formas ditatoriais de governo, com a implantação de uma ditadura obscurantista, em

que os ricos ficaram mais ricos e os pobres foram atirados a níveis de carência inéditos aqui...¹³

4. ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Com Vargas encerra-se uma fase da história brasileira. O que acontece, a partir daí, é uma fase nova, cujo delineamento aparece com o governo de Juscelino Kubitschek. Este período de governo realmente assiste à passagem definida de uma face a outra. Contém um pouco do passado, que lhe permite a compatibilidade com o regime representativo, e muito do futuro, pela opção deliberada em favor da subordinação ao imperialismo, definida fundamentalmente na entrega das políticas econômica e financeira aos elementos comprometidos com as multinacionais aqui estabelecidas, e na formulação de um plano em que o desenvolvimento se limitou à fixação de determinados índices de crescimento quantitativo – muitos dos quais seriam alcançados pelo simples crescimento da economia –, para cuja consecução abria-se o país a investimentos maciços de teor imperialista.

Tratava-se de conferir ao desenvolvimento econômico um ritmo vigoroso de acumulação capitalista sem, entretanto, romper com as áreas de resistência, particularmente a do monopólio da terra. A compatibilização de um modelo desse tipo acarretaria, naturalmente, o agravamento das contradições da sociedade brasileira, com sérios reflexos no nível político. Kubitschek conseguiu, realmente, concluir o seu período de governo, apesar do surto inflacionário e apesar das perturbações constantes e tentativas de golpe militar. Mas já o seu sucessor, Jânio Quadros, foi obrigado a renunciar, e João Goulart, vice-presidente e sucessor de Quadros, foi deposto.

A posse de Kubitschek, a renúncia de Quadros e a posse de Goulart deram lugar a tentativas de rompimento do regime vigente, pela via do golpe militar – a mais usada no caso brasileiro –, coroado de êxito, finalmente, em 1964. A simples enumeração de eventos políticos como os citados e de tentativas sucessivas de golpes autoritários, e o seu triunfo ao final da série, assinalam a instabilidade a que a opção pelo modelo de subordinação ao imperialismo apresentava, como condição implícita e intrínseca. E assinalam, por outro lado, o fim da

13. Pulou-se da pág. 94 à pág. 123.

compatibilidade do modelo adotado com um regime político com o mínimo de condições de liberdade. O modelo levava, naturalmente, impositivamente, a um regime de força. Impô-lo exigia atos autoritários. Daí as sucessivas tentativas de golpe, até a eclosão daquele que daria acabamento à transição e estabeleceria o novo modelo. A conciliação estava liquidada.

O regime estabelecido no Brasil, com o golpe militar de abril de 1964, levado ao extremo limite dos atos de dezembro de 1968, e a sucessão de governos exercidos por chefes militares, empenhando as Forças Armadas na execução de um modelo político, econômico e social novo na história brasileira – modelo, aliás, estabelecido ao influxo das doutrinas imperialistas elaboradas nas condições da “guerra fria” – conheceu duas fases: uma fase preparatória, entre a conquista do poder e a eliminação dos últimos resquícios de liberdade, isto é, entre abril de 1964 e dezembro de 1968; e uma fase, a segunda, de acabamento, de plenitude da ação ditatorial, entre dezembro de 1968 e abril de 1979; quando se inicia a terceira fase, a de declínio e exaustão do modelo.

O modelo começou, assim, com uma inflação da ordem de 90% ao ano – e este foi um dos pretextos para a deposição de Goulart – e está alcançando agora, em julho de 1989, uma terceira ameaça, a de hiperinflação. Atravessou, realmente, um período intercalar em que as políticas econômica e financeira conseguiram, a custos sociais e nacionais altíssimos, reduzir a inflação a cerca de 40%. Como é sabido, a inflação é um dos processos mais rudimentares e comuns para transferir renda dos não-possuidores para os possuidores, de quem trabalha para quem possui. No Brasil, ela teve caráter crônico, com alguns períodos agudos. Os períodos de agudização resultaram dos já mencionados mecanismos de transferência de efeito das crises cíclicas do capitalismo, em escala mundial, do exterior para o interior e, no Brasil, da classe dominante aos trabalhadores e pequena burguesia. A atual taxa inflacionária representa a exaustão do modelo para a tarefa de exploração do trabalho, no Brasil, como da exaustão do modelo para manter o fluxo da renda do interior para o exterior. Numa economia dependente, como aquela que o modelo brasileiro imposto pela ditadura escolheu e estabeleceu, não há condições para resistir às pressões do exterior, já que a estrutura do modelo depende do exterior. Sua vulnerabilidade é, na maior parte, explicada por esse vínculo com o exterior, isto é, com as matrizes imperialistas.

Parece claro que a fase de declínio do modelo, chamado de “milagre brasileiro” por alguns servidores da impostura, assinalou, em nossa história, o máximo em todos os índices importantes, pelos quais se mede o desenvolvimento de um país: o índice de analfabetismo cresceu extraordinariamente, frustrando o esforço de reduzi-lo, que vinha sendo empreendido; o índice de desemprego, por outro lado, denunciador de crises subjacentes, assumiu proporções inéditas, agravando acentuadamente o aviltamento do trabalho e o nível dos salários; o índice de mortalidade infantil, outro que atingiu níveis clamorosos, aponta a precariedade do modelo para atenuá-lo; o nível do endividamento externo, alcançando agora mais de cento e vinte bilhões de dólares, mostra o que foi a orgia financeira estabelecida pelo dito “milagre” – verdadeiro milagre para a finança internacional – e mostra a verdadeira fisionomia que ele apresenta; o índice de remuneração do trabalho também é um libelo contra a exploração a que é submetido o trabalhador brasileiro. São dados que, além da expressão numérica, já por si alarmante e escandalosa, mostram como a presença do imperialismo e do latifúndio estabeleceram limites já inexcedíveis e chegaram ao fim.

Qualquer conhecedor de economia política, ainda em seu nível mais rudimentar, conhece o processo de concentração que resulta, intrinsecamente, do próprio desenvolvimento capitalista, na medida mesmo em que desaparece ou tende a desaparecer a economia de concorrência, impondo-se a economia de monopólio. O século XIX começou a conhecer cartéis, trustes e monopólios, cujos aparecimento assinalava, então, a fase de amadurecimento do regime capitalista. Essas formas de concentração, tanto em sentido horizontal quanto em sentido vertical, surgiam da associação natural entre os diversos elementos que as compunham. Assim, era natural que as grandes e cartelizadas empresas ligadas à produção de aço englobassem empresas mineradoras e empresas carboníferas, culminando com empresas siderúrgicas, e que a verticalização se ampliasse, em alguns conjuntos, de forma a vincular estreitamente empresas financeiras, empresas industriais e até empresas comerciais. Todas com um vínculo que era a identidade e a homogeneidade, apesar dessa espécie de divisão do trabalho, no nível do capital, que era a forma como se apresentavam.

A economia mundial e capitalista, após a Segunda Guerra Mundial, entretanto, apresentaria formas de centralização e de

agrupamento empresarial até então desconhecidas. Surgiu, em primeiro lugar, o conglomerado, isto é, a conjugação de empresas de natureza diversa e de nível diverso nos grandes conjuntos que logo começaram a definir uma dimensão diferente da concentração. O conglomerado se caracterizava, na forma, pelo fato de agrupar empresas heterogêneas. Apareceu, por último, a multinacional, simples pseudônimo dos grandes monopólios internacionais. Uma empresa multinacional – e todos os grandes monopólios são internacionais e multinacionais – não o é pelo fato de possuir fábricas, por exemplo, em diversos países, além daquelas que possui no país de origem. Uma empresa multinacional representa, em essência, a exploração em áreas nacionais diversas de fatores de produção que vão da força de trabalho à matéria-prima, passando pelo mercado.

Essa multinacionalidade, além de tudo – já que os lucros são sempre convertidos e remunerados na moeda do país de origem –, confere a tais empresas uma flexibilidade extraordinária, a capacidade de compensar prejuízos circunstanciais e a manobra de transferir lucros e de dispersar geograficamente o parque industrial e as entidades comerciais de forma a assegurar o lucro máximo e o máximo de segurança para este lucro. A multinacionalidade é um fenômeno peculiar à fase imperialista do desenvolvimento do capitalismo e cria situações anômalas, como aquela em que países ainda em etapa atrasada de desenvolvimento da economia podem apresentar segmentos de grandes proporções ou significação, inteiramente em disparidade com o conjunto da economia nacional.

Exemplos que ilustram e esclarecem essa disparidade dispersam-se pelo mundo: o da refinaria de Abadã é um deles. Ela não resultou do desenvolvimento econômico e tecnológico do Irã, mas é um elemento inserido na economia iraniana, fornecedora da matéria-prima com que a refinaria trabalha. Não é, pois, possível nem razoável, aferir do desenvolvimento da economia iraniana pela existência de uma indústria sofisticada como a citada refinaria. Outro exemplo seria, para não repetir o de refinarias, a existência de empresas como a do canal do Panamá ou a do canal de Suez, no início do século XX. Elas não resultaram de etapa natural do desenvolvimento da economia do Panamá ou do Egito. Foram nelas inseridas por força de imposições vindas do exterior.

A anomalia é aqui mencionada apenas para facilitar rápida análise de fenômenos aparentemente anômalos que ocorrem em países ditos

subdesenvolvidos. A divisão em desenvolvidos e subdesenvolvidos, aliás, é eufemismo destinado a disfarçar a verdadeira diferença entre países imperialistas e países explorados pelo imperialismo. Vem se prestando a distorções de toda natureza e consome hoje numerosa bibliografia que, longe de penetrar a essência do problema, contribui para a alienação. Esta referência, ao caráter das multinacionais e às distorções que a existência e o funcionamento delas inserem nas estruturas de produção – de que a fundamental é a lesão ao caráter nacional da acumulação capitalista –, vem a propósito de dois problemas hoje no palco das discussões.

O primeiro é o problema do imperialismo exercido por países cujo desenvolvimento capitalista não atingiu essa etapa. O segundo é o problema do capitalismo monopolista de Estado, que surge também nos referidos países e, também em contradição, com a etapa realmente atingida neles pelo capitalismo. Bem analisado, o primeiro seria deslindado com a análise da participação nessa expansão para o exterior de estruturas políticas e econômicas cujo desenvolvimento natural não a exigiria, de empresas e até de sistemas de empresas que não são nacionais, mas funcionam no território de onde partem para o lance no exterior. Por exemplo: até que ponto investimentos nacionais ditos brasileiros operados em países vizinhos são, realmente, investimentos brasileiros? Até que ponto o capitalismo monopolista de Estado, em funcionamento no Brasil, representa uma etapa natural do desenvolvimento da economia brasileira? Ele serve, na realidade, às multinacionais aqui instaladas, mais do que às empresas de capital autenticamente nacional. Mas não é aqui o lugar para esta análise.

Um dos fenômenos mais interessantes do mundo contemporâneo é o da desigualdade no desenvolvimento do capitalismo. É fácil compreender os problemas apresentados pela singularidade definida por alguns países em que o capitalismo se desenvolve justamente na fase histórica em que ele, na dimensão mundial, está na etapa de crise geral. Paralelamente à tal anomalia – mais aparente do que real, uma vez que resulta de boas e sólidas razões e obedece à lei do desenvolvimento desigual – surge, para aqueles países que não atingiram ainda a etapa capitalista ou nela apenas se iniciaram, a possibilidade de suprimir a etapa capitalista em seu desenvolvimento. Embora seja este um tema fascinante, não é aqui o lugar para discuti-lo, também.

Mas é de todo pertinente mostrar como o desenvolvimento desigual, no caso de países como o Brasil, em que o crescimento

da acumulação capitalista é já importante, e em que as relações capitalistas se alastram e se aprofundam – entraram já no campo, abalando fortemente as suas estruturas tradicionais –, proporciona anomalias gigantescas que enganam às vezes os observadores e os estudiosos. Trata-se, em primeiro lugar, de admitir que o nível de desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil não é ainda aquele que o define como tendo atingido a etapa imperialista. E, no entanto, é fácil constatar que há empresas brasileiras que investem no exterior, como já foi mencionado, em países vizinhos, particularmente, e auferem renda de tais investimentos. Esta renda é convertida em moeda brasileira, em parte, mas também na moeda que funciona para a troca universal em nosso tempo e por força de acordos internacionais. É já de certo vulto o conjunto de tais operações, embora não de forma a definir o capitalismo brasileiro, como já foi dito, como tendo atingido a etapa imperialista, tanto mais que os lucros, no caso, são divididos por investidores de origem nacional diversa. Mas o fato existe e afeta as relações do Brasil com outros países latino-americanos. A sua anomalia poderia ser explicada com a constatação de que ela não resulta, ou não resulta apenas, do desenvolvimento endógeno do capitalismo brasileiro, em muitos casos, mas da ação de empresas multinacionais operando no Brasil. Restaria quantificar o fenômeno, e isto exige pesquisas acuradas. O problema é aqui colocado porque afeta as possibilidades de ação comum de países latino-americanos.

Resta discutir o problema da existência do capitalismo monopolista de Estado em países em que a economia capitalista não atingiu, por razões endógenas, tal etapa de desenvolvimento. Antes de examiná-lo, convém lembrar que, no Brasil, pelo menos, a existência de uma área estatal da economia foi, antes, um elemento de progresso e até de estímulo democrático. Aqui, realmente, a exploração do petróleo em regime de monopólio estatal resultou de ampla campanha de opinião e representou vitória singular das forças interessadas no regime democrático. Admitia-se que, em países de capitalização lenta e fraca, necessitados, entretanto, de investir maciçamente em empresas de função fundamental na propulsão do desenvolvimento – como aquelas ligadas ao fornecimento de energia sob qualquer de suas formas –, a única possibilidade de não depender de capitais estrangeiros para isso seria encarregar-se o Estado de tais investimentos, pelas suas possibilidades de acumulação e por ser detentor de órgãos de orientação da economia.

Até o último governo Vargas, realmente – e ainda nisto o seu fim foi o fim de uma fase –, a área estatal da economia funcionava como componente nacional dela, resistindo à componente imperialista. A partir do golpe militar de 1964, entretanto, e mesmo a partir do período preparatório e de gestação que foi o governo Kubitschek, essa colocação começou a sofrer reparos. Começou, na verdade, a surgir a interrogação cuja resposta seria definidora: a quem o Estado serve? A burguesia brasileira, de que Vargas foi o grande intérprete e dirigente, participou intensamente da campanha em favor do estabelecimento do monopólio estatal do petróleo, como havia participado da fundação da siderurgia nacional e continuou a participar de lutas pela nacionalização da energia elétrica. Mesmo após o golpe militar de abril de 1964, o Congresso, desfalcado de seus melhores elementos, convenientemente depurados pela cassação de seus mandatos em discriminação, cujos motivos eram evidentes, só aprovou a lei de remessa de lucros das empresas estrangeiras aqui estabelecidas pela diferença de um voto.

A resistência da burguesia ficava denunciada nesse pronunciamento, contra a franquia às multinacionais da exploração do trabalho brasileiro, mesmo num momento de crise, quando a burguesia havia abandonado as suas bases populares de política – que Vargas se esforçara por constituir e manter – para aderir ao regime então imposto, na esperança de que este a salvasse do comunismo, apresentado, no momento, como o fantasma a exorcizar. A partir de 1964, e particularmente a partir de 1968, quando a ditadura se aprofundou, eliminando qualquer resquício de franquias democráticas, o Estado brasileiro e a economia estatal, entretanto, trabalham para as multinacionais, e a área estatal da economia passou a subsidiar a área multinacional da economia. Era a revelação do caráter essencial do regime que necessitaria instalar o terror para assegurar a manutenção do modelo adotado e que seria aperfeiçoado adiante sob a vigência do mesmo terror.

Apresenta-se, então, na estrutura da economia brasileira, como anomalia, pois derivada de condições exógenas, de imposições do imperialismo, o fenômeno do segmento de capitalismo monopolista de Estado, inteiramente em defasagem com o desenvolvimento natural e endógeno da economia do país. E começam as empresas estatais a apresentar graves problemas de administração, que levam a Companhia Siderúrgica Nacional à beira da falência, em 1989, e comprometem profundamente o funcionamento da Petrobrás e da

Eletrobrás. Tratava-se de fornecer o Estado, com prejuízo, aço e energia para que as multinacionais apresentassem grandes lucros. Era um capitalismo monopolista de Estado estranho, que operava em favor do imperialismo, pois.

O subimperialismo, de um lado, e o funcionamento desses segmentos de capitalismo monopolista de Estado, de outro, assinalam, portanto, a presença dos investimentos estrangeiros no país e a cobertura privilegiada que lhes era concedida pelo Estado nacional, estruturado este no modelo ditatorial e repressivo. Claro que não foi esta a única forma de proteção fornecida pelo Estado no Brasil na área multinacional da economia. Esta área, antiga no país, tomou extraordinário desenvolvimento no período de governo Kubitschek e, quando tal período terminou, depois de esgotar os seus serviços às multinacionais, a implantação de uma forma autoritária e estreita de poder público repontou como solução intransferível. Esta solução, entretanto, acabou por exaurir-se e a ditadura foi compelida a largar o fardo, cabendo os ônus ao povo brasileiro.

O que foi apresentado aqui de forma sucinta, insatisfatória para a necessidade de análise de fenômenos de grande complexidade, está ligado à dispersão e ao isolamento em que vivem os países latino-americanos. Unidos, como sonhou Bolívar, seriam dotados de condições para resistirem ao imperialismo e capazes de alcançarem a vigência de regime político de conteúdo democrático, com predominância das liberdades elementares. Teriam mais contatos culturais e se conheceriam melhor. Dividir para bater e explorar foi o princípio de que se serviram os dominadores, desde a fase colonial. A América Latina, e não apenas o Brasil, vem conhecendo, desde muito tempo, regimes de forças impostos pela violência militar e repousando todos, ultimamente, na mesma doutrina, a chamada "doutrina de segurança nacional", que consiste em colocar o Estado, em cada um, a serviço das multinacionais, sob o pretexto de que o inimigo é o próprio povo de cada um desses países, contra o qual deve ser acionado um aparelho repressor ricamente dotado de meios para o uso da violência

Começaram a surgir, a partir de 1974, com a exaustão do modelo, e com agravamento da crise geral do capitalismo em dimensão internacional, sinais de que as classes oprimidas dos países latino-americanos, mais mobilizadas em uns do que em outros, e a burguesia, na conformidade com a sua capacidade em cada um, retomam as lutas para o restabelecimento de novas condições de vida política. As

mudanças de que o Brasil vem sendo palco, de alguns anos a esta parte, assinalam, realmente, a retomada, pela burguesia brasileira, da defesa de seus interesses, e a consciência de que não a poderá efetivar sem base política, isto é, sem o apoio de outras classes. A sorte do subimperialismo, como dos segmentos de capitalismo monopolista de Estado, como os rumos de uma política mais rigorosa de composição com os demais países latino-americanos, dependerá do processo em curso, cujas perspectivas se apresentam promissoras desde que, para romper o impasse original, seja alcançada uma frente comum de luta...¹⁴

O que caracterizou sempre o papel da burguesia foi a prioridade, entre as duas questões fundamentais, a democrática e a nacional, que deu a esta. Getúlio Vargas, enquanto personagem histórico, grande dirigente do avanço da burguesia brasileira, expressou, em sua larga e tormentosa trajetória política, justamente essa prioridade. Se a tarefa da burguesia, universal e historicamente, foi a de fazer avançar a questão nacional – o conceito de nação nasce com a revolução burguesa, em termos universais –, no Brasil ela se apresentava com uma diferença profunda, que se tornaria específica: a opção pelo nacional se operava na fase de virulenta expansão imperialista. Para alcançar sucesso em uma política que fizesse da questão nacional tese destacada havia, pois, que enfrentar o imperialismo em sua expressão mais aguda. Daí, conseqüentemente, a necessidade ainda mais forte da busca de apoio popular, com insistência máxima, com todo empenho. Sem este apoio não seria possível avançar em uma política de desenvolvimento nacional. Getúlio Vargas, que denunciara em três discursos no Senado, antes de seu retiro para o Sul, o desastre da orientação econômica do governo Dutra, buscou afanosamente retomar e ampliar o apoio popular que granjeara e sem o qual nada poderia construir.

A fúria com que a reação se lançou à luta para impedir que Getúlio Vargas realizasse a sua política foi o traço denunciador da singular importância que lhe emprestava. Em sua campanha presidencial, o candidato assumiu compromissos ligados às tarefas peculiares à questão nacional e continuou a articular o apoio popular que o levaria novamente ao poder. O fato de, depois, no poder, não ter tido condições para dar andamento a tais compromissos não invalida a sua postura. Ao prestar contas ao povo, em janeiro de 1954, das dificuldades que enfrentava e o relato que então fez das variadas e

14. Pulou-se da pág. 130 à pág. 140 do livro citado.

sistemáticas ações da exploração imperialista, mencionando cifras espantosas da retirada de lucros das capitais no Brasil investidos apenas nas áreas decisivas da estrutura da produção, violentamente majorados com os recursos captados no mercado interno de capitais, ao dizer a verdade, estava cavando a sua sepultura. E a virulência da reação conservadora e retrógrada, em que o passado oligárquico e a herança feudal que o gerara estavam espelhados, mostra como a contradição se aprofundara...¹⁵

A partir de 1953, já enfraquecido politicamente, ele, que chegara ao poder no auge de seu prestígio popular, parece que tece, pacientemente, a sua mortalha. Num homem tão cauto, tão seguro de seus passos e iniciativas, hábil no recuo, na manobra, sensível às possibilidades, distante de todo e qualquer aventureirismo, os pronunciamentos de Vargas, em 1953 e 1954, surpreendem pela audácia. Mais do que audácia, afoiteza. Na proporção em que não pode, arrisca. Quem lê, hoje, tantos anos passados, os discursos que pronunciou – não em reuniões privadas ou limitadas, mas de público, no rádio – a respeito dos investimentos estrangeiros em energia, a respeito da remessa de lucros dos capitais estrangeiros, ou ditos estrangeiros (na verdade, captados na poupança nacional, estrangeiros apenas para fins de remessa de lucros), fica espantado.

Parecem de propagandista político de esquerda, de parlamentar de oposição, de nacionalista rubro e extremado. São, entretanto, do presidente da República, e de um presidente em declínio de força, sob ameaça séria, sob o fogo de seus adversários, de seus inimigos mesmo. Tais pronunciamentos, dos mais veementes que já se fez no Brasil, contra o imperialismo, assinalam, ao que parece, o deliberado propósito de jogar uma cartada decisiva. Não se trata de análises, de discussões, de fixação de posições. Trata-se de verdadeiros e candentes libelos, de acusações frontais. Nesses pronunciamentos, constata-se que alguém que conhece a fundo o problema, porque preside os negócios públicos, denuncia fraudes extraordinárias, sonegações enormes, furto organizado e sistemático, burla continuada das leis e dos dispositivos fiscais.

Isto não é dito em arroubos eventuais, mas surge de discursos meditados. Representa uma tomada de posição como nenhum homem público brasileiro, no nível a que ele estava alçado, fizera

15. Pulou-se da pág. 141 à pág. 160.

jamais. Tais pronunciamentos, entretanto, calavam pouco, ficavam quase sem acústica. Pela gravidade de seu conteúdo, pela violência, pela enormidade dos crimes denunciados, eram de abalar a nação, de atear-lhe fogo, de despertar as mais recônditas energias nacionais, de mobilizar o povo. E, no entanto, nada disso acontecia. Vargas dizia verdades, as mais terríveis verdades, mas ninguém mais estava a ouvi-lo, ninguém mais lhes prestava atenção, ninguém mais se dispunha a secundá-lo. Ele estava só.

A Lei 2004 é de outubro de 1953. Vargas não teria mais um ano de poder e de vida. Em agosto de 1954, quando, a propósito de crime comum, da alçada do delegado, articulou-se o golpe que se destinava a puni-lo pelos seus pronunciamentos e pelos seu atos, três semanas foram suficientes para liquidá-lo. Três semanas em que se assistiu, novamente, à montagem e ao desenvolvimento do mesmo tipo de manobra, articulada à base dos meios de comunicação de massa, sob controle das forças antinacionais...¹⁶



A FARSA DO NEOLIBERALISMO

1. A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO

Neste ano de 1995, quando este livro é apresentado ao público, depois de ter aparecido, em parte, sob a forma de artigos de jornal, estaria comemorando quarenta anos uma instituição que teve destaque, então, o ISEB (Instituto de Estudos Superiores). Não existe mais. A fúria implantada em 1964, quando foi interrompida no Brasil a vigência de instituições políticas democráticas, tanto quanto isto pôde ocorrer nas áreas subdesenvolvidas e dependentes, teve como tarefa preliminar extinguir o ISEB, prendendo ou exilando os seus professores, ou, no mínimo, impedindo-os de exercerem o seu mister. Isto é história e, como história, não tem fim. Vem a propósito por uma razão muito simples: os problemas que o ISEB discutia são os mesmos que o Brasil discute hoje, tanto quanto é possível discutir. Como bem sabemos, a área aberta à discussão, mesmo quando seja a das soluções de uma equação de segundo grau, é extremamente restrita. Existe uma espécie de terrível conformismo, o conformismo com que aqui vigorou a ideologia do colonialismo. Este livro se propõe discutir, essencialmente, tal como em 1955, o problema do que se convencionou conhecer como desenvolvimento. O ISEB foi fundado exatamente para elaborar a teoria do desenvolvimento. Foi extinto, não apenas fechado, porque se propunha a esta tarefa revolucionária.

Convém lembrar, é oportuno lembrar, o ISEB atravessou, a certa altura de sua existência, muito curta na verdade, uma crise. Esta crise se originou a propósito, justamente, do desenvolvimento, de sua conceituação. Havia no ISEB duas correntes, que logo foram identificadas: uma delas admitia que o desenvolvimento deveria apoiar-se no ingresso massivo e protegido de capitais estrangeiros; a outra admitia que o desenvolvimento deveria apoiar-se em capitais nacionais e que estes deveriam ser protegidos. Isto, assim mencionado, é um

1. Parte tirada do livro *A Farsa do Neoliberalismo*, Rio de Janeiro, graphia, 1996, 3ª edição.

esquema e, como todo esquema, simplifica e empobrece o real quadro que se apresentou então. A crise gerou uma cisão na congregação do ISEB e aqueles derrotados na defesa de determinada tese tiveram de abandonar o ISEB. Triunfou, como sabem os que viveram aquela fase tempestuosa da vida brasileira, aqueles que defendiam a tese do desenvolvimento à base dos capitais nacionais. Por isto mesmo o ISEB foi extinto, não apenas fechado, e os seus professores, os que defendiam a tese que fora vencedora, agora vencidos, foram presos, ou exilados, ou privados de ensinar. Mas ainda não foi o fim da História. Porque aqui estamos, novamente, para novamente discutir o conceito de desenvolvimento e desvendar o seu conteúdo. Perdemos quarenta anos, na verdade, mas o país, apesar de tudo, aprendeu muito, e aprendeu na prática, assistindo ao espetáculo que, em nossos dias, apresenta os mesmos problemas, mas já sob condições diferentes. Antigamente, na linguagem dos estudiosos, como na dos leigos, a palavra sagrada era progresso. Estava até em nossa bandeira e os positivistas a haviam colocado ali porque inspirados em ideais de grandeza que esperavam ver concretizados, pois as condições naturais do país como que o destinavam a tal vitória.

A palavra progresso está hoje em desuso. Foi substituída por desenvolvimento e, assim, fica de novo colocado o problema de sua conceituação. Para alguns, cuja visão nos parece simplista, o desenvolvimento consiste em alcançar determinados índices numéricos que assinalem o crescimento da produção. O desenvolvimento poderia ser, por exemplo, atingir a produção anual de tantas toneladas de aço, de tantas toneladas de soja etc, ao mesmo tempo em que teriam de ser construídas tantas represas para gerar energia elétrica, ou tantos quilômetros de rodovias. Este tipo de desenvolvimento foi fixado no chamado Plano de Metas, do governo Kubitschek, com uma particularidade, que forneceu a essência desse plano: tudo à base do ingresso massivo de grandes capitais estrangeiros cobertos de privilégios. As concessões a esse ingresso foram mais amplas do que pode lembrar qualquer contemporâneo dos acordos de 1810 e de 1824, com os quais a Inglaterra, no século XIX, estabeleceu o seu domínio econômico sobre o Brasil. Nunca se concedeu tanto, embora os “modernos” defensores do neoliberalismo pretendam ganhar o campeonato de concessões, pois eles já entregam as empresas prontas, construídas, com o ritmo de produção garantido.

Outros, mais modestos, admitem que o desenvolvimento não

pode ser limitado à conquista de determinados índices numéricos de simples crescimento. Neste ponto, estão com os elementos do ISEB, que pensavam assim e, apesar de presos, exilados, privados de direitos, continuam a pensar assim. Os que sobreviveram, naturalmente. Um modelo de desenvolvimento que exclua o povo de seus benefícios, realmente, está em contradição com o seu título. Mas é este o modelo, precisamente, que o neoliberalismo defende e está praticando. Um dos responsáveis pela vitória dos vietnamitas sobre a poderosa máquina mortífera dos Estados Unidos afirmou, em suas memórias, que as forças mais importantes para o desenvolvimento de um país estão no próprio país. Ele afirmou, também, e com grande autoridade, que se o país é independente, mas o seu povo não é feliz, a independência não faz sentido. Para ele, o que emerge das necessidades do povo é insusceptível de impedimento, ainda que pela força. Ele conhecia e aceitava como fundamental o conceito protagórico de que o homem é a medida de todas as coisas. No fim das contas, ele compreendia que uma economia eficiente só pode ser fruto de uma sociedade justa. Bem sabemos que aqui entra um conceito político: o que é justo? Podemos ter concepções diversas sobre o que é justo, mas o que nos parece fundamental é que os de fora, os que nos pretendem governar, não têm direito de definir o que nos parece justo.

Ora, a concepção de desenvolvimento que acabou triunfando quando do programa de metas de Kubitschek, esquecia tudo isso. Quanto ao presidente e responsável político pelo plano, ficou subordinado a uma ambiguidade que minou as suas realizações: de um lado, impulsionou consideravelmente a construção da estrutura econômica do país, com as usinas e estradas que construiu, entre outras iniciativas, mas, de outro lado, fez concessões imensas ao ingresso de capitais estrangeiros. Muitas das origens de nossos males de hoje estão ancoradas nessas concessões. O problema da indústria automobilística, por exemplo, está entre eles. Ela foi montada, no Brasil, como forma de desovar fábricas e modelos obsoletos, já sem competitividade, mas a instalação se estabeleceu com um rol de privilégios que levaram essa indústria estrangeira, aqui estabelecida, a constituir o gigantesco problema que é hoje e que nos tem criado tantas dificuldades. A propósito: não é risível o falso problema e as conseqüentes falsa querela e falsa competição, em que se defrontam interesses ditos da Argentina, quando de uma indústria estrangeira lá instalada, e interesses ditos do Brasil, e vinculados a uma indústria

estrangeira aqui estabelecida. Em que os interesses do povo argentino e do povo brasileiro foram considerados nessa questão? A realidade da implantação da indústria automobilística no Brasil está vinculada à vigência da famigerada Ilustração 113 da extinta SUMOC (hoje Banco Central), elaborada pelo economista Eugênio Gudín, patrono dos nossos *chicago-boys* mais antigos. Essa Instrução permitia o ingresso, pelo valor estipulado pelos detentores das patentes, de modelos superados, ainda mais cobertos de isenções que nos relegavam ao nível do Congo.

Desenvolvimento que não tenha como base as necessidades do povo brasileiro não nos serve. Não se trata, portanto, de atingir determinadas metas numéricas, mas de atingir a solução de problemas concretos, com os quais a nossa gente se defronta, todos os dias. Comparem-se, por exemplo, as finalidades e os critérios que presidiram a instalação da grande siderurgia, com a CSN, no governo Vargas, e suas consequências para a industrialização do Brasil e também para a sua capitalização, com as finalidades e os critérios que presidiram a instalação aqui da indústria automobilística, que exporta capitais. Pois essa CSN, que foi o nosso orgulho e geradora do grande impulso que mudou completamente o processo de industrialização no Brasil, foi tristemente doada à área privada, para que dê os lucros que dela esperam, e podem esperar, os detentores de uma empresa que tanto nos custou, a nós, povo brasileiro. A comparação dessas três faces é eloquente e característica: a face positiva e realmente desenvolvimentista da instalação da CSN; a face amarga de sua privatização; a face decisiva e negativa da instalação da indústria automobilística. São três faces do mesmo problema, o do desenvolvimento.

De velhos tempos, discute-se, aqui e fora daqui, o conceito de dependência, de economia dependente. Hoje, muitos são os que se pretendem criadores dessa teoria. O mérito dessa criação carece de importância e tem servido, apenas, para o jogo de vaidades a que se limita, por vezes, e com frequência, à intelectualidade brasileira, em particular aquela que ostenta o galardão universitário. Tive oportunidade, em diversos momentos, de discutir esse conceito. Desde que escrevi a *Formação Histórica do Brasil e a História da Burguesia Brasileira*, voltando ao tema no ensaio de crítica ao que, então, propalava-se, com grande alarde, como sendo o “modelo brasileiro de desenvolvimento”, que outros chegavam ao deslante de conhecer como “milagre brasileiro”. Era o tempo em que, sob a ditadura, gerara-se, aqui, com

repercussão na América Latina, a ideia de que haveria um modelo para o desenvolvimento, um modelo ideal, e seria aquele que estava sendo praticado em nosso país. Respondendo a um apelo de confrades argentinos, também submetidos a uma ditadura, fiz a referida crítica no livro *Radiografia de um Modelo*. Só poderia ser publicado na Argentina, como foi. Mas, logo depois, sob novas condições, apareceu a edição brasileira, que chegou à sétima, para ser praticamente relegada ao esquecimento, por força da vesânica publicidade com que passou a ser apregoado aqui o neoliberalismo. Estava, na realidade, sendo aqui elaborado novo modelo, que é o que hoje sofremos.

Em várias oportunidades, portanto, procurei definir o conceito de dependência e de modelo dependente. Parti da diferenciação entre economia colonial e economia dependente. Conhecemos a ambas no Brasil. Economia colonial seria aquela gerada pela expansão colonialista, de que a colonização do Brasil foi exemplo e dos mais característicos. Qual o traço essencial de uma economia para merecer o título de colonial? Tão simplesmente o fato de ser a acumulação do capital realizada no exterior. Foi, como sabem pelo menos os estudiosos, o caso da economia brasileira. Existe nesse tipo de economia um fluxo permanente, por vezes crescente, da renda para o exterior é mínima. A acumulação no exterior, por força desse fluxo para fora, existiu no Brasil colonial e mesmo após a chamada independência, uma vez que os acontecimentos de 1822 e anos subsequentes não importaram em mudança da estrutura de produção aqui. A acumulação proporcionada por esse trabalho ocorria no exterior: na metrópole, de um lado, e na Inglaterra, de outro lado, e majoritariamente, porque a Inglaterra subordinara a economia portuguesa desde o tratado de Methuen, que consagra essa dominação. Todo o chamado ciclo do açúcar, que foi o produto principal na economia colonial brasileira, obedeceu a esse processo. O açúcar foi, por longos anos, o principal produto na comercialização internacional, no volume particularmente. O grosso das transações internacionais girava em torno do açúcar e o açúcar era o principal produto brasileiro. O açúcar permitiu, pela acumulação que proporcionou, e pela transferência dessa acumulação ao exterior, o extraordinário impulso daquilo que ficou conhecido na história como revolução comercial.

A grande transformação que se opera no Brasil, após a independência, e que atravessa todo o século XIX, é justamente o esforço para superar a economia colonial, que ultrapassa no tempo

os limites da autonomia, entrando a fundo na etapa em que tínhamos governo próprio. É a partir do início da segunda metade do século XIX, efetivamente, que se torna nítido esse esforço, quando este alcança algum sucesso ao se firmar. E, assim, estabelece as condições em que a economia colonial é sucedida pela economia dependente? Qual a característica da economia dependente? Fundamentalmente, a de que a acumulação passa a se efetivar também no interior. Processa-se, a partir de então, a luta pela acumulação: há uma parcela da acumulação que se opera no interior. Mas continua a existir e a funcionar o fluxo da acumulação para o exterior. A luta consiste no esforço para reduzir as proporções desse fluxo, assegurando perspectivas à parcela de acumulação que se processa no interior. É a fase da produção ascensional do café, que se torna, na segunda metade do século XIX, o principal produto na comercialização internacional, particularmente em volume. A parcela que se acumula no interior deriva de um fato importante: o Brasil dominava a comercialização do café, na época, e não apenas a sua produção. O que não existia na fase do açúcar. É este domínio nacional da comercialização que fundamenta, principalmente – porque, como é natural, há outros fatores no processo de mudança – a passagem da economia colonial à economia dependente. Essa mudança tem importância muito grande no nosso desenvolvimento econômico. Trata-se, no entanto, da passagem de domínio na produção de um produto agrícola de exportação para outro produto agrícola de exportação. Verifica-se, assim, a continuidade de determinadas características, entre elas, a da permanência no tipo de agricultura de exportação, mas, ao mesmo tempo, os primeiros traços, que avultam com a passagem do tempo. Entre estes primeiros traços, dois têm destaque e influência muito poderosa nas transformações históricas em curso: primeiro, dominávamos a comercialização; segundo, acompanhando o crescimento da parcela interior da acumulação, criava-se o mercado interno e se expandia. Geraram-se, assim, as condições para o país se constituir em nação, e não apenas se definir por território e população, cobertos pelo envoltório político que era representado pelas instituições que definiam um estado à procura de identidade própria.

A dependência se concretizava em alguns traços de fácil e clara observação. Entre eles, com enorme significação, o advento de investimentos estrangeiros que acabaram por estabelecer o domínio e o controle do nosso desenvolvimento e gravavam outro tipo de fluxo

da acumulação no exterior, e a sucessividade dos empréstimos no exterior, quando as parcelas de pagamento definiam uma das partes da exportação dos lucros e da acumulação. O primeiro desses traços, o dos investimentos estrangeiros, importava em ligação com o modelo de economia colonial, de lucro exportado na quase totalidade e, portanto, acumulado no exterior. Como os estudiosos conhecem, a estrutura de transportes, no Brasil, foi articulada à base de investimentos estrangeiros. Isto quanto ao transporte terrestre, porque o transporte marítimo era totalmente estrangeiro. Foi a época em que os ingleses construíram aqui as ferrovias que carreavam a produção do interior para os portos, de onde os seus navios mercantes a levavam para os mercados europeus e norte-americanos.

A independência de 1822, realmente, fez com que a subordinação da economia portuguesa à Inglaterra fosse transferida ao novo país, que então se constituía como entidade política autônoma. Os acordos que consagraram e oficializaram esta subordinação foram, portanto, firmados com a Inglaterra: primeiro o de 1810, quando ainda aqui funcionava a côrte de D. João VI, presidido pelo representante britânico Strangford; o segundo, quando do reconhecimento internacional da nossa independência, em 1824, e que prolongava o da fase bragantina. Por força das disposições desses acordos, o mercado brasileiro era franqueado aos exportadores ingleses. A proposta tarifária de Alves Branco, antes do fim da primeira metade do século XIX, seria a primeira tentativa para nos livrar dessa subordinação que assegurava o fluxo da acumulação para o exterior, para a Inglaterra particularmente. Na segunda metade do século XIX, o Brasil agrícola e escravista produzia e consumia quase tudo de que necessitava. Com a ascensão dos preços do café, que então iniciou a sua penetração pelo interior, fugindo à imantação do litoral e, portanto, exigindo transporte da produção para os portos para se destinar aos mercados externos, começa a crescer a acumulação no interior e, conseqüentemente, começa a exercer papel no consumo do mercado interno. Esta acumulação no interior, que transforma a economia colonial em economia dependente, delinea um novo quadro: começa a funcionar a luta pela acumulação e começa a funcionar, com relevo ascendente, o mercado interno. Este mercado enfrenta, desde logo, o outro dado da época: o afluxo de investimentos externos, particular e majoritariamente ingleses. É a fase em que surgem as ferrovias destinadas a carrear para os portos a produção cafeeira, ao mesmo tempo em que começa a se

desenvolver a vida urbana no Brasil, que vai, lentamente, emergindo das condições coloniais.

A dependência se define precisamente pelos investimentos ingleses, de um lado, e pelos empréstimos, a princípio em libras, depois em libras, francos e florins. Os investimentos surgiram quando o mercado interno gerou condições para a sua rentabilidade e tais condições estavam vinculadas particularmente ao crescimento e à valorização do café. É a fase em que capitais ingleses são investidos na construção ferroviária aqui, começando pela estrada que permitia o transporte do café das áreas produtoras aos portos do Rio, a princípio, e de Ubatuba e Santos, depois. Exemplar, nesse sentido, ficou fixado no contrato com a São Paulo Railway, que assegurou o monopólio prático desse escoamento, ligando São Paulo a Santos. Esse contrato, modelo de transação extorsiva, fez da Inglaterra sócia da expansão cafeeira. Por força de seus dispositivos, de tipo colonial mais nítido, a ferrovia ficava isenta de prejuízos pela garantia de uma taxa de lucro de 6%, altíssima para a época. Isto é, se os lucros fossem menores do que 6% do capital investido, o Brasil entrava com a diferença. Não ocorreu o caso, e nem era de se esperar: o crescimento da expansão cafeeira foi, com altos e baixos, tendencialmente positivo, assegurou aos investidores britânicos lucros cujo montante ficou sempre vedado ao conhecimento dos brasileiros. A ferrovia se reservava, ainda, o privilégio fixado na proibição da construção de outra ligação ferroviária entre Santos e São Paulo, numa faixa lateral de dezenas de quilômetros: a *Inglesa*, como ficou conhecida a SPR, e jamais teve prejuízo. Concomitantemente, capitais ingleses eram investidos, nas áreas mais desenvolvidas do país, no transporte urbano, no saneamento, na distribuição de gás a domicílio e em tudo o que se fundava na eletricidade. Foram várias as empresas ferroviárias inglesas, São Paulo Railway, Leopoldina Railway, Great Western, mas a empresa que se especializou com destaque em serviços à população urbana – gás, luz, telefone, transporte – foi a famigerada *Light & Power*, para não falar nos investimentos na área amazônica, quando do desenvolvimento da produção e comercialização da borracha.

Os investimentos foram acompanhados pelos empréstimos. Para início do sistema de empréstimos para pagar empréstimos, mazela que sobrecarregou os brasileiros por todo o século XIX e teve sequência no século XX, sob a República, começamos a vida autônoma, de forma significativa, para não dizer característica, com o chamado

empréstimo português, porque tomado pela metrópole e herdado pelo Brasil, quanto ao ônus do pagamento, segundo as negociações ligadas ao reconhecimento da independência. Pagamos pela independência, na verdade, e, com esse ato inaugural e sintomático, teve início a longa sequência de empréstimos, particularmente em libras, que tornaram a finança europeia sócia do nosso desenvolvimento, dele aproveitando majoritariamente os lucros. É uma história terrível, que pode ser conhecida nos estudos feitos pela comissão brasileira que realizou o que ficou conhecido como *esquema Aranha*, estudos arquivados no nosso Ministério da Fazenda. Não tem nada de edificante a leitura desta documentação que define a dependência: é um acúmulo de torpezas, negociatas, extorsões e dolos que fazem corar qualquer leigo. Por isto mesmo permanece desconhecida do público.

A teoria da dependência, assim, é aquela que se ocupa dos traços que definiram a subordinação do desenvolvimento brasileiro a investimentos e empréstimos operados do exterior e no exterior. Investimentos protegidos de forma escandalosa para quem, hoje, os estuda, tão extorsivas foram as condições que os presidiram, e empréstimos que constituíram, ao longo dos decênios, o festival da finança internacional. Investimentos e empréstimos que configuraram, com absoluta nitidez, uma dependência da qual ainda não nos livramos, dependência que teve início na época do imperialismo, quando este fazia a sua tormentosa trajetória de exploração nas áreas que depois seriam conhecidas como subdesenvolvidas e/ou de terceiro mundo. O subdesenvolvimento e o terceiro mundismo, na verdade, foram um retrato da dependência. E a dependência configurou a espoliação continuada. Por longos decênios crescemos, lentamente, carregando esse pesado fardo. E é isso que, agora, pretende-se repetir, sob outros e esfarrapados disfarces, sob o título de neoliberalismo.

2. O FAZ-DE-CONTA DA GLOBALIZAÇÃO

Há dois aspectos do nosso desenvolvimento, ao longo dos decênios e desde pelo menos o início do século XX, que sempre têm sido omitidos e propositadamente esquecidos: o primeiro deles é o processo como, ao longo do tempo e em fases históricas diversas, realizou-se a transferência dos efeitos das crises cíclicas do capitalismo às áreas menos desenvolvidas, ao Brasil em particular; o segundo é

o processo como foi transferida a renda oriunda do nosso trabalho ao exterior, seu dimensionamento. Certos conceitos, como o de subdesenvolvimento (tendo em contrapartida o de desenvolvimento), como o de atraso, como o de dependência, na verdade, mais escondem do que revelam a verdade da exploração colonialista a que se segue a exploração imperialista. Um arsenal imenso de conceitos e de disfarces vem servindo para esconder a verdade histórica. Do ponto de vista dos julgamentos de pessoas, como no nível dos processos, o real se apresenta desfigurado por simulações que vivem da mera repetição. No conjunto, esse arsenal conceitual configura, essencialmente, uma ideologia. Os seus formuladores originais empreendem, sempre, a gigantesca tarefa, em que têm obtido sucesso, de confundir as coisas e de, em última análise, fazer com que as vítimas se conformem. Isto significa, realmente, a necessidade dos exploradores convencerem os explorados de que a exploração de que estes são vítimas é legítima, fatal, natural. As técnicas de transmissão do pensamento, extraordinariamente ampliadas nos últimos lustros, têm servido para essa tarefa. A seu serviço, a serviço de exploradores, técnicas complexas de convencimento são utilizadas, quase sempre com sucesso. O último produto ideológico intensamente trabalhado e propagado, o último entorpecente das mentes, vem sendo o conceito de globalização, com tudo o que ele encerra e mais tudo o que pretende alcançar. É o produto de uma época histórica de transição, quando uma época entra em crise e os modelos, padrões e significações sofrem distorção inevitável. É preciso, para assegurar a continuidade da exploração, convencer que determinadas nações têm direito a comandar o desenvolvimento, enquanto outras devem submeter-se a esse desenvolvimento, como tudo o que convém às primeiras, tidas como desenvolvidas, avançadas etc. O produto novo no arsenal conceitual da época de transição é o de globalização. Estamos num mundo só e, em consequência, os que já estão desenvolvidos, os que já são ricos, devem continuar assim, e os demais devem conformar-se em continuar pobres, ou menos desenvolvidos. A globalização é o fim da História. A sua consagração.

A palavra de ordem dos *chicago-boys*, a partir daí, transformando em refrão o conceito de globalização, foi, em primeiro lugar, da supremacia absoluta do mercado, na organização econômica, e a supremacia absoluta das normas do capitalismo, tal como vigoravam nos Estados Unidos. A velha querela entre protecionismo e livre

cambismo que, por tanto tempo, ocupou economistas e políticos e que presidiu a polêmica, em nível nacional e em nível internacional, não tinha mais razão de ser. Num mundo só, num mercado só, como poderiam subsistir e ser consideradas normas oriundas de um mundo desaparecido? Agora, o mundo era uma coisa só, uma planície sem eminências, e as regras nele vigentes deveriam, por tudo isso, ser ditadas de um centro único, aquele que, vitorioso na “guerra fria”, era herdeiro universal e absoluto do mundo dividido em nações e mercados separados por tarifas alfandegárias. Todos os países deveriam, e rapidamente, abolir, para a troca internacional, todas as restrições à entrada de mercadorias. Quem estava estabelecido em condições de dominação seria, inevitavelmente, beneficiário dessa nova situação em que os tradicionais exportadores tinham primazia assegurada. E os tradicionais exportadores, com primazia estabelecida, eram justamente aqueles que, instalados há tempos no mercado, desfrutavam nele de condições de domínio. Para se chegar a isto, naturalmente, houve problema e processos preliminares. O primeiro deles foi, certamente, a tendência para agrupamento de áreas produtoras em mercados comuns, de que estariam excluídos, automaticamente, os que não pertencessem a esse mercado comum, alcançado após longas e difíceis negociações. Processo exemplar, neste sentido, foi o apresentado pela União Europeia, mas todos conhecem os enormes obstáculos encontrados para que ele se consumasse e como se tornou difícil a aprovação de suas determinações em todos os países europeus. Isso para não mencionar casos como o do NAFTA, em que os Estados Unidos encontram a sanção para o domínio que já exerciam nas economias mexicana e canadense. Conhecemos, no Brasil, os problemas que estão sendo resolvidos, para se chegar a um mercado comum, o MERCOSUL, abrangendo, num primeiro tempo, os países ao sul do continente, de estruturas econômicas tão diversas. Tudo isto vem a propósito da constatação de que a globalização seria um processo histórico natural, que levaria a uma unidade e uniformidade sonhadas, mas em condições de igualdade para todos os componentes e não aquela pretensa igualdade que resulta de uma “guerra fria”, encerrada com vencidos e vitoriosos, impondo estes as suas regras. O concreto, o real, nesse processo complexo, esconde, realmente, a ideia de que, na luta ideológica, subjacente ao antagonismo entre as duas grandes potências, o capitalismo teve uma vitória não só absoluta como definitiva. Era o fim da história, realmente.

A globalização encontrou como regentes da orquestra, e por todas as razões, as sete nações mais desenvolvidas, o G-7. No chamado *Consenso de Washington*, elas, soberanamente, baixaram as regras: nada de protecionismo, mercado único e aberto. E outros detalhes, analisados em outra parte deste livro. Para a doutrinação dos *chicago-boys* não era preciso mais. Por formação, teóricos de uma economia que esquece a realidade de cada país, eles saíram pelo mundo, pregando a nova religião do lucro, religião que, como logo se tornou claro, mereceu títulos os mais encomiásticos. Tratava-se, em primeiro lugar, de estabelecer uma nova ordem. Esta colocação, que nos lembra com muita nitidez as de Hitler e do mundo com o qual ele sonhava e para o qual já conhecia todas as regras a impor, não poderia surpreender aos que estivessem acompanhando o desenvolvimento da velha luta ideológica, que agora se processava em outras condições e em outros níveis.

Do ventre da globalização surgiu aquilo que ficou conhecido como neoliberalismo. E este, para melhor confundir os incautos, tratou de fantasiar-se: a fantasia mais vistosa foi a de moderno. Há, realmente, palavras que contêm uma certa sedução: vanguarda, novo, moderno. Ocultam, às vezes, traficâncias que não escapam aos menos avisados. Mas o condão de disfarce torna o percurso delas e mesmo a influência algo de difuso, fascinante, brilhante. O neoliberalismo foi, pois, a bandeira com que os novos profetas passaram a pregar a nova religião econômica, nascida dos escombros, da ruína e das cinzas do mundo dividido, primeira criação do mundo unificado, aquela que, no fim das contas, definiria o fim da História. O neoliberalismo renega o velho arsenal de conceitos com que os dominadores escondiam os traços mais ásperos de sua dominação. Antigamente, conceitos como pátria, por exemplo, tinham extraordinário vigor. A tal ponto que, conspurcado embora, servia para a luta ideológica: ser socialista era um crime de lesa-pátria e, como tal, deveria ser severamente condenado. Outro conceito largamente usado então, era o de soberania. Para defender o capitalismo em suas piores formas e ações predatórias, que reduziam os povos à servidão, era brandido com ênfase. O socialismo e seus diversos conceitos eram tidos com traições à soberania das nações. O Estado, essa entidade política que, moldada pelos princípios da Revolução Francesa, com o direito disfarçado com roupagens colhidas nos romanos, tinha importância muito grande. Era o baluarte da soberania das nações, era o que a pátria tinha de característico, aquilo que merecia ser defendido e preservado.

O neoliberalismo atirou ao lixo esse arsenal conceitual. Foi relegado ao desuso. Pior: foi tido como definindo o atraso, o oposto da “modernidade”. De cambulhada, instituições, como as Forças Armadas, Exército, Marinha, Aeronáutica deviam ser, também, relegadas a plano secundário. Eram instituições obsoletas. Nada tinham a ver com a “modernidade”. Consumir verbas para mantê-las era drenar dos cofres públicos aquilo que deveria, sem maiores preocupações, servir à globalização: pagar as parcelas de juros de empréstimos externos ou transferir lucros de grandes empresas multinacionais, que ignoravam limites de nações e muito mais ainda taxas de lucro destinadas a manter as nações. O neoliberalismo, assim, vinha com roupa nova, muito bem confeccionada, primorosa e rigorosamente talhada, substituir o que o colonialismo, em velhos e distantes tempos, usara tanto e com tanto êxito. Tratava-se, no fim das contas, de um novo colonialismo, travestido, enfeitado, cheio de truques e momices. Para o neoliberalismo, o grande inimigo do progresso, ou do desenvolvimento, era o Estado. O Estado era por definição mau gestor, não deveria operar na área em que as empresas privadas operavam, não deveria, de forma alguma, ocupar-se de tarefas que deveriam ser próprias da área privada. Assim, tratava-se, antes de mais nada, de enxugar o Estado, de despojá-lo de empresas que criara em muitos casos por força da incapacidade financeira ou pelo puro desinteresse da área privada. Os serviços públicos que eram, ao tempo da economia colonial, e ao largo da economia dependente, geridos por empresas estrangeiras, as ferrovias que os ingleses construíram, com contratos privilegiados com um século de duração e garantia de juros, toda estrutura econômica que o desenvolvimento material e o processo de urbanização exigiram, e que haviam passado à gestão do Estado, deveriam ser postos em hasta pública e privatizados.

Privatizar, eis a solução para o neoliberalismo. As empresas estatais, surgidas a partir da ruína da estrutura de serviços gerados pelos investimentos estrangeiros, que largamente e secularmente as exploraram, deveriam passar à área privada. E havia, finalmente, que romper o movimento pendular que nos forçara, por exemplo, a aturar e engordar a *Light & Power* por tantos anos, para depois comprá-la, quando se aproximavam do fim os seus contratos de exploração. Deveríamos voltar a entregá-lo a uma multinacional, e que, agora, aproveitaria dos grandes investimentos que o Estado realizara para transformá-la em entidade apta a prestar serviços. Nesse vai-e-vem

de compra e venda, como é fácil deduzir, quem paga é o povo, que, entre outras mazelas, comprou caro e pretende vender barato, nesse tipo de negócio em que o imperialismo se especializou e que o tornou no que é. Lutamos arduamente para convencer os meios políticos de que o Brasil tinha petróleo, porque a ciência estrangeira afirmava positivamente que não tínhamos. Adiante, assumimos os riscos de procurar petróleo quando a “ciência” estrangeira e os *chicago-boys* da época afirmavam de pés juntos que não dispúnhamos de capitais e só eles, que dispunham de capitais, poderiam enfrentar a tarefa gigantesca dessa prospecção difícil. Acabamos encontrando petróleo e o Estado, uma vez que a iniciativa privada não tinha envergadura para isto, assumiu o risco do investimento. Passaram a afirmar que não dispúnhamos de técnica para a prospecção e eles, que dispunham da técnica, deveriam ser encarregados disso. Criamos ou aprendemos a técnica petrolífera e somos hoje mestres nela. Pois bem, o neoliberalismo quer que entreguemos a empresa petrolífera aqui montada pelo Estado à iniciativa privada, isto é, às multinacionais do ramo. Mas entregar a empresa já pronta, em funcionamento, uma empresa vitoriosa e próspera. Em que, aliás, o Estado não coloca um real, para empregar uma moeda envilecida.

Trata-se, no fim das contas, de passar recibo de nossa pretensa incapacidade, desta incapacidade que os *chicago-boys* afirmam, com ênfase singular, que é um traço nacional. A ideologia do colonialismo, antes, em velhos tempos, pretendia nos convencer, e convenceu a muitos, principalmente governantes, recrutados numa classe dominante retrógrada e inepta, de que estávamos condenados ao atraso, porque grande parte de nossa força de trabalho era negra e o negro é racialmente inferior; a nos convencer de que jamais poderíamos atingir alto nível de civilização porque vivíamos nos trópicos e a civilização é privativa, segundo eles, dos climas frios. Era moda, ao tempo da vigência triunfal da ideologia do colonialismo, que os nossos credores, aqueles que auferiram lucros prodigiosos com o nosso endividamento, enviassem para cá, para ensinar a esses *sauvages de la bas*, como diziam os colonialistas franceses, elementos de economia, esclarecendo sempre que não poderíamos gerir senão segundo os princípios que eles adotavam. O último desses financistas, não muito antes do movimento de 1930, deixou um relatório, em que propunha as normas que deveriam presidir a reforma da nossa economia, um relatório que Normano, um dos poucos economistas que entenderam

a especificidade do nosso desenvolvimento material, bem qualificou e com rigor como modelo de alienação. Aquele precursor dos *chicago-boys* era cego para a realidade, mas com uma diferença: ele era inglês e nada tinha conosco, a não ser o fato de estar aqui para servir aos nossos credores externos, então predominantemente ingleses; e os nossos grotescos *chicago-boys* nasceram no Brasil. Não cometerei a injúria de dizer que são brasileiros.

Na época em que ia mais quente a chamada “guerra fria”, um político brasileiro, que exerceu a chefia das nossas relações exteriores, criou, na ânsia de servir aos seus mandantes e amos, a teoria das “fronteiras ideológicas”. Esta doutrina, confessada ou não, presidiu por muitos anos a nossa política externa e determinou a orientação da política interna. Deveríamos, segundo tal tese, dar privilégios totais aos norte-americanos, nossos “aliados”, porque era nosso dever ajudá-los a salvar aquilo que, um tanto ironicamente, alguns apelidaram de “civilização cristã e ocidental”. Os *chicago-boys*, em nossos dias, depois de finda a “guerra fria”, por inanição de um dos partidos ou lados, fazem o mesmo serviço, já sem a salvaguarda do anticomunismo. Querem porque querem que não haja soberania brasileira. Vão muito mais longe porque, agora, mais objetivos, pretendem que o Estado, aqui, deixe de funcionar ou funcione apenas naquilo que não dá lucro e que, para dizer a verdade, será atirado a segundo plano, como vem sendo, a educação, a saúde e aquilo que chamam “segurança”. Tudo o mais, tudo o que dá lucro, deve ser privatizado, isto é, deve pertencer à área privada, com uma condição importante: sem diferenciar as empresas, podendo, inclusive, ser estrangeiras, tratadas em pé de igualdade com as brasileiras, por definição constitucional arrancada a uma reforma da lei magna de 1988 por um artifício inconstitucional. Quem faz as leis no Brasil? Este é o título de um ilustre e sábio jurista, em livro de clareza exemplar de como se trata, no legislativo, aquilo que é do interesse do povo brasileiro.

O Brasil, convém repetir esta verdade há muito conhecida, apresenta uma sociedade que se constitui em modelo de desigualdade. Em 1986, 51,3% da renda total brasileira estavam concentrados em 10% da população. Hoje, dados de 1992 mostram que os 20% mais pobres ficam com 2,1% da renda e os 20% mais ricos ficam com 63%. A concentração da renda é um fenômeno mundial e assinala apenas a crise do capitalismo que, por isso mesmo, procura reordenar o mundo de acordo com os interesses dos que detêm a maior parcela do capital.

É o mundo a que estamos assistindo, com as populações famintas caminhando desesperadamente em busca do trabalho, com ondas de migração caminhando desesperadamente em busca do trabalho, com ondas de migração inéditas na história, gerando conflitos por toda a parte. O chamado primeiro mundo não apresenta cenário invejável pelo contrário, nele, o que se vê é um quadro de pobreza e de degradação, inclusive de costumes, flagrante no desespero dos jovens, que sentem a degradação desse mundo e a ausência de perspectivas para eles mesmos, que mal conseguem ingressar no mercado de trabalho. Por toda a parte, o mundo assiste, em meio à incerteza e à perplexidade, o renascimento da violência, ainda a violência política, geradora das novas ondas de fascismo e de nazismo e de propostas de solução dos problemas da sociedade pela exclusão e pelo uso da força. Estamos longe do paraíso. O neoliberalismo tem sido a fórmula mágica com que um mundo, o primeiro, afundado em crise, tenta transferir ao terceiro, a nós que nele vivemos, os seus problemas.

Surgem, então, os contrastes mais escandalosos: de um lado, o avanço exponencial das técnicas industriais baseadas no aumento da produtividade, proporcionando uma reordenação do mercado de trabalho, e, de outro, as crescentes ondas de desemprego. Por toda a parte, com repercussão aqui, por força da imitação desesperada apresentada pelos *chicago-boys* como panaceia, prega-se e adota-se a tendência para reduzir a seguridade social de forma a proporcionar somente nível de subsistência a quem vive do trabalho. Como bem sabemos, estamos no Brasil da “modernidade” e da “nova ordem”, buscando, afanosamente, e no mesmo caminho apresentado pelos modelos externos que pretendem comandar o mundo, relegar a previdência em que o Estado assume o seu papel a um sistema semelhante, entregando o mercado ao investimento privado estrangeiro, que dele deve auferir os lucros que procura, sem a mais distante preocupação com a sorte dos assistidos. A previdência é colocada, agora, no mercado como objeto da cobiça, para, ao que se apregoa, aliviar o Estado de uma de suas tarefas fundamentais. Ora, e apenas de passagem, convém lembrar que a receita total da Previdência, no Brasil, representa 6% do PIB. Na Holanda, é de 20%; na França, 18,6%; na Espanha, 10,6%; em Portugal, 9,8%; nos Estados Unidos, 6,9%; no Panamá, 7,8%; na Argentina, 7,4%; no Uruguai, 7,3%; na Costa Rica, 7,1%. E a participação do Estado na Previdência? No Brasil, esta participação, tomando o total dos encargos sociais,

representa 21% do PIB. Pois bem, na Suécia, essa participação é de 55,9%; no Uruguai, é de 50,9%; na Alemanha, de 49,4%; na Argentina, de 40,9%; no Canadá, de 37%; no Chile, de 33,9%; nos Estados Unidos, de 29,3%; em Portugal, de 27%; no Paraguai, de 26,7%; na Tunísia, de 22%. O peso da força de trabalho na produção é de 63% dos custos, na França; de 60%, na Alemanha; de 46%, na Holanda; de 41%, na Itália; de 38%, na Espanha; de 35%, nos Estados Unidos; de 34%, na Suécia; de 33%, no Japão. No Brasil, mal atinge os 21%.

Bem sabemos que, por força de sua formação colonial e de uma estrutura de produção que passou apenas da fase colonial para a fase de dependência, apresentamos uma sociedade historicamente fundada na exclusão, sem o mínimo do que se conhece como justiça social, tudo coroado pela secular tendência à concentração de renda, levada, no Brasil, ao auge. Ora, as privatizações, que o neoliberalismo em curso no nosso país apresenta como solução, aprofundam esse processo porque gravitam para instituições financeiras e grupos privados já amplamente beneficiados. Por outro lado, o modelo adotado aqui acompanha o modelo externo e serve ao capital estrangeiro já existente e ao capital que se espera vir, atraído por uma política de destruição e sucateamento do patrimônio público. Se não bastasse isto, a onda de importações de bens duráveis de luxo não apenas denuncia a profunda e esterilizante desigualdade que reina entre nós e se mostra como extravagante acinte à nossa miséria, mas agrava a paisagem de crise. A crise do primeiro mundo, no qual o desemprego é índice alarmante, é transferida ao terceiro mundo e a países como o Brasil, em particular. Desemprego em massa e crescente, criminalidade gerando um quadro de incerteza na sociedade, prostituição em aumento acelerado, enfermidades antigas, algumas já em processo de desaparecimento, e outras, novas, acompanhadas da derrocada da estrutura de saúde, do desmantelamento da rede hospitalar, são mazelas que o neoliberalismo gera ou fomenta, com uma insensibilidade que não toca nem de longe e nem constitui preocupação dos responsáveis por tais receitas importadas, que correspondem ao que funcionou, em priscas eras, como a ideologia do colonialismo. Agora transformada, com alta tecnologia, na ideologia da exploração “moderna”.

É interessante insistir em coisas elementares como, por exemplo, que uma economia eficiente não depende apenas de tecnologia e de investimentos: ela deve ser fruto de uma sociedade justa. O que a fúria neoliberal que se apoderou do poder, em nosso país, agora, esquece,

e não por falta de inteligência, é outro dado fundamental, lembrado, há pouco, por eminente estudioso dos problemas sociais e políticos: uma estrutura política geradora de pauperismo, como a referida, não tem condições, pela sua própria natureza, de curar ou reduzir os males do pauperismo. O desemprego, que acompanha, indivisivelmente, as medidas defendidas e praticadas pelos adeptos do neoliberalismo, que resulta de cada uma das mudanças operadas, particularmente das privatizações, faz crescer desmedidamente, de forma absolutamente antissocial, o exército de reserva que é acólito do avanço capitalista e que, para ele, funciona como espécie de seguro de força de trabalho, sempre disponível para as rápidas fases de euforia e disponível, de forma terrível, para as fases de crise e de penúria, que pontilham o desenvolvimento capitalista e que, com o neoliberalismo, são levadas às últimas consequências.

A sociedade brasileira conserva desigualdades históricas, como já foi referido. As mudanças apresentadas pelo neoliberalismo, entretanto, e apresentadas como sendo progressistas, propiciadoras do desenvolvimento, contribuem, na verdade, para reforçar a paisagem histórica das desigualdades, o quadro de uma sociedade injusta. Elas não visam de forma alguma alterar as estruturas arcaicas que herdamos. Pelo contrário, com alterações formais, contribuem de maneira acentuada para reforçar a referida estrutura. A ampla abertura do mercado interno, tão importante, que a Constituição agora demolida apontava como patrimônio nacional, levada aos limites mais desmedidos, como quando da importação de bens duráveis de luxo, destrói as nossas possibilidades de desenvolvimento e de mudanças efetivas, que contribuam para reduzir as desigualdades históricas. A busca de capitais estrangeiros, levada ao extremo, como se neles estivesse a nossa salvação, tem apresentado apenas a paisagem tormentosa de entrada de capitais flutuantes especulativos, que constituem, em bilhões de moeda forte, uma das mais virulentas e sintomáticas demonstrações de um mundo em crise. Esses capitais migrantes, que ora se voltam para um país, ora se voltam para outro, de preferência para aqueles, como o Brasil, onde uma política econômica fundada no neoliberalismo denuncia o grau de decomposição do país, representam mais ameaça do que realização e nada deixam de positivo em sua passagem meteórica, que as bolsas comemoram como fatos importantes, esquecidas de que a economia nacional nada lhes deve e que os prejuízos que causam não justificam a euforia ingênua

de incautos, de olhos postos em índices falsos, enganados pelas aparências e esquecidos do essencial. Não basta crescer em índices de importância meramente quantitativa. E nem se trata, por outro lado, do sempre mencionado, no discurso dos partidários do neoliberalismo “desenvolvimento sustentado”. Sustentado por quem, de que forma? O neoliberalismo, aliás, embriaga-se com palavras e expressões que não têm nada de comum com a realidade e constituem apenas formas de propaganda que só convence ingênuos.

O Brasil apresenta, apesar do seu desenvolvimento desigual e pontilhado de crises, algumas características que o tornam, nesta fase, objeto da cobiça internacional. Em primeiro lugar, pelas suas imensas riquezas naturais, quer as minerais, quer as da flora. Depois, pela existência aqui de uma força de trabalho numerosa e barata, que permite ao capital investido, particularmente ao capital aventureiro e especulativo, lucro máximo em tempo mínimo, aquilo que alguns economistas de fancaria denominam produtividade. A exploração dessas riquezas naturais, minerais e vegetais não é só necessária para redimir um povo secularmente explorado, mas imprescindível a um desenvolvimento que nos livre do tipo de dependência e que tenda a sanar desigualdades de padrão de vida entre as classes, mas também entre as diversas regiões do país. Em torno dessa exploração é que gira a luta que separa os partidários de um desenvolvimento basicamente nacional daqueles, e os neoliberais agora como típicos, que pretendem entregar essa exploração aos investidores estrangeiros, particularmente às empresas multinacionais, como bem conhecemos. É em torno dessa exploração que, hoje, dividimo-nos entre partidários de Tiradentes e partidários de Joaquim Silvério. Entregar, indiscriminadamente, a exploração mineradora e o aproveitamento das nossas florestas, particularmente a Amazônia, a empresas que nada têm a ver com o nosso povo e que carecem de interesse por ele e pelas suas necessidades, é uma política antinacional, um ato de traição que os nossos pósteros acusarão como imperdoável.

O conteúdo da propalada globalização, sem examinar os dados que a definem e desconsideram diferenças de países e de classes sociais, fica reduzido a pouco e mostra a diafaneidade com que se apresenta. A desigualdade do tratamento entre as nações e a desigualdade no tratamento entre as classes sociais são dados da realidade e não podem ser escondidas. A pretensa globalização escamoteia que é o processo de assegurar as vantagens de que

os países mais desenvolvidos já usufruem, em detrimento dos menos desenvolvidos. É a colonização em suas novas formas e disfarces. Por outro lado, certas ficções, como a da existência de um mercado livre, em que todos podem se apresentar em igualdade de condições, dispensando a intervenção reguladora do Estado, ignoram deliberadamente o desnível entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. A pregação em torno desse fictício mercado livre, que não existiu em tempo algum e que o mundo moderno, nas condições que agora apresenta, não tem a mínima condição de fazer funcionar, esconde o conteúdo do problema. As relações do Estado com a sociedade e as relações do Estado com o indivíduo são propositadamente esquecidas, dadas como inexistentes ou aceitas como constantes e imutáveis, quando são, na realidade, relações complexas, historicamente condicionadas. São, principal e essencialmente, relações de natureza política. O Estado não é um ente abstrato, neutro, acima das classes e dos indivíduos. O Estado nasceu, precisamente, do processo de desenvolvimento social quando apareceram as classes. Não há Estado neutro. É uma entidade política, sujeita ao jogo político, inclusive, para chegar aos detalhes, ao jogo eleitoral. Ora, é este aspecto de entidade política, inerente ao Estado, que os tecnocratas do neoliberalismo pretendem destruir, quando pregam a sua ausência, em benefício de uma entidade fictícia, a do mercado livre. O Estado ideal, para o neoliberalismo, é um Estado mínimo, sem nenhuma interferência na estrutura econômica, na esfera da produção, e sem nenhuma função reguladora. Como neoliberais, esses tecnocratas admitem e aceitam como dogma que a economia é uma técnica e não uma política. Daí odiarem a presença de uma entidade política, que poderia, pelas contingências políticas, romper a estabilidade de uma forma estabelecida como se fosse eterna, a forma ideal de dominação, a forma de dominação com que sonham os dominadores. Mas, ao contrário do que prega essa propaganda danosa, as relações do Estado com a sociedade são flexíveis justamente porque a sociedade é dividida em classes e estas classes têm interesses contraditórios.

O neoliberalismo não passa de uma farsa, o disfarce com que se apresenta uma forma de política que pretende, justamente, o “fim da História”, isto é, os ricos ficarão mais ricos, os pobres ficarão mais pobres, e tudo será como no país das maravilhas. A realidade não importa, as características nacionais não importam, os interesses do povo não importam. Ideias arroladas como obsoletas, não por serem

antigas, mas por se oporem a essa visão simplista e unilateral da realidade, – a ideia de nação, a ideia de soberania, a ideia de pátria – são esquecidas ou negadas, como se não existissem. Mas o fato é que elas existem, traduzem relações sociais e estão longe de funcionarem como técnicas, quando o receituário dita as regras. Regras e receituário que obedecem a interesses muito poderosos.

Porque as ideias não surgem do nada. Elas não podem ser extraídas do ar, como o azoto. Elas traduzem relações sociais. No conjunto, constituem as ideologias. Conhecemos, no Brasil, as diversas e variáveis ideologias. A do colonialismo, nos tempos mais recuados, que pretendeu nos convencer de que não poderíamos jamais atingir os níveis de desenvolvimento material alcançados pelos países que hoje se intitulam do primeiro mundo; depois a ideologia da dependência, que serviu ao modelo de economia dependente, exposta, nesses tempos, com espalhafatose desenvoltura por seus porta-vozes mais perniciosos. A chamada globalização, dogma em que se apoia o neoliberalismo desenfreado que ocupa o palco, entre nós, agora, é uma ideologia de submissão, de desconhecimento do que existe em nós de nacional, de brasileiro, de popular. É claro que se trata de mais uma aventura, de mais um estratagema da dominação secular. E, também, uma ideologia peculiar a um mundo que conhece e sofre a transição de uma época histórica para outra. O neoliberalismo é um elemento de época histórica em agonia, o pressentimento de final próximo, de extinção. Nós, no Brasil, não pretendemos, e o povo logo dirá como, participar desse funeral...²

3. CRISE GERAL E O ADVENTO DO NEOLIBERALISMO

No amplo e tormentoso processo da crise geral que abalou o mundo ao se aproximar o fim do século XX, alguns sinais alertavam já para a chegada próxima do clímax. Tais sinais ficaram claros com a confusa mudança no PCI e a formulação de novos rumos políticos, conhecidos sob o título de eurocomunismo. O crescente distanciamento dos partidos socialistas dos rumos até então seguidos, destacadamente os dos socialismos espanhol, italiano e francês, denunciava o advento de sérias mudanças na paisagem internacional.

2. Pulou-se da pág. 28 à pág. 36 da 3ª edição.

O impacto da queda do muro de Berlim, tomado como símbolo de uma época que chegava ao fim, anunciou o desmantelamento econômico da União Soviética, preliminar da derrocada política, o desmantelamento dos países que a constituíam e a queda do poder dos comunistas nos países que gravitavam em torno da URSS. Estes complexo processo de mudança que define a época de crise geral que estamos atravessando, merecia análise especial, mas não cabe aqui tal análise. É preciso enfatizar, entretanto, que, ao contrário de se limitar à URSS, a crise é geral, isto é, abrange a área capitalista. No fragor da luta ideológica, no entanto, a propaganda dirigida se esforçou por situar apenas aquilo que diz respeito à URSS, omitindo, deliberadamente e por sólidas razões, o seu caráter universal. Limitando tal crise ao que afetou e afeta a URSS, tal propaganda, alimentada pelo imperialismo, procura situar essa unilateralidade falsa como vitória decisiva e definitiva do capitalismo sobre o socialismo e, conseqüentemente, o sepultamento deste: a história teria chegado ao fim. Isto é: o capitalismo teria assegurado a sua eternidade. Seria a última etapa do desenvolvimento humano.

Isto não teria importância maior e nem seria aqui mencionado não fora a pressa e a arrogância com que o imperialismo passou a considerar-se dono do mundo e aprofundou rapidamente a sua antiga e tradicional forma de exploração. Esta postura imperial, tida agora como isenta de dúvida e de contestação, veio colocar em novos termos, realmente, velhas relações. Quando, em realidade, apenas aproveitou a mudança no cenário para insistir na montagem e no desempenho da velha peça. Fugindo à desilusão sobre os aspectos transitórios daquilo que nos é apresentado e imposto como definitivo e eterno, é preciso reconhecer, no entanto, que a paisagem política do mundo apresenta agora aspectos novos. O primeiro deles, e que salta à vista dos menos atentos, é que existe agora apenas uma potência dominadora e dona do mundo a que não resta outro destino que não uma submissão mansa. A verdade está muito longe dessa visão imperial. Mas é evidente que se torna necessária uma visão humilde do quadro real e uma serena análise do que nele mudou. Quais os traços verdadeiros da crise geral na etapa em que estamos vivendo? Na complexidade e na fluidez da paisagem contemporânea é possível distinguir alguns desses traços.

O primeiro deles, embora sempre sonegado ao conhecimento público, está no desequilíbrio estrutural da economia norte-americana. Este desequilíbrio, que não é recente, importa no esforço para a drenagem da poupança mundial no sentido dos Estados

Unidos. E isto corresponde, evidentemente, a uma reacomodação da articulação mundial do poder. Tal reacomodação, por sua vez, provoca consequências por toda a parte. A nós importa, aqui e agora, apenas o que afeta a América Latina e ao Brasil em particular. Paralelamente, ocorre uma realocação das atividades produtivas decorrentes do avanço tecnológico. A enorme concentração de riqueza e de recursos naquilo que se convencionou conhecer como Primeiro Mundo permitiu aos países nele agrupados atividades criadoras e inovadoras de que são privados os demais países, como lhes confere consideráveis instrumentos do poder. Cresce e se expande, simultaneamente, o poder das empresas transnacionais, daí se agravando a concentração do poder financeiro. Associados a este fenômeno, que data já de algum tempo, mas agora adquirindo novas dimensões, desenvolvem-se controles sobre as atividades culturais, particularmente no que diz respeito aos meios de comunicação, acordos comerciais e domínio de patentes.

Essa extremada concentração de riqueza e de poder teria como consequência – e até como condição necessária para se efetivar – o enfraquecimento dos sistemas nacionais e a limitação paralela e gêmea das atividades do Estado, uma das mais eminentes expressões do que é nacional. A aceleração da internacionalização da economia, paralela à concentração dos recursos financeiros e tecnológicos, permitiria o crescimento acelerado das pressões para debilitamento dos laços nacionais, tanto mais efetivas quanto mais fracas e dependentes fossem as estruturas econômicas dos países em que se sediavam. Na medida do crescimento das atividades internacionais, as atividades nacionais deveriam ser relegadas a níveis secundários. De forma alguma deveriam aparecer como competidoras das primeiras. Daí a tendência à formação de grandes blocos de nações, acentuadamente nas áreas dominantes, dotadas de níveis desmedidos nos conhecimentos, nas técnicas, nos recursos e no pessoal habilitado. Ao mesmo passo, crescia nas trocas internacionais o papel dos serviços, particularmente os tecnológicos e os financeiros, aprofundando o desnível entre a área dos dominantes e a área dos dominados.

Este quadro mundial ocorreu precisamente quando o Brasil se apresentava como área de desenvolvimento em ritmo excepcional, para muitos já deixando a área dos ditos subdesenvolvidos. A crise nos apanhou nesse processo e nos surpreendeu, portanto, numa fase em que a nossa estrutura econômica indicava a presença aguda de

pressões internas para romper a barreira que entravava o crescimento e impunham-se urgentes reformas na estrutura para atingirmos um nível qualitativo independente e sólido. Daí a gravidade dos reflexos no Brasil da grande crise internacional que aprofundaria justamente o desnível entre nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas. A nossa crise advinha de condições externas conhecidas, embora pouco proclamadas. A pausa no nosso desenvolvimento, a quebra de seu ritmo, importavam em detê-lo e introduziam uma confusão de valores que se definiria, perversamente, pela aceitação, na classe dominante brasileira, de que a crise não era exógena, mas endógena, não se devia ao quadro já analisado de desequilíbrio na estrutura econômica norte-americana e conseqüente aumento nas pressões para transferir os efeitos desse desequilíbrio. A postura da classe dominante brasileira, ostensivamente negadora ou sonegadora dessa realidade terrível, foi inteiramente negativa. As raízes da crise aqui não estavam no exterior, na situação conjuntural agravada pelo problema do petróleo e sua alta de preços, pela elevação unilateral da taxa de juros, pela continuada deterioração das trocas. Estavam, para ela, em nossa equivocada posição nacionalista, no anacronismo de medidas de preservação do mercado interno, naquelas de estímulo ao desenvolvimento industrial. A palavra de ordem seria a de *modernidade*.

O novo quadro internacional e a postura vitoriosa da área capitalista, com hegemonia tradicional dos Estados Unidos, considerando que o mundo, agora, estava aberto a uma exploração sem contestações, a uma dominação absoluta, geraria o que ficou conhecido como neoliberalismo, doutrina que campeou sem freios desde o governo Reagan e que, crescentemente, na medida em que a crise geral avançava, aumentava as suas pressões e não aceitava resistências. O neoliberalismo era apresentado como saída salvadora para todos. Consistia numa reforma profunda, dita como modernizadora, face aos anacronismos da nossa estrutura econômica e política. A aceitação da proposta neoliberal era tida “como condição para conceder cooperação financeira externa bilateral ou multilateral”. Em novembro de 1989 reunia-se, em Washington, convocada pelo *Institute for International Economics*, um grupo de interessados no assunto: *Latin American Adjustment: How Much Happened?* O citado Instituto já definira os seus propósitos no documento *Towards Economic Growth in Latin America*. No mesmo ano de 1989, o Banco Mundial baixava as curiosas postulações colocadas no estudo *Trade Policy in Brazil: the Case for Reform*.

Uma delas prescrevia, sem meias medidas, que “a inserção internacional de nosso país fosse feita pela revalorização da agricultura de exportação”. Era, nada mais, nada menos, que impor uma violenta volta ao passado, ao famigerado refrão do “essencialmente agrícola”, tabuleta que nos foi pregada pela República oligárquica e que, a partir de 1930, foi naturalmente atirada ao lixo. Pois era este o processo de regressão que os nossos amigos do Banco Mundial, já em 1989, pretendiam nos impor. Mas isto não era o pior. O pior é que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a FIESP, logo em 1990, como eco da voz do dono, divulgara uma publicação intitulada *Livre para Crescer. Proposta para um Brasil Moderno*, em que aceita e perfilha o receituário do Banco Mundial. Isto é, a Federação das Indústrias pregava a volta ao predomínio da agricultura, o triste regresso ao “essencialmente agrícola”. Isto apenas mostra, de forma constrictadora e contundente, como a doutrina do neoliberalismo estava sendo rapidamente absorvida por importantes áreas das nossas ditas elites políticas, empresariais e intelectuais, a título de modernidade, e se incorporava como peça essencial ao discurso desses elites e à sua ação. Isto é, tomavam como de seu interesse, e até de sua criação original, de sua iniciativa, justamente aquilo que feria frontalmente esses interesses, para não mencionar, e isto seria sacrilégio, os interesses nacionais, pois o nacional passava a ser o inimigo, o atraso, o oposto à “modernidade”.

A intensa pregação das virtudes do neoliberalismo, com as suas teses vindas e devidamente ornamentadas como salvadoras, encontrou, entre nós, e outros países da América Latina, defensores que se distribuíram principalmente em duas áreas: a dos que, na realidade, tinham vínculos de interesses com os criadores externos e mantenedores da nova postura econômica, na verdade simples recondição do que havia de mais velho em economia da etapa imperialista, e a dos que se enfileiravam como simples repetidores das teses importadas. A derrocada da Universidade, em que pretensos cientistas políticos se arvoravam agora em profetas dessa nova crença, a alienação de extensas áreas culturais e, acima de tudo, a ofensiva monolítica da mídia, intensamente mobilizada para a cruzada contra o que possuímos de nacional, obtiveram, sem dúvida, grande sucesso, derrocando resistências e aplainando o caminho para livre trânsito da impostura como terapêutica salvadora. Escudada em charmosos *slogans* – modernidade, globalização etc – essa impostura era oferecida como fórmula mágica, fora da qual não

haveria solução para os nossos males. Esquecidos de que o mundo, atualmente, está mais em desordem do que em ordem e de que a fase é de transição, acreditou-se, aqui, numa “nova ordem”, título, aliás, da especial estima de Hitler e do nazismo. A imagem de que fora do neoliberalismo não poderíamos operar as mudanças exigidas pelo arcaísmo de nossa estrutura econômica, foi fixada em tenaz e continuada campanha em que somaram esforços a mídia antinacional e as componentes reacionárias e conservadoras do Congresso, como da cátedra universitária, enfileirando-se nessa pregação falsamente moderna e inovadora. Porque, no fim das contas, ela apregoava como nova a mais arcaica das formulações.

De que se trata a proposta neoliberal, em suma? Trata-se, em primeiro lugar, de uma drástica redução do Estado como instrumento de gestão política e econômica. O fracasso de sucessivos planos econômicos, visando conter a inflação e resumindo nisto os seus propósitos, vinha contribuindo, realmente, para extrema desconfiança em relação à eficácia da função do Estado e isto era consideravelmente agravado pela oposição do povo diante da política e dos políticos, levados à crescente desmoralização por noticiário sistemático e conduzido, que acompanhava o real desempenho fraco do Congresso. Gerava-se, paralelamente, a descrença no próprio aparelho de Estado, particularmente no funcionalismo público que, a uma secular inoperância, ligava-se, agora, generalizada corrupção. O quadro, no fim das contas, preparava um ambiente derrotista, em que a autoestima pelo que é nosso declinava irremediavelmente. Em termos de economia, o Estado deveria ceder todo o espaço ao mito do mercado, com área autônoma e geradora dos remédios indispensáveis à cura dos nossos males. As reformas necessárias surgiriam como consequência natural do “livre jogo de forças” estabelecido pela hegemonia absoluta do mercado.

Oficialmente, o governo Collor estabeleceu a vitória incontestável do neoliberalismo e nele, sem tardança, operou-se o desmantelamento do aparelho de Estado, especialmente na apelidada “reforma administrativa”, que consistiu apenas na demissão ou na aposentadoria compulsória de milhares de servidores públicos. O desemprego era então apresentado como meta vencedora que, por si só, levaria ao sucesso as reformas neoliberais em curso. Defenestrado Collor, seu substituto manteve as linhas gerais de uma política de debilitamento do Estado e de um clima de crença absoluta nas virtudes do mercado.

Só havia um mal a combater: a inflação. Para combatê-la, havia que além de dismantelar o Estado, dar curso à privatização das empresas estatais, tidas como fonte de todos os males.

Essa paranoia, fundada em sólidas razões antinacionais, gerou o primado técnico de um tipo de economista, o *chicago-boy*, formado e marcado por essencial alienação, por um tranqüilo e soberano desprezo por tudo aquilo ligado ao povo e pela realidade do nosso país, cujos gritantes problemas, em agravamento progressivo, escapava inteiramente à cogitação desses exilados em sua própria terra de nascimento. Crentes de uma nova religião – a religião cartaginesa de que o lucro justifica tudo – o *chicago-boy* coloca a economia tão simplesmente como uma técnica que deve obedecer friamente determinadas regras, tidas como universais e absolutas. A história, particularmente a republicana, ensinou-nos que o prestígio de brasileiros no exterior – e no Brasil – tem o traço desmoralizante da alienação. Eles são tidos como bons fora porque são ruins dentro. O *chicago-boy* é exemplar neste sentido. Com o primado do neoliberalismo, que ele conheceu nas fontes, passou a ser personagem destacada e típica de uma época triste.

Concomitantemente ao dismantelamento do Estado, o neoliberalismo colocou como fundamental o máximo de abertura do nosso mercado a bens, serviços e capitais. A recente e combatida Constituição pretendia considerar o mercado interno como patrimônio nacional. Tal heresia não foi a única mas, evidentemente, mais uma das razões apresentadas furiosamente pela reação mais empedernida pela revisão constitucional. Como é sabido, mas pouco discutido, a referida Constituição foi tranqüilamente sabotada pela reação, que a privou das leis complementares que condicionavam a vigência de muitas de suas disposições. A revisão constitucional, na postura reacionária, visa especialmente adaptar a Constituição ao neoliberalismo.

É fácil constatar que uma das condições mais importantes para o nosso desenvolvimento e para as mudanças necessárias à plena expansão do nosso progresso está justamente em preservar o mercado interno, em fazê-lo base do crescimento econômico. É uma luta que vem da época da independência, em 1822, quando o mercado interno estava franqueado às mercadorias inglesas, pelos acordos de 1810 e de 1824. Uma luta em que foi episódio importante e inaugural o esforço de Alves Branco para romper essa franquia arrasadora e que colocou no palco de debate político, prolongado ao período

republicano, a controvérsia entre protecionistas e livre-cambistas. Abrir o mercado interno, portanto, foi sempre uma postura antinacional. E por isso mesmo é que o neoliberalismo exige a abertura máxima. Claro está que, ao longo dos anos, no Brasil e fora do Brasil, a abertura parcial do mercado nacional foi condicionada, em cada caso, a severas condições de reciprocidade ou de compensação, particularmente à obtenção de contrapartidas equivalentes: a vigência de salvaguardas contra a concorrência desleal e a gradualidade na queda das barreiras alfandegárias. Defender uma franquia absoluta do mercado interno, sem exigência alguma, defendê-la como princípio absoluto, corresponde a complementar a destruição do Estado pela perda do elemento essencial de soberania que reside no mercado interno. Uma abertura não negociada desse mercado representa grave atentado aos interesses do nosso país.

A aceitação do neoliberalismo importa, realmente, na destruição da soberania brasileira. Desmantelando o Estado, privando-o das empresas que lhe permitem preservar a estrutura econômica do país, estabelecendo a franquia máxima do mercado interno, em decisão não negociada, aos fornecimentos externos, estabelecendo a regressão a um padrão econômico pré-industrial, como pregou o Consenso de Washington, deixaríamos de existir como nação. E foi este o caminho aceito aqui pelos círculos políticos, empresariais e intelectuais que esposaram as teses levantadas pelo neoliberalismo. Mais do que isto: obedeceram efetivamente ao que dispunham essas teses. As privatizações em curso vinculam-se diretamente à tarefa de debilitamento do Estado. A contenção dos preços públicos e as tarifas dos serviços estatais, além de constituírem ações demagógicas, visando popularizar o fim escondido, são outra forma de enfraquecer o Estado. As ameaças e, agora, a efetivação das franquias ao mercado interno – outra maneira demagógica de popularizar o fim real – somam-se às privatizações em efeitos destruidores sobre a economia nacional. Privatização e desnacionalização estão sendo, naturalmente, sinônimos de desemprego e recessão.

A colocação da moeda como vinculada ao esquema neoliberal, com dolarização real ou simulada é outro sinal de submissão àquele esquema. O recente refinanciamento da dívida externa importou, nesse quadro, em novo ônus para a nossa soberania. A crescente e cada vez mais ostensiva e audaciosa postura, quando não arrogante, dos credores externos tornou-se outra forma da interferência em nossos

assuntos. A constante presença desse comando externo, pela via de decisões imperiais, embora sendo decisões empresariais muitas vezes, partidas de entidades multinacionais, representa o crescimento de uma dominação e de um controle que, agora, pretende determinar os rumos macroeconômicos do nosso desenvolvimento e chegaram ao cúmulo de condicionar a cooperação externa à redução dos nossos gastos militares e à redefinição do papel e da missão das nossas Forças Armadas. E isto numa fase em que as chamadas “operações de paz” da ONU estão mais voltadas para conflitos internos dos povos do que para os externos e quando persistem bloqueios como os impostos a Cuba e ao Iraque, que importam em uma forma de agressão ostensiva e repetida, senão continuada, desconhecendo as lesões que tais agressões causam aos povos vitimados. Assim, essas populações pagam alto preço pela dominação que se exerce, agora, sem qualquer disfarce.

Se erraram, no passado, os que apostaram na solidez da ordem econômica internacional e na segurança do sistema econômico a ela vinculada, mais se enganam os que supõem que a crise geral hoje vigente será resolvida pela manutenção eterna da atual relação de forças. Essa suposição é que permite aberrações como o andamento em nosso Congresso de uma lei de patentes que atenta fundamentalmente contra os nossos interesses e os nossos direitos. Pretender que os recursos ecológicos são “patrimônio da humanidade” é desconhecer a nossa soberania sobre os bens com que a natureza nos dotou e constitui severa ameaça à nossa soberania sobre a Amazônia, considerada já, da mesma forma, como bem da humanidade. Confundir a Pax Americana como dominação do tipo colonialista é desconhecer a história e a realidade do confuso mundo contemporâneo.

Para deter a ofensiva neoliberal de destruição do Brasil e de submissão de seu território, de suas riquezas naturais e de seu povo aos interesses de uma dominação colonialista anacrônica e aos postulados de um conjunto de teorias que, sob o charmoso título de modernidade, não passa de uma concepção arcaica de estruturas econômicas em regressão a épocas históricas passadas e superadas. Não se trata, aqui, de fechar o mercado aos investimentos externos de risco, mas de preservar os nossos recursos, de nos reservarmos o direito, inerente à soberania, de selecionar as áreas de ampliação e de não lhes conceder igualdade de condições às dos capitais nacionais, não desconhecendo, e antes respeitando, por exemplo, as reservas que os Estados Unidos opõem a investimentos externos

em determinadas áreas, como rádio, TV, transporte aéreo e transporte marítimo. Fazer concessões no campo, agora furiosamente disputado pelas multinacionais, de patentes a bens naturais nossos e produtos da biodiversidade, é entregar a nação e seu povo a uma dominação de molde colonial. Patentes assim concedidas correspondem à concessão de direitos de monopólio externo ao que nos pertence.

É preciso não esquecer que os investimentos externos, até agora, vêm se caracterizando por uma tecnologia severamente resguardada pelos monopólios que as controlam, enquanto nos são negadas quaisquer vias de acesso aos avanços tecnológicos que, conjugados à acumulação capitalista à custa do nosso trabalho, permanecem escondidos ao nosso conhecimento e uso. Os aplausos que vêm merecendo no exterior desenvolvidos iniciativas como a da criação do Mercosul correspondem à intenção de desvendar ao máximo o já amplo mercado da América Latina, oásis em que a “nova ordem”, onde o neoliberalismo seria aceito por consenso, sancionaria a paisagem lunar de um só mercado, de grande dimensão, dominado essencialmente pelas forças nele instaladas, em posições de privilégio, as forças do imperialismo.

O panorama internacional, com o fim da “guerra fria”, seria o de um só mercado, moldado segundo os interesses dos dominadores e inteiramente controlado pelos centros de irradiação e sedes do novo poder universal. Miséria crescente, altas taxas de desemprego, derrocada das estruturas de saúde e de educação, tensão social, dificuldades insuperáveis de balanço de pagamentos têm sido as nefastas consequências do neoliberalismo, infelizmente esposado, nas áreas vitimadas, por uma burguesia aflita e por uma cultura alienada, que atirou fora os valores consagrados como nacionais e característicos da soberania.

A condenação ao nosso desenvolvimento autônomo, implícita na aceitação do neoliberalismo, o retorno melancólico ao reinado do “essencialmente agrícola”, simula esquecer que os produtos agrícolas assinalam, desde 1970, preços em declínio nos mercados internacionais – 40% em termos reais –, por força justamente dos subsídios que os governos dos países desenvolvidos concedem aos seus produtores nacionais, e ao reduzido uso, e também queda de preços, das matérias-primas naturais por unidade de produto obtido. Sem falar na deformação que vem sofrendo a nossa produção agrícola, que busca privilegiar não a mesa do povo, mas o mercado exterior,

deformação que vem contribuindo para a concentração da riqueza e para a concentração da propriedade da terra no Brasil: é uma atividade agrícola que, voltada para o exterior, amplia a velha herança de latifúndio, justamente uma das forças do atraso brasileiro. Dadas as técnicas agrícolas de exploração violenta da terra, a herança desse tipo de atividade a que, a rigor, não cabe o título de agricultura, a herança que recebemos é a perspectiva de desertificação do campo e da miséria para o nosso povo.

Por outro lado, é falso que o desenvolvimento dependa do comércio exterior, desconhecendo o mercado interno como motor fundamental desse processo. Outra face da ameaça é a fraca distribuição da renda inerente ao modelo proposto pelo neoliberalismo e se soma à franquia importadora irrisoriamente apontada como favorável ao consumo interno. O caráter oligopolista do comércio internacional soma efeitos perversos, assim, ao caráter oligopolista da estrutura econômica nacional. Internamente, o agravamento dos impostos indiretos – tão sedutor para certas áreas empresariais – contribui para aumentar o peso do ônus que os pobres sofrem no Brasil.

A destruição do Estado no país, meta inequívoca e proclamada do neoliberalismo, não só busca desconhecer o seu papel e sua possibilidade de intervir no mercado, desde que dispondo de vontade política e de instrumentos, que são as grandes empresas que detêm, omite o seu importante papel de grande comprador, inclusive e principalmente através das grandes empresas estatais, no mercado interno. É curioso observar como a intervenção do Estado, nos países mais avançados no desenvolvimento capitalista, é sonogada ao conhecimento dos brasileiros na monolítica, altamente financiada e antinacional campanha da mídia brasileira – aceito aqui o eufemismo. A simples estatística mostraria como as despesas do setor público, neles, estão em crescimento. Nos Estados Unidos, passaram de menos de 10%, no início do século, para 37%, em 1980. Nos últimos vinte anos, nos citados países, eles se elevaram de 31 para 40%. Cresceram na Inglaterra da sra. Thatcher, como nos Estados Unidos de mr. Reagan. Na Alemanha, é mantido o monopólio estatal em setores tradicionais, como as ferrovias, mas também em áreas de ponta, como as telecomunicações. Mas aqui, na área dominada, prega-se o Estado mínimo, destinado apenas a reduzir despesas, aumentar impostos e gerir um orçamento voltado, unilateralmente, ao financiamento de atividades como as de saúde, segurança e educação, quando

muito e de acordo com modelos pautados por receituário importado. Receituário, aliás, único, como fórmula sem exceção, aplicado a todos os países e desconhecendo as suas peculiaridades e diversidades. A nossa política macroeconômica não pode ser ditada de fora. O Brasil não é apenas imenso, mas diverso. Na continentalidade de suas dimensões territoriais. Sua estrutura econômica, por isso mesmo e por motivos culturais, é extremamente complexa. Não pode ser atendido por um receituário único, uniforme e ditado por interesses externos. Esse receituário, ultimamente, sob domínio do neoliberalismo, nos tem levado à carestia, pobreza, desemprego, depressão, emissões e altas taxas de juros. Um receituário suicida, no fim de contas.

O combate a esse perverso processo de dominação e de exploração assenta numa idéia de desenvolvimento que considere as limitações ecológicas que condicionam o nosso espaço natural e devem visar preservá-lo. Mas preservá-lo para o nosso uso, para benefício do nosso povo. Que vise, antes e acima de tudo, atender as necessidades básicas desse povo e enriquecer o nosso patrimônio material e cultural. Caberá ao Estado, nesse difícil processo, missão fundamental, particularmente pela eliminação da transferência de renda ao exterior. Caberá ao Estado missão sagrada: manter a integridade e a unidade nacional no mundo contemporâneo, que atravessa crise profunda e em andamento, crise que abre amplas perspectivas a rápido processo de transformação estrutural. O processo de desenvolvimento, no Brasil, não pode deixar de passar pelo resgate da imensa dívida social que herdamos e detemos. O desenvolvimento só é viável se socialmente sustentável. Há no Brasil, excepcionais condições para alcançá-lo e mantê-lo. Claro que ele passa por uma ampla reforma dos sistemas político, eleitoral e partidário. Numa fase de planos econômicos, apresentados como salvadores, cabe saber o que é um bom plano. E a resposta não pode ser outra: um plano econômico, com reflexos sociais e políticos, só pode ser bom se resolve os problemas do povo brasileiro...³

3. Pulou-se da pág. 47 da 3ª edição até a pág. 78.

4. AUTÓPSIA DO NEOLIBERALISMO

A clara compreensão do quadro que o Brasil apresenta hoje exige uma análise que deve começar pelo exame das transformações ocorridas no mundo no século que esta se aproximando do fim, com rápida recordação de suas origens. Só essa visão do universal permite a clareza no entendimento do que se passa no particular, o Brasil, no caso. Verificando sempre a relação dialética entre universal, singular e particular. A cada etapa nas transformações surgiu, conseqüentemente, uma ideologia, isto é, um conjunto de conceitos e categorias justificatórias dessas transformações. Essa busca das razões ideológicas passadas ajuda a compreensão das que, na etapa atual, comandam aquilo que, no Brasil, ultimamente foi batizado, com grande dose de ironia, como *modernidade*, buscando justificar e legitimar o processo de alienação a que estamos sendo submetidos.

O desenvolvimento do capitalismo em escala mundial, desde as inovações que definiram a Revolução Industrial, que teve a Grã Bretanha no comando, apresentou, na expansão colonialista, uma de suas mais violentas expressões. Tratava-se, então, de conquistar vastas áreas, em todos os continentes, atrelando-as à dominação do colonizador, que as explorava. Diziam os entusiastas dessa expansão – caracterizada por gigantescos genocídios – que no império britânico o sol nunca se punha. Essa extraordinária expansão gerou aquilo que estudei em meu livro *A Ideologia do Colonialismo*, mostrando como os dominadores procuravam fazer com que os dominados aceitassem a dominação como natural, para não dizer justa. Foi essa ideologia que engendrou o preconceito racial, por exemplo. Os povos coloniais deveriam compreender que, sendo o branco dominador, os não brancos deveriam aceitar a dominação, sem possibilidade de superá-la. Foi esta ideologia que engendrou o preconceito climático, definindo as regiões de clima frio como providencialmente avançadas no processo civilizatório, e as regiões de clima quente, as tropicais particularmente, como inadequadas àquele processo: nos trópicos não haveria condições para o surgimento de civilizações avançadas. Dispense-se o uso, hoje bastante desmoralizado, do conceito de civilização. Estudei essa anomalia em outro livro, *Introdução à Geografia*, cujo subtítulo é *Geografia e Ideologia*. A intensidade com que se operou a ideologia do colonialismo, entre nós, foi tamanha, que os nossos

maiores pensadores – Sílvio Romero e Euclides da Cunha, entre eles – aceitaram os seus postulados, para não mencionar Oliveira Viana que, sendo mulato, achava que os negros são de raça inferior. Um livro como *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, mostra a penetração de tais conceitos e a aceitação deles. Não era um retrato do Brasil, mas um retrato da classe de seu autor.

Quando o desenvolvimento do capitalismo atingiu a etapa do imperialismo, houve uma transformação interessante: constatou-se que a conquista territorial não era indispensável à dominação. Desde que a exportação de capitais reforçou e ampliou a exportação de mercadorias, não se tratava mais, ou não se tratava apenas, de ocupar e gerir povos e territórios. A dominação dos povos era essencial, e não a dominação das áreas geográficas. Mas era preciso, ainda, fazer com que os povos submetidos à exploração econômica aceitassem essa dominação como natural. Ela seria – segundo a ideologia agora ampliada – oriunda da “superioridade” dos dominadores. E estes passaram a exportar capitais sob a forma de empréstimos ou de investimentos, ou de ambos, além de exportar mercadorias sob o sistema conhecido e hoje bem estudado da “troca desigual”. As áreas em que tais investimentos eram realizados – como até hoje – foram selecionadas e tais investimentos receberam o título de “ajuda”. Os seus lucros eram remetidos à origem, na moeda da origem. O imperialismo recolheu e ampliou os conceitos gerados na fase da expansão colonialista – os de raça, os de clima, os de “superioridade”. E criou os seus conceitos, naturalmente. De passagem, gerou duas grandes guerras, a de 1914-18 e a de 1939-45.

Se a primeira, realmente, limitou-se a um choque para nova repartição do mundo, já a segunda ganharia outra significação, pois começou com a luta dos dominadores dos mercados para deter a expansão do capitalismo alemão e do japonês, para ganhar conteúdo mais amplo com o esforço universal para deter a expansão do nazifascismo e do militarismo nipônico. Daí a necessidade de estabelecer novas condições para a vida internacional. A “nova ordem” – expressão cunhada, aliás, por Hitler – surgiu em um quadro de antagonismo ideológico agudo entre a área capitalista, cuja hegemonia estava com os Estados Unidos, e a área socialista, cuja hegemonia estava com a União Soviética, reforçada, pouco depois, pela China. Já a bomba atômica atirada em Hiroxima e repetida em Nagasaki – crime de dimensões monstruosas, pois eram cidades sem interesse militar, habitadas por velhos, mulheres e crianças – constituía contundente advertência de

seus então monopolizadores sobre os propósitos que os animavam. O discurso de Churchill, em Fulton, foi apenas a oficialização pelo satélite desses propósitos.

A “nova ordem” estabelecida em Bretton Woods – e por isto Keynes recusou-se a assinar os acordos ali estabelecidos – tornava, na verdade, o dólar moeda universal. Quando Nixon, em sensacional rasteira ao mundo dito civilizado quebrou o padrão ouro para o dólar – um dos maiores furtos conhecidos pela história – ficou evidente a dominação norte-americana sobre a área capitalista e sobre aquela que permanecia no nível que ficou conhecido como subdesenvolvido. Subdesenvolvimento e exploração passaram a ser sinônimos. Por estabelecer as normas então fixadas foi criado o Fundo Monetário Internacional (FMI). A “nova ordem” não se limitava, naturalmente, aos controles econômico e financeiro, justificatórios da dominação norte-americana. A sua ideologia, com a progressiva desmoralização e desuso do arsenal conceitual forjado pelo colonialismo e aperfeiçoado pelo imperialismo, resumiu-se no anticomunismo. Foi este conceito negativo e primário, fornecido maciçamente pela mídia controlada pelo imperialismo, que serviu para barrar tudo o que, no mundo submetido ao primado monopolista e atômico, surgisse como tentativa de avanço, de progresso, de libertação.

No Brasil, é fácil lembrar, sempre que repontou qualquer ideia de alteração no regime de obediência silenciosa, absoluta e mansa ao que era determinado pelo imperialismo, mesmo que de dimensão reduzida, recebia a pecha de subversão e a intimidação poderosa de uma força impositiva. Vargas foi deposto e levado ao suicídio porque pretendeu combater a desenfreada remessa de lucros de alguns investimentos estrangeiros, que acabou por denunciar em sua carta-testamento, e por ter permitido a fundação da Petrobrás e da Eletrobrás. João Goulart foi deposto tão simplesmente porque acenou com as chamadas “reformas de base”. Isto para só mencionar dois exemplos clamorosos e bem conhecidos. Todos sabem que a defesa dos interesses nacionais foi, no Brasil, tenazmente perseguida e o nacionalismo confundido como subversão para os fins da mais severa e criminosa repressão. A defesa dos interesses nacionais foi, no Brasil e não só aqui, colocada como crime, punível pela legislação, enquanto a submissão às imposições americanalhadas se constituía em mérito.

Estamos vivendo, atualmente, uma fase histórica marcada, em escala universal, por grandes alterações políticas. Estamos, na

realidade, em plena fase da crise geral. A propaganda se preocupa em definir esta crise apenas por um de seus aspectos parciais: a derrocada do regime dominante na União Soviética, com a fragmentação desta e dos países do leste europeu sob sua influência. Escondem o outro lado da crise, o lado em que reside o seu cerne, a sua essência: a crise geral do capitalismo, que já se aprofundou nos Estados Unidos e se ampliou pela Europa ocidental e central, atingindo a Ásia. Claro que a mídia não menciona que os Estados Unidos são, hoje, detentores da maior dívida externa que o mundo conhece, de imensa e crescente dívida interna e de um déficit orçamentário mais do que preocupante e constante. Se houvesse relação proporcional e direta entre déficit orçamentário e taxa de inflação esta estaria, naquele país, muito mais alta do que no Brasil. Só os *chicago-boys*, aqui, pretendem que, zerado o déficit orçamentário, a inflação estará dominada, quando não zerada.

O imperialismo empregou sempre sofisticados processos de transferência de efeitos de suas crises às economias dependentes e coloniais. Com a crise geral, esses processos foram ainda mais apurados e aperfeiçoados, permitindo atenuar, sua sede e origem, os desastrosos efeitos da crise. Hoje, o conjunto de medidas neste sentido consubstanciou-se ao que ficou conhecido e imposto como “neoliberalismo”. Em primeiro lugar, o imperialismo, para disfarçar contradições internas em sua área – estas já haviam levado a duas guerras mundiais – agrupou num bloco, conhecido como G-7, os sete países ditos desenvolvidos, isto é, aqueles em que o capitalismo havia alcançado estágio avançado de desenvolvimento. É aquilo que foi apelidado, com certa dose de ironia, de “primeiro mundo”, esfera para a qual o presidente Collor pretendia levar o Brasil, desde que aqui implantado o neoliberalismo, a última panaceia proposta aos incautos.

Mas havia que convencer, como foi feito no passado, as vítimas, de que deveriam aceitar o que lhes era imposto ideologicamente, considerando-o excelente. Deveriam ter prazer em submeter-se ao tratamento de choque que o neoliberalismo exige. E achar que isto lhes era benéfico, positivo, progressista, “moderno”. As vítimas, como na etapa em que a ideologia do colonialismo gerou preconceitos destinados à aceitação, pelos dominados, de uma dominação espoliadora, deveriam ser submetidas, progressivamente, a um entorpecimento, a uma espécie de anestesia que permitisse a operação espoliadora sem riscos e proporcionando o lucro máximo. Daí ter sido desencadeada a campanha pelo neoliberalismo, em termos

universais. A peça principal dessa nova doutrina “salvadora” residiu na ressurreição do livre-cambismo. A luta contra o protecionismo – por sinal aquilo que possibilitou o desenvolvimento capitalista no ocidente europeu e nos Estados Unidos, iniciado na Grã Bretanha – foi uma arma de comprovada eficiência. Nós, no Brasil, conhecemos os seus efeitos perniciosos desde os dias em que Alves Branco propôs a primeira alteração nas taxas alfandegárias impostas pelos tratados de 1810 e 1824, que entregaram o mercado brasileiro aos ingleses. Todos os países depois conhecidos como desenvolvidos, isto é, de altas taxas de acumulação capitalista, criaram indústrias e reservaram os seus mercados internos, amparados num protecionismo que chegou a extremos limites. Mas aos outros impuseram sempre taxas alfandegárias baixas, impuseram formas de livre-cambismo, que os forçou à estagnação ou a um lento desenvolvimento.

Mas não se tratou, no caso, de simples ressurgimento de uma peça essencial, na desigualdade de desenvolvimento que se processava pela troca de mercadorias em desigualdade de condições. Tratou-se de operar esse ressurgimento num mundo profundamente afetado pelas modificações decorrentes da crise geral e particularmente da crise na área dominada pela então União Soviética. Para o G-7, comandado pelos Estados Unidos, agora forçados a convidar sócios para a empreitada, tratava-se de criar um ampléssimo mercado único, praticamente sem barreiras, um mercado mundial dominado naturalmente por aqueles que já estavam nele instalados, em condições hegemônicas incontestáveis, em posições de domínio absoluto e que usufruíam privilégios ilimitados com essa franquia geral. A derrocada da União Soviética dava a impressão, aos dominadores da área capitalista, de que, agora o mundo era deles, por impossibilidade de contestação das vítimas. O desaparecimento do antagonismo com uma potência como a União Soviética, cuja presença jamais poderia ser ignorada, gerou a idéia de que tudo estava resolvido, e bastaria impor universalmente o neoliberalismo para que o processo funcionasse plenamente.

Agora, a transferência de prejuízos das crises ficaria facilitada ao extremo. A associação gerada pelas circunstâncias propiciou o aparecimento de entidades como o Mercado Comum Europeu (hoje União Europeia) e como o NAFTA, integrando, na economia norteamericana, as economias do Canadá e do México. Era para lembrar aquele melancólico dito de um mexicano, há muito repetido: “Pobre México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos!”. Como

se sabe, mas a história, em nossos países, obriga a omitir, o México perdeu metade do seu território, incorporado ao seu bom vizinho pela violência, há pouco mais de um século. O novo governo do Canadá parece pouco satisfeito com o papel de seu país, no caso, e o México, como se sabe, começa a cair na realidade. O importante é assinalar a pressão pela abertura dos mercados nacionais como peça fundamental do neoliberalismo: aqui, a mídia cantou a proeza em verso e prosa. E proclamou, inclusive, pela palavra de Collor, subproduto de tudo isso, que essa franquia de mercado era benéfica ao consumidor brasileiro. A afirmação não era apenas mentirosa porque é uma trapaça apresentar a concorrência como favorável numa época, como a atual, em que a economia capitalista está visceralmente oligopolizada...⁴

5. CRISES E AVANÇOS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

No último meio século, o Brasil foi um dos países em que o ritmo de desenvolvimento foi mais intenso e os índices denunciaram claramente essa aceleração singular que prometia, a curto prazo, livrar-nos de nossas mazelas, que ancoram na fase colonial, e atingirmos aqueles níveis que são considerados, pelos que atentam e acatam tais índices e tal conceituação, como os de primeiro mundo ou mundo desenvolvido. Tais índices, quando meras quantificações numéricas, não nos parecem tão expressivos quanto os consideram alguns analistas, particularmente os economistas. Não se deve usá-los para definir o desenvolvimento de um país, destacadamente aqueles que partiram de uma economia colonial para uma economia dependente e demoraram nela. Não basta produzir tantas toneladas deste ou daquele produto ou construir mais casas ou quilômetros de estradas ou movimentar portos. Tudo isto é importante, mas ainda mais importantes são, sem dúvida, os índices que assinalam quanto o povo desfruta da riqueza que produz com o seu trabalho. Índices como os da mortalidade infantil, da alfabetização, da vida média, são mais estimáveis. Coisas muito concretas e que, no fim de contas, espelham, direta ou indiretamente, a participação do povo na vida nacional.

População é um dado enganador, pois que reflete um total em que a homogeneidade não existe. É como o que acontece com

4. Pulou-se da página 83 da 3ª edição até a pág. 105.

todos os índices em que o divisor é a população total, índices muito usados, e de propósito, nas análises econômicas. A realidade é que em todas as sociedades há os que criam riqueza, e só o trabalho tem este condão, e os que dele se apropriam. Considerá-los globalmente, como em população, é fácil engodo. A diferença entre economia colonial e economia dependente, e entre este último tipo de economia e uma economia peculiar a país independente, é que estabelece critério susceptível de refletir a realidade. Claro está, assim, que os modelos de desenvolvimento que excluem o povo de seus benefícios não merecem o menor apreço e apenas servem para embalar a dominação de alguns e a ingenuidade de muitos. O que distingue um modelo econômico de outro é justamente a participação do povo nos benefícios do desenvolvimento, isto é, da repartição da riqueza e de sua renda. O Brasil é grande exportador de calçados e grande parte do seu povo anda descalça, grande exportador de alimentos e a maior parte do seu povo vive no nível miserável da desnutrição. Índices são, pois, discutíveis.

É pena que a nossa história econômica seja mal conhecida. Se fosse conhecida minimamente, saberíamos que o nosso desenvolvimento padecia de ritmo desigual e, nele, houve características fases de avanço que, à simples vista, parecem inexplicáveis. Três destas fases devem merecer atenção especial. Foram, justamente, as fases em que o capitalismo, na dimensão mundial, esteve em crise. Pode parecer desconcertante, mas é verdade comprovada, e até em índices, como os economistas apreciam: as crises do capitalismo, em sua etapa imperialista, quando definida precisamente a exploração, foram fases de desenvolvimento acelerado no Brasil. Tomemos a primeira dessas crises, a da Primeira Guerra Mundial. O imperialismo estava ocupado em sua tarefa específica: fazer a guerra. Isto fazia com que a produção dos países já na etapa imperialista e por isso com as suas contradições aguçadas, empregasse todas as suas energias no mister principal. Como as guerras surgiam da contradição entre eles, particularmente na disputa dos mercados mundiais, a produção ficava absorvida em armamentos e tudo o que era necessário para manter a luta militar. Assim aconteceu entre 1914 e 1918. Quem estudar os índices de desenvolvimento, particularmente o industrial, mas também o agrícola, no Brasil, nos referidos anos, há de observar um crescimento acelerado desses índices, em contraste com o que vinha acontecendo antes.

Mais expressivo, entretanto, foi o que aconteceu com a maior

crise do capitalismo, pois, no caso, a crise foi específica do regime e não decorrente de acontecimento de previsão incerta, como a guerra. A crise desencadeada com a sexta-feira negra da Bolsa de New York, em fins de 1929, realmente, foi a mais grave das crises cíclicas que acometem o capitalismo e seus efeitos foram catastróficos em todo o mundo. No Brasil também, é evidente. Quem conhece história sabe que o Brasil sofreu profundamente com a crise de 1929. Ela se refletiu no nível político e encontrou eco numa campanha presidencial tormentosa, quando a oposição, englobando três Estados federados, disputou tenazmente o comando da República. É importante lembrar que essa luta política correspondia à crise da economia agrícola de exportação, fundada, naquela fase, no café. A incapacidade da chamada República Velha para resolver os problemas do país permitiu a eclosão da luta política em torno da presidência. Não era comum, no nosso país, essa disputa. Habitualmente, a sucessão presidencial, correspondendo ao quadro da República oligárquica, em que a área política era restrita e comandada pela classe dominante agrário-exportadora, a sucessão presidencial tinha caráter rotineiro, era um jogo estabelecido, de cartas marcadas. As sucessões eram comandadas pelas forças políticas organizadas, os famigerados partidos republicanos – o mais poderoso deles, o PRP, Partido Republicano Paulista, era o que representava mais acirradamente os interesses da economia do café. Suas determinações era imperativas e a sucessão, em 1929, acabou por romper o revesamento entre governadores de São Paulo e de Minas, a política do café com leite, como era ironicamente conhecida. Pois em 1929, a sucessão presidencial conheceu uma disputa acirrada e provocou uma cisão nas fileiras dos partidos republicanos estaduais, que correspondia a uma cisão na classe dominante. Uma das facções, em dissidência, compôs aliança com velhas forças oposicionistas, até aí sem perspectivas de destaque nas decisões. Isto levou ao movimento armado de 1930, como é sabido. Movimento que correspondeu a uma mudança significativa não só na estrutura política brasileira como, e com dimensão muito grande, na estrutura da economia brasileira. Tratava-se, realmente, de uma crise da economia agrário-exportadora e, em consequência, do café. O que importa destacar, nesse quadro de mudança, e mudança profunda, não apenas formal, é que a economia brasileira respondeu com presteza e rigor à necessidade nova. Toda a estrutura que servia ao café – rede financeira, transporte terrestre etc. – passou a servir ao algodão, que passou a responder à crise, pesando

na balança exportadora no mesmo nível do café, que estava em crise. A grande lição do episódio residiu no fato de que o Brasil encontrou a saída para a crise utilizando os seus próprios recursos, os recursos internos. E, assim, para surpresa de muitos, emergimos da crise antes do resto do mundo; antes dos Estados Unidos, onde tivera origem, antes da Europa, onde os efeitos da crise foram graves. Em 1933, o Brasil podia considerar que a crise estava superada e a economia em pleno desenvolvimento.

O terceiro episódio que deve ser lembrado é o da Segunda Guerra Mundial. Ela, na realidade, reduziu ao mínimo o comércio internacional. em alguns casos, chegou a impedi-lo de forma insuperável. Com a exportação ainda assegurada pelo domínio que os Estados Unidos detinham nos mares, a economia brasileira enfrentou uma queda acentuada e até mesmo dramática nas importações porque, novamente, estavam em crise os nossos antigos e tradicionais fornecedores, que eram, e não por coincidência, também os nossos antigos e tradicionais credores. Passamos a acumular, ao longo dos anos da guerra, grandes saldos na balança comercial, saldos que se traduziam em divisas. Novamente, por força da interferência de fatores que já haviam aparecido, entre 1914 e 1918, nossa economia realizou um grande salto, ocorrendo, então, como começara a ocorrer quando da crise de 1929, a conhecida (enquanto frase) substituição de importações. Para alguns ingênuos, a política econômica de substituição de importações foi uma escolha, uma decisão nossa. Nada disto. Ela não foi prevista ou planejada. Ela foi imposta pelas circunstâncias, quando a saída única era esta. Substituímos importações quando não podíamos importar. A grande lição, a lição essencial desses três episódios, é a seguinte: o Brasil tem potencialidades gigantescas. Quando não somos explorados, nós nos desenvolvemos. Quando não temos sócios na exploração das nossas riquezas, que são imensas, o nosso desenvolvimento se acelera. O problema constante, entretanto, é que o desenvolvimento, mesmo nas três fases citadas, não é para o povo, não influencia em nada o nosso padrão de vida. O que resta mudar, então, é, justamente, essa concentração das vantagens do enriquecimento. E cabe ainda lembrar: se tudo isso ocorreu, salvo quanto à primeira fase citada, a de 1914-1918, quando o mundo estava dividido, o que pode acontecer com um mundo unipolarizado? É ainda necessário lembrar que, cessadas as condições excepcionais que presidiram a economia do mundo nas três fases citadas, o imperialismo voltou com fúria redobrada. Após

o fim da Segunda Guerra Mundial, as divisas que acumulamos não foram usadas em benefício do nosso desenvolvimento. Foram, ao contrário, e por pressão do imperialismo, consumidas em bugigangas e quinquilharias. E voltamos a usar os empréstimos externos e a receber, em regime de privilégio, os investimentos espoliadores.

Os modelos gerados pelo nosso desenvolvimento, ao longo do tempo, na fase de economia colonial e na fase de economia dependente, que é aquela que vamos vivendo, esgotaram as suas possibilidades. Isto não passa despercebido a qualquer observador, menos ainda aos que estudam os nossos problemas. Problemas profundamente ancorados no tempo, como todo mundo sabe. Esse notório esgotamento dos modelos levanta, a cada passo, a necessidade de sua substituição. É preciso, realmente, algo de novo, um modelo novo, diferente do antigo. Isto é pacífico. A cada dia, o conhecimento das possibilidades do Brasil, que sempre foram muito grandes e hoje são imensas, contrasta com o quadro de empobrecimento em que vive a maior parte da população brasileira. Para amenizar esta exposição, cabe contar uma passagem da vida real. Certo chefe militar, no início de sua carreira, ficou profundamente chocado pelo contraste a que assistiu, que constatou, ao receber um contingente novo, os recrutas recém incorporados em sua unidade. Ele fora educado ouvindo frases entusiásticas a respeito do nosso país, de suas riquezas, da opulência de recursos que definia a nossa grandeza. Um quadro mais ou menos como aquele fornecido pelo livro do conde de Afonso Celso, em seu ufanismo apaixonado. Os jovens que se apresentavam, agora, para serem incorporados, espantavam pela sua aparência andrajosa e pelo seu físico apagado: era um bando de famintos, de desdentados, de miseráveis. Este era o povo e o jovem oficial sentiu baquerar o coração diante do contraste entre o Brasil que lhe era pintado antes e a paisagem tenebrosa com que se defrontava. Esta era, entretanto, a realidade, e esta realidade é conhecida pelos brasileiros, ao percorrer qualquer região do país. Trata-se, sem a menor dúvida, de um povo miserável, vivendo num país riquíssimo.

Mudar o modelo, então, parece imposição dessa realidade histórica: os modelos até aqui vigentes estão esgotados. Os problemas do país são velhos e bastante conhecidos. Não se trata mais de discutir, de teorizar sobre eles. Trata-se de saná-los. No momento em que todos concordam no esgotamento dos modelos vigentes, o antigo e o atual, divergem as opiniões quanto ao modelo novo, o modelo

que há de nos salvar, o modelo que permitirá que no nosso país rico, o povo seja rico, isto é, tenha condições de receber alguma parcela da riqueza que o trabalho constrói. É preciso, antes de mais nada, mencionar que as estruturas dominantes no Brasil estão, e nisto há acordo de opiniões, mais do que superadas. São estruturas obsoletas, ancoradas em condições muito diferentes das atuais. São estruturas que consagraram o empobrecimento das populações e ficaram sempre condicionadas não só a um mecanismo de concentração da renda já bem discutido como a condições sociais que bradam aos céus. O Brasil arcaico está em nossos dias, e preside a nossa política e a nossa economia. Todos estão de acordo que as estruturas são arcaicas e que é preciso mudá-las. Aí entram os partidários do neoliberalismo e proclamam que, realmente, as estruturas estão arcaicas e que é preciso “modernizá-las”. Opinião que o neoliberalismo é a saída e que ele é moderno. Trata-se, bem analisadas as suas características, entretanto, de que o neoliberalismo é arcaico, revive coisas superadas, etapas ultrapassadas, conceitos velhos, numa época nova. Enquanto estes conceitos velhos, apresentados como “modernos”, para convencer todos aqueles que se recusam a aceitar a permanência das velhas estruturas, são facilmente descartados, os novos, definidos como revolucionários, criam uma situação em que negá-los passa a ser heresia. Quem pode recusar o novo, quem aceita ser qualificado como infenso ao que é moderno? Trata-se de uma chantagem que vem sendo alimentada por largos recursos porque serve a poderosos interesses. Os modelos antigos estão superados, esgotaram as suas possibilidades. Mas, então, é preciso considerar as raízes das coisas, dos fenômenos. Considerar as raízes é ser radical, realmente. Mas aquilo que se apresenta como novo tem por característica essencial a de conservar as velhas estruturas, de não tocar nas velhas estruturas. O neoliberalismo é uma farsa que se ocupa fundamentalmente do que existe de formal em nós.

O desatinado neoliberalismo, realmente, não afeta em nada e nem mesmo arranha as estruturas obsoletas que definiram a economia colonial e a economia dependente. Pelo contrário, disfarçado em roupagens que fantasiam o povo, o neoliberalismo consagra o que temos de mais velho, aquilo que precisa realmente ser superado. Num mundo que permanece em desordem, o neoliberalismo só vê um aspecto, o da dominação externa, cujos modelos, que lhe são impostos, tratam de aceitar, pregar e, quando pode, executar. Pretende,

em suma, substituir o modelo agrário-exportador, quando dominamos, com o açúcar e com o café, a troca internacional, por longos anos, quando não passávamos de exportador de matérias-primas e de alimentícios, para um modelo que é aparentemente novo, o modelo exportador de grãos e de minérios e de produtos industrializados no Brasil, fabricados por multinacionais. O modelo vem do Consenso de Washington, do qual emanam as prescrições, que são sagradas para os pretensos inovadores. Operam, portanto, na superfície dos fenômenos, preocupadíssimos em não tocar as estruturas, em não tocar na essência. Isto encontra suporte de alguma importância na anomalia de termos atingido, no capitalismo brasileiro, uma etapa de desenvolvimento, enquanto regime, em que a oligarquia financeira tem papel relevante, justamente porque ela representa o elo mais poderoso dos vínculos com o exterior. É anômala a primazia porque a hegemonia do capital financeiro no desenvolvimento capitalista indica uma etapa superior desse desenvolvimento, etapa que no Brasil estamos longe de ter atingido. A dominação do capital financeiro deforma a nossa estrutura de produção. Não espanta que os pretensos economistas que nos governam, com os *chicago-boys* ditando regras, considerem a inflação, por exemplo, como fenômeno meramente monetário e, portanto, passível de solução no nível da moeda. Ela se mede em termos de moeda, realmente, mas é complexo processo vinculado à economia como um todo. Ainda nisto o neoliberalismo é arcaico. E nem é por acaso que o Brasil muda de moeda às segundas, quartas e sextas.

O neoliberalismo pretende esquecer que, nos últimos seis anos, as empresas estrangeiras instaladas no Brasil, e sob regime de privilégio, investiram no país menos de meio milhão de dólares e transferiram às suas matrizes nove milhões de dólares. É a exportação do lucro, a exportação da acumulação, problema antiquíssimo entre nós. Elas sempre procuram aqui recursos naturais e força de trabalho barata. O neoliberalismo proclama a sua finalidade de prolongar e aprofundar esse tipo de exploração, sob o pretexto da globalização da economia. Defende para nós a abertura do mercado, não tendo preocupação alguma com o protecionismo dos que exportam para o Brasil. Fingem ignorar que o serviço da dívida, que pretendem eternizar, cresceu sete vezes, só entre 1970 e 1975, há vinte e poucos anos. A dívida externa é sagrada para o neoliberalismo brasileiro, porque os seus adeptos são submissos aos credores e deles dependem, inclusive nos ensinamentos que receberam e que pretendem impor ao país. O

problema da reforma agrária, para eles, não existe, vai sendo empurrado com a barriga, através de promessas vãs, enquanto o campo é teatro de sucessivos genocídios, com os responsáveis sempre impunes.

Convém lembrar, ainda em relação à influência que o desenvolvimento tecnológico exerce sobre a composição do capital e a estrutura da sociedade, as alterações na posição relativa das classes quanto à participação de seus componentes na repartição da riqueza produzida pelo trabalho. A verdade está em que os avanços tecnológicos proporcionam, realmente, mudanças significativas na sociedade somente quando abalam essa estrutura. Porque, em certos casos, não a abalam e mesmo, em alguns casos, podem reforçá-la. No Brasil, a resistência sólida das velhas estruturas ocasionou uma dessas anomalias. Foi o caso do álcool enquanto combustível. O desenvolvimento das técnicas de aproveitamento do álcool como combustível foi uma proeza nacional de grande importância. A utilização do álcool para movimentar os veículos alterou significativamente os custos não só do transporte, o que já seria relevante, mas de tudo aquilo que tem de ser transportado das áreas produtoras às áreas consumidoras. O fenômeno é muito conhecido, concretamente, entre nós: todos sabem como o aumento no preço da gasolina e do diesel acarreta, de imediato, aumento no preço das mercadorias transportadas. É um problema do nosso cotidiano. A mudança, portanto, na utilização do combustível para veículos de transporte, foi uma conquista brasileira e deve ser atribuída a mérito nacional. Por outro lado, é sabido que o latifúndio açucareiro é uma das razões do nosso atraso, enquanto a forma como foi implantada a indústria automobilística representa mazela de solução muito difícil. O avanço considerável que foi a substituição da gasolina pelo álcool não alterou em nada a estrutura existente. Pelo contrário: reforçou o latifúndio açucareiro e impulsionou a indústria automobilística entre nós.

Mas o aspecto mais escandaloso que o neoliberalismo brasileiro apresenta, quanto ao trabalho e à sua fobia pelo trabalho consiste, ao longo de sua arrasadora implantação, na enormidade da taxa de desemprego. O desemprego vem sendo a característica mais evidente da aplicação do neoliberalismo em nosso país, assumindo, contemporaneamente, aspectos dramáticos. O neoliberalismo não é responsável, evidentemente, pelo crescimento extraordinário dos núcleos urbanos no Brasil. O chamado êxodo do campo vem atingindo, a cada ano, aspectos mais graves. A fuga das populações do campo

para as cidades, que é relativamente recente, em termos históricos, deriva de um processo complexo, no qual tem destaque secular a questão do latifúndio e a impossibilidade das atividades no campo atenderem ao crescimento demográfico, por força do caráter da propriedade. É por isto, inclusive, que o problema da reforma agrária, tão largamente discutido entre nós, cresce de importância e urgência. O neoliberalismo procura, tenazmente, desconhecer esse problema, fazendo-se de cego para a sua gravidade. O êxodo das populações do campo e o conseqüente crescimento das populações urbanas constituem apenas aspecto gritante de uma estrutura econômica obsoleta, pedindo urgentes medidas para a sua solução. A miséria das populações urbanas, na decorrência da anomalia que é o êxodo citado, é aprofundado, de maneira mais do que triste porque cruel, pelo crescente desemprego que o neoliberalismo nos vem proporcionando. Assim, o neoliberalismo, em vez de abrir as perspectivas para a solução de velhos problemas ligados às velhas estruturas, vem contribuindo, de maneira direta e ampla, para agravar esses problemas. A pobreza é nossa velha conhecida. Mas a miséria de camadas cada vez mais numerosas da população brasileira é um dado recente e o neoliberalismo tem responsabilidade nesse quadro de doença social. A sociedade que apresenta, ao mesmo tempo, crescimento escandaloso do desemprego, crescimento escandaloso da taxa de criminalidade e males que tais, comprova, de plano, o seu envelhecimento, a grave enfermidade de sua estrutura.

As conseqüências mais ostensivas do neoliberalismo, no caso brasileiro, estão no crescimento do desemprego. O desemprego é a face verdadeira do neoliberalismo. Seus efeitos são terríveis, como conhecem com clareza, assistindo às suas mazelas. Ele retira do trabalhador as condições mínimas para lutar pelo salário. Hoje, o trabalhador luta, principalmente, pelo emprego. E está perdendo essa luta. O neoliberalismo reduz as massas trabalhadoras a legiões de desempregados que perambulam pelas ruas, dormem nas ruas e não encontram lar. O fenômeno é mundial, sem dúvida, porque a crise tem dimensões mundiais. Está gerando, inclusive e como um de seus males mais graves, o renascimento do fascismo e do nazismo, de todas as formas de violência contra o homem que pareciam superadas. Não estão superadas uma vez que se repetem as condições que as motivaram no passado. É a democracia que está em perigo, com o neoliberalismo. Ou o Brasil acaba com o neoliberalismo ou ele acaba com o Brasil.

DESENVOLVIMENTO CULTURAL BRASILEIRO

1. RENOVAÇÃO CULTURAL

É fácil distinguir duas faces, no período histórico que se inicia, no Brasil, com a Revolução de 1930: a que vai até a Segunda Guerra Mundial, englobando-a, isto é, de 1930 a 1945, e a que se segue e que tem início em 1945; as mudanças entre uma e outra são mais de intensidade, quantitativas, mas esta divisão ajuda a melhor compreender tais mudanças. Já se operava, no Brasil, a passagem da preponderância britânica para a preponderância norte-americana quanto ao imperialismo; o primeiro empréstimo tomado pelo Brasil aos Estados Unidos data de 1922, mas, daí por diante, empréstimos e investimentos provêm muito mais dos Estados Unidos; o competidor destes, particularmente na área das trocas de mercadorias, será a Alemanha; o Japão se esforçará, também, para ultrapassar a Inglaterra, em suas influências econômica e financeira. Com a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos ficam sem concorrentes: os inimigos da véspera, Alemanha e Japão, estão combalidos (deverão voltar a este cenário na década dos anos 60), os aliados da véspera não o estão menos. Inglaterra e França, de fato, deixam de ter papel de relevo aqui, neste plano.

Do ponto de vista cultural, as influências europeias, dominantes antes da Segunda Guerra Mundial, cedem lugar às norte-americanas. Já havia ocorrido isto com o cinema, rádio e televisão – esta particularmente, desde o início de sua difusão entre nós –, marcando a supremacia americana, que é fácil de ser assinalada na música. O mesmo acontece na imprensa: as agências norte-americanas de publicidade – trabalhando para a conquista e domínio do mercado interno brasileiro para os monopólios de seu país – controlam financeiramente os grandes jornais; as agências de notícias controlam

1. Parte tirada do livro *Síntese da História da Cultura Brasileira*, Rio de Janeiro, Berthand Brasil, 2003, a partir da página 80 até o final, na qual se apresenta a Cultura Nacional.

a matéria, como fornecedoras únicas, como domínio absoluto da UPI. O mesmo acontecerá em relação ao rádio e à televisão.

A primeira fase, de 1930 a 1945, fica marcada por grande efervescência política e por uma luta ideológica intensa. Começa em ambiente de relativa liberdade, para desembocar, em 1935, em medidas de exceção, e culminar, em 1937, com o estabelecimento do Estado Novo. Essa evolução assinala o clima das controvérsias. É reflexo, também, do que ocorre no mundo, com a ascensão fascista, já anterior, em Portugal e na Itália, e a nazista, de 1933, na Alemanha, para não falar no militarismo japonês. É, pois, uma fase em que os intelectuais são chamados a assumirem posições políticas e a levarem para suas criações tudo que essa participação revela ou impõe. Se, com o Modernismo já superado, os piores cacoetes e exageros do movimento haviam desaparecido, surgia agora a ficção nordestina, com o seu caráter documentário. A poesia de Carlos Drummond de Andrade e a crítica, ficção e ensaio de Mário de Andrade são o melhor da herança modernista, que estes escritores continuam a ampliar. A evolução pessoal de um e outro, na escala do valor artístico que os caracteriza, é peculiar a essa fase de intensa luta ideológica, de participação e de contrastes.

O romance nordestino, particularmente com José Lins do Rego e Jorge Amado, tem deficiências artísticas e o caráter documentário das denúncias; acontece com ele o que quase sempre acontece em fases assim: o conteúdo está muito à frente da forma. Há uma exceção: Graciliano Ramos. É o escritor que, realmente, apresenta dimensão artística excepcional. Seu esforço de criação assinala equilíbrio entre conteúdo e forma. Os documentaristas contribuem, entretanto, para a conquista do público. Porque, em literatura, o mais importante está nisso: o aparecimento e o crescimento do público. Como o de todas as artes, é um público de pequena burguesia. O mesmo que começa a animar o teatro onde, antes, a incrível prosódia portuguesa começava a contrastar com as peças de motivos brasileiros de Gastão Tojeiro, Oduvaldo Viana e, depois, Joracy Camargo. A diferença fica estabelecida quando a Leopoldo Fróes, como ator consagrado, sucede Procópio Ferreira; é o prelúdio do teatro brasileiro autêntico que se aproxima. O público é recrutado, naturalmente, na pequena burguesia: ela é que ouve rádio, assiste teatro, lê jornais, revistas, livros, vai ao cinema, constituirá em seguida largas audiências para a televisão.

Embora falte quantificar o que a simples observação permite constatar, parece certo que – salvo quanto ao rádio que pode atingir, realmente, camadas diversas – as artes e as técnicas que as servem estão fora do campo de interesse da classe latifundiária, da maior parte da alta burguesia –, que às vezes ostenta esse interesse – e particularmente dos trabalhadores, operários, semiproletários e os que trabalham à terra ou nela. Assim como um dos grandes problemas do desenvolvimento material no país está na incorporação progressiva à economia de mercado das vastas áreas em que predomina ainda a economia natural, um dos problemas do desenvolvimento cultural, no Brasil, está na incorporação progressiva ao público das camadas sociais que a vida mantém distanciadas e indiferentes às suas manifestações.

O desenvolvimento das relações capitalistas, ao mesmo tempo que transforma em mercadoria as criações artísticas, antes simples motivo de divertimento ou de adorno, amplia rapidamente as áreas do trabalho intelectual, antes em plano secundário, abrindo-lhe perspectivas novas e atingindo mesmo o trabalho artístico. Não se reflete isto apenas na profissionalização de atividades que vinham sendo amadorísticas; reflete-se, também, no *status* social dos artistas, que passam a encontrar novo tipo de consideração e apreço. A atividade cênica, socialmente desclassificadora antes, passa a ser vista como natural; assim a dos artistas de rádio e, mais tarde, do cinema e da televisão. A notoriedade, nesses casos, já não é acompanhada de teor de inferiorização, não tem parcela desabonadora. Os grandes espetáculos começam a movimentar valores materiais apreciáveis: o esporte das multidões, o futebol, profissionaliza-se abertamente; começam a surgir os estádios gigantescos, aumenta de forma espetacular o movimento de bilheteria.

Na medida em que se amplia a área de atividade artística e que suas criações se tornam mercadoria, muda o quadro e, inclusive, a escala dos valores. Antes, quando não havia público ou, nele, reduzido que era, preponderava o julgamento dos oficiais do mesmo ofício, dos confrades, a consagração, pelo menos a curto prazo, ficava na dependência dos especialistas, – eram os escritores que julgavam os escritores, por exemplo – e isto conferia uma nota provinciana ao meio, assemelhava-o ao arraial interiorano, permitindo a influência das igrejinhas; só estas podiam consagrar. O aparecimento e o crescimento do público, que passa a ser árbitro do sucesso, transfere esse poder de consagração àqueles que estão fora da atividade artística e não sofrem

as suas injunções e competições. Conforme as criações artísticas se transformam em mercadoria e que, portanto, há consumidores para ela, são estes os juízes de seus valores. Com o desenvolvimento desse mercado surge a possibilidade de forjar falsos valores, à base da publicidade, aquilo que a chamada “cultura de massa” pode impingir. Assim, em seu desenvolvimento dialético, o positivo se torna negativo, o avanço se transforma em recuo.

O desenvolvimento das relações capitalistas, desse modo, gera estímulos, de um lado, e particularmente de início, mas depois apresenta deformações e cria servidões, no domínio da cultura. É fácil perceber – e, até certo ponto, quantificar – as exigências que uma sociedade capitalista coloca com necessidade de soluções positivas, em determinados terrenos e até determinados limites. A necessidade de reduzir ou eliminar o analfabetismo, por exemplo. Como é mais do que sabido, antes mesmo da época da revolução socialista, os países de grande desenvolvimento capitalista já haviam iniciado a liquidação do analfabetismo; isto se constituía em necessidade, em exigência natural, para eles. O analfabetismo em massa ficou relegado às multidões do chamado mundo subdesenvolvido, sendo uma de suas características. No Brasil, a redução da altíssima taxa de analfabetismo teve início e se acelerou, realmente, com o desenvolvimento das relações capitalistas; ela continua ainda alta nas zonas do interior, em que aquelas relações não chegaram ou não liquidaram as pré-capitalistas lá reinantes. A redução do analfabetismo, pois, é um processo da fase de que tratamos.

Mas as exigências de uma sociedade em evolução para o capitalismo, nela já entrada – não discutindo as formas e as deformações dessa evolução –, não se colocam apenas no terreno da instrução, isto é, da aquisição dos instrumentos de cultura, no plano da redução ou liquidação do analfabetismo; vão mais longe, colocando a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas mais numerosas, pois o mercado de trabalho dito qualificado e de trabalho intelectual amplia-se a cada passo. Trata-se, assim, de formar número crescente de pessoas dotadas de dimensão intelectual compatível com as exigências e a complexidade da nova sociedade. Trata-se de, na massa de alfabetizados, recrutar a percentagem daqueles que estão destinados ao trabalho intelectual. Se o Estado, quanto ao ensino inicial, primário, de primeiro grau, exerce esforço de apreciáveis dimensões, embora limitado no espaço, resumido às zonas desenvolvidas e de adiantado teor de urbanização, entregou o ensino médio ou secundário,

quase totalmente, à iniciativa privada, que o comercializou e, assim, estabeleceu critérios de classe para a filtragem dos elementos capazes de passar além dos primeiros conhecimentos.

Essa delegação de atribuições não derivou, como se pode supor à primeira vista, de erro político, de incapacidade na produção do problema; derivou da própria natureza do Estado. Se a exigência da alfabetização parecia total – é fácil, se aprofundarmos a análise, constatar que não era –, já o mesmo não acontecia quanto à segunda etapa, marcada pelo ensino médio. Onde predominam relações capitalistas, mesmo aos que fornecem trabalho físico, mesmo aos assalariados, é necessário o conhecimento mínimo: ler, escrever, contar. Mas as exigências quantitativas de trabalho físico são muito mais numerosas do que as de trabalho intelectual, isto é, o número de proletários é sempre muito maior do que o de trabalhadores qualificados ou de *white collar*.

Assim, o esforço do Estado deveria ser muito maior, naturalmente, em proporcionar aos capitalistas os proletários de que estes necessitavam. Nem isto, aliás, tem sido alcançado, entre nós, pela constância na entrada de novas levas de trabalhadores do campo nas áreas urbanas, transformados em proletários. De outro lado, o fornecimento de instrução passou a constituir, pela demanda crescente, investimento de apreciáveis dimensões e de lucro certo, disputado logo pela iniciativa privada sempre pronta a protestar contra a estatização das atividades lucrativas, mas sempre gentil em ceder ao Estado – até certos limites, pois o Estado é uma empresa sua – aquelas deficitárias. Operou-se, assim, o estrangulamento do ensino médio, comprovado pelas estatísticas; operou-se, paralelamente, a deterioração desse ensino, comprovada no baixo nível dos candidatos ao ensino superior, alinhados nos concursos anuais de admissão.

Por força de condições objetivas que seria longo analisar, foi tardio, no Brasil, o aparecimento da Universidade que, bem cedo, apresentou claros sintomas de crise. As necessidades sociais, até que as relações capitalistas atingissem certo nível – o que ocorreu, não por coincidência, por volta de 1930 –, foram perfeitamente atendidas, dada a estrutura da sociedade, pelo funcionamento isolado das Faculdades, particularmente aquelas que proviam as necessidades quantitativas de profissionais liberais. A ideia de agrupar, em alguns casos, tais Faculdades em Universidades correspondeu, de início, mais à tendência imitativa do que a uma necessidade claramente manifestada. Sentia-

se, aqui, a inferioridade que a ausência de Universidade traduzia; a criação dependia de decisão administrativa e, portanto, não apresentava dificuldade. Mas, também, não tinha condições para esconder seu sentido inócuo. Persistiu o provimento das atividades profissionais antigas – advogados, médicos, dentistas, farmacêuticos –, ao mesmo tempo em que a complexidade crescente da sociedade multiplicara a divisão do trabalho, criando novas exigências universitárias.

Todavia, o ensino superior, entre nós, a rigor, tendo surgido tarde e sendo obrigado a rápidas mudanças, quase sempre improvisadas, oscilou – mercê da fase conturbada em que começou a funcionar – entre necessidades sociais imperiosas, decorrentes do desenvolvimento das relações capitalistas, e temores vinculados à luta de classes, que se aprofundou, na mesma época e em ligação dialética com o referido desenvolvimento. A Universidade foi vista sempre, no Brasil, com grave desconfiança e frequentemente ameaçada ou concretamente mutilada. Seria impossível, aqui, analisar em profundidade a crise universitária brasileira, já de sérias proporções antes de 1964, e apenas com estas proporções agravadas depois da destruição do regime vigente. Os aspectos policiais do problema, culminando com a decisão, inédita no Brasil e com o único antecedente do período hitlerista na Alemanha – quando esta perdeu, para os Estados Unidos principalmente, os seus maiores cientistas –, de operar o “expurgo” dos mestres de mais profundo saber e alto renome, traduzem apenas o caráter agudo de uma crise crônica.

As contradições da sociedade brasileira, inseridas no problema da Universidade, operavam como explosivos na destruição dos fracos alicerces desta. O fato de serem os intelectuais em geral, e os estudantes em particular, colocados sob rigorosa suspeição, vedada para eles toda e qualquer forma de organização livre, assinala o agudo grau a que a crise atingiu. Isto corresponde, no fim das contas, a colocar sob suspeição a própria cultura, a supô-la “subversiva” em si. Sendo o ensino superior o instrumento sistemático de transmissão de cultura, não poderia isentar-se dessa suspeição. Ele está, no momento, inteiramente desmantelado. Trata-se, entretanto, para a classe dominante, de resolver o impasse: formar os quadros de que a sociedade necessita e, ao mesmo tempo, isentá-los de qualquer tendência à mudança. Colocado nestes termos, o impasse não pode ser resolvido, de sorte que o desenvolvimento do processo terá de encontrar uma saída. A proliferação das Universidades e o

aparecimento de algumas particulares, de ensino bastante caro, vinham correspondendo às exigências quantitativas crescentes da sociedade brasileira, em que o acesso ao ensino superior representa privilégio, do que, aliás, têm consistência os próprios estudantes.

Como escreveu Engels, a necessidade social faz a ciência avançar mais do que as Universidades, de sorte que, na medida em que se desenvolviam no Brasil as relações capitalistas, desenvolvia-se a pesquisa científica. Foi, realmente, a época em que esta pesquisa passou da área do esforço de indivíduos isolados, os precursores, entregues à própria sorte – ou buscando condições no exterior, como Santos Dumont – para a área das instituições. Foram necessidades ligadas ao desenvolvimento da lavoura do café que, no fim da contas, impulsionaram a criação e o crescimento da pesquisa científica em instituições como o Instituto Biológico, o Instituto Agrônomo e mesmo o Instituto Butantã e o Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo. Foram necessidades ligadas ao desenvolvimento urbano, impondo medidas preventivas de saneamento e higiene, que impulsionaram a criação e o crescimento de instituições como o Instituto Manguinhos, no Rio, ou o Instituto Goeldi, em Belém, ou o Instituto Nina Rodrigues, na Bahia, e mesmo, indiretamente, o Museu Nacional, mais voltado para as ciências naturais do que o seu congênere, o Museu Paulista, mais voltado para a História e a Etnologia. A ascensão capitalista multiplicaria as instituições de pesquisa científica, hoje mais variadas e abrangendo áreas novas, como a matemática pura ou a física nuclear, para não citar aquelas de aspectos técnicos preponderantes ou visando imediata aplicação prática, desde as ligadas às indústrias, mesmo no setor privado, até aquelas ligadas ao setor público, como as que se processam em instituição do tipo do Instituto de Engenharia do Exército ou do Instituto Técnico de Aeronáutica, sem mencionar aquelas que se processam em âmbito universitário. Sob todos os aspectos, trata-se de uma cultura nova.

2. A CULTURA DE MASSA

A característica mais evidente da segunda fase do período de que nos ocupamos – a que começa em 1945 – consiste na função predominante dos meios e das técnicas de cultura de massa.

Esta característica surgiu, naturalmente, como decorrência do desenvolvimento, no Brasil, das relações capitalistas. O fenômeno, visto no geral e mesmo no particular brasileiro, tem sido examinado e discutido sob ângulos muito variados. Gerou também os seus teorizadores e os seus profetas. O mais conhecido deles, Marshall McLuhan, começou sua notoriedade com o livro *The Gutenberg Galaxy*, de 1962, aumentando-a particularmente com *Understanding Media: The Extensions of Man*, de 1964.² Sua coragem de afirmar absurdidades não afetou em nada a posição de que desfruta. Se suas premissas são falsas, há verdade naquilo que expressa, na finalidade que busca: a coisificação do homem. Porque, realmente, a publicidade através dos meios de comunicação de que dispõe a sociedade capitalista, pode operar prodígios. “Os gostos e preferências, hábitos, valores, ideias e atitudes, enfim, o comportamento do homem contemporâneo – escreveu um comentarista –, parece cada vez mais condicionado pelos meios de comunicação em massa: a imprensa, o rádio, a televisão e o cinema. Em apenas alguns dias, um novo ritmo, até então ignorado, torna-se a ‘coqueluche’ de toda uma geração. Um novo modelo de automóvel conquista de repente a preferência do mercado. Subitamente, os cabelos crescem, os vestidos encurtam, as calças tornam-se mais estreitas, as mulheres passam a usar ‘terninhos’ e assim por diante: (...) Por ocasião do homicídio múltiplo cometido por um louco no Texas, um psicólogo americano reclamou ‘certa autocensura’ dos meios de divulgação, sob a alegação de que ‘o homicídio é tão contagioso quanto o sarampo’. Uma sucessão de ocorrências policiais pareceu demonstrar o acerto de tal opinião. (...) Para muitos, a ação crescente dos meios de comunicação coletiva criou um fenômeno inédito, um novo tipo de cultura – a cultura de massas, cujas características essenciais seriam a homogeneidade, a baixa qualidade e a padronização de gostos, ideias, preferências, motivações, interesses e valores”.³

Outro comentarista veria novo aspecto no fenômeno: “É preciso não perder de vista o fato de que a cultura, na atualidade, é uma indústria rendosa, estruturada sobre fórmulas de produção em série. A cultura de massa (*mass culture*), em crescente expansão, graças à ampliação gigantesca dos veículos de comunicação

2. Ver Sidney Finkelstein: *McLuhan: a filosofia da insensatez, Rio, 1969*.

3. Luís Carlos Bonfim: “Imagens, letras e sons dominam o homem”, in *Correio da Manhã*, Rio, 9 de outubro de 1966.

massivos (*mass communication media*), é anacional, sem nenhuma raiz com o regional. (...) Uma das consequências desse *admirável mundo novo* é a internacionalização do produto artístico-cultural. Esta internacionalização, evidentemente, quando não fortalecidas as culturas nacionais, a conduzem-nas para o aniquilamento ou para a subversão, mediante a simbiose com manifestações alienígenas (direta ou indiretamente). Quando não é mantida uma relação constante com as formas de expressão popular, quando ela não é encarada como algo a preservar e estimular, quando vigora uma mentalidade de simples importação de cultura, as culturas nacionais destinam-se ao desaparecimento ou entram em acelerado processo de debilitação".⁴Esse mesmo comentarista exemplifica: "O maniqueísmo cria uma falsa afetividade entre o drama das personagens da ficção e o público mercadoria. Hoje, se lançado um novo *Os desgostos de Werther*, também provocaria, possivelmente, a mesma onda de suicídios que ocorreu quando Johann Wolfgang Goethe o lançou, desde que revestido da *angoisse* existencial do homem moderno e amparado por propaganda semelhante à utilizada quando do lançamento de livros como *Lolita*, de Vladimir Nabokov, ou Dr. Jivago, de Boris Pasternak, nas quais o que menos importava eram as qualidades intrínsecas das obras, mas a exploração sensacionalista da personalidade de Hubert, no primeiro, e a situação política do autor, no segundo".⁵

A capacidade dos modernos meios de comunicação, os audiovisuais particularmente, de influenciar público numeroso, vem preocupando os estudiosos, desde o aparecimento e a popularização do rádio. Mas foi depois de 1930, segundo um ensaísta, o fenômeno assumiu proporções gigantescas e foi mais seriamente encarado; nisto influíam, segundo o citado ensaísta, três acontecimentos: "A incorporação do cinema e, especialmente, do rádio, aos meios gráficos até então existentes, a grande expansão da propaganda comercial e o aparente bom êxito dos regimes totalitários no emprego das comunicações coletivas para realizar dramáticas transformações na atitude de populações inteiras. Em todos os três casos, considerava-se que o poder dos meios de comunicação residia precisamente no seu caráter coletivo – na capacidade de um editor, de seu gabinete,

4. Jaime Rodrigues: "Observações sobre a cultura popular", in *Correio da Manhã*, Rio, 1º de dezembro de 1968.

5. Ibidem

ou de um locutor, numa só estação de rádio, atingir simultaneamente milhares de ouvintes e influenciar-lhes as atitudes”.⁶

O fenômeno de massificação cultural não é fortuito, naturalmente. A massificação é condição necessária à sobrevivência ou ao prolongamento da existência das estruturas socio-econômicas geradas pelo desenvolvimento capitalista. Os meios de comunicação são meros instrumentos; não são geradores das estruturas, mas resultado delas, servidores delas. A investigação e a análise devem preocupar-se em verificar a que servem tais instrumentos. Nos Estados Unidos, em 1968, a publicidade comercial, que mantém os meios de comunicação de massa, despendeu o equivalente a dezoito vezes o orçamento nacional brasileiro. Que tipo de cultura se originou ou foi alimentado por dispêndio tão vultoso? A resposta é de uma jornalista: “Enquanto o americano médio recebe 1.700 mensagens por dia, o brasileiro só capta 0,6, mas 96% destas mensagens, tanto no Brasil como nos EUA, contêm apelos de fundo sexual, razão pela qual a interpretação é de que as mensagens *sex-appeal* criaram, por cima da publicidade do produto, a publicidade do sexo. (...) A publicidade americana tem uma mitologia fundada no sexo, dinheiro e sangue (fórmula SDS) que serve para qualquer produto, fórmula que já foi exportada para os outros países. (...) O fundamento da mitologia é sempre o seu SMB (*sex, money and blood*), mas os mitólogos vendem até juventude e esperança. (...) A fórmula mais recentemente descoberta, dentro do item 3 do SDS: uma moça e um revólver (*girl and a gun*). A receita tinha sido aviada em *Bonnie and Clyde*, para substituir o *sheriff*, o *marshall* e o *killer*. Veio *Barbarela*, para estender a violência *sexy* ao espaço interplanetário. (...) Ainda não há o império da lei e o mocinho do banguê-banguê, revólver em punho, soberano no gatilho, mata e faz justiça com as próprias mãos”.⁷

Essa é a cultura que os meios de massa difundem, no Brasil, hoje: além de seu baixíssimo nível e de seu teor desumanizante, tende, cada vez mais, à desnacionalização, ao esmagamento de nossa herança cultural. Nosso povo, destituído de quaisquer direitos, inclusive o que afeta a sua cultura, para não falar do impedimento à ampliação dela, é ainda acusado pelo nível baixo; seriam suas preferências rudimentares a causa desse nível baixo; os exploradores, comerciais e ideológicos, dos meios de comunicação de massa seriam simples vítimas desse

6. Paul Lazarsfeld: Panorama da comunicação coletiva, Rio, 1969.

7. Nelson Lontra: “Qual o sexo da publicidade?”, in *Correio da Manhã*, Rio, 28 de junho de 1969.

incorrigível mau gosto popular; no fim das contas, estão apenas fornecendo o que lhes é imposto pelas exigências desse mau gosto. Tal impostura atinge os limites do escárnio, quando se sabe que a verdade é muito outra: o público aceita e procura o melhor.⁸

Mas é claro que numa sociedade dividida em classes resulta de educação, no mais amplo sentido, a compreensão das criações e, particularmente, das inovações artísticas, e há duas culturas, uma das classes dominantes e outra das classes dominadas. Na medida que as desigualdades sociais desaparecem, esta última incorpora os valores válidos da outra e elabora uma nova cultura. Acusar de incompreensão os que se privam de acesso à cultura é, pois, mais do que impostura. A acusação é velha, entretanto, e vive da mera repetição. Procura sonegar a verdade, apenas porque, como disse o mestre, “a verdade é sempre concreta”. Neste caso, transparece a cada passo e surge com a contundência de libelo.

3. DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO BRASILEIRO:

a) Cinema

Entre os meios de comunicação que padronizam o comportamento de milhões, e são por isto chamados de massa, o cinema é o mais antigo, entre nós. A imprensa o antecedeu, certamente, mas o problema cronológico não é o essencial, no caso. Exigindo a alfabetização, a imprensa, ainda que exercendo grande influência, não teve, particularmente no passado, característica de meio de comunicação de massa. A antecedência do cinema, assim, parece indiscutível. E cinema pode ser apreciado, e deve, sob o aspecto cultural e sob o aspecto econômico, material. Nos dois, fomos, por longos decênios, aqui, protagonistas de papel passivo: consumismos, influências culturais e estranhas, sofremos de sua penetração e domínio, ao mesmo passo em que constituímos mercado consumidor de proporções crescentes para a produção estrangeira de filmes. Até a Primeira Guerra Mundial, quando o cinema estava na infância, consumimos preponderantemente filmes europeus; daí por diante, passamos a constituir um dos grandes mercados da indústria cinematográfica norte-americana. Já em 1921,

8. Sérgio Bittencourt: “Televisão desencanta mais um”, in *Correio da Manhã*, Rio, 28 de janeiro de 1965.

Amador Santelmo podia escrever, com veracidade: “Na indústria do filme, o Brasil ainda dorme envolto em faixas, sem saber balbuciar uma palavra, e no mercado de exposições é um dos grandes importadores a enriquecer fábricas estrangeiras”.⁹

Os esforços para fundar e desenvolver a indústria cinematográfica nacional começaram cedo no Brasil. Os obstáculos que esses esforços encontraram, como se verifica do pronunciamento antes referido, também foram cedo denunciados. Alberto Cavalcanti, diretor brasileiro que firmou o seu nome na Inglaterra e passou algum tempo entre nós, servindo a uma das tentativas de desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional, fez diagnóstico indiscutível: “O cinema nacional sofre da moléstia do cosmopolitismo. Enquanto esta fase não for superada, nada irá adiante entre nós em favor do desenvolvimento da sétima arte. Atores não nos faltam. O que nos falta é capital e trabalho de equipe”. Já fora do Brasil, em 1958, entretanto, colocava com exemplar clareza o problema. Não progredíamos, em produção cinematográfica nacional, “por causa dos americanos, em primeiro lugar. Como o Brasil é um dos maiores mercados mundiais para o filme de Hollywood, não interessa aos americanos a existência de um cinema brasileiro”.¹⁰

A história da nossa imprensa só pode ser bem compreendida sob a divisão em duas fases, a artesanal e a industrial, esta peculiar ao desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil. A do cinema deve relegar ao plano pioneiro, a uma espécie de proto-história, tudo o que, aqui, antecedeu à fase do desenvolvimento das relações capitalistas. Requer esse desenvolvimento um nível muito mais avançado do que aquele exigido pela imprensa, para mudar sua qualidade e passar à segunda fase porque, na realidade, o problema da fundação de uma cinematográfica nacional só pode ser colocado após a Revolução de 1930. E até a legislação, não por coincidência, assinala essa mudança de condições. Ela é praticamente inaugurada em 4 de maio de 1932, com o Decreto lei nº 21.240, que nacionalizou o Serviço de Censura Cinematográfica para a Educação Popular. Dez anos depois, sob o Estado Novo, apareceu o Decreto-lei nº 4.064, de 29 de janeiro de 1942, que criou, no DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), o Conselho Nacional de Cinematografia. Dez anos depois, o governo

9. Amador Santelmo: “A arte cinematográfica no Brasil”, in *A Fita*, Rio, 7 de maio de 1921, citado por Alex Viany: *Introdução ao cinema brasileiro*, Rio, 1969, pp. 15 e 56.

10. Citado por Alex Viany: *op. cit.*, p. 139.

encaminhou ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei, criando uma autarquia industrial, com atribuições para indicar medidas de fomento à indústria, ao comércio e à arte cinematográficos.

Na primeira fase de sua campanha, os homens de cinema, no Brasil, haviam congregado esforços e conseguido alcançar do governo algumas medidas: a obrigatoriedade da exibição de um “complemento nacional” em todos os programas de cinema do país; e a obrigatoriedade da exibição de um filme brasileiro de longa-metragem em cada quadrimestre, no modesto total de três por ano. Mais tarde, a proporção seria elevada para um filme de longa-metragem para cada grupo de oito filmes estrangeiros. A realização de dois Congressos Nacionais do Cinema Brasileiro assinalou novo avanço. No segundo, ficou fixada a definição de filme brasileiro: capital totalmente brasileiro, realizado em estúdios e laboratórios brasileiros, com argumento e diálogos escritos por brasileiros e com equipes técnica e artística obedecendo à lei dos dois terços. Ficou estabelecida, também, a criação de uma Escola Nacional de Cinema, na Universidade do Brasil; a criação de cursos de história e estética cinematográficas, nas faculdades oficiais de Filosofia; o estudo do mercado cinematográfico brasileiro, para fixação das quotas máximas de importação de filmes estrangeiros, revendo-se, periodicamente, a lei de proporcionalidade (1 por 8), na medida do desenvolvimento da produção nacional; a liberdade de importação de filme virgem, estimulada sua produção no Brasil; o estabelecimento de condições para o financiamento à produção cinematográfica. Este rol de reivindicações mostra o grau de conscientização a respeito do cinema, já em 1953, quando do II Congresso Nacional do Cinema Brasileiro, realizado em São Paulo.

Surgia, em 1956, a Comissão Federal de Cinema, de composição heterogênea, mas de cujos trabalhos se originou o projeto de lei criando o Instituto Nacional de Cinema; a proposta de emenda à lei aduaneira para ataxação *ad valorem* dos filmes importados; a proposta de transferência do Serviço de Censura para o Ministério da Educação e Cultura, a recomendação sobre a necessidade de ser cumprida a lei que tratava da remessa de lucros das distribuidoras estrangeiras para o exterior. O Brasil importava um total de filmes superior à sua capacidade de consumo: possuindo, na época, cerca de 3.000 cinemas, vinha importando, no decênio, mais de 500 filmes por ano. Podendo girar no país durante cinco anos, equivaliam a 2.500 filmes estrangeiros em circulação; ao mesmo passo, havia 150 filmes nacionais no mercado à

base da média anual de 30. O volume dos negócios realizados na área de exibição era já enorme. Segundo o *Anuário Estatístico do Brasil* (1952), já em 1950 o número de espectadores era de 180.653.657, sobre 2.411 salas de exibição, estimando-se, para 1953, um total de 250 milhões de entradas vendidas; ao preço médio de 5 cruzeiros (da época, já se vê), o movimento, naquele ano, não seria inferior a Cr\$ 1.250.000.000,00.¹¹ Cavalheiro Lima advertia a este respeito: “No ano máximo da produção nacional, em 1953, o movimento de vendas foi realizado por 34 fitas brasileiras, contra 578 longas-metragens, de enredo, importadas, das quais 344 dos EUA, distribuídas em sua quase totalidade por empresas subsidiárias da produtora, carreando, assim, cerca de dois terços das rendas para o exterior”.¹²

Alex Vianny, na sua excelente *Introdução ao cinema brasileiro*, define o problema com clareza: “A raiz de todos os males, em qualquer estudo honesto, é encontrada na crescente penetração dos monopólios estrangeiros, direta ou indiretamente, na estrutura do movimento cinematográfico no Brasil”.¹³ Vianny mostrou como o campo da distribuição “vem sendo, há muitos anos, dominado pelas agências dos monopólios estrangeiros, especialmente dos norte-americanos”; como, “por meio de processos em geral ilícitos, esses agentes têm sempre dificultado a divulgação dos filmes brasileiros em nosso próprio mercado”; como há um *dumping* “favorecido pela ausência de barreiras alfandegárias”.¹⁴ Denunciava como, curiosamente, distribuindo filmes nacionais e colocando-os na cabeça de lotes de maus filmes estrangeiros, os distribuidores operavam uma transformação: “E para aumentar ainda mais a evasão de divisas, já que parte da renda do *filme brasileiro* foi adicionada aos lucros exportáveis da distribuidora norte-americana”.¹⁵ A lei – sempre burlada – permitia, depois de 1958, remeter 70% de tais lucros ao câmbio livre e 30% ao câmbio oficial.

A cópiagem obrigatória por laboratórios brasileiros de filmes estrangeiros, instituída em 1952, e que poderia ter constituído forte impulso à implantação de infra-estrutura indispensável ao desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional, provocou

11. O cálculo é de Cavalheiro Lima: *Problemas de economia cinematográfica*, São Paulo, 1954, p. 1.

12. *Idem*, p. 1.

13. lex Vianny: *op. cit.*, p. 157. É impossível conhecer a história e os problemas do cinema brasileiro sem consulta a esta fonte fundamental.

14. *Idem*, pp. 157-158.

15. *Idem*, p. 160.

grandes investimentos nessa área; quinze meses depois, em 23 de março de 1954, a famigerada SUMOC reduzia à metade a obrigação da cópiagem, e aqueles investimentos entraram em colapso. A Associação Profissional da Indústria Cinematográfica do Estado de São Paulo acusou, na oportunidade, o governo, de atender “unilateralmente os interesses da Motion Pictures Association, entidades representativa das grandes companhias americanas”. Na Câmara, o deputado Aurélio Viana, baseado em estatísticas fornecidas pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, denunciava a remessa de lucros dos exibidores norte-americanos como ultrapassando 685 milhões de cruzeiros, só em 1955.¹⁶ O depoimento, na época, de outro parlamentar, o deputado Celso Brant, era no mesmo sentido: “Como presidente substituto da Comissão Federal de Cinema, tive oportunidade de observar a pertinácia com que os representantes do cinema americano lutam contra o cinema nacional. Depois de árduos trabalhos, chegou aquela comissão à conclusão de que faria muito se conseguisse do governo brasileiro que tratasse o nosso cinema em igualdade de condições com o cinema estrangeiro. E isto porque, tanto legal como ilegalmente, as nossas autoridades têm dado preferência de tratamento ao cinema norte-americano”.¹⁷

Em 1963, a economia do cinema, em escala internacional, denunciava a crise ligada à concorrência da televisão: a disputa de mercados tornou-se mais violenta. O Brasil, agora com cerca de 4.000 cinemas, representava um dos grandes mercados do mundo. Discutia-se esse problema no GEICINE, entidade encarregada de estudar tudo que se referisse ao cinema no Brasil. Aqui, entretanto, assistia-se à guerra dos exibidores aos curta-metragens nacionais, cuja produção constituía a única escola prática para os nossos cineastas. Ao mesmo passo, *O pagador de promessas*, premiado em Cannes em 1962, era proibido na Espanha, enquanto, aqui, estavam em exibição cerca de 200 filmes espanhóis, “entrados sem censura, sem taxas, sem impostos, sem nada”.¹⁸ Num debate sobre os problemas do cinema no Brasil, Luís Carlos Barreto mostraria que “a questão da regulamentação da importação de filmes estrangeiros é tão importante para o cinema nacional quanto a do ‘petróleo é nosso’. O cinema estrangeiro traz uma mensagem político-ideológica, traz uma mensagem cultural que está

16. *O Semanário*, Rio, 29 de outubro de 1960.

17. *Idem*, 3 de novembro de 1960.

18. *Última Hora*, Rio, 3 de agosto de 1963.

desservindo a cultura e a formação de uma mentalidade nacionalista no Brasil”. Completava assim sua denúncia: “Isso precisa ser frisado, mas com a maior veemência. O cinema estrangeiro, que aqui se importa a preço de banana, com os impostos liberados, traz uma mensagem cultural, ideológica e política e nós não damos a mínima atenção a isso. Estão infiltrando sua mensagem de graça. O IBAD pelo menos ainda paga para subornar alguém”.¹⁹

José Carlos Burle, conhecedor do problema, já havia, em 1956, discriminado com clareza as formas de atuação dos monopólios cinematográficos norte-americanos. Sua explicação é muito interessante: “A história econômica do cinema mostra que, desde a formação, nos Estados Unidos, de um monopólio de produção de filmes, todos os cinemas nacionais passaram a viver num estado de dificuldade permanente. A razão dessa dificuldade reside na própria natureza do produto cinematográfico. Enquanto qualquer produto industrial não pode ser vendido a um preço inferior ao de seu custo, sem causar prejuízos ao produtor, o filme, já pago no mercado de origem, pode ser exportado e exibido até gratuitamente, sem prejuízos ao produtor. De modo que se chega a esta situação paradoxal: um filme de quatrocentos milhões de cruzeiros (já pago no mercado de origem) pode ser oferecido ao comerciante exibidor por um preço muito mais barato do que um filme de dois milhões de cruzeiros, de produção nacional, que precisa ser pago ainda no mercado interno. De outra parte, o espectador, com os mesmos doze cruzeiros, pode assistir a um filme de quatrocentos ou de dois milhões. A concorrência é flagrantemente desigual e favorável ao mercado de maior potencial econômico. Daí o domínio de Hollywood sobre o mercado mundial”.

Assim, estava intrinsecamente ligada à essência capitalista a questão do domínio exercido pelo cinema norte-americano. Mas, apesar disto, repetiam-se as tentativas de desenvolvimento do cinema nacional. Burle explica essas tentativas da maneira seguinte: “As nações e os governos entenderam, porém, que por serem os filmes, antes de simples mercadorias e objetos de comércio, um veículo de cultura e de afirmação nacional indispensável, havia necessidade, mesmo ao preço de subvenções, de criar e desenvolver tal indústria”. Ora, aqui é preciso um aparte: enquanto, no Brasil – e só podemos argumentar com o caso que conhecemos e nos preocupa –, as relações capitalistas não

19. *Idem*, 27 de julho de 1963.

alcançaram determinado nível, que se pode admitir como tendo sido alcançado com o pós-guerra, em 1945, o problema do cinema nacional não se colocara ainda – salvo para aqueles diretamente vinculado às suas atividades – como questão controversa. Na realidade, embora o motivo alinhado por Burle, de natureza cultural, tenha importância, o cinema nacional apresenta-se como problema, no Brasil, quando o desenvolvimento das relações capitalistas o exige. Reconhecendo, de maneira indireta, essa causação, Burle mostraria, em sua análise, que a indústria cinematográfica brasileira atravessava uma fase de crise por força de três fatores: o tabelamento dos ingressos a preço vil, a invasão desenfreada do nosso mercado pela produção estrangeira e a ausência de auxílio financeiro da parte dos poderes públicos. Mostrava como as classes pobres, por sua alta frequência aos cinemas, possibilitavam às classes ricas um cinema barato, enquanto, reduzindo a renda em cruzeiros, aumentava esta renda em divisas, pelo artifício de uma taxa cambial extremamente favorável aos produtores estrangeiros, “que exportam 70% de suas rendas ao câmbio oficial e mais o ágio de Cr\$ 25,00 por dólar, e 30% ao câmbio livre, favorecendo, assim, a evasão de divisas, com prejuízo da balança comercial e da nossa indústria cinematográfica”.

Burle denunciava como o Brasil se tornara um dos maiores importadores de filmes do mundo, de tal forma que, enquanto, em 1954, trezentos e cinquenta filmes conseguiam abastecer o mercado interno norte-americano, mais de dez vezes superior ao nosso, este admitia quinhentos e quarenta filmes de procedência estrangeira. Enquanto outros países coíbiam esse *dumping*, por acordos comerciais limitando ou disciplinando as importações, na base da reciprocidade, ou oneravam a entrada de filmes em taxas alfandegárias e outras, tudo em defesa da produção nacional, no Brasil não existia nenhum acordo comercial a respeito, e a tarifa de entrada praticamente inexistia. Em consequência, a renda média de um filme estrangeiro, aqui, era da ordem de Cr\$ 700.000,00, enquanto a do filme brasileiro atingia a casa dos três milhões, provando o quanto o mercado interno o aceitava. Para Burle, finalmente, cinema é problema de governo, concluindo: “Mas os problemas só se tornam problemas de governo depois de tomarem corpo na consciência do país. O cinema brasileiro só existirá se o povo e os seus representantes sentirem a sua necessidade”.²⁰

20. José Carlos Burle: “Cinema, problema de governo”, in *Para todos*, Rio, 12 de setembro de 1956.

A luta pelo cinema nacional se desenvolveu na medida do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil. A estrutura cinematográfica que surgira das condições antes imperantes começaria a estalar e a ruir, sendo contestada e superada pelas novas condições. Em 1964, o filme nacional *Vidas secas*, calcado no romance de Graciliano Ramos, ganhava três prêmios especiais no XVIII Festival de Cannes; *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha, era consagrado pela crítica estrangeira. Ora, essa indústria que, no nível artístico, havia atingido posição tão destacada, não poderia aceitar a estrutura comercial vigente no mercado interno. A crise surgiu em 1966: o representante do Sindicato dos Exibidores da Guanabara, Gilberto Ferraz, vinculava a crise à cobrança de pesados impostos e taxas, à concorrência da televisão e à inflação; as empresas Lívio Bruni e Luís Severiano Ribeiro, que dominavam 70% da exibição na Guanabara, pediam concordata, mencionando a contradição entre as entradas caras e o poder aquisitivo baixo da população.

Intervindo no debate, o crítico Alex Vianny combatia “o absurdo tratamento de privilégios concedidos aos distribuidores que, para películas como *James Bond – 007*, *Beatles* etc., exigem aluguel na base de 70% da arrecadação do cinema que as exibem”, reivindicando “tratamento de igualdade aos (filmes) do cinema nacional, ou seja, 50% sobre a arrecadação”. Concluía: “Limitando o lucro das películas estrangeiras e ratificando a margem atual de 50% dos filmes nacionais, poder-se-á atingir dois objetivos: melhorar a situação financeira das exibidoras – que assim poderão cobrir eventuais prejuízos com a arrecadação obtida com as fitas de qualidade inferior – e oferecer oportunidades ao cinema do Brasil de competir com o alienígena”.²¹

O presidente do Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica, Ronaldo Lupo, denunciava aqueles pedidos de concordata como parte de um plano “para derrubar a lei de compulsoriedade de exibição de filmes nacionais e conseguir maiores vantagens para as empresas estrangeiras, cujo interesse é obter o maior número de datas para os seus filmes, em detrimento dos nacionais”.²² Ferraz voltava à discussão, afirmando agora claramente “que os atuais filmes brasileiros, em que são abordados problemas sociais, principalmente os do Nordeste, afugentam uma grande camada de público, em virtude da clara tendência esquerdista, da brutalidade desnecessária e o grande número de palavrões”. Além de

21. *Correio da Manhã*, Rio, 29 de maio de 1966.

22. *Idem*, 31 de maio de 1966.

denunciar os produtores nacionais ao DOPS, assim, Ferrez afirmaria que a obrigatoriedade de exibir filmes nacionais estava acarretando prejuízos aos exibidores.²³ A lei determinava que os cinemas deviam reservar 56 dias por ano à exibição de filmes brasileiros, à razão de 14 dias por trimestre. “Qualquer estatística realmente séria – definiria Alex Viany – mostrará que o filme brasileiro rende mais, em média, do que o filme estrangeiro, excetuando-se uns poucos exemplares da superprodução internacional que vêm carregados de estrelas e publicidade. Mas, pau a pau, vence sempre o nacional.”²⁴

A crise provocou a intervenção do Conselho Administrativo de Defesa da Economia (CADE). Seu procurador-geral, Paulo Germano Magalhães, seria incisivo em seu pronunciamento: “As companhias exibidoras boicotam o cinema nacional porque, ao assinarem contrato com as empresas estrangeiras de cinema, comprometem-se a apresentar filmes como *A noviça rebelde* e *My Fair Lady*, pelos quais dão até 70% da renda”. Acrescentava: “Vamos realizar agora uma perícia na escrita das empresas exibidoras para apurar a denúncia de que os exibidores exigem dos produtores nacionais recibo referente ao recebimento de 50% da renda da apresentação de seus filmes, quando, na verdade, no muito, pagam-lhes 40%”. Detalhava: “A recusa dos exibidores em dobrar a apresentação de um filme nacional é consequência do interesse da programação estrangeira”. E rematava: “A CPI revelou que, enquanto, nos Estados Unidos, há 2,3 milhões de espectadores para 526 filmes; na Alemanha Ocidental, 609 milhões de assistentes para 522 filmes; na Inglaterra, uma plateia de 515 milhões de pessoas para 308 filmes; na Itália, 527 filmes são vistos por 745 milhões de cidadãos, e que, na França, há 372 milhões de público para 426 filmes, no Brasil há 330 milhões de espectadores para 749 filmes. Tais dados indicam que o Brasil enviou para o exterior 68 milhões e 741 mil dólares, pela importação de filmes, no período de 1954-60”.²⁵ Em 1966, realmente, o cinema norte-americano faturou 1 bilhão e 5 milhões de dólares, dos quais 53% no exterior, ou seja, mais de 500 milhões de dólares. No Brasil, um sucesso de bilheteria já podia atingir, apenas no mercado interno, 1 bilhão de cruzeiros de faturamento.²⁶ Diante disto tudo, entretanto, permanecia inerte o recém-criado Instituto Nacional do Cinema.

23. *Idem*, 12 de junho de 1966.

24. *Folha da Semana*, Rio, 16 de junho de 1966.

25. *Correio da Manhã*, Rio, 10 de julho de 1966.

26. *Idem*, 2 de agosto de 1967.

Em 1969, alterando suas formas de ação, Hollywood fundava a *Latin American Performing Arts Foundation*, que, segundo a revista *Film and Television Daily*, visaria “promover relações de emprego equânimes na indústria cinematográfica”, mas, na verdade, conforme acusaria o cineasta brasileiro Luís Carlos Barreto, pretendia, tal como fizera na Espanha, no México e mesmo na Itália, controlar “mercados de produção mais barata”, produzindo no Brasil filmes “turísticos e exóticos”, aproveitando “mão-de-obra a baixo custo” e inflacionando o mercado.²⁷ Quais as dimensões da indústria cinematográfica brasileira e de nosso mercado para absorver a sua produção? Em fins de 1968, existiam, no Brasil, 3.926 salas de exibição, quando, em 1948, existiam apenas 2.248; nesse ano, foram ao cinema, aqui, 185.568.360 pessoas, mas em 1968 esse número seria muito maior: 321.715.384. Já em 1967, era o Brasil o oitavo entre os principais mercados cinematográficos mundiais, superado apenas pelos Estados Unidos, Inglaterra, Japão, Índia, Alemanha e França; naquele ano, em todo o mundo, haviam sido arrecadados, com a venda de entradas de cinema, 6 bilhões de dólares; ainda em 1967, os investimentos totais, na indústria cinematográfica mundial, haviam atingido um bilhão e trezentos milhões de dólares. No Brasil, as vendas de entradas, naquele ano, haviam chegado a 180 bilhões de cruzeiros, e os investimentos em produção, importação, exibição, estúdios, laboratórios e instalações industriais diversas atingiam 20 milhões de dólares ou, ao câmbio da época, 80 bilhões de cruzeiros. Desde 1909, quando se fez no Brasil o primeiro longa-metragem, produzimos um total de 1.000 filmes; 87 no período entre 1965 e 1968, exigindo investimentos da ordem 8,7 bilhões de cruzeiros, na média de cem milhões por filme. Em 1968, a produção nacional correspondera a cerca de 15% do volume total de filmes importados, que haviam atingido 600.²⁸

Em 1969, ao reunir esforços para reivindicar dos poderes públicos uma orientação favorável ao desenvolvimento do cinema nacional, nossos cineastas assim realizavam o balanço do que já havíamos alcançado: “Como uma produção superior a 70 filmes por ano e uma arrecadação de Cr\$ 180 milhões, em 1968, colocado entre os oito principais mercados cinematográficos do mundo e oferecendo trabalho para 50 mil pessoas, o cinema brasileiro vai se firmando com uma indústria capaz de autossustentá-lo. Os produtores têm apenas

27. *Idem*, 22 de janeiro de 1969.

28. Rui Rocha: “Cinema é indústria”, in *Correio da Manhã*, Rio, 3 de junho de 1969.

uma reivindicação básica e imediata: aumento da reserva de mercado para filmes nacionais de 56 para 112 dias por ano. Sem isto, dizem, o cinema brasileiro irá à falência em seis meses, pois cerca de 40 filmes já estão nas prateleiras, aguardando data para exibição. O INC estuda a questão: sua tendência é aumentar a obrigatoriedade de exibição de filmes brasileiros, mas apenas para 74 dias. Depois de conseguir 38 prêmios internacionais em quatro anos, de investir Cr\$ 15 milhões no setor da produção para criar sua infra-estrutura industrial e de triplicar o número de filmes em um ano, o cinema brasileiro vai deixando o amadorismo de lado. Hoje já se vê o cinema como uma indústria capaz de produzir lucros, como outra qualquer”.²⁹

Há que se pensar, também, na deformação cultural: há mais de meio século, o cinema norte-americano trabalha o espírito de massas brasileiras, apresentando o seu *way of life*, isto é, o *cowboy*, o *gangster*, a violência desenfreada, e as suas glórias, os seus mitos, os seus heróis – a sua cultura, em suma. Que isto tenha sido assim, e continue a ser assim, constitui, por si só, anomalia indiscutível, das mais graves e profundas a que foi já submetida a cultura, em qualquer época, em qualquer país: mas que, além disso, essa gigantesca deformação tenha sido financiada pelas próprias vítimas – como se aos condenados coubesse pagar o serviço dos carrascos – constituem um dos problemas singulares da época histórica em que vivemos. A deformação se apresenta com dimensões tão extraordinárias e com duração tão longa que chegou ao cúmulo de ganhar foros de naturalidade, como se o contrário é que fosse absurdo.

Por longos e longos decênios, foram familiares aos brasileiros padrões de comportamento inteiramente diversos dos aqui vigentes, e hábitos, e normas, e regras. Por longos e longos decênios, nossas crianças adoraram heróis estrangeiros, sentiram-se fascinadas por seus feitos, incorporaram impressões e sentimentos deles derivados à sua cultura. Por longos e longos decênios, as massas brasileiras aprenderam histórias norte-americanas, cultuando feitos norte-americanos, adotando posições norte-americanas. E, por tudo isto, há longos e longos decênios, vêm pagando, e pagando caro. Nossos jovens mal conhecem Rondon, mas certamente estão familiarizados com a conquista do oeste norte-americano; mal conhecem os comandantes que, à frente de nossos pracinhas, estiveram em Monte

29. Álvaro Caldas: "Cinema vai se firmando como indústria", in *Jornal do Brasil*, Rio, 22 de junho de 1969.

Castelo e em Montese, mas estão perfeitamente a par do papel dos Eisenhower e dos MacArthur; mal sabem os nomes das tribos que viviam em nosso litoral, mas distinguem claramente apaches e comanches. Pior do que isto: assimilam padrões culturais de uma civilização em crise, angustiada entre o sexo e a violência. Este tem sido o papel de descaracterização cultural que o cinema norte-americano vem desenvolvendo, há mais de meio século, no Brasil. Não há, talvez, em toda a história, exemplo tão gigantesco de alienação cultural.

b) Rádio

A radiodifusão, no Brasil, após um período de infância, nos anos 20, desenvolveu-se rapidamente depois da Revolução de 1930, vindo a superar de longe o cinema como instrumento de cultura de massa. O desenvolvimento das relações capitalistas, no Brasil, afetou o desenvolvimento do rádio, particularmente através da publicidade comercial. Em pouco tempo, o rádio superou a imprensa como veículo publicitário. O impulso que levou o rádio a tal posição de vanguarda alicerçou-se, em nosso caso, na sua associação a dois grandes motivos, já capazes de mobilizar multidões: o futebol e a música popular. Desde que colocado em associação e a serviço destas duas extraordinárias forças, o rádio cresceu e se expandiu depressa, cobrindo todo o território nacional e tornando-se instrumento especial para a universalização do gosto, dos costumes e até das paixões.

No início, parecia que o rádio serviria à coletividade, uma vez que a exploração de suas atividades dependia de concessão do Estado, sendo limitado o número de canais. Essa limitação técnica – e foi ela que, por convenção internacional, impôs o controle do Estado – parecia preservar a exploração da anarquia e dos desmandos da privatização que vinha ocorrendo na imprensa. No Brasil, a expectativa era otimista, de início; e foi à base desse otimismo que Roquette-Pinto sonhou em fazer do rádio o instrumento providencial de cultura que, com a sua penetração, permitiria, a curto prazo, reduzir o analfabetismo aqui. Não demorou para se desiludir. O rádio passou logo a ser explorado, no regime de desordenada e até anárquica concessão de canais, sob critérios comerciais; a disputa das concessões se estabeleceu no plano político e foram distribuídas sem outro critério. A cultura, no problema, esteve absolutamene ausente. O máximo que se conseguiu foi, depois de 1930, a reserva ao Ministério da Educação, então criado, de um

canal; mais adiante coube ao Estado, por acidente, a exploração de uma estação, a Nacional. Isto não derivou, entretanto, de uma política, mas de mera coincidência. O crescimento do rádio ficou, assim, na dependência da iniciativa privada, com todos os seus inconvenientes; foi visto, sempre, na prática, como negócio, não como instrumento de cultura. Sua influência cultural, entretanto, embora arrolando quase tão-somente aspectos negativos, foi considerável. Um dos poucos aspectos positivos dessa influência foi o da uniformização da língua falada.

Como a televisão, adiante, o rádio não é um novo gênero de arte; é apenas um instrumento técnico que ajuda, permite ou multiplica a influência das artes, evidentemente aquelas passíveis de transmissão por sons. É claro que, entre todas, a música seria aquela mais adaptável a esse tipo de transmissão: o rádio, no Brasil, revolucionou-a, realmente, dando à música popular – sua influência na área da música erudita foi muitíssimo menor – dimensão extraordinária. Como instrumento, ou simples técnica, o rádio não é bom ou mau, em si, mas segundo o seu uso, na área capitalista, particularmente nos países em que sua exploração foi privativa, que lhe deu as características negativas que apresenta nessa área. E que são, aliás, reconhecidas universalmente, a ponto de ter surgido, em países de alto desenvolvimento capitalista, sua exploração estatal, como forma de, nos moldes do regime, embora, preservá-lo de parte de tais características.

No Brasil, a privatização permitiu o agravamento delas e a total deformação de seus poderosos recursos, destacadamente o da penetração, incorporando ao público as numerosas e isoladas massas não alfabetizadas do interior. A tendência, logo manifestada e acentuada depois, foi a cartelização, constituindo-se as “redes” ou “cadeias”. Algumas surgiram de etapa anterior de cartelização, já alcançada na área da imprensa: as cadeias de jornais se ampliaram com as de estações de rádio. A publicidade comercial, crescendo geometricamente com o desenvolvimento das relações capitalistas, encontrou no rádio seu instrumento apropriado. Nele, além de tudo, fundou-se a notoriedade de personagens as mais diversas. Quando, ao fim da Segunda Guerra Mundial, o Estado Novo entrou em colapso, o rádio apareceu, também, como veículo de importância política extraordinária, fazendo e desfazendo candidaturas; o *speaker* radiofônico constituiu-se em novo tipo, emergindo rapidamente na fama política e chegando facilmente às casas parlamentares.

Política, futebol, música popular – ao lado da crescente matéria publicitária – constituíram as preocupações dominantes do rádio; elas assumiram, aumentando o interesse de que já revestiam, como espetáculos para multidões, um caráter profissional que não apresentavam antes ou, pelo menos, as proporções que tiveram a partir daí. O futebol se profissionalizou em 1933 e, desde então, começou a gritar com investimentos crescentes, particularmente ligados à construção de estádios, impulsionada após a Segunda Guerra Mundial. Conquanto a música popular tivesse já encontrado no disco possibilidades novas de expansão, foi o rádio, sem dúvida, que, conferindo a seus praticantes, inclusive, possibilidades profissionais inéditas, permitiu a amplíssima difusão que lhe alterou a fisionomia de maneira tão radical. Futebol e música, colocados pelo rádio junto às multidões e por elas consagrados constituíram, desde logo, além de tudo, na divisão do trabalho cada vez mais ampla e complexa que o capitalismo em desenvolvimento alimentava no Brasil, espetáculos que permitiram notoriedade e enriquecimento a elementos oriundos de camadas populares, muitos deles provindo mesmo do proletariado.

Note-se: a notoriedade e o enriquecimento de negros e mulatos, transformados em estrelas, privilegiaram *alguns*, não a massa dos que praticavam o futebol ou se dedicavam à música popular. Privilegiando alguns, entretanto – antes sem possibilidade de alcançarem tais formas de sucesso –, o rádio dava a ideia de que podia fazer o mesmo com todos. Como acontecera no teatro, aliás, a ascensão de elementos de cor ou não nos domínios do rádio apresentava – não pelo rádio, mas por força da sociedade de classes – problemas algumas vezes dramáticos.³⁰ O rádio possibilitou, no Brasil, sem a menor dúvida, e pela primeira vez, a notoriedade de dimensão nacional; criou novos ídolos; ajudou extraordinariamente a difusão e a popularização da música; constituiu-se no veículo publicitário mais importante, criando mercado, a prazo curto, para qualquer produto; profissionalizou ou ajudou a profissionalizar aqueles que se dedicavam à música e ao esporte; gerou a produção nacional de aparelhos receptores e a técnica necessária a essa produção e à manutenção correspondente.

Os problemas relativos ao rádio passaram à televisão, desde o advento desta. Quando dela tratarmos, voltaremos a tais problemas. Parece incontestável que a televisão, procurando valer-se da estrutura

30. A conquista de um lugar ao sol, no rádio, foi narrada por Marques Rebelo em seu romance *A estrela sobe*.

e do pessoal do rádio, herdou e agravou os seus problemas. A história do rádio, no Brasil, pode bem ser dividida em dois períodos: antes e depois do advento da televisão. Antes, reinava absoluto. Depois, passou a segundo plano, foi nitidamente suplantado pela técnica nova que, ao som, juntava a imagem. Muitos supõem mesmo que o rádio acabou. Nos grandes centros, se não acabou – longe disso – ficou, particularmente nas camadas superiores da população, como meio secundário. Nas inferiores, contudo, persiste como veículo principal. É uma ilusão, realmente, supor que a televisão acabou com o rádio. Pesquisa de 1963, no Rio, revelaria a existência de aparelhos de rádio em 1.055.143 unidades familiares, contra 356.512 em que havia aparelhos de televisão. Isto significa que 95% das residências, no Rio, tinham rádio, sem contar os aparelhos de pilha, de número incontável. Assim, a massa de ouvintes de rádio era ainda imensa na antiga capital, e tendia a crescer. Segundo o IBOPE, a média dos aparelhos ligados evoluíra, no Rio: 1954 – 24,2; 1955 – 31,8; 1956 – 34,5; 1957 – 36,1; 1958 – 35,8; 1959 – 40,6; 1963 – 44,5. Este índice corresponderia a 446.000 unidades residenciais, ou seja, 1.238.000 ouvintes, quatro vezes o total de dez anos atrás, quando a audiência se limitava a 330.000 pessoas.³¹ Pesquisa realizada em São Paulo, no mesmo ano, revelava que 45% das pessoas ouviam rádio (46% na chamada classe C), enquanto 55% assistiam à televisão (45% na chamada classe C). Para efeito de comparação apenas, cabe mostrar que, segundo essa pesquisa, 40% dos interrogados não iam nunca ao cinema (só 2% iam ao cinema mais de quatro vezes por mês) e 47% dos de classe C não liam jornais.³²

Se isso acontece nas grandes cidades, em que a televisão tem as suas estações e onde os salários são mais altos, no interior o domínio do rádio é ainda absoluto. Tanto assim é que a publicidade comercial, que transferiu, realmente, importante volume de verbas do rádio para a televisão, continua a destinar àquele boa parte dessas verbas, embora, como mercado, as áreas urbanas, Rio e São Paulo, tenham superioridade absoluta sobre todo o resto do país. O rádio é, ainda hoje, o instrumento mais usado no interior, particularmente quando das transmissões de futebol e música popular; a audiência do rádio tem crescido, e particularmente com os aparelhos de pilha, que permitem ao trabalhador ouvir as transmissões quando fora de

31. *Última Hora*, Rio, 15 de agosto de 1963.

32. *Estudos Marplan* (Média e Superposição), São Paulo, 2º semestre de 1963.

casa e mesmo no campo. Até que ponto a supremacia numérica das audiências de rádio sobre as de televisão resistirá ao aumento das possibilidades desta, com a expansão da Embratel e o uso dos satélites, é ainda impossível dizer.

Até agora – não esquecendo o fator representado pelo preço do aparelho receptor, no caso da televisão, constituindo limitação real –, o rádio mantém superioridade quantitativa de público, além do aspecto de dispersão desse público na enorme extensão territorial brasileira. Se, do ponto de vista comercial, para efeito de publicidade, esse público representa menos, como mercado, do que aquele que vive nas áreas cobertas pela televisão, do ponto de vista cultural representa muito e não pode, de forma alguma, ser subestimado. O rádio continua a ser, apesar de suas deformações e mesmo depois do advento da televisão, o veículo mais importante para a cultura de massa no Brasil.

c) Televisão

Se o aparecimento do rádio deu lugar a algumas ilusões quanto à sua exploração, o da televisão ocorreu de forma a, desde logo, dissipar qualquer dúvida sobre a comercialização a que ficaria submetida. Repetiram-se, inclusive, vícios e defeitos do rádio, agravadores até. A televisão, exigindo aparelhamento muito dispendioso, ficou logo cartelizada, agrupando-se com o rádio e cadeias de jornais. Os poucos canais que a convenção internacional destinou ao Brasil foram objeto de disputa à base de prestígio político: privatizada, a televisão adotou, desde seu início, o pior caminho. Houve certa cerimônia, no princípio: foi distribuído à Rádio Nacional, empresa do Estado, o canal 4; no Governo Juscelino Kubitschek, este canal foi transferido à Rádio Globo, empresa cujo cartel era encabeçado pelo vespertino *O Globo*, do Rio de Janeiro. Para compensar, o governo passou o canal 2 – que fora destinado à Rádio Ministério da Educação – à Rádio Nacional; o Estado, que possuía dois canais, ficou com um. Mas as Associadas, cartel encabeçado pelo matutino *O Jornal*, do Rio de Janeiro, que, além do canal 6, haviam ficado com o canal 7, da Mayrink, precisavam de outro canal “baixo”; conseqüentemente, o canal 2 passou à Mayrink (hoje Excelsior e não mais das Associadas) e a Nacional ficou com o 7, que até hoje não funcionou.

A televisão, como veículo publicitário, comprovou logo sua eficiência: tornou-se instrumento principal nas campanhas de

lançamento ou de expansão de vendas de produtos majoritariamente fabricados por empresas estrangeiras. As agências de publicidade, também majoritariamente estrangeiras, multiplicaram seus investimentos nesse novo veículo. Nas áreas urbanas, Rio e São Paulo – o mercado contínuo de maior poder aquisitivo –, a televisão apareceu como poderosa arma, com efeitos rápidos e extensos. De início, parecia que liquidaria o rádio; pouco depois por acomodações sucessivas, cada um desses instrumentos definiu áreas preferenciais e ambos se desenvolveram. Mas está fora de dúvida que a televisão começou por encontrar no rádio estrutura e pessoal com que atravessou os primeiros anos. O mesmo aconteceria, pouco depois, com o teatro e o cinema, a que moveu concorrência poderosa, absorvendo, inclusive, o pessoal, mesmo o que operava no campo técnico.

Os abusos da publicidade, absorvendo boa parte do tempo, acabaram por escandalizar e provocar a atenção do governo. No início de 1961, quando Jânio Quadros começava o seu período, surgiu a legislação que coibia aquele abuso; depois da renúncia do presidente, foi acintosamente posta de lado. Quadros tomara, no campo da televisão, outra medida saneadora, determinando a proporção de 2 por 1 para as películas estrangeiras, em relação às nacionais, na televisão. Mais de 15 grupos, de pessoas de teatro, cinema e televisão se organizaram, para a produção de filmes nacionais destinados à televisão, no cumprimento daquela proporcionalidade. O governo prometia garantir tal iniciativa: fundara o GEICINE, regulamentara os horários comerciais, restringira o tempo destinado aos filmes, fomentando os programas ao vivo. Tudo isso teria de refletir-se na cultura nacional, de forma positiva: estavam lançadas as bases da indústria nacional de filmes de televisão. Com a saída de Jânio Quadros, tudo desabou: o decreto de 2 por 1 foi deixado para trás, ficando a proporcionalidade em 56 por 1, em favor do enlatado estrangeiro, está claro, além de várias saídas que permitissem às emissoras evitar ainda esse mínimo. A televisão tornou-se, aliás, o paraíso dos enlatados. O delegado do Sindicato dos Radialistas da Guanabara teria oportunidade de declarar, a certa altura, acusando o desemprego em massa de artistas nas emissoras: “Esses artistas foram despedidos porque, em virtude de as emissoras estarem importando mais e mais filmes americanos, cada vez há menos lugar para o artista brasileiro em nossas televisões”. Sua previsão era, aliás, sombria: “A televisão, no Brasil, vai deixando aos poucos de ser um veículo de cultura, porque, além de serem raros os programas

nacionais, os filmes americanos que infestam nossas estações são todos na base da violência. Não só os enlatados policiais, mas também os desenhos animados. O pica-pau, o jacaré etc., todos eles têm cenas de explosões, de agressões, de brigas, tiros e tudo o mais, servindo para deturpar a mente da criança”.³³

Já em 1968, Joracy Camargo, presidente da SBAT, denunciava a existência de “um monopólio, de fato, cada vez mais presente sobre a difusão, a produção e, já agora, sobre a edição de obras literárias e musicais”, mencionando como o Congresso Mundial das Sociedades de Autores e Compositores, realizado em Viena, formulara apelo aos governos dos 34 países ali representados, “no sentido de oferecerem aos criadores de obras literárias e artísticas adequada proteção contra a destruidora força do rádio e da televisão”.³⁴

O baixo nível artístico dos programas de televisão no Brasil, aliás – comentado por todos –, encontrava correspondência na repulsa dos próprios proprietários de aparelhos receptores: pesquisas repetidas comprovavam que mais da metade desses aparelhos permanecia sempre desligada. O humorismo chulo, os programas de calouros no pior estilo antigo do rádio, as atrações vulgares, o uso de recursos singulares para atrair e manter grandes audiências, o mau gosto das amostras de arte apresentadas e, antes e acima de tudo, os enlatados americanos, fiel retrato de uma sociedade em deterioração, cultivadora da violência e da impostura comercializada, assinalavam os traços principais da televisão brasileira, que atraía, entretanto, à base de necessidade de subsistência, aquelas figuras que não encontravam condições para fazer teatro ou cinema, sendo compelidas a alistar-se no elenco das novelas que a televisão multiplicava e com que enchia os seus melhores horários, sob o financiamento zeloso de anunciantes estrangeiros para os quais, naturalmente, a exigências culturais de nosso público merecem ser assim atendidas.

A televisão operou, assim, com seu enorme poder financeiro, no sentido de deformar artes que passaram à comercialização maciça, destruindo-lhes as velhas estruturas e privilegiando alguns de seus elementos. Teatro, cinema e música pagaram esse inexorável tributo: às vezes mais, às vezes menos, escravizaram-se à televisão, que os adulterou, pelo sentido que lhes atribuiu. Do rádio, herdou a função de

33. *Correio da Manhã*, Rio, 4 de agosto de 1965.

34. “Autor pede maior proteção contra Rádio e Televisão”, in *Correio da Manhã*, Rio, 16 de agosto de 1968.

veículo musical, possibilitando notoriedade de inéditas dimensões a algumas figuras. Sua capacidade para criar e para destruir ídolos provou cedo ser desmedida. Essa capacidade foi analisada, aqui e fora daqui, sob diversos aspectos, muitas e muitas vezes. A última, aqui, quando Chico Buarque de Holanda a apresentou, na trágica sátira da *Roda-Viva*. Trata-se, na realidade, de gigantesca engrenagem trituradora, que devora as criaturas e lhes destrói a substância, transformando-as em títeres.

d) Música

Se rádio e televisão não passam de técnicas, de instrumentos, está fora de dúvida que alteram aquilo a que servem de veículo. E nenhuma arte tem sido mais fundamentada atingida e afetada pelo rádio e pela televisão do que a música. Sua história pode ser marcada, realmente, nas diferentes etapas, segundo o aparecimento das técnicas que ajudaram sua difusão. Por exemplo: antes do disco e depois do disco; antes do rádio e depois do rádio. Particularmente quanto à música popular. A outra, erudita, de experiência em experiência, no “mundo ocidental e cristão”, entrou num beco sem saída. Entre nós, Villa-Lôbos continua a ser sua grande expressão, com dimensão mundial, tendo recolhido motivos populares em suas composições. Foi a música popular que avançou consideravelmente no Brasil, acompanhando a rápida urbanização de nossas populações. A urbanização, pois, foi seu primeiro fator de desenvolvimento; o segundo esteve, sem dúvida, na existência e no prestígio crescente de uma festa popular e urbana, fundada particularmente na música e na dança, que foi o Carnaval. A urbanização permitiu, por outro lado, o aparecimento do teatro musicado, que veiculou também a música popular antes do disco. E, no mais, foram as festas. O conhecimento das novas composições tornou-se assim possível: com as festas de salão, de residências, de clubes; com o teatro musicado e, principalmente, com a festa anual carnavalesca, com os blocos, os ranchos, as escolas de samba e o coro da multidão. Estes veículos é que permitiram à música popular brasileira tomar forma urbana. Alguns momentos marcaram essa longa etapa, iniciada ainda nos fins do século XIX: o aparecimento, por exemplo, em 1897, da marcha carnavalesca, ainda semi-erudita, de Chiquinha Gonzaga: *Ó abre elas*.

Vinte anos depois, em 1917, o compositor popular Ernesto dos Santos (Donga) gravava o primeiro samba: *Pelo telefone*. O samba,

que veio substituir o maxixe, trazia marcas negras que se misturariam às novas influências urbanas e modernas que lhe foram alterando a feição ao longo do tempo. O aparecimento do disco permitiu a crescente difusão da música popular e, ao mesmo passo, proporcionou-lhe o germe dos males que, adiante, iriam afetá-la profundamente. O desenvolvimento do mercado do disco foi lento, a princípio. O triunfo esmagador da música popular, no Brasil, ficou assinalado desde que a pequena burguesia a aceitou e a adotou. E houve até aspectos interessantes que raros observaram. Um deles, o cruzamento entre a letra das músicas e os versos dos poetas: enquanto estes procuravam, pouco a pouco, depois rápida e gravemente, tornar-se difíceis, aristocratizar-se, isolar-se, distanciar-se, letristas excelentes apresentavam, sem pretensões, poesia da melhor qualidade, ainda que formalmente defeituosa aqui e ali.

Letras como a de *Chão de estrelas*, de Orestes Barbosa, ou como as dos sambas de Noel Rosa são o que, em poesia, fez-se de melhor, no tempo. Conforme observou um comentarista – dos raríssimos que atentaram para a aparente singularidade do fenômeno –, os letristas de samba como que salvaram a poesia brasileira: “É claro que os macetes de um samba e de um poema são diferentes, mas deve-se levar em conta que, depois da invenção do gramafone, é difícil para a poesia em versos, publicada em livro, concorrer em rendimento com o estouro da comunicação visual e com a produção musical (sem falar no aspecto do consumo). Quem tiver disposição para tal que dê uma olhada a fundo nas letras da música popular, dos 30 até hoje: lá estão muitos achados que botam no chinelo quase toda a versalhada de 1945 para cá”.³⁵

O disco, antes do advento do rádio, teve a função pioneira de trabalhar o mercado para a produção musical; o rádio deu dimensões gigantescas a esse mercado, nas condições limitativas peculiares ao Brasil. De qualquer maneira, o disco é muitíssimo mais popular do que o livro, e o rádio colocou à disposição dos que não dispunham de aparelho para rodar o disco a música que o público desejava; os programas radiofônicos de maior audiência são os de pedidos musicais. A pouco e pouco, nesta base, das relações entre os milhões de ouvintes, de um lado, e as emissoras e editoras de discos, de outro, formou-se e cresceu o mercado musical. A televisão apenas ampliou

35. Ruy Castro: “Chico: o samba que nasce no açougue”. in *Correio da Manhã*, Rio, 28 de abril de 1968.

as dimensões deste mercado e acrescentou, com as consequências necessárias, os elementos cênicos ligados à imagem. De qualquer modo, multiplicou extraordinariamente a eficácia da difusão musical. Essas relações mudaram também de qualidade, ao ultrapassar certo nível quantitativo. Cedo ficou constatado que música, além de arte, era também mercadoria e precisava receber determinado tratamento, adequado à sua colocação no mercado. Não é de surpreender que o teor artístico tenha cedido lugar ao teor mercantil. Claro que, como em todas as outras manifestações culturais, a culpa foi lançada aos consumidores, ao público.

É interessante saber como alguns manipuladores da engrenagem do sucesso musical veem os seus problemas. Eis como começa, tudo: “A moça caminha despreocupadamente pela rua quando a música chama sua atenção. É o alto-falante de uma loja de discos, difundindo o sucesso do momento do seu cantor predileto. Quase sem sentir, entra e finge que não está escutando, apenas dando uma espiada: Toma o *long-play* ou o *compacto* nas mãos e verifica as faixas que contém – a maioria já ouviu no rádio e na tevê. Se tem dinheiro na bolsa, não resiste: compra. Esta jovem é um consumidor no banal exercício do seu papel. Por trás do prazer simples que já agora carrega consigo, embrulhado, funciona uma gigantesca e complexa engrenagem para agradá-la. São centenas de pessoas trabalhando em cada etapa de um longo caminho. E a grande máquina dos bastidores do disco”.³⁶

Adiante, nessa reportagem de grande revista semanal ilustrada (“quem não sabe ler vê figuras”, como apregoavam os pequenos jornalheiros, antigamente), pretende-se inculpar o público pelos erros de julgamento artístico, pelo mau gosto: “Porque o grande fantasma para eles (os produtores de disco) é a volubilidade do consumidor. As músicas atingem recordes de venda e caem no esquecimento com incrível rapidez. No dizer do sr. Milton Miranda, diretor artístico da Odeon, ‘o público é um grande monstro, sempre à espera de alguma coisa que ninguém sabe o que é’. E, para exemplificar, cita os casos de Teixeira (*Coração de mãe*) e José Mendes (*Pára, Pedro*), que tanto quanto se poderia prever não seriam sucessos”.³⁷ Atira a culpa desses sucessos, portanto, no público, mas os discos foram produzidos por

36. “Divulgadores, *disc-jockeys* e caititis promovem o sucesso. Mas o público é quem dá a última palavra”, in *Manchete*, Rio, 8 de junho de 1969.

37. Ídem

alguém, no fim das contas. O produtor nada tem a ver com esses sucessos, parece ser a tese do porta-voz da fábrica, a “voz do dono”, na verdade. Segundo tais declarações, nem só o público consumidor é a fonte do baixo nível artístico das gravações. Os cantores participam, também, desta responsabilidade: “Com o repertório nas mãos, o produtor pensa no cantor adequado. Este, convidado, poderá rejeitar a gravação de músicas que não sinta ou não convenham à sua carreira. Mas, segundo os produtores, poderá errar nesta avaliação. Daí a insistência de alguns para que o intérprete grave mesmo composições de que não goste. O sr. Milton Miranda opina: ‘Um cantor realmente profissional ouviria sempre o produtor, pois somos pagos para pensar em termos de público. O artista, ao contrário, em geral está unicamente preocupado com o lado pessoal do problema’”.³⁸

Como funciona, na verdade, a engrenagem que fabrica os ídolos? Não há segredo nela: “A esta altura, já montado o esquema publicitário, o disco vai então para o *disc-jockey* – o programador musical das rádios. Cada rádio pode ter muitos *disc-jockeys*, até dez ou vinte. Eles são capazes de decidir o êxito ou o fracasso de uma gravação, pois o rádio continua sendo o meio mais eficaz de divulgação musical. Por este motivo é que muitos consideram o *disc-jockey* um ser privilegiado. Às suas portas se formam romarias de empresários e cantores que querem ver suas músicas executadas. Alguns, na ânsia de se projetarem, cortejam os programadores com adulações e presentes. Outros, tendo em vista os programas de pedidos de ouvintes, forjam dezenas de cartas, com a colaboração de amigos e parentes, a fim de que seus discos sejam tocados. Cair nas simpatias do *disc-jockey* pode significar sucesso garantido, venda certa. O exemplo de Paulo Sérgio é muito invocado. Este cantor foi promovido pelos programas da Rádio Globo. Os programadores executaram suas músicas em profusão, resultando na vendagem que se conhece. Também viram qualidades na música *O chorão*, de Paulo Diniz, ex-locutor da emissora. E o disco fez grande sucesso. Da mesma forma explica-se o êxito de *Pára, Pedro*”.

Aí está uma ponta de confissão. Mas há outras pontas, inclusive a que se refere ao enriquecimento de cantores e compositores: “Fora do rádio, o meio de divulgação mais cobiçado é, evidentemente, a televisão, responsável pelo aparecimento de muitos monstros sagrados. Às vezes, há quem cante até de graça na tevê para que

38. Ídem

sua música seja posta em evidência. Raros programas, como o do Chacrinha, pagam os *cachês* por antecipação. Daí a afluência de nomes fabulosos que consegue. Outro fator que produz vantagens excelentes são os festivais. 'E festival com vaia é o que mais faz vender', observa o sr. Ismael Correia. (...) Os intérpretes recebem uma percentagem sobre a venda do disco, que varia entre 3 e 5%, dependendo do prestígio do artista. Alguns reúnem a dupla qualidade de intérpretes e compositores, como Chico Buarque de Holanda e Roberto Carlos. Quem lança maior número de discos de boa vendagem, quer como intérprete, quer como autor, percebe receita mais alta. A dupla de compositores Jair Amorim-Evaldo Gouveia, uma das mais ativas, chega por vezes a receber 16 milhões de cruzeiros por trimestre (8 para cada um). Tom Jobim tem uma renda trimestral, em discos brasileiros, de cerca de 10 milhões, o mesmo acontecendo com Vinícius de Moraes. Além da receita oriunda da venda dos discos ao público, autores e intérpretes auferem, também, a que provém das suas execuções em cinemas, rádios, clubes, boates etc., graças a uma lei recente que reconheceu e regulamentou o direito de intérprete".³⁹

Este depoimento recobre, aliás, as lendas correntes em torno do enriquecimento de compositores e intérpretes da música popular brasileira. Isto é verdadeiro em casos isolados e excepcionais, quase tão-somente aqueles dos ídolos fabricados pela engrenagem publicitária. A verdade é que essa engrenagem tem condições, realmente, de privilegiar *alguns* compositores e intérpretes; a massa deles vive em condições de manifesta mediocridade financeira e inteiramente na dependência da engrenagem. Reportagem a este respeito, por isso mesmo, começava assim: "No ano passado, o Serviço de Defesa do Direito Autoral arrecadou, em todo o país, cerca de Cr\$ 12 milhões, mas esta quantia poderia ter dobrado se os usuários da música brasileira não sonegassem tanto, se as condições socioeconômicas fossem melhores e também se a máquina arrecadora funcionasse melhor. Estes motivos ainda impedem que exista de fato a profissão de compositor, e outros estão levando muitos dos melhores autores do momento a se unirem para evitar a contínua perda de dinheiro".⁴⁰ Alguns casos concretos: "Em 1963, gravei *Exaltação ao Rio*, num elepê da Escola de Samba Portela, na Copacabana, e editei o samba.

39. Ídem

40. "Compositor brasileiro ainda não pode viver da música porque direito autoral é muito difícil", in *Jornal do Brasil*, Rio, 22 de junho de 1969.

Recebi exatamente NCr\$ 12,50 pela vendagem e execução de um disco que, só na escola, vendeu mais de 500 exemplares, além dos 30 que eu mesmo comprei. As duas músicas seguintes de Elias – *Solução* e *Fase* – não foram editadas e ambas gravadas na fábrica Musidisc, em 1965 e 1966, respectivamente. Pela primeira, ganhou Cr\$ 27,00 e, pela outra, recentemente, conseguiu Cr\$ 93,00. (...) No mesmo disco que Elias gravou em 1966, o compositor Antônio Valentim gravou um samba e 'depois de muitas idas e vindas', recebeu Cr\$ 107,00, tendo um parceiro. (...) Duas composições infantis de Elias, gravadas na Codil, só lhe renderam Cr\$ 12,00, e isto depois de perder tempo procurando o diretor Stocler".⁴¹

Segundo os entendidos, "receber é que é o problema". Explica um deles: "Para se ter uma ideia, várias emissoras de rádio ficaram sem pagar durante 10 anos mais ou menos Cr\$ 180 mil, e estão pagando aos poucos, depois de decidido o caso na Justiça. É na Justiça, aliás, que resolvemos grande parte dos casos criados com o não-recolhimento dos direitos. Muitas vezes nem compensa entrar com recurso, pois a quantia em jogo é tão pequena que acabamos não recebendo mesmo". Outro, advogado, analisa o mercado: "O Brasil não é país de dinheiro farto, é óbvio. Além da execução pública, o maior fator de arrecadação é o fonomecânico (discos e fitas). Para se ter uma vaga ideia do quanto esse mercado (que, no Brasil, em números absolutos, equivale ao da Argentina, com população quase três vezes menor) é restrito, basta lembrar que o último disco de Sérgio Mendes nos EUA recebeu encomendas de 500 mil unidades antes do lançamento, enquanto no Brasil talvez só agora o disco haja vendido, decorrido mais de um ano desde o lançamento, 300 mil cópias".⁴² Seria isto justificativa do não-pagamento de direitos autorais?

Mas a engrenagem, se não redime o trabalho artístico – foi outra a sua finalidade, oriunda de outras condições –, pode produzir ídolos, os monstros sagrados. Desnudou-a alguém que a conhece por dentro: "Até então, ele era o menino-família, que penetrava impunemente pelos melhores lares da paróquia pelos aparelhos de TV, como se fosse um anúncio de dentifrício ou um boneco da Estrela. Como se fosse um objeto, um *juke-box*, em que se enfia uma moeda e ele começa a cantar *A banda*. Depois da peça – mais de cem representações –, Chico transfigurou-se no sujeito que *também*

41. Ídem..

42 Ídem.

dizia palavrão e *também* ia ao banheiro; sua peça era uma pedrada na máquina que pretende transformar seres humanos em objetos de lazer de espectadores insaciáveis. O mecanismo: a televisão. Manipulando por controle remoto os gostos, as atitudes e o comportamento da massa, coisificando Chico Buarque e deificando o sabonete Palmolive – o que significa, na prática, colocar num mesmo plano pessoas & objetos, desde que isto reverta em lucro para a empresa capitalista. A coisificação do artista é uma das decorrências da sociedade de consumo: tudo aquilo que signifique cifrões para a empresa deve ser mastigado e espremido para que renda o máximo, até só lhe sobrar o bagaço. Depois, joga-se fora, troca-se por outro: *Roda-Viva* é isso”.⁴³

A interferência de meios de massa do alcance do rádio e da televisão na difusão da música popular brasileira teria influência até mesmo nas criações. Esses meios, servindo a interesses estrangeiros, serviam, no plano musical, à música estrangeira. Não, é claro, como acontece normalmente, trazendo-nos um pouco do melhor, mas trazendo-nos a música de massa, imposta às massas pelos meios, técnicas, instrumentos de cultura de massa. Nossa música, assim, ia, pouco a pouco, sendo alijada até mesmo das preferências populares, intensamente trabalhadas pela continuada repetição do que era imposto e divulgado em massa. Foi em defesa de nossa música popular, segundo certos críticos, que surgiu a chamada *Bossa Nova*: “*A Bossa Nova*, produzindo quase sempre uma música de nível internacional e rivalizando em qualidade com o que de melhor se fazia na época e em qualquer lugar, levou a imagem de um Brasil diferente, não mais aquele ingênuo e caipira de salamaleques de Carmem Miranda, mas o de uma nação em que o processo de industrialização começa a acordar o povo para a sua real condição. O primeiro argumento a comprovar essa constatação é o de que a música, como fenômeno cultural e de superestrutura, acompanha as modificações de baixo para cima. Tom Jobim, João Gilberto, Carlos Lyra, Sérgio Mendes, Donato, Oscar Castro Neves, Marcos e Paulo Sérgio Vale, o Bossa Três e tantos outros, conseguiram isso: a *Bossa Nova* cortou fundo na receptividade do americano médio e resistiu à avalanche de contrafações acionada pela alavanca do sistema de massas dos EUA”.⁴⁴

43. Ruy Castro: *op. cit.* A peça de Chico Buarque de Holanda, *Roda-Viva*, foi encenada, no Rio, em 1968, publicada em livro em 1969; satiriza a fabricação dos monstros sagrados, gerados, como coisas, do ventre gigantesco desse meio de massa, a televisão.

44. Ruy Castro: “A Bossa cada vez mais nova”, in *Correio da Manhã*. Rio, 8 de junho de 1968.

Claribalte Passos é da mesma opinião: “Surgido entre fins de 1959-1960 com os compositores João Gilberto e Antônio Carlos Jobim – principais precursores –, o processo de estruturação rítmico-harmônica da *Bossa Nova*, apesar das concessões feitas diante das preferências artísticas e musicais norte-americanas, trouxe indiscutível benefício para a renovação do nosso ambiente musical e contribuição no sentido da preservação do prestígio e da justa evidência da música popular brasileira. Essa nova manifestação artística nacional possibilitou, em tempo recorde, a internacionalização do samba em sua roupagem moderna, embora tal benefício, de condição temporária, não implique definitiva permanência no exterior”. Punha o dedo na ferida, logo adiante: “A crédito do pessoal da *Bossa Nova* fica, porém, o esforço benéfico em favor da nossa música popular de modo geral esquecida e sofrida, graças aos falseamentos de suas tradicionais características, como que encostada à parede pela avalanche da produção musical importada e forçada através das missões diplomáticas sediadas no Brasil. Não adianta negar, pois, a respeito desse acintoso e criminoso ‘financiamento’ oriundo do exterior em detrimento dos nossos autores, mestres, instrumentistas e cantores, numa concorrência artístico-cultural das mais revoltantes e desleais. E o pior, em tudo isso, pasmem os leitores, é a ajuda recebida por tais ‘invasores artísticos’ por parte das emissoras de rádio, das televisões e das próprias fábricas de discos! (...) A realidade, porém, não deixa que alimentemos dúvidas. Basta, para tanto, que sejam observadas as chamadas ‘Paradas de Sucessos’ (*Hit Parade*) das emissoras nacionais de rádio e de televisão. Nelas, sem nenhuma contestação, predominam atualmente as produções musicais americanas, francesas e italianas; graças ao ‘expediente’ fácil das ‘versões’ realizadas, por incrível que pareça, pelos autores brasileiros e até mesmo alguns que nem compositores são!”. O julgamento final do crítico não deixa dúvidas, quando afirma que “a mensagem artística oferecida pela *Bossa Nova*... trouxe, indiscutivelmente, resultados promissores para a ativação e até mesmo um renascimento da música popular brasileira. (...) Enunciou a *Bossa Nova* a necessidade de renovar velhas estruturas harmônicas do nosso samba, polindo suas arestas, encorajando novos e veteranos a cerrarem fileiras em favor da sobrevivência musical brasileira. (...) E, assim, nas emissoras de rádio e televisão, a nossa música popular brasileira tornou-se o saboroso prato do dia no cardápio gustativo popular”.⁴⁵

45. Claribalte Passos: “Música popular brasileira”, in *Comentário*, Rio, ano VIII, vol. 8, nº 1 (29).

Nelson Lins de Barros, finalmente, realizou a análise mais profunda do movimento musical que marca a nossa atual etapa. “O movimento caracterizou-se – escreveu ele – por duas tendências concorrentes: uma, fazer frente à invasão da música estrangeira, principalmente elevando o seu próprio nível artístico. Enfim, atualizar o seu padrão ao nível internacional para fazer frente a essa música internacional”. Como ocorreu? Responde: “Ao surto industrial correspondeu um considerável melhoramento das condições técnicas propícias ao desenvolvimento da música: multiplicação de rádios, televisões, orquestras, instrumentistas, cantores etc. A música brasileira já havia, anteriormente, alcançado grandes picos, mas nessa época não correspondia ao desenvolvimento do país. Foi então surgindo, na geração nova da classe média, uma preocupação de fazer samba de boa qualidade, utilizando o melhor espírito do samba antigo de bom gosto, com uma simplificação e mudança de acentuação no ritmo, uma harmonia mais rica, vinda por influência do *jazz* e dos impressionistas, uma melodia bem construída e desenvolvida. As letras tornaram-se poéticas, com maior valorização das palavras, das ideias em relação à melodia, excluindo rimas forçadas e lamentos banais. Os intérpretes perderam a tendência à voz possante e rebuscada. Os instrumentistas procuravam a pureza do som e a sensibilidade em vez do malabarismo frio. Não se tratava de negar, destruir, superar. Tratava-se de atualizar a música brasileira ao nível do que havia de melhor no mundo inteiro, sem o que pereceria. Embora com influências alienígenas, o movimento resultava nacionalista, desenvolvimentista”.

Mostra, finalmente, o problema que, apesar de tudo, a *Bossa Nova* não conseguia resolver: “A *Bossa Nova*, nascida na classe média, pretendendo ultrapassar o próprio nível cultural da classe média, não teve condições de penetração na massa. O sistema de rádio e televisão, cuja função precípua consiste em anunciar cosméticos, usa como chamariz a arte vulgar fabricada para a massa desprovida de cultura. Quando se dirige à classe média, evidentemente para anunciar produtos de classe média, e tem de usar um chamariz de classe média, prefere importar a música de outros países que já tem prestígio e popularização assegurada pelo cinema americano, pois são todos – programas, produtos, música e cinema – filhos do mesmo dono. O cinema nacional (o cinema naquela base, é claro) é uma extensão do rádio e televisão. Os discos 78 rpm (os únicos ainda acessíveis à massa) são conhecidos através do rádio para animar os ditos programas

comerciais e ainda passam pelo crivo dos *disc-jockeys*, cujo processo de seleção das músicas se torna, muitas vezes, um caso de polícia. Os outros meios de divulgação da música não são ainda populares: os musicais, inexistentes ainda no país, por serem de caríssima produção (não confundir com os burlescos da pior espécie da Praça Tiradentes nem com os *shows* sofisticados feitos sob encomenda para agradar a turistas); os discos LP (Cr\$ 1.200,00 cada); as *boites* etc. Não esquecer que todos os responsáveis pelo rádio, televisão, teatro, cinema, gravadores, *boites* etc., têm a mesma visão do mundo: são todos comerciantes. Foi essa a situação que o compositor da *Bossa Nova* teve de enfrentar – que todo artista tem de enfrentar: ou fazer das tripas coração para manter a dignidade –, tornando-se um artista de elite – ou seguir a rotina, cair na maré da promiscuidade”.

Nelson Lins de Barros assinala, no balanço, o positivo e o negativo da *Bossa Nova*. No positivo, destaca que o movimento “embora não tenha atingido as massas (...), atingiu em cheio a classe média, a alta burguesia e, muito significativamente, os meios artísticos e intelectuais”; “embora não tenha evitado a invasão cada vez maior da música estrangeira, rivalizou-se realmente com o que havia de melhor no movimento musical internacional, superando mesmo as vanguardas de muitos países”; “embora o movimento não tenha conseguido elevar o nível da música popular como um todo, conseguiu influenciá-la de algum modo”. No negativo, coloca, em primeiro lugar, “a falta de teorização”; depois, “a falta de conhecimento de teoria musical”; por último, “a falta de maior número de intérpretes próprios”; sem falar na “falta de união”, no individualismo dos componentes do grupo.⁴⁶ Essa análise mostra, realmente, o ambiente que condicionou o aparecimento do movimento que se propunha renovar a música popular brasileira; no conjunto, ressalta o caráter culturalmente desnacionalizador dos meios de massa, rádio e televisão, no que se refere à arte a que servem de veículo quase específico de difusão: a música.

e) Teatro

Pequeno fato, perdido no noticiário dos jornais, no início de 1969, serve para dar ideia do que se passa com o teatro, no Brasil, atualmente. A notícia apareceu assim, em um dos mais destacados

46. Nelson Lins de Barros: “Bossa Nova: nascimento, morte e recuperação”, in *Revista Civilização Brasileira*, nº 17, Rio, 1968.

matutinos cariocas: “*Sinal dos tempos*. O Governo de Minas Gerais transformou o Teatro Rainha Isabel, de Diamantina, célebre por ser um dos poucos teatros do interior de Minas que apresentava um repertório clássico, e que nos últimos tempos estava abandonado, em cadeia pública”.⁴⁷ Poucos dias depois, agora com mais destaque, o mesmo jornal denunciava como o teatro estava abandonado, no Estado da Guanabara. O próprio diretor do Serviço de Teatro do referido Estado queixava-se “da falta de auxílio do Governo do Estado e da ‘ressurreição’ da lei que ‘obriga os atores a terem ficha na polícia, como qualquer marginal’, denunciando, ainda, o êxodo de artistas do Rio para São Paulo e Paraná, em que o auxílio oficial facilitava a vida do artista e equilibrava a renda das casas de espetáculos, e outro êxodo, este mais grave, “de artistas para a TV, em virtude dos salários elevados e melhores condições de trabalho”, tendo, como “uma das consequências mais graves”, “a superficialidade com que são ensaiados os papéis, impedindo qualquer trabalho realmente artístico”.⁴⁸ A crise vinha de longe, entretanto, gerando a dúvida: o teatro não tem público porque é muito caro ou é muito caro porque não tem público? Segundo o diretor do Serviço Nacional do Teatro, Meira Pires, “o orçamento do SNT não reflete mais a verdade da hora presente. Há nove anos que a Campanha Nacional de Teatro vem recebendo Cr\$ 600 mil de dotação, anualmente. Isto, em 1958, era dinheiro. É claro que, assim, o órgão não pode e não poderá atender, de maneira objetiva e como tem obrigação de fazer, as necessidades do teatro brasileiro”.⁴⁹ Explicava que, em 1967, um terço dessa verba havia sido consumida com a mesma montagem de apenas uma peça, *Rastro atrás*, de Jorge de Andrade, no Teatro Nacional de Comédia.

Que se passa com o teatro? Um diretor vê nele “um retrato autêntico da vida que se leva no país” – “artigo de luxo, custa caro e é dirigido a uma elite privilegiada: a alta classe média, a parte da população das colônias estrangeiras e os universitários. Logo, sua consolidação econômica e cultural está em função da consolidação econômica e cultural do próprio povo brasileiro”. Explicava: “Na verdade, fala-se muito em teatro popular, mas ele sempre acaba na Zona Sul, onde começa. Não se pode culpar atores, autores e empresários.

47. *Correio da Manhã*, Rio, 1º de fevereiro de 1969.

48. “Guanabara abandona seu teatro”, in *Correio da Manhã*, Rio, 6 de fevereiro de 1969.

49. Luiz Inácio F. de Castro: “Empresário veem crise no teatro”, in *Correio da Manhã*, Rio, 26 de agosto de 1967.

Se não for feito em termos subvencionais, o artista morre de fome. (...) Tudo é reflexo dos regimes político e social em que se vive. A consolidação econômica só se fará na medida que a folga econômica atingir uma faixa maior de pessoas, e a cultural está em função da própria democratização dos meios de cultura". Concluindo: "O que é preciso entender é que o importante não é fazer um teatro para 300 pessoas, mas que atinja um público maior. Parto do princípio de que ele é sempre um entretenimento, e, se este aspecto for esquecido, ele jamais atingirá sua finalidade, seja ela política, didática etc.⁵⁰

Dias Gomes opinava que "a questão é complexa e transcende a área do teatro – tem suas raízes na ausência de uma política cultural. Se não existe esta política (em consequência da subestimação da cultura, de um modo geral), não pode existir também uma política teatral". Analisava assim o problema: "A plateia teatral brasileira é composta, em sua maioria, de pequenos burgueses, mais uma parcela mínima da burguesia. O operário não tem o hábito (e muito menos os meios) de ir ao teatro. Tampouco os camponeses. Logo, não há uma plateia popular representativa. O teatro não atinge as grandes massas, principalmente aquelas menos favorecidas e que seriam mais receptivas a um teatro verdadeiramente popular. E, como a moderna dramaturgia brasileira evolui no sentido de um teatro político e popular, acentua-se cada vez mais uma contradição entre dramaturgia e plateia. Pois ela, além de sua falta de representatividade popular, está viciada por um teatro burguês de respeitável e nociva tradição. A inevitável radicalização formal e temática de nossa dramaturgia popular vai, assim, num futuro próximo, chocar-se contra o gosto e as deformações dessa plateia. Eis aí, portanto, as raízes do problema que o teatro atravessa, no que diz respeito à falta de audiência. Essa contradição só seria superada restituindo-se o teatro ao seu verdadeiro dono – o povo. O teatro, em suas origens, foi uma arte comunal. Após a ascensão da burguesia, o teatro foi sendo, aos poucos, subtraído ao povo, que a ele foi perdendo o acesso, por motivos óbvios. Esta é uma denúncia que temos de fazer da sociedade burguesa que, através de sua engrenagem econômico-social, procura transformar todas as artes em manifestações de elite".⁵¹

50. Elisabeth de Carvalho: "Duas ou três coisas que Flávio Rangel sabe de teatro", in *Correio da Manhã*, Rio, 5 de outubro de 1968.

51. "Novos caminhos do teatro brasileiro. Dias Gomes: 'Escrevo para o povo'", in *Novos Rumos*, Rio, 1963

De certo modo, esta era também a opinião de Augusto Boal: “O problema fundamental do autor brasileiro – diria é que ele não dispõe de uma plateia popular, mas de uma pequena parcela da plateia burguesa. Isto o leva a uma certa timidez diante de uma peça que fuja ao já testado. Ele se limita, assim, a determinado tipo de teatro, a determinados assuntos e a determinadas formas. Escrevendo para públicos mais amplos, incluindo neles o povo, teria seu poder de expressão aumentado. Novos locais de representação, juntamente com um novo público constituído pelas massas populares, levaria-o a ser mais amplo, mais racional e mais diversificado o nosso teatro. O mal do dramaturgo brasileiro é estar viciado em uma plateia pertencente a uma classe em seu último estágio de desenvolvimento, lutando para manter-se, e por isto tendendo a voltar às abstrações que dominaram o teatro medieval, a fim de impedir o desenvolvimento da sociedade. Só a nova classe pode construir os fundamentos do novo teatro”.⁵²

Boal, cinco anos depois, acrescentaria alguma coisa a essa opinião, frisando-lhe o sentido, com afirmações como: “A classe teatral não é só contra os maus censores, mas é também contra os bons – não se pode ser apenas contra os maus senhores de escravos, quando se trata de escravidão”; ou: “O moralismo atual da burguesia é totalmente hipócrita. Ela nunca se preocupou com o teatro popular. O teatro dito de senzala, este sempre montou o que quis. O que ela nos exige, hoje, é que continuemos ‘teatro de elite’, que lhe satisfaçamos o gosto e a vontade, que continuemos a criar sob tutela de suas ideias. O que estamos recusando, agora, é sermos instrumento de seus interesses. Só isso”.⁵³

José Celso Martinez Correia colocava o problema com algumas variantes: “São Paulo terá um grande teatro, como aspira ter, o mais fácil e melhor da América Latina, quando as promessas e o que a classe teatral espera obter do governo paulista se realizarem. Aí poderá abrigar a classe média paulista, que é grande consumidora de tudo. Um teatro subvencionado permitirá, em São Paulo, um dia, a realização do *teatro-circo popular*, como eu imagino, nos locais como o Ibirapuera, onde se realizam as feiras públicas para a grande massa, e terá então a massa como o público para quem o teatro de São Paulo será feito.

52. “Novos caminhos do teatro brasileiro. Augusto Boal: ‘Todo autor é engajado’”, in *Novos Rumos*, Rio, 1963

53. Germana de Lamare: “É proibido vender ideias”, in *Correio da Manhã*, Rio, 28 de junho de 1968.

Por enquanto, a camada estudantil e um setor da burguesia de origem estrangeira frequentam o teatro em São Paulo. A burguesia brasileira deixou de frequentá-lo, desde o TBC”.⁵⁴

E Oduvaldo Vianna Filho deporia assim: “O principal problema do teatro brasileiro nunca foi a censura, mas as relações econômicas com o Governo, que se têm agravado muito. Mas é de tal maneira alarmante a atuação dos órgãos de censura que esse problema, seríssimo, passou para segundo plano. *Volta ao lar*, de Pinter, liberada, aliás, com belíssimo parecer de uma das delegacias estaduais, e que não foi dada ao público – e que já tinha sido levada, vista e revista –, foi depois interdita. A verba do Serviço Nacional de Teatro diminuiu. É a morte da estrutura econômica do teatro. (...) Maria della Costa, Rute Escobar, Dulcina, enfim, são poucas as companhias que têm suas casas de teatro próprias. A maioria tem de pagar aluguéis, transporte. Os contratos são de quatro meses, apenas. Torna-se necessário montar espetáculos com o mínimo de capital possível. Imagina que a verba do Governo para distribuir entre todas as companhias é de 50 milhões. Isto é o custo de uma peça. Agora mesmo – já nem sei se é verdade – tivemos informações de que as verbas não seriam mais liberadas. Os problemas são esses... Uma estrutura sufocante. O sufocamento cultural é o mais grave. Querem nos esmagar na nossa sobrevivência direta”.⁵⁵

Mas, apesar de todas as dificuldades, o teatro brasileiro demonstra surpreendente vitalidade. Cresce e se alastra o movimento amador, verdadeira reserva de quadros futuros, à base do interesse da juventude pela arte cênica e por suas inovações em âmbito universitário ou fora dele; aumenta o público que não só acompanha os espetáculos, mas também as discussões teóricas que eles suscitam cada vez mais; multiplica-se a difusão de peças teatrais em livro, gerando novas camadas de público e já existindo várias coleções de autores teatrais; na mesma medida, as obras sobre teatro encontram número crescente de leitores e provocam a criação de coleções especializadas, traduzindo-se o melhor e mais avançado que já apareceu em outras línguas. Enquanto isso, diversificam-se correntes, na área teatral: umas desejam desenvolver um teatro didático, capaz de interpretar a realidade brasileira; outras são, aparentemente, mais modestas:

54. José Celso Martinez Correia: “Um teatro que leva a pensar pela ação”, in *Jornal do Brasil*, Rio; 20 de abril de 1968.

55. Oduvaldo Vianna Filho: “Um teatro para quem não tem medo da verdade”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 20 de abril de 1968.

“Contestar apenas só serve para atrasar a edificação de uma sociedade mais justa. (de nada adiantam as peças políticas e engajadas a 10 cruzeiros a poltrona nos teatros da Zona Sul). Na verdade, estamos muito distantes de uma segunda fase que temos pela frente – saber que sociedade edificar. Esta é uma outra longa e árdua luta”. São palavras de Flávio Rangel que, na mesma oportunidade, explicaria que a gente de teatro “é uma classe unida em torno de reivindicações específicas, mas dividida na política geral, demonstrando claramente o seu despreparo em relação aos problemas mais sérios”, apesar de “constituir um grupo inteligente, pesquisador, que faz bom teatro e que constitui, por assim dizer, a própria estrutura filosófica da contestação de nossa sociedade”.⁵⁶

Oduvaldo Vianna Filho, respondendo à pergunta de se a atitude das autoridades, em relação ao teatro, estaria ligada à falta de noção de cultura ou se teria raízes mais profundas, explicaria: “O problema não é a burrice não, mas de uma posição política minoritária, apoiada por setores minoritários. A posição política corresponde à seguinte: os problemas da realidade não são a realidade, mas as pessoas que levantam essa realidade. Assim, desde que se mantenha silêncio e omissão, as realidades deixam de existir. Exigem que não nos manifestemos sobre uma realidade dolorosa, enquanto que a denúncia, o debate e a discussão só podem contribuir para o encontro de soluções para os problemas. O silêncio – como acontece em Portugal – torna um país empobrecido espiritualmente. É a própria marginalização da inteligência, do arrojo, da dignidade humana. Achar que é subversivo denunciar uma injustiça é negar a democracia. O teatro brasileiro está muito incorporado às aspirações gerais do povo. Procura responder, levantar, discutir. Em pouco tempo poderemos levantar reivindicações econômicas. Enquanto existir a opinião pública, estaremos vivos, pois mesmo que muitas vezes discordem de nós, estarão concordando com a ousadia e a vitalidade que trazemos dentro de nós”. E concluiu: “O que mostra, aliás, como o nosso teatro pode ser caracterizado, fundamentalmente, pela vinculação da atividade à sinceridade, à vontade de fazer. Poucos são os que pensam em fazer teatro exclusivamente para ganhar dinheiro. Outra característica do teatro brasileiro é a média de idade do ator, que tem geralmente de 20 a 30 anos. O idealismo, os empréstimos, é o que os vai sustentando.

56. Elisabeth de Carvalho: *op. cit.*

É uma maneira dura, que desgasta, para se manter uma determinada liberdade. Pagamos caro a possibilidade de manter-nos dizendo, fazendo, descobrindo coisas”.⁵⁷

É, no fundo, a mesma opinião expressa por Augusto Boal: “Fala-se em engajamento e nos acusam de autores engajados. (...) Porém, creio que o problema é mal colocado: todo autor, de uma forma ou de outra, ao se ligar a uma determinada visão da realidade, torna-se engajado. Alguns mesmo têm um engajamento mais limitado que o nosso. Pretendem excluir temas que nós nos propomos a trazer para o teatro. Eles querem reduzir o teatro ao triângulo amoroso da comédia de *boulevard*. Nós, ao contrário, aceitamos todos os temas: o amor, a greve, a dor-de-cotovelo, como disse Néelson Rodrigues. O importante, para nós, como já disse, é o processo de conhecimento da realidade, qualquer que seja o seu aspecto. O que acontece com o teatro é que ele, sendo uma forma de conhecimento da realidade, e tendo um grande poder de convencimento, torna-se sempre participante, ao transmiti-la, de um ponto de vista ou de outro. E ele não pode fugir a isto, pois estes pontos de vista refletem os interesses diferentes em que se divide a própria realidade social”. Para enfatizar: “O bom artista é o que transmite bem a realidade. Se ele não transmite bem, e ele não consegue fazer-se compreender, é porque ele não é um bom artista. Admito, no entanto, que, para um fim imediato, não seja necessário fazer uma obra de arte. Mas, se se quer servir ao povo, serve-se muito melhor escrevendo bem”.⁵⁸

Dias Gomes começaria por reafirmar a mesma ideia: “Mas me parece fora de dúvida que a legitimidade artística de uma obra é condição essencial de sua real eficiência política”. Tratava, é claro, do problema do engajamento: “Parece-me que, em nosso tempo e em nossa sociedade, a opção é clara: ou se escreve para o povo, ou se escreve contra o povo. Assim sendo, todo autor é participante, ainda mesmo que não pretenda ser: omitir-se é favorecer o mais forte. Nesse sentido, todo teatro é político. O teatro dito impropriamente apolítico é o teatro da classe dominante. Não combater, ignorar uma ordem social injusta, é aceitá-la. E aceitá-la politicamente. (...) Haverá, por certo, quem afirme que tal tomada de posição, tal engajamento, diminui o artista e amesquinha a arte. Os que assim pensam, ou fingem pensar, são precisamente aqueles que têm interesse em manter os

57. Oduvaldo Vianna Filho: *op. cit.*

58. Augusto Boal: *op. cit.*

artistas afastados das lutas do povo. No íntimo, eles mesmos sabem que o engajamento somente enobrece. E digo mais: é isso que dá à arte uma dimensão histórica”.⁵⁹

O teatro brasileiro enfrenta, pois, crise muito séria, cujos aspectos fundamentais são crônicos, tornados agudos na fase atual, acrescidos de aspectos circunstanciais. Este é um lado do problema. O outro lado apresenta a sua vitalidade, a sua renovação, a sua participação. Isto significa, em suma, que, colocados os seus problemas na situação histórica que estamos atravessando, o teatro sofre diretamente as contradições de uma sociedade em mudança. Sofre-as nos planos econômico e financeiro e sofre-as no plano artístico, em que a luta ideológica repercute intensamente. Pode ser sufocado por carência de recursos materiais ou por carência de condições criadoras, pelo cerceamento da liberdade artística. Sente, de imediato, as consequências do agravamento da luta política ou as do agravamento das crises econômica e financeira. Sem casas de espetáculo, sem condições de financiamento, sem liberdade, sente a dupla e inexorável pressão de uma sociedade que necessita de bom teatro e, ao mesmo tempo, nega-lhe as condições de desenvolvimento.⁶⁰

f) Artes Plásticas

Entre as artes plásticas, nos últimos tempos, no Brasil, a que mais se destacou, alcançando mesmo ecos internacionais, foi a arquitetura (aqui tratada apenas enquanto arte). O extraordinário *boom* imobiliário, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, permitiu o aparecimento de condições favoráveis ao impulso tomado pela arquitetura no Brasil, fazendo surgir alguns nomes de grande destaque e algumas obras logo conhecidas em todo o mundo. Mais tarde, a construção de Brasília – em si, um símbolo, pelas grandezas e misérias da época atual brasileira – criou também possibilidades incomuns à afirmação de nossa arquitetura. Quem se der ao trabalho de cuidadosa pesquisa, entretanto, não tardará a verificar que os monumentos arquitetônicos importantes e modernos, no Brasil, são pouco numerosos e quase todos realizados por encomenda do Estado. Não há, pois, a rigor, uma arquitetura moderna brasileira, como

59. Dias Gomes: *op. cit.*

60. A *Revista Civilização Brasileira*, em 1969, dedicou número especial ao teatro brasileiro, reunindo informações, depoimentos e análises de grande interesse.

generalidade; há um movimento moderno na arquitetura brasileira, com eminentes valores individuais. Ao que parece, as condições em que esse movimento surgiu e se expandiu estão se extinguindo. O comum da arquitetura, a generalidade, forma escandaloso contraste com as singulares obras, de importância destacadíssima, que deram tão justa fama à arquitetura brasileira: “Os apartamentos cada vez piores, mais duros, desagradáveis e exíguos. Os conjuntos populares cada vez menos satisfatórios e, talvez, menos orgânicos que as próprias favelas que intentam substituir. A opinião do povo contra eles já se manifesta até em sambas. Na realidade, falta à nossa arte e à arquitetura vida”.⁶¹

Assim, ao lado de exemplares de arquitetura que desafiarão a estima dos homens ao longo do tempo, vemos uma arquitetura amarrada a imposições sociais que a limitam, forçada a submeter-se a contingências que não pode superar. Ao lado do edifício do Ministério da Educação, no Rio, conseqüentemente, a massa de edifícios desqualificados enquanto arte plástica, denunciando a singularidade do primeiro e até o seu isolamento. Os monumentos arquitetônicos dos primeiros lustros do século XIX, assim, são raros, como são raros os monumentos arquitetônicos dos meados do século XX; aqueles, como estes e também os poucos dos séculos anteriores, foram encomendas do Estado, em maioria esmagadora, na quase totalidade. Arte nenhuma, aliás, sofre mais do que a arquitetura com as contingências de ordem material; e isto justamente porque pode ser também, e é obrigada a ser, negócio, com aspectos de ordem material que nenhuma outra conhece em proporções tão esmagadoras.⁶² As exceções se destacam, pois, na massa geral, que obedece à desqualificação mencionada. Acontece, às vezes, também, uma dessas oportunidades excepcionais, só passíveis de repetição de século em século, do tipo que foi, entre nós, a construção de Brasília, permitindo a um artista plástico genial como Oscar Niemeyer reunir, no mesmo conjunto urbano, uma série de obras que não apenas perpetuarão o seu nome, mas também permanecerão como exemplo extraordinário e grandioso do desenvolvimento da

61. Sylvio de Vasconcellos: “O cotidiano, arte e arquitetura”, in *Arquitetura*, nº 43, Rio, janeiro de 1966.

62. O Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, com apoio da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul, editou, organizada por Alberto Fernando Xavier e com prefácio de E. Graeff, uma coleção de estudos e ensaios da autoria de Lúcio Costa, esparsos em jornais e revistas. Este livro (Lúcio Costa: *Sobre Arquitetura*, Porto Alegre, 1962) é indispensável ao conhecimento do assunto. Costa, esparsos em jornais e revistas. Este livro (Lúcio Costa: *Sobre Arquitetura*, Porto Alegre, 1962) é indispensável ao conhecimento do assunto.

arquitetura brasileira⁶³. Neste desenvolvimento, um dos aspectos mais interessantes é a contradição entre a qualidade dos arquitetos e as condições limitativas de ordem material para o exercício de suas atividades.

A pintura, entre nós, apresenta agora apenas o traço novo do desenvolvimento do mercado. Já existe até, no Brasil, a compra de quadros como forma de entesouramento e até de investimento. Está fora de dúvida que os Museus de Arte Moderna, em São Paulo e no Rio, impulsionaram muito o desenvolvimento da pintura. Esta começa a tentar sair das experiências formais, buscando inclusive apropriar-se do que está aparecendo de válido no mundo, sem perder as características nacionais. Arte cara, praticamente fora do alcance dos que não dispõem de recursos de certo vulto, a pintura brasileira ressentia-se da comercialização forçada e da falta de apreço do público, ainda despreparado para o que ela pode apresentar de importante. Existe um contraste entre o estreito mercado, em que as obras são reputadas por preços fora do alcance da pequena burguesia, e o público reduzido que sabe e pode apreciar aquelas obras. As encomendas oficiais rareiam, por outro lado, e a formação artística se torna cada vez mais difícil. Assim, o crítico pode afirmar com absoluta segurança: “A arte moderna é, hoje, essencialmente, um investimento que rende bons juros”.⁶⁴ Mas deve ressaltar, em seguida, que os lucros não se destinam ao artista, nem os materiais nem os artísticos: “Heitor dos Prazeres, recentemente falecido, é um exemplo evidente: sua pintura primitiva tem sido exposta em Londres, Buenos Aires, Nova Iorque, Veneza e Barcelona, obtém prêmios na Bienal de São Paulo, mas a sua contribuição artística fica restrita aos círculos dos entendidos e dos compradores. O povo, do qual ele faz parte e que constitui a motivação de suas obras, permanece afastado de todo esse movimento, ignorando-o e sendo ignorado”.⁶⁵

É, aliás, valorização comercial, que atinge tanto os quadros mais ingênuos como os dos que tiveram a sorte de ter formação artística, e que se estende a outros campos, como o da cerâmica, de que é exemplo o que aconteceu aos trabalhos de Mestre Vitalino, e

63. Oscar Niemeyer (*Minha experiência em Brasília*, Rio, 1962) conta como projetou o conjunto monumental da cidade, cujo plano pertence a Lúcio Costa. Deve ser lido, ainda, Oscar Niemeyer: *Quase memória. Viagens*, Rio, 1968.

64. Jaime Rodrigues: “Observações sobre a cultura popular”, in *Correio da Manhã*, Rio, 1º, de dezembro de 1968.

65. Jaime Rodrigues: *idem*.

que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ampliou-se aos móveis antigos: “Os móveis antigos, os pedaços de talha, a imaginária dos primeiros séculos, tomam o lugar da escultura moderna, que não há. Evidentemente, porque o atual não é atual, nem responde às solicitações em curso. Pode exprimir o desespero vigorante, mas não lhe dá saída nem lhe considera as aspirações resultantes. O atual, em sua autovalidade, não tem sido capaz de sensibilizar por não participar da intimidade ambiental”.⁶⁶ Assim, uma burguesia nova, sem tradição, que chegou tarde, busca afanosamente juntar cultura superficial, para consumo fácil, e lucros garantidos, impulsionando artes e manifestações que não compreende bem, cujas dimensões aprecia falsamente: cria um mercado, mas não cria, e nem pode, uma escala de valores.

4. DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL

a) Universidade

A transmissão da cultura se processa através de meios sistemáticos e de meios não sistemáticos. O meio sistemático mais usado e mais desenvolvido é a forma de educação denominada ensino. Em todos os tempos e em todos os lugares, com desenvolvimento que acompanhou o desenvolvimento das sociedades, existiu sempre, maior ou menor, um aparelho de transmissão sistemática dos conhecimentos, uma estrutura do ensino; sociedades complexas, como as do capitalismo, demandam complexos aparelhos de ensino, estruturas complexas de ensino. Tais aparelhos e estruturas são, no todo ou em parte, peças do aparelho de Estado; transmitem, assim, a cultura oficial, aquela que obedece à característica social de que a cultura dominante é a cultura das classes dominantes. Dois dos aspectos do problema do ensino, no nosso tempo e em países do tipo do Brasil, estão mais em evidência: o do ensino de alfabetização, isto é, a etapa inicial da transmissão sistemática da cultura, e o ensino superior, isto é, a etapa final daquela transmissão, a que coloca no palco a crise da Universidade. Da primeira já demos informação sumária, ligada apenas aos fins a que este trabalho se propõe. Trataremos agora da segunda, excluindo da análise, desde

66. Sylvio de Vasconcellos: *op. cit.*

logo, aspectos que não os diretamente ligados à transmissão da cultura. Outros aspectos, na questão da Universidade, são relevantes, mas aqui não aparecem, ou apenas são referidos, para não alongar esta análise e para não desviá-la de seu objeto fundamental.

Na consideração do problema da Universidade, no Brasil, destaca-se, em primeiro lugar, o aspecto de privilégios em que se constitui o ensino superior, alcançando parcela ínfima dos jovens; em segundo lugar, aparece o traço de provirem da burguesia e da pequena burguesia aqueles privilegiados; vem, em terceiro lugar, e nisto não entra a gradação de importância, o fato de que o desenvolvimento das relações capitalistas pressiona no sentido do aumento quantitativo e de melhoria qualitativa daqueles que podem receber o ensino superior. No que diz respeito ao primeiro aspecto, o do privilégio, embora comece a repontar na consciência dos próprios beneficiados, não se coloca como objeto de polêmica: a sociedade brasileira entende a existência do privilégio, mas tem consciência de que, para eliminá-lo, seria preciso alterar sua estrutura e não tem condições atuais para isto.

Quanto ao traço de origem dos universitários, há que constatar a crescente importância da pequena burguesia no processo histórico, e mesmo de elementos da burguesia; desde muito, a camada média, em países do tipo do Brasil, passou a ter participação crescente nos movimentos de avanço. A mudança da correlação de forças no mundo faz com que a pequena burguesia, nessas condições, volte-se para as mudanças; quaisquer que sejam suas deficiências de classe – as de origem e as de função ou posição –, a pequena burguesia, particularmente pelas peculiaridades de alguns de seus grupos especiais – os estudantes com destaque –, vai tendo papel importante nas mudanças da presente etapa histórica; tudo isto aparece no problema da Universidade.⁶⁷ A crescente demanda social, por outro lado, como componente em tal problema, apresenta seu aspecto quantitativo em correspondência com o crescimento demográfico e a preponderância absoluta dos jovens na composição etária da população, e seu aspecto qualitativo na complexidade que apresenta, hoje, a divisão do trabalho em nosso país.

Não é de surpreender, portanto, que o problema da Universidade venha apresentando aspectos de conflito. As massas universitárias,

67. O problema da participação da pequena burguesia nos movimentos de libertação nacional e na Revolução Brasileira, em particular, foi tratado por Nelson Werneck Sodré no capítulo final da *Introdução à revolução brasileira*, 3ª edição, Rio, 1967.

sob pressão de condições objetivas, foram colocadas no centro da luta ideológica. Sendo a Universidade a cúpula do aparelho de transmissão sistemática da cultura, tornou-se arena da referida luta; assim, os universitários, ao mesmo tempo em que se agitam em face de problemas futuros de trabalho e disputam ensino mais eficiente e qualitativamente diverso daquele que lhes é ministrado normalmente, agitam-se ainda em face dos problemas fundamentais do país, compreendendo que do andamento de suas soluções depende o dos problemas universitários e do trabalho futuro. São numericamente crescentes, portanto, e progressivamente conscientes, as massas estudantis que participam dos acontecimentos políticos no país. Contra elas se vêm lançando, aliás, em paradoxo aparente – não são, os estudantes, privilegiados? – as autoridades repressoras, buscando marginalizar os universitários, destruir-lhes as organizações específicas, proibir-lhes a atividade política.

Há meio século já, na Universidade de Córdoba (Argentina), os estudantes diziam: “As dores que sentimos são as liberdades que faltam. Cremos não nos equivocarmos e as ressonâncias do coração nos advertem: estamos pisando sobre uma revolução”. Não deve ser surpreendente, portanto, que a Universidade se apresente como área de confrontação e que mereça, por isto, tratamento repressivo, pela necessidade intransferível de esmagar-lhe as prerrogativas de liberdade, pela premência irrefreável de fechar-lhe as perspectivas científicas. O imperialismo não suporta, nesta altura dos acontecimentos, no âmbito da Universidade, nem mesmo aquelas franquias e direitos que a burguesia levantou e defendeu, em sua fase ascensional, e nem mesmo limitadas a uma área de privilegiados, a que só tem acesso reduzida minoria da mocidade. Sua meta, por isto, é uma Universidade apolítica, afastada das comoções sociais, distanciada da luta pela emancipação nacional.

A serviço da orientação que visa tal meta, o imperialismo não vem colocando apenas múltiplos, onerosos e poderosos órgãos de espionagem, delação e repressão, mas também órgãos financeiros do porto do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID) e do próprio Fundo Monetário Internacional (FMI); ou órgãos específicos, na maioria girando em torno da OEA, como o Conselho Interamericano de Cultura, o Conselho Interamericano de Educação, a União Pan-Americana, o

Fundo Universitário Interamericano; ou as instituições “filantrópicas” do tipo da Fundação Ford, Rockefeller, Kellogg, Guggenheim, Kennedy, Forest, corpos da paz, planos de bolsas os mais variados; ou os organismos aparentemente mistos, como o Escritório Administrativo de Programas Educacionais, os centros culturais mais diversos. Um dos caminhos mais eficazes, já no Brasil, visando domesticar a mocidade e aparelhá-la com a cultura enlatada, distanciando-a de suas fontes nacionais, é o das universidades particulares, reduzindo o número das estatais, ao mesmo tempo que, em todas, procede-se à exclusão, no corpo docente e no corpo discente, daqueles que divergem ou protestam, o que corresponde à liquidação das normas democráticas que a própria sociedade capitalista aceitava antes, quando lhe parecia que não punham em perigo a sua dominação e os seus lucros.

O imperialismo, com todos os órgãos antes mencionados e muitos outros, opera investimentos nas universidades latino-americanas em geral, e nas brasileiras em particular, por motivos diversos: porque “necessita de certo desenvolvimento limitado de nossos países e porque estes empréstimos são altamente rentáveis, não só econômica como politicamente, já que têm muito que ver com a preparação da ‘classe dirigente’ do país explorado”. O mesmo ensaísta que assim analisava tais investimentos aditava outro aspecto deles: “O interesse financeiro implícito fica a descoberto quando vemos que o que vai dos países atrasados para a metrópole supera em enorme volume as dimensões da ‘ajuda norte-americana’. Basta dizer que a drenagem de profissionais da América Latina para os Estados Unidos aumentou, de 1950 a 1968, quatro vezes. Assim como o imperialismo, no plano mercantil, exporta capitais e recolhe mais-valia, na esfera intelectual exporta capitais e recolhe promoções de técnicos formados em sua escola, como se fossem simples mercadorias”. Mostra, por outro lado, como o que é lucro para um é prejuízo para outro: “O dinheiro dos agiotas norte-americanos não soluciona os problemas de nosso desenvolvimento cultural, mas se converte, ao contrário, num obstáculo que torna mais complicado e doloroso o esforço de nossa cultura para crescer. A intervenção imperialista nas universidades padece de uma contradição insuperável: para seus fins mercantis, tem que propiciar certo incremento nos estudos, mas não consegue castrar a consciência suscitada com esse avanço. Por isso, um dos seus paradoxos é que muitas das universidades minadas pelo capital monopolista convertem-se em teatro de grandes conflitos universitários, o que demonstra a

incapacidade do imperialismo para liquidar os processos sociais. O imperialismo não pode congelar as lutas universitárias, que têm hoje, na América Latina, um nível e um conteúdo que não tinham há 20 ou há 50 anos”.

O documento conhecido como *Relatório Acton*, denominado, na verdade, “Anteprojecto de concentração da política norte-americana na América Latina, na reorganização universitária e sua integração econômica”, elaborado para a USAID, revela os pontos fundamentais da doutrina criada para subordinar a Universidade aos desígnios do imperialismo. Esse documento começa por defender a criação de “uma CEPAL educacional, para coordenar os estudos e programas de ação com a CEPAL econômica já existente”. Este organismo educacional deveria estar qualificado para “desenvolver uma filosofia educacional para o Continente” (aqui o conceito nacional desaparece totalmente), devendo, para isso, “controlar todos os meios financeiros para a prática de tal política”, mantendo “um serviço de consultoria para as universidades latino-americanas”. Deveriam estas “consolidar sua autonomia e adquirir um grau maior de independência real”, e o melhor caminho para tal “é a transformação da Universidade em uma fundação privada”. Assim, a independência, no caso, é sinônimo de privatização. E a reforma administrativa imporia, necessariamente, a “eliminação da interferência estudantil na administração, tanto colegial como dos grêmios”. Além do mais, a alteração visava “à colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante um período de 10 anos”, admitido como suficiente para estabilizar a situação financeira da instituição, período em que, “para compensar o desaparecimento da educação superior gratuita”, seria estabelecido um fundo assistencial de bolsas de estudo. As alterações visariam, também, a quebrar a Universidade, rompendo o seu conteúdo humanístico, pela dispersão e isolamento das escolas, fragmentando, conseqüentemente, as massas estudantis.

A Universidade, entre nós, pois, como em toda a América Latina, sofre pressão dupla, impedindo sua expansão: a das reminiscências feudais no ensino, fixadas particularmente em corpo docente anquilosado nas cátedras, nas formas superadas de aferição do conhecimento, nos concursos bizantinos, nos ritos medievais; e, por outro lado, o do colonialismo cultural, imposto pelo imperialismo, alicerçado não apenas em um sistema policial incompatível com o desenvolvimento científico e em recursos materiais copiosos, meios

tecnológicos moderníssimos, meios de comunicação de massa arrasadores. Ela sofre, assim, do que há de mais atrasado no domínio do conhecimento, do que há de mais moderno no domínio da técnica; e se desumaniza, nessa pressão dupla, que a deforma e corrompe.

Ao pavor frente ao crescimento demográfico – novo fantasma – junta, o imperialismo, o pavor frente ao crescimento da demanda de ensino superior. Segundo recente análise do BID, a população universitária latino-americana, que passou dos 380.000 jovens, em 1955, aos 510.000, em 1960, atingirá o nível altíssimo de 3.000.000, em 1980, crescendo seis vezes em relação a 1960. Na América Latina nascem, todos os dias, 28.000 crianças, o que significa surgir, a cada ano, massa crescente de jovens, necessitados ou desejosos de ingressar na produção e na Universidade. Em sentido contrário, o desenvolvimento econômico perde ritmo, em relação ao crescimento demográfico; reduzem-se, assim, as possibilidades de emprego e de educação. No fundo da rebeldia desses jovens reside a constatação deste equilíbrio: a sociedade lhes fecha as portas de acesso. O crescimento demográfico esbarra nas velhas estruturas; o aparelho sistemático de transmissão da cultura – que é ainda o caminho necessário para ingressar na produção – está velho e se apresenta como obstáculo. A resposta do imperialismo e de seu comparsa interno e atrasado – tudo que ancora ainda em relações pré-capitalistas – é o neomalthusianismo, a chantagem da “explosão demográfica”, de um lado, e, de outro, a reforma das estruturas do ensino, pelo custo cada vez mais alto, pela privatização da Universidade, pela formação e transmissão de uma cultura de elite. Encarada assim, a formação cultural apresenta-se como objeto de vigilância política das forças dominantes, e a Universidade se vê atacada policialmente, com as suas franquias canceladas, mestres e discípulos tratados como criminosos.

A destruição da Universidade e a negação daquelas franquias – algumas datando mesmo da época medieval, a maioria consagrada no direito escrito ou no direito consuetudinário decorrente da revolução burguesa – levam à rebeldia violenta a juventude, presa, naturalmente, do ímpeto de contestação. Disto decorre, naturalmente, a busca de soluções imediatistas, a corrida para as rápidas mudanças e, em consequência, o emprego de métodos desesperados. O mais frequente, nos últimos tempos, tem sido o da luta armada, sem as condições para mantê-la e compreendida ainda nos limites do anarquismo, pelas ações pessoais ou de minorias, admitida a “classe” estudantil como

vanguarda – e a única verdadeira e capaz – da Revolução em processo, da qual todo o fenômeno ligado à Universidade não passa de aspecto setorial e sintomático.

A noção de que a revolução é uma tarefa das pessoas cultas – e nada tem com isso a afirmação de que sem teoria revolucionária não há revolução –, que, realizada essa missão suprema da inteligência, como ato de vontade, presenteariam as classes trabalhadoras com o poder, já foi suficientemente desmoralizada pela prática para que mereça nova análise. De qualquer forma, o que é preciso ressaltar é que a Universidade não tem, entre as suas tarefas, a de prover de quadros os movimentos guerrilheiros. De outro extremo, é necessário encarar devidamente a conclusão – acertada em termos macroscópicos e estáticos – de que só a mudança no regime de produção, a passagem ao socialismo, proporcionará condições para a existência da Universidade autêntica. Se a primeira concepção induz ao que não se deve fazer, esta induz a nada fazer. E ambas são falsas.

Na dialética do processo histórico está inserida a contradição que impõe ao desenvolvimento capitalista, por um lado, a necessidade de fazer avançar e expandir os conhecimentos, enquanto, por outro lado, é compelido a manter o monopólio da cultura, em reservá-la a selecionadas minorias, recrutadas (no conjunto) por critérios de classe, limitadas pela adulteração ou pela deformação de conceitos sempre que possível. Nesta contradição, desde que as forças democráticas trabalhem organizadamente, o processo dialético avança, sob a pressão da necessidade social que, evidentemente, tende à ampliação dos conhecimentos. A necessidade de recorrer à violência contra a Universidade, a negação simples e policial das franquias desta, o rebaixamento do nível dos mestres, a deformação de conceitos e categorias ligados à cultura, constituem confissão de incompatibilidade insanável com a cultura.

b) Imprensa e Livro

A imprensa surgiu, em nosso país, com a autonomia. Na fase colonial, apesar de tentativas, não conseguiu aparecer: os livros eram impressos na metrópole, com a dupla licença da autoridade religiosa e da autoridade civil, ambas rigorosas. Entravam na colônia como contrabando, via de regra, e eram considerados “material

subversivo". Só se compreendia o livro em mãos de religiosos, para usos do ofício. Nos fins do século XVII, apareceram algumas bibliotecas particulares, quase todas de padres. O arrolamento delas, nas chamadas "inconfidências", dá ideia do que se passava na época. Com a autonomia surgiu a imprensa, sob severas restrições, cumpridas às vezes. Sob a Regência, desenvolveu-se e ganhou, nas áreas urbanas, um teor popularesco singular, marcado pelos pasquins. O Segundo Império, mantendo embora, formalmente, a liberdade de expressão, reduziu muito o alcance da imprensa; ao fim do século XIX, quando das reformas em que o próprio regime seria alterado, a imprensa tomou novo impulso; o governo oligárquico submeteu-a novamente; e assim foi, com altos e baixos.

A imprensa periódica teve, no Brasil, dois períodos: o artesanal e o industrial. Pertence o primeiro à fase anterior ao desenvolvimento das relações capitalistas; o segundo começa quando tais relações surgem e iniciam o seu desenvolvimento. Neste, o jornal e a revista constituem empresas industrial e comercial, com patrimônio e renda. A rigor, o período artesanal da imprensa pode ser aceito como proto-história dela. Tal como a conhecemos hoje, embora em proporções menos importantes e vultosas, a imprensa existe a partir do desenvolvimento das relações capitalistas. Ora, com este desenvolvimento, duas forças exercem, sobre ela, domínio crescente: as agências estrangeiras de notícias, que abastecem os jornais de informações do exterior, padronizando o noticiário, e as agências de publicidade, que abastecem os periódicos de anúncios. A partir do momento que a publicidade constitui a parcela principal do haver, no balanço de uma empresa de jornal ou revista, pesando mais do que a venda avulsa, o anunciante passa a pesar mais na orientação do que o leitor. A partir do momento que se constitui como empresas comercial e industrial, o jornal e a revista se inserem no conjunto da sociedade capitalista e comportam-se como determinam suas normas, sem o quê carecem de condições de sobrevivência.

Com o passar dos tempos, a organização de uma empresa jornalística representa investimento cada vez mais vultoso: não há, no Brasil, há anos, fundação de jornal, aparecimento de jornal novo. Tem acontecido, vez por outra, a venda e a compra de empresa já estabelecida ou o restabelecimento de circulação de jornal que chegara a ponto de ter de encerrar suas atividades. Reduz-se, assim, o número de jornais, a cada ano, e isto não acontece apenas em nosso país, mas em todo o mundo capitalista; e acontece porque uma empresa

jornalística é hoje investimento de vulto, e de rentabilidade incerta, já que a contradição atingiu o cerne de sua tarefa: deve informar sempre melhor, porque o público deseja ser mais bem informado, e carece de condições para isto, porque seus condicionamentos se tornam cada vez mais drásticos. No Brasil, antes de 1930, os jornais sentiam muito a influência da pequena burguesia urbana, que constituía o mundo reduzido de seus leitores: é uma fase liberal, em que a maioria da imprensa defende reformas e coloca-se na oposição; a publicidade fornecida diretamente pelo comércio e pela indústria nacional. Depois de 1930, a situação muda: passa a preponderar a publicidade de grandes empresas e de monopólios estrangeiros, canalizada por agências especializadas, também estrangeiras; a posição da maioria da imprensa é conservadora ou mesmo reacionária. No que afeta às revistas, o mercado é dominado por publicações estrangeiras, ligadas a trustes estrangeiros do ramo ou subsidiadas do exterior, salvo poucas exceções. Em nossos dias, a imprensa – jornais e revistas – está sob controle direto do imperialismo, que comprou empresas e completou o controle indireto com a propriedade de cadeias de jornais e revistas, além de emissoras de rádio e televisão, atuando sobre a opinião maciçamente.

Tanto a imprensa liberal como a imprensa popular não encontram, assim, condições para competir com essa imprensa que envolve gigantescos interesses e que demanda investimentos de enorme vulto; passou ao nível dos semanários de existência precária; foi, por todos os modos, marginalizada. Está agora relegada aos pequenos jornais e às revistas de cultura, bem como às publicações estudantis –, tudo sem estrutura de empresa ou com uma estrutura precária. Tudo isto para não referir aquilo que decorre da vigência de limitações de ordem política. Mas, ainda na vigência de liberdade de imprensa – entendida em termos formais –, o jornal diário é empresa muito difícil para as correntes populares ou democráticas, de modo que prepondera, normalmente, a possibilidade do semanário em que a doutrinação domina a informação.

Desde que surgiram aqui as primeiras oficinas gráficas, claro que começaram a ser produzidos livros. A precariedade do parque gráfico, na fase artesanal da imprensa, era tamanha, entretanto, que o livro, na maior parte, era impresso no exterior, particularmente em Portugal. O desenvolvimento do parque gráfico brasileiro data da fase em que crescem e se alastram as relações capitalistas; assim, a atividade editorial, em termos nacionais, tem início após a Revolução de

1930. O pós-modernismo e a conquista do público pelos romancistas-documentaristas nordestinos, encontram, pois, a base material de que necessita: aparecem grandes editoras nacionais, o público cresce e se diversifica. Ocorre, em sentido contrário, o encarecimento do livro, desproporcionado e contrastando com o poder aquisitivo baixo da maior parte da pequena burguesia.

Se o parque gráfico estabelece a base material que permite o desenvolvimento da produção de livros, perfeitamente compatível com a demanda, o mesmo não acontece com a comercialização, que, esta sim, estacionou e está estrangulando o consumo do livro em nosso país. Se deixarmos de parte – admitida a sua importância fundamental – o aspecto ligado ao poder aquisitivo dos leitores, o da comercialização aparece, há muito, como o mais grave, quanto ao livro. O fato é que a comercialização do livro não acompanhou, de forma alguma, a expansão da produção e da demanda, permanecendo nos moldes rotineiros do passado. Ora, acontece que a inflação tornou praticamente inviável a montagem de livrarias nos grandes centros urbanos, pelo alto preço dos aluguéis. Existe, no Brasil, considerada a percentagem de população adulta e dotada de nível médio de conhecimentos para cima, um público de proporções já razoáveis, em termos quantitativos; acontece que a comercialização antiquada não coloca o livro ao alcance desse público. Enquanto as revistas semanais ilustradas – que conseguiram alcançar dimensão nacional de circulação – encontram uma rede distribuidora que as coloca ao alcance dos leitores, em tempo útil praticamente em todo o território brasileiro, o livro continua a ser oferecido em moldes superados, só colocado ao alcance do leitor na área desenvolvida do Centro-Sul, compreendendo o sul mineiro, o Estado do Rio, o Estado de São Paulo e o Estado da Guanabara, assim mesmo em condições rotineiras. Esta é a área em que o poder aquisitivo pode ainda abranger o livro, dentro de certos limites, de sorte que não tem havido estímulo do mercado – o outro – no sentido da substituição dos métodos obsoletos de distribuição do livro. Este é um dos grandes problemas quanto à difusão do livro, no Brasil, nos tempos atuais – deixando de considerar aqueles aspectos ligados à repressão policial com apreensões e prisão de autores, editores e livreiros, na fase que estamos atravessando.

Também na área editorial, o imperialismo está presente: desde o início da chamada “guerra fria”, e particularmente depois de 1964, a compra de editoras brasileiras apareceu como novidade. Algumas foram

realmente vendidas a empresas norte-americanas, enquanto outras recusaram ofertas e receberam propostas, que algumas aceitaram, de funcionarem como subsidiárias, recebendo “ajuda” para determinadas edições que eram assim facilitadas, barateando-se o preço do livro – num mercado onde ele é caro –, de sorte a constituir *dumping* ineludível. Por outro lado, no que diz respeito ao livro didático, o controle exercido pelo imperialismo é hoje efetivo quanto ao conteúdo e se esboça o controle quanto à produção. Tradicionais editoras brasileiras, ou empresas que surgem e se multiplicam, sem que se saibam o motivo e a origem do capital, estão hoje na dependência norte-americana, apresentando sob seu selo editorial livros que, com o nosso país, só têm afinidade com o idioma em que são impressos. Esta atividade editorial nova e politicamente interessada e orientada, aliás, volta-se para a juventude, proporcionando-lhe atrativos de leitura e induzindo-a a determinado tipo e modelo de conhecimentos. Se acrescentarmos a isto o intenso trabalho realizado sobre a mente infantil e adolescente através das revistas de história em quadrinhos, que se multiplicam assustadoramente, verificaremos que grau de deformação representa o conjunto desse esforço desnacionalizante, do ponto de vista da cultura.

CONCLUSÃO

Do que ficou narrado, deduz-se que o problema inicial, para a cultura brasileira, é o da retomada da liberdade. Sem liberdade de pensamento e de expressão não há condições de desenvolvimento cultural autêntico. Trata-se de etapa preliminar, indispensável. Sem superar tal etapa, não há como colocar o problema da cultura.

Desde que esse problema tenha o mínimo de condições para ser colocado, trata-se de reconhecer as proporções do esforço de descaracterização nacional a que a nossa cultura vem sendo submetida; trata-se de restituí-la aos seus fundamentos nacionais. Desde que atravessada a etapa preliminar antes mencionada, e em função dela, deverão surgir as condições para que se empreenda a defesa da cultura nacional, de seus valores, de suas características, dentro da conjugação entre o universal, o geral e o particular, isto é, daquilo que tem validade universal, em termos de cultura humana, e não pertence, por isto, mesmo a ninguém, e daquilo que guarda o traço brasileiro, nosso. A preservação da cultura nacional não exclui – muito ao contrário – a

receptividade ao que outras culturas nacionais elaboraram de válido, ao que pertence ao homem, no mais alto sentido.

Surge como terceiro problema o uso dos meios de comunicação de massa; e isto dependerá sempre das condições a que o país estiver submetido. De maneira alguma o problema da cultura é autônomo; antes, mais do que qualquer outro, depende de condições estruturais e conjunturais. De acordo com tais condições é que poderá ser elaborada uma política cultural em relação aos meios de massa. Não poderão permanecer na situação em que se encontram. Tanto quanto se possa prever, o controle estatal sobre rádio e televisão deverá surgir como exigência mínima. Na dependência do grau de aprofundamento da luta anti-imperialista, será possível, ou não, a nacionalização das agências de publicidade e de notícias.

A criação de condições que permitam o aparecimento de jornais diários populares, bem como as que permitam a comercialização do livro na medida das exigências do mercado, estão ligadas à correlação de forças que resultar do restabelecimento das garantias individuais e das liberdades democráticas. Mais difíceis serão, certamente, as medidas destinadas a permitir a expansão do cinema, do teatro e das artes plásticas, por exigirem intervenção decidida do Estado no impulsionamento e na proteção das atividades ligadas a essas artes.



ARTE IV¹¹

LUTA PELA CULTURA

1. INTENSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE CULTURAL

Em lugar de diminuir, minha carga de trabalho intelectual aumentou, e muito, em 1950. Além do *Observador Econômico e*

1. Parte retirada do livro *A Luta pela Cultura*, Rio de Janeiro, Berthand do Brasil, 1990, a partir da pág. 100.

Financeiro e do *Digesto Econômico*, para o qual escrevi, então, longa série de artigos sobre os transportes no Brasil, os “Velhos planos” e os “Novos planos” – que tratavam especialmente do Plano Nacional de Viação e de suas variações –, tive de atender convite de Evaldo Simas Pereira e colaborar na página de Economia de *O Jornal. Argumentos* deixara de circular, mas a seção de crítica do *Correio Paulistano* continuava a merecer todo o meu zelo. Comecei, por insistência de Carlos Pedrosa, a fazer, para a *Revista Brasileira de Geografia*, a página de tipos e aspectos do Brasil. No segundo semestre, eventualmente, e por força de circunstâncias, tive de ajudar também a *Revista do Clube Militar*. Isso sem falar nos convites de surpresa. Um deles me foi muito grato: o do Diretor da *Revista da Escola Militar*, cadete Noemil Portela Ferreira Alves, que me solicitava colaboração. Mais de três lustros se haviam passado sobre a época em que eu, nas funções que ele agora desempenhava, tinha de fazer solicitação idêntica aos escritores. Apesar de tudo, da sobrecarga de trabalho principalmente, eram laços afetivos os que me ligavam à revista que eu dirigira. E havia, além de aulas e trabalhos de rotina, que preparar, nas minhas funções na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, trabalhos especiais; nesse ano, eles versaram sobre a região da Campanha, no Rio Grande do Sul, e sobre a região sul do Mato Grosso.

Na crítica, minhas atenções voltaram-se, em 1950, para o volume da correspondência de Monteiro Lobato, contendo as cartas que escrevera, por longos anos, a seu amigo Godofredo Rangel, *A Barca de Gleyre*, repositório interessantíssimo não só sobre o autor, mas sobre a época e, particularmente, as coisas literárias da época. Entre abril e julho, cinco ou seis rodapé foram dedicados ao estudo do romance de Érico Veríssimo, *O Tempo e o Vento*. Entre junho e novembro, apareceu certo número de rodapés da série dedicada a Eça de Queiroz e iniciada no ano anterior. Voltei a escrever sobre Raimundo Corrêa, em dezembro. Em outubro e novembro, sob o título “Crítica e julgamento”, retomei um dos temas candentes das letras brasileiras, ao tempo. Estas refletiam, a meu ver, condições do meio, a que era impossível fugir. A insistência na crítica judicativa, apreciando isoladamente autores e livros, derivava daquelas condições:

“A crítica literária, ocupando-se de autores e de livros, tomados isoladamente, não conseguirá vencer as mazelas e os contrastes que existem na disparidade entre um individualismo exacerbado, como o do artista de qualquer espécie, e a constatação fria,

que os recursos das novas técnicas de interpretação fornecem, de que as obras são tanto mais importantes e tanto mais dignas de apreço quanto mais reflitam as condições do que é coletivo, daquilo que não pertence a ninguém. A agonia do individualismo, que encontra resistência desesperada e até certo ponto compreensível da parte dos artistas, que a sociedade individualista gerou e acalentou, vai sendo, assim, pontilhada de glórias e de se desfazem e de tristes demonstrações de incompreensão.”

Gênero de maturidade, a crítica literária aparece quando a literatura atinge o nível nacional:

“Uma literatura só tem vida efetiva quando interessa ao seu povo, quando é capaz de levar-lhe alguma coisa que ele aprecie, quando é apta a associá-lo à tarefa artística de criação.”

Em 1950, ocorreram, em minha vida, alterações significativas. Na existência, há momentos que provocam definições. Às vezes, são circunstâncias menores que as impulsionam. De qualquer maneira, as opções devem ser feitas. Comigo, a crise surgiu quando, aceitando o convite para integrar a chapa Nacionalidade à direção do Clube Militar, escolhi um caminho. Com a vitória da chapa, assumindo eu a direção do Departamento Cultural daquela associação de classe, comecei a participar de uma luta política em que não entrei por gosto, mas da qual não poderia fugir sem desdouro. Note-se: desdouro em meu próprio julgamento, não no julgamento de outros. Graves erros foram então cometidos pelos nacionalistas militares. Tais erros, no entanto, não justificavam de forma alguma a repressão de que foram vítimas. Houve um momento em que se me apresentou o problema da opção. De um lado estavam altas recompensas; de outro a minha maneira de pensar. Fiquei fiel a esta. Mas é claro que não guardei ilusões. Sabia que, daí por diante, as coisas seriam diferentes. Quando fui chamado à presença de alto chefe militar, que me apresentou o problema, já havia tomado uma decisão. Não me arrependi jamais desta decisão. Para princípio de conversa, ela me custaria, desde logo, o exílio.

Suavizei o exílio, tanto quanto possível, com solução que estava ao meu alcance: passava oito meses na fronteira, na pequena guarnição de província para a qual fora mandado, e quatro meses no Rio, de licença, retomando contato com as atividades culturais. O distanciamento, entre os seus aspectos negativos, apresenta um positivo, por contraste: reforçava a autonomia de pensar e de dizer.

Com a opção, eu já me desobrigara de umas tantas cerimônias; com o distanciamento, isto foi levado mais longe, aprofundado, sedimentado. Começou a refletir-se, desde logo, no que eu escrevia. E como eu escrevia apenas artigos, pequenos ensaios, colaboração para jornais e revistas especializadas, foi nesses trabalhos que os sinais daquela transformação apareceram primeiro e progressivamente. Conquistava, assim, a duras penas, uma amplitude de pensamento que me permitiria ver as coisas melhor, porque me permitia ver-lhes a essência, e dizer com segurança nova, pois ancorada em raciocínio desapegado das injunções e dos preconceitos, tanto quanto é isso possível. Palácios, encarcerado em Buenos Aires pela polícia política, podia, assim, dirigir-se ao carcereiro: “Escravo, traz um copo de d’água para um homem livre!”. Isto significa, em suma, que a liberdade está em nós. Daí a definição filosófica de que ela é a consciência da necessidade. Resta fazer uso dela. Saber fazer uso dela.

Essa maior liberdade de pensar e de dizer aparece, por exemplo, na crítica ao romance de Ibiapaba Martins, *Falam os Muros da Cidade*, com que o escritor paulista começava o largo painel da sociedade que se forjava, com lutas e sofrimentos, naquele cenário marcado pela presença dos cafezais, romance movimentado, fixando aspectos novos, que os autores bem comportados afastam de suas criações, via de regra, mas que são como o tempero, e dão sabor às cenas e aos episódios. José Veríssimo mencionou a tendência ao aulicismo, que ele via como peculiar à condição do escritor. Ela assinala, realmente – não sendo embora específica –, um dos sinais ostensivos da ausência da liberdade, e da liberdade que reside em cada um é que falo, pois a outra, a que depende da autoridade, pode limitar, mas não muda o homem de verdade. E, se não é homem afeiçoado à verdade, não é escritor.²

Em meu recolhimento de exilado, chegavam-me, às vezes, convites a que era impossível atender. Não sei se foi em 1952 ou 1953 que me chegou ofício da Associação Brasileira de Escritores (A.B.D.E.), seção do Rio Grande do Sul, assinado por Lila Ripoll Guedes:

“No próximo dia 25 deste mês (mas o ofício não tinha data), reunir-se-á em Porto Alegre o IV Congresso Brasileiro de Escritores, convocado pela ABDE nacional. Julgamos desnecessário ressaltar a significação do importante conclave, que representa para o Rio Grande um acontecimento sem precedente histórico, no plano literário. A diretoria da ABDE gaúcha tem o prazer de incluir o nome de V. S. na lista de

2. Pulou-se aqui da pág. 103 para a pág. 113.

convitados especiais para o referido Congresso.”

Não me foi possível comparecer; não podia me afastar de minha guarnição. Os escritores estavam agora divididos, violentamente, ferozmente divididos, em bandos irreconciliáveis: *Literatura* deixara de circular há muito tempo e sua diretoria se esfacelara; a ABDE atravessara crise terrível, ficando os esquerdistas isolados e estigmatizados. Haviam mantido o controle da associação, mas fora vitória estéril, pois grande parte dos escritores dela se haviam afastado depois de lamentáveis incidentes. Não participei deles, não tenho condições para julgá-los, para distribuir culpas. Parece, tanto quanto conservo lembrança das informações que me chegavam, que houve sectarismo da parte dos elementos de esquerda. Mas a verdade é que o trabalho divisionista, o esforço para esmagar a esquerda, que timbrava em querer que a ABDE militasse de fato em defesa da liberdade, gravemente ferida no Brasil e fora daqui, fora enorme, bem escorado, ajudado por todas as formas e coroado de êxito. A intelectualidade se fracionara de forma tão violenta, que muitas das feridas então abertas jamais cicatrizaram. Graciliano Ramos presidiria o Congresso realizado em Porto Alegre. Estava já gravemente enfermo. Teria sido para mim agradável revê-lo. Isso não aconteceu, porém. E só o reví na câmara mortuária, ainda no quarto que ocupara, na casa de saúde São Vitor, à praia de Botafogo, de onde o corpo saiu para o saguão da Câmara Municipal, onde recebeu homenagens e de onde partiu o enterro.

Outros convites vinham de São Paulo. Um deles dizia:

“Transcorrendo no próximo mês de junho o 13º aniversário de nossas atividades editoriais, desejamos reunir em um jantar de confraternização, a se realizar nos salões do Automóvel Club, às 20 horas do dia 10 de junho, todos os nossos editados e colaboradores. Assim, é com grande satisfação que convidamos o prezado amigo a comparecer a esta reunião, que será presidida pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, Prof. Lucas Nogueira Garcez.”

Assinava o convite José de Barros Martins. Tratava-se do aniversário da Livraria Martins Editora, a que, infelizmente, não me foi possível comparecer. Outro convite não era para festa:

“Fundamentos vai publicar, no próximo mês, um número especial, dedicado ao nosso querido Afonso Schmidt. Vamos publicar diversos trabalhos sobre a obra e a

vida do grande escritor santista, mas, para que o número tenha a importância literária que pretendemos, falta um grande estudo crítico, o enquadramento definitivo da obra de Schmidt no panorama da literatura brasileira. É esse trabalho que esperamos que você faça.”

Não me foi possível também atender a esse convite, assinado por Artur Neves: não dispunha, onde estava, no início de julho, das informações, dos livros e dos documentos que me permitiriam escrever o estudo pedido. Sempre me afastaram de Afonso Schmidt, aliás – a quem não conheci pessoalmente –, circunstâncias, equívocos. Sua obra deve ser re-editada. Guardo da leitura de suas memórias inapagável lembrança. Tenho-as na conta de um dos grandes testemunhos do nosso tempo.

Em 1953, continuei a série de artigos sobre Oliveira Viana; escrevi a série sobre o naturalismo de Zola, que foi depois incorporada ao livro *O Naturalismo no Brasil*, tão influenciado pelo romancista francês; estudei, em dois rodapés, a obra de Simões Lopes Neto; entre agosto e setembro, elaborei e publiquei a série batizada como *A literatura da autonomia*. Alguma coisa deve ter provocado as observações contidas no rodapé de 2 de outubro, *Medo e cultura*, que começava por lembrar as fogueiras de livros:

“O que se procurava queimar, por isso mesmo, desde aqueles velhos tempos, era a possibilidade do conhecimento, a possibilidade de sua aquisição, e conseqüentemente de seu uso, que pareceu, desde aqueles tempos, um uso revolucionário.”

A fúria contra a cultura repetia-se, mas tinha sempre o mesmo motivo:

“No fundo, o motivo é o mesmo, e não passa do medo, o tenebroso sentimento daqueles que se acovardam porque se sabem fracos, e que se desmandam porque se sabem impotentes. O horror à cultura, concretizado no horror ao livro, não é estranho, nem excepcional, nem novo. Vem de longe, da noite dos tempos, e, se procurarmos bem as suas origens, nós as encontraremos nas cavernas, em que a pobre criatura humana, faminta e atemorizada, se escondia.”

No fim das contas, era, agora, o medo à realidade que desencadeava a fúria da ignorância, consagrando a esta como estado de bem aventurança:

“Quando se persegue alguém pelas suas idéias, quando se colocam obstáculos à marcha de pesquisas e tendências, de opiniões, que interessam a parcelas da humanidade, quaisquer sejam elas, pronunciando, ao mesmo tempo, orações e afirmando que tudo se faz em favor da democracia, que confere aqueles direitos, na letra de suas cartas, estamos num caminho em que, certamente, não há lugar para o livro, como para qualquer instrumento de cultura. Quando se acredita, angélica ou diabolicamente, que as realidades deixam de ser realidades porque lhes negamos a existência, estamos criando um mundo artificial, em que poderão nascer coisas interessantes, mas em que o próprio ar será um veneno para o homem.”

A perseguição à cultura era sinal de derrota próxima:

“A destruição de bibliotecas, a fiscalização ostensiva e imperiosa, quando não verdadeiramente vesânica, da difusão dos conhecimentos, as fogueiras de livros, o aparecimento de leis que correspondem a um retrocesso na antiga liberdade de crer e de conhecer, constituem, no fim de contas, meros episódios, na prolongada luta contra o obscurantismo e contra o medo, sob todas as suas formas.”

É claro que nem apenas o terror e a violência eram instrumentos contra a liberdade. Havia outros:

“Mas é necessário não esquecer de que, a qualquer momento e em qualquer lugar, as mencionadas técnicas de impressão podem colocar-se a serviço dos interesses ali dominantes. O livro e a imprensa, por outro lado, adaptando-se aos desenvolvimentos econômico e social, forjaram, para sua difusão, o aparecimento de organizações industriais e comerciais sem as quais não têm vigência efetiva. Isso corresponde à verdade de que a posse do poder econômico significa a possibilidade de difundir idéias e de criar, pela propaganda, mitos e tendências a que a realidade está longe de corresponder.”

Finalmente:

“Quando a posse dos recursos que possibilitam o controle da difusão de conhecimentos já não é suficiente, e aparece a necessidade de, ao lado da propaganda montada sobre o aparelhamento existente, fazer surgir o terrorismo, para apresentar o medo como instrumento político, é que nos aproximamos do fim. (...) Onde existe o receio das ideias, onde elas motivam perseguições e violências, onde o livro aparece como instrumento nocivo, onde a sua fiscalização se torna necessária, onde as bibliotecas de centros de saber se tornam forjas de insurreições, onde se faz necessária a fogueira para impedir a difusão do que quer que seja, existe alguma coisa de podre. Nem só os nascimentos, mas as agonias são também violentas.”

Em julho, excepcionalmente, dediquei um rodapé inteiro à re-edição de *A Dança sobre o Abismo*, de Gilberto Amado. Lembrei, e não pela primeira vez, como o autor era já consagrado quando os modernistas começavam a trocar os sonetos pela nova poesia, prosador de mérito, ensaísta inteligente e crítico sagaz, com algumas páginas, como aquelas que o livro guardava, dignas de serem relidas sempre. A crítica era simpática, espontânea e, evidentemente, do meu ponto de vista, justa. Como já contei, recusei-me sempre a seguir vetos estabelecidos: havia acordo, não sei se tácito, se expresso, de omitir qualquer referência favorável a Gilberto Amado. Não sei se por isso, porque eu estava rompendo estranho compromisso, ele me escreveu, de Genebra, tão logo lhe chegou o recorte de minha crítica:

*“Meu caro Nelson Werneck Sodré. Você é dos brasileiros a quem mais devo. Tenho todos os seus livros e neles encontro sempre o meu cercado de respeito, de simpatia e de compreensão – o que é tão raro em nossos julgamentos. Acabo de receber o seu artigo do Correio Paulistano, sobre a Dança. Esplêndido. Chegarei ao Brasil no fim deste ano. Quero conhecer mais de perto o confrade a quem sou reconhecido, o espírito pelo qual tenho grande apreço. Escrever-lhe-ei talvez com mais vagar. Estou ocupadíssimo, presidindo a minha comissão de 14 velhos sábios algo ranzinzas. Abraço cheio de encantamento do Gilberto Amado.”*³

Voltemos a 1953, porém. Foi o ano da morte de Graciliano Ramos. Meus primeiros rodapés de janeiro, a 9 e a 11, foram sobre ele, a propósito das homenagens pelo seu sexagésimo aniversário. Em julho, no entanto, a 12 e a 29, os dois rodapés falavam de sua morte. “Em Graciliano Ramos – eu escrevia então – havia que admirar, o que nem sempre acontece, tanto o escritor quanto o homem. Naquele sertanejo, a grandeza não estava apenas no talento”. Lembrava como o destino acumulara sobre ele dores e problemas e como, atravessando-os, ele se conservara fiel a si mesmo. Isto o tornara digno de admiração:

Que esse homem, tendo provado tanto a dor e conhecido tão a fundo as suas manifestações, que essa criatura excepcional tivesse, apesar de tudo, escrito algumas das páginas mais lúcidas, mais precisas, mais claras e mais puras da literatura brasileira, chegava a espantar aos que sabiam das condições em que ele escrevia. Em muitos raros homens de pensamento havia, como em Graciliano Ramos, aquela honestidade literária que conduz à verdadeira grandeza. Na sua tarefa de apuramento constante, de

3. Pulou-se da pág. 118 para a pág. 121.

permanete insatisfação, havia a mais alta e mais nobre lição que a literatura brasileira posterior poderá aproveitar. Porque ninguém soube integrar-se tão completamente na arte escolhida, que lhe dava tão pouco e a que ele deu tudo.”

Rematava assim:

“É cedo, realmente, muito cedo. Dia virá em que o seu nome estará ao lado do de Machado de Assis, quanto à perfeição literária, e bem alto, quanto à dignidade e à grandeza de sua vida. Certo, mais tarde, essa vida será contada às crianças das escolas, como um exemplo de grandeza humana. Quando isso acontecer, o nome daqueles que o perseguiram, que o amarguraram, que o atormentaram, terá desaparecido da memória dos homens, para sorte deles e dos que carregaram um fardo tão triste.”

Por coincidência, tendo começado o ano escrevendo sobre ele, encerrei o ano também escrevendo sobre ele: a 27 de dezembro de 1953, aparecia no *Correio Paulistano* o primeiro de uma série de quatro artigos – os demais seriam publicados a 3, 10 e 17 de janeiro de 1954 – sobre as *Memórias do Cárcere*. Pouco tempo depois de sua morte, em entrevista à *Última Hora*, do Rio, sua viúva, Heloisa Ramos, declarava:

“Como sua esposa e do ponto de vista do homem, os melhores trabalhos publicados, até agora, sobre Grace, os que mais representam ele mesmo, creio que são os artigos de Nelson Werneck Sodré e o recente de Osmar Pimentel”.

Os quatro artigos sobre as *Memórias do Cárcere*, a pedido de Heloisa Ramos, figuram, hoje, como introdução àquela obra. Estar com Graciliano Ramos, numa obra de tão alta qualidade literária e humana, dos maiores livros de nossa literatura, é das poucas coisas de que me posso verdadeiramente honrar...⁴

Quando 1954 se iniciou, eram claros os sinais de crise no governo de Vargas, meros sintomas da profunda crise do regime, que culminaria, nesse ano, com a tragédia de agosto. Eu atravessava o quarto ano de exílio e continuava sem perspectiva próxima de encerrá-lo. Aproveitava para os estudos mais demorados, revendo autores, lendo muito, e refletindo. Em 1954, fiz, para a seção de crítica do *Correio Paulistano*, três séries de ensaios: sobre Sílvio Romero, em continuação, e que faria, mais tarde, parte do livro *A Ideologia do*

4. Pulou-se da pág. 123 para a pág. 124.

Colonialismo; sobre Capistrano de Abreu; e sobre o Modernismo e particularmente sobre a obra e o papel de Mário de Andrade...⁵

O *Correio Paulistano* estava completando cem anos de existência, em 1954. Preparou edição comemorativa para o dia 26 de junho, na qual compareci com artigo especial. Era, então, dirigido por João Sampaio, tendo Abner Mourão como redator-chefe e Israel Dias Novais como secretário. Estava longe, agora, de seus melhores tempos, quando órgão do Partido Republicano Paulista, orientado pela sua Comissão Diretora, de que fizeram parte alguns chefes políticos mais eminentes da República. Deixara, realmente, lugar marcante, e até característico, na imprensa brasileira. Característico do órgão oficial, do jornal governista, em que ensaiavam valores que depois seriam aproveitados em funções de nomeação. Como quase todas as funções públicas eram de nomeação, sendo o concurso fato excepcional, nada se fazia, nesse terreno, sem o beneplácito da Comissão Diretora. Ora, uma das portas acessíveis aos jovens escritores, que pretendiam fazer carreira nas letras, no funcionalismo e na política, era a redação do *Correio Paulistano*, que abrigou, realmente, figuras importantes da época, ali dando os primeiros passos. Não pertenci a essa fase. Quando nele ingressei, começava a sua áspera carreira oposicionista, cheia de altos e baixos. Dirigido, gerido ou orientado, via de regra, por leigos no jornalismo, e, ao mesmo tempo, manietado por compromisso – exemplos frisantes: o dementado Oliveira César, o jocoso Gama e Silva – arrastou-se ainda, longamente, para acabar, de maneira melancólica, arrasado pela inépcia, com suas máquinas penhoradas para pagamento dos gráficos. Deixei-o, em 1955, e não sem saudades, bem antes de isso acontecer: foi uma época de minha vida.

Quando passei no Rio o primeiro trimestre de 1954, como fazia todos os anos desde que fora exilado na fronteira, conheci o professor Guerreiro Ramos, que lecionava na Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas, e trabalhava no Ministério do Trabalho, lotado na Comissão Nacional de Bem-Estar Social. Ele me contou, então, que um grupo de intelectuais, que englobava alguns assessores do governo Vargas, decidira conjugar esforços para constituir um instituto que se especializaria no estudo, na pesquisa e no planejamento de tudo o que se relacionasse com a realidade brasileira. Convidou-me para integrar esse grupo e participar de suas atividades.

5. Pulou-se da pág. 124 para a página 126.

Encomendou-me, desde logo, dois trabalhos. Não me lembro dos assuntos. Sei que existiram porque guardo o bilhete da secretária do professor Guerreiro Ramos, indagando se deveria remeter para o Rio Grande do Sul, para onde eu já regressara, ou esperar pela minha presença, a importância de quatro contos de réis, correspondente ao pagamento desses trabalhos. O bilhete está datado de 28 de maio.

Mas já com data de 31 deste mesmo mês, carta do próprio professor Guerreiro Ramos, em papel que trazia o timbre *Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política - IBESP*, indicando como sede a rua do Ouvidor, 50, 11º andar (que, vim a saber depois, era o escritório de advocacia de Hélio Jaguaribe e de Reinaldo Reis), fornecia detalhes, voltando a mencionar aqueles trabalhos:

“Meu caro Sodré. Acuso recebimento dos recortes de jornal e de suas conferências, que estão magistrais. As ditas conferências constituem um dos pontos altos do Seminário que, aliás, está despertando um interesse extraordinário. Você imagine que temos mantido o salão do Ministério da Educação quase lotado. O interesse dos militares pelo empreendimento tem sido notável. Fizeram-se representar, enviando oficiais, entre outros, órgãos como o Estado Maior das Forças Armadas, a Escola Superior de Guerra, o Departamento Técnico do Exército. Oficiais da Marinha também estão presentes e é na Marinha que se imprimem as conferências. Gente do Itamarati, inclusive um ministro de assuntos econômicos. Posso lhe dizer que o Seminário é um sucesso, até agora. Achei suas conferências, sinceramente, de alta classe. Na minha opinião, elas poderiam subir de nível ainda mais se V. as enriquecer com dados estatísticos e com alguma bibliografia. Aliás, peço-lhe que faça isso, para a edição definitiva. Há perfeita organicidade de idéias entre as minhas conferências e as suas. Todavia, penso que V., ao expor o desenvolvimento das classes no Brasil, se deixou impressionar um pouco pelo esquema ou modelo do desenvolvimento capitalista europeu. Mas isso são coisas que só pessoalmente podem ser debatidas. Está aqui, à sua disposição, a miserável quantia de quatro mil cruzeiros (Cr\$ 4.000,00). V. me perdoe, mas temos que espíchar o dinheiro para cento e vinte conferências. Pergunto-lhe: devo enviar-lhe o dinheiro ou V. mandará buscá-lo aqui por pessoa que possa deixar recibo? Não digo que as conferências sejam propriedade do IBESP. Seria preciso ter tratado V. melhor... Todavia, desejamos que V. nos deixe ter a primazia da divulgação em letra de forma. Depois disto, V. aproveitará o material. Está certo?”

Pelos dizeres desta carta, as conferências que enviei constituíam estudo do desenvolvimento histórico das classes sociais no Brasil. Os reparos de Guerreiro Ramos sobre estatísticas e bibliografia eram

mais do que justos; a ausência destes elementos de informação refletia as condições em que eu trabalhava, na fronteira, em pequena guarnição, sem biblioteca e sem fontes de consulta. A referência ao modelo europeu de desenvolvimento social – velho calo do missivista – demandaria espaço para ser discutida. Até certo ponto, a divergência era acadêmica.

Em julho, Guerreiro Ramos voltava:

“Recebi sua carta e estimo o seu propósito de dar uma maior presença entre nós. Preciso, aliás, do seu concurso. Você não poderá fazer duas conferências (23 e 30 de agosto) no Seminário de Estudos de História Econômica do Brasil? Estou certo de que pode e já incluí o seu nome no nosso calendário. Espero, entretanto, que você me confirme urgentemente por carta e me mande os temas das mesmas. Peço que não recuse o pedido.”

A carta, de 8 de julho, deve ter chegado por volta de 15; descontada a antecedência destinada à remessa das conferências para o Rio, restava-me cerca de um mês para prepará-las. Claro que todas as minhas atividades intelectuais eram exercidas sem prejuízo das militares. E estas, na época, como quase sempre, eram intensas, absorvendo o dia todo. Em agosto, não sei se antes, se depois do suicídio de Vargas, recebi aflito telegrama de Guerreiro Ramos:

“Julgo indispensável encontro em São Paulo sendo possível telegrafe dizendo hotel e dia.”

Não era possível, evidentemente, com a situação política e militar tensa como estava. Na mesma época, chegava-me bilhete do mesmo Guerreiro Ramos, datado de 27, três dias depois do suicídio de Vargas, portanto:

“Meu caro Sodré. Recebi e agradeço seu telegrama. Dá-se que estamos desejando um contato com o general Estillac. Se você puder promovê-lo, em São Paulo, ou de outra forma, por intermédio de um amigo seu, fico-lhe muito grato. Caso isso seja possível em São Paulo, para lá seguiria o Dr. Hélio Jaguaribe, conforme a sua resposta. Fico-lhe muito grato por sua breve resposta a isto. Oportunamente lhe darei mais notícias. Receberam o nº 2 da revista?”

Comecei a compreender o quadro em que os elementos do IBESP se moviam. Grande parte deles girava em torno do governo Vargas. Quase todos eram funcionários, isto é, pertenciam ao aparelho do Estado. Quando a crise tomou forma alarmante, trataram de aproximar-se dos elementos militares, que reputavam peças importantes no jogo político. Entre os grupos militares, o dos nacionalistas, que se haviam batido pela candidatura do general Estillac Leal à presidência do Clube Militar, estava mais próximo do pensamento deles. Com o desencadeamento agudo da crise, em agosto, buscaram, desesperadamente, articular elementos militares. Com o suicídio de Vargas, tinham de procurar, com maior afinco, uma figura de prestígio, que os apoiasse. Estillac seria esta figura. Não lhes pude valer: do sul, não podia promover o encontro pedido. Estillac, por outro lado, fora retirado do comando do II Exército, em São Paulo, voltando ao Rio. Ali, com outra intermediação, o grupo do IBESP tomou contato com ele. Já por essa época, era conhecido como Grupo de Itatiaia porque, quando Vargas ainda vivo, seus elementos haviam passado alguns dias na sede do Parque Nacional de Itatiaia, por concessão do Ministro da Agricultura, ali discutindo os problemas nacionais. Desde essa época, aliás, e funcionando como grupo organizado, forte pelas funções exercidas por alguns de seus componentes e pela assessoria que forneciam, os intelectuais do IBESP começavam a ocupar lugar no espaço, e particularmente no espaço político.

É, aliás, o que revela Guerreiro Ramos, em carta sem data, presumivelmente de setembro, pelas alusões que contém:

“Respondo sua última carta. Suas conferências despertaram o maior interesse na audiência, atualmente mais homogênea. Basta lhe dizer que se esgotou a edição mimeografada que dela fizemos. Não houve nenhuma alteração na vida do IBESP até agora. Nesta altura dos acontecimentos, a minha impressão é de que passamos a ocupar um espaço na opinião mais esclarecida. Por exemplo, já temos praticamente assegurado, com o 2º número de Cadernos, um público de mais de 2.000 pessoas. O terceiro está em ultimação. Meus companheiros do IBESP estão interessados em conhecê-lo pessoalmente e lhe pedem venha fazer mais uma conferência no Seminário de Situação Atual do Brasil, numa das últimas segundas-feiras de novembro. Desta vez, só serve pessoalmente. Nada de mandar o texto sem o autor... Suas conferências serão publicadas. Não conseguimos ainda a aproximação que lhe pedi. Estamos, para este fim, utilizando os bons ofícios de um amigo.”

A carta seguinte, também sem data, deve ter sido escrita em outubro, pois Guerreiro Ramos ainda conta com a minha ida ao Rio e cobra o texto das conferências:

*“O tema que V. escolheu convém perfeitamente ao Seminário. Ficamos muito satisfeitos com o fato de que V. vem dizer as conferências pessoalmente. Todavia, peço que V. me envie as conferências com antecedência, se for possível. O público reagiu muito favoravelmente às suas duas conferências. Ouvi manifestações de aprovação, principalmente do pessoal do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Por exemplo, Celso Furtado, que acaba de publicar *A Economia Brasileira*, elogiou o seu trabalho. Eu, pessoalmente, achei-as magníficas, embora, como outras pessoas do IBESP, tenha me parecido que V. se impressionou muito com o modelo europeu de desenvolvimento das classes sociais. Quando V. estiver aqui, farei o possível para lhe arranjar um trabalho de nosso companheiro Inácio Rangel, sobre assunto idêntico, em que, penso, encontrará sugestões interessantes para o seu. Notei que fui feliz, entre os militares da Escola Superior de Guerra e os da Marinha, quando, ao ler o seu trabalho, frisei a sua condição de militar. Não pude, porém, apreender o que eles acharam realmente de suas conferências. Talvez reserve?”*

Como nos outros anos, passei no Rio o verão de 1955. Quando me preparava para voltar à fronteira, fui transferido: o general Estillac Leal trazia-me para servir em seu Estado Maior. Fui ao sul apenas para as despedidas. Em abril, estava de volta, para fixar-me na capital. O exílio sulino estava encerrado. Foi bom? Foi mau? Claro está que tudo tem pelo menos duas faces. Do ponto de vista da cultura, uma dessas faces, a negativa, era o afastamento dos meios de informação, dos instrumentos, das pessoas, o isolamento; a outra, a positiva, era a do afastamento da agitação, e particularmente da agitação política, o sossego que permitia a meditação, os estudos, a preparação dos trabalhos intelectuais. Vivi no Rio Grande do Sul, em Cruz Alta, quatro anos, de 2 de julho de 1951 a 16 de abril de 1955, com as interrupções já mencionadas. Já conhecia o Rio Grande, em viagens e estadas, como oficial do Estado Maior, para reconhecimentos e para manobras. Ali fui colocado por castigo, como exilado. Apreendi a estimar a terra e a gente do Rio Grande, e muito observei e estudei, para ensaio de interpretação que estou devendo e talvez jamais escreva. Há, ali, além de muitos outros aspectos, que seria longo até mesmo enumerar, há ali, e vem de longe, uma tradição de luta pela liberdade e de verdadeira afeição

por ela, originada do predomínio pastoral da campanha. Nunca me esqueço daquela história contada por Simões Lopes Neto: “Naquele tempo os campos eram ainda abertos, não havia entre eles nem divisas, nem cercas” ...

2. TESTEMUNHO DA LUTA CULTURAL

A crise que agitara o governo Vargas e culminaria com o suicídio do presidente teve como nota extraordinária a carta-testamento, terrível libelo contra o imperialismo e a violência de suas intervenções em nosso País. A gravidade da denúncia, que se multiplicava com o teor dramático que a cercara, estava em ter partido não de um esquerdista apaixonado, mas de um líder burguês, de cuja ideologia não era possível duvidar, e, além disso, não de um intelectual, de um ensaísta, de um teórico, mas daquele que, pela natureza mesmo de suas altas funções, conhecia os segredos de Estado, os bastidores da política internacional, os negócios em que os governos estão obrigatoriamente envolvidos. A desvairada paixão que o ato do suicida despertara e alastrara, por outro lado, criara situação inédita: os meios de comunicação foram compelidos a difundir, repetidamente, o dia inteiro, aquele texto virulento e verdadeiro, manchado e autenticado com o sangue, mensagem que vinha do outro lado da vida, aquele que já força alguma pode impedir e calar. O documento mais subversivo que alguém já elaborou, neste país, foi, assim, trombeteado a todos os momentos, pelo Brasil inteiro. Parecia que uma loucura se alastrara e conduzia o noticiário. Nunca o imperialismo foi escalpelado com tamanha intensidade, rigor e método, e nunca através daqueles instrumentos, daquelas técnicas e daqueles meios que ele se esmerara sempre em controlar e de cujo controle, aliás, era demonstração indesmentível e maciça a campanha de difamação que levava o governo à derrocada e seu chefe à renúncia suprema.

Os conspiradores impenitentes levaram alguns dias para arrumar a casa, para tomar as rédeas e encurtá-las, para assumir o controle real da situação, sempre com receio de que as coisas virassem e tivessem eles que responder pelos seus atos. A morte, porém, parecia a serviço dos interesses que defendiam: a 1º de maio, vítima de um ataque do coração, falecia o general Newton Estillac Leal, figura

singular, em que eram depositadas grandes esperanças. Conquanto tais ajudas do acaso tivessem proporcionado folga aproveitada para apertar os parafusos policiais, que caracterizaram sempre, no Brasil e fora daqui, os regimes e os governos ilegítimos, a verdade é que os novos detentores do poder não tiveram condições para aprofundar o golpe político que haviam operado. E, conseqüentemente, foram obrigados a caminhar para um processo eleitoral, com vistas à escolha do novo Presidente, relegada a interinidade vigente a governar apenas pelo que faltava a Vargas para chegar ao fim normal de seu mandato. Aceitar o processo eleitoral era aceitar a derrota. As manobras, facilitadas pelo controle do poder, visariam, conseqüentemente, a frustrar o processo eleitoral. Em contraposição, para as forças democráticas tratava-se, tão simplesmente, de assegurar a realização do processo eleitoral e o respeito ao resultado das urnas. Disso decorreria, naturalmente, a composição de todas as correntes não comprometidas com a interinidade espúria reinante em torno de uma candidatura que apresentasse, dentro desses princípios gerais, um mínimo de condições de vitória. Essa candidatura viria a ser a do governador mineiro Juscelino Kubitschek.

O quadro estava posto nestes termos quando, em fins de abril de 1954, voltei ao Rio. Vinha colocar-me no caldeirão, no centro dos agitados acontecimentos que marcaram a atormentada época que vamos vivendo. Alguns dias apenas após minha chegada, já enfrentava problema delicado: pronunciar, no tûmulo do general Estillac Leal, as palavras de despedida de seus companheiros. A delicadeza da tarefa estava em que a defesa da ordem legal, quando a conspiração é montada, mantida e desenvolvida dentro do governo, torna-se passível de qualificação como criminosa – “subversiva”, como é de uso dizer agora. Ao tirar do bolso da túnica as laudas que ia ler, ao lado do caixão aberto em que repousava o chefe nacionalista morto, olhei em torno e fixei-me em duas figuras militares que, uma ao lado da outra, firmes, eretas, estavam prestes a ouvir: a do ministro do Exército – da Guerra, dizia-se então – general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, e a do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes; o primeiro coordenando com dificuldades as forças de defesa da ordem legal; o segundo, conspirando contra ela. E, a cada pausa, fixava-os. Lott, impassível, corado, parecia de pedra; Gomes, imóvel, fisionomia fechada, não escondia seu desgosto. Eu estava, no fim das contas, de público, com as mais altas testemunhas, fazendo uma opção, tomando

partido, numa luta que seria – como vinha sendo, aliás – dura e cruel, com tendência a agravar essas características na proporção em que o processo se desenvolvesse.

A luta literária

Antes de envolver-me na luta política que sacudia o Brasil, completei, no derradeiro período de sossego de que iria dispor, a série de artigos sobre as ideias de Sílvio Romero, que apareceu no **Correio Paulistano**, assim, entre 1954 e 1955. A 7 de janeiro, meu rodapé de crítica apreciava o incidente ocorrido com o professor Guerreiro Ramos, no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, lembrado por ele em livro que reunia os artigos que, a tal respeito, divulgara na imprensa. Já tivera oportunidade de fazer ressalva às decisões aquele Congresso, quando da polêmica de Guerreiro Ramos pela imprensa. Assim, o rodapé começava por lembrar:

“Quando nos ocupamos do assunto, fizemos questão de declarar, e tão-somente porque nos pareceu essencial o detalhe, que não podíamos conferir respeito e acatamento ilimitados a um congresso de sociologia reunido em país em que não existe a liberdade de debate dos problemas.”

Analisava, depois, a proposta apresentada pelo professor brasileiro àquele Congresso, apoiando-a e estranhando tivesse sido recusada. Constavam da referida proposta teses interessantes, a meu ver, algumas até óbvias: que as soluções dos problemas sociais, nos países latino-americanos, deviam ter em vista “as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos”; que o ensino de Sociologia, nesses países, devia “obedecer ao propósito fundamental de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, equipando-os de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam”; que os sociólogos, ao tomarem posição de aconselhamento, não deviam “perder de vista as disponibilidades da renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas”; que, diante da situação atual de subdesenvolvimento daqueles países, era “desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas

sobre detalhes da vida social, devendo-se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos globais e parciais das estruturas nacionais e regionais”, etc.

Oswald de Andrade faleceu pouco antes de aparecer a primeira parte de suas memórias que, assim, ficaram reduzidas a muito pouco, não abrangendo mesmo a fase do Modernismo. A 13 de fevereiro, no *Correio Paulistano*, a propósito dessas “Memórias de um individualista”, como se intitulava o meu artigo, fiz o balanço de sua vida e de sua obra. Oswald de Andrade representara um desses casos melancólicos de pessoa que alcançou notoriedade e perdeu-a, continuando a viver, sobrevivendo à personalidade criada pela notoriedade, isto é, sendo lembrada como morta, quando ainda em vida. Isto lhe apurara agudamente a sensibilidade, que se arrepiava toda em inconformismo. Agora que se fora juntar à personalidade forjada há tantos anos, era possível falar dele, naturalmente, como se fala dos que ocuparam as atenções por algum tempo, mas permanecem apenas na lembrança de seus companheiros de geração e de ações. O movimento modernista gerara muitos equívocos. O principal fora o próprio conceito de modernidade:

“Não nos deve parecer estranho, pois – escrevia eu – que alguns dos pretendidos modernistas, tempos depois, insistissem em realçar a própria participação no movimento, mas apenas através de atos, de acontecimentos. Uns porque haviam estado no Municipal, em São Paulo, quando das célebres conferências. Outros porque comentavam favoravelmente, em artigos de jornal, os trabalhos então aparecidos. Terceiros porque haviam descoberto talento onde a maioria julgava só encontrar travessua. Quando o Modernismo se depurou, filtrou os seus efeitos, verificou-se o contraste: os pretendidos donos do movimento, os que se diziam porta-bandeiras, não eram, em regra, modernistas, ou eram apenas pelo lado formal.

“Quando escreviam, ou quando pintavam, ou quando esculpiam, esqueciam depressa os padrões que proclamavam. Enquanto isso, outras figuras, que não haviam estado no Teatro Municipal, que não haviam fundado revistas, que não haviam pertencido ao pequeno e fechado círculo dos empresários, ofereciam contribuições em que era fácil verificar, e sem nenhum esforço, a existência de elementos modernistas, de uma renovação de padrões. Na medida em que o tempo foi passando, o contraste entre a ação pessoal e a contribuição autêntica, que é a da criação artística, ficou estabelecido, sem nenhum disfarce. Onde estavam os modernistas – nos que haviam proclamado a renovação, feito conferências, montado atos públicos, ou nos que realizavam, em suas obras, algo de novo? É claro que nos últimos. Mas a estes os primeiros negavam, de pés

juntos, o diploma de modernistas, porque não haviam participado dos acontecimentos culminantes, não haviam estado entre os atores da Semana, não haviam apresentado credenciais aos donos do circo. É claro que houve muito ridículo, a propósito do problema, e a inevitável descaída para o terreno da anedota.”

Era a moldura. Agora, o personagem, o seu retrato: Oswald de Andrade, condômino áspero do Modernismo, autor cujo um dos traços mais característicos era a refratariedade do público às suas obras e em que havia que distinguir o original humano e a caricatura que, dele, existia naquelas obras:

“O original humano, rico em suas manifestações, exuberante na exteriorização, merecia apreço. Existia nele, dentro dos traços que o caracterizavam como um dos exemplares puros do individualista, daquele que, pela sua própria natureza, jamais se poderia conciliar com alguma contribuição em que o pessoal ficasse diluído no conjunto, que jamais se incorporaria a algum movimento em que tivesse de sacrificar os seus impulsos irreprimíveis, que jamais participaria de algo em que não tivesse papel de primeiro plano — existia nele muito que admirar e que estudar. Na obra, entretanto, já não existia senão parcela diminuta daquilo tudo. A obra poderia, no caso, ser colocada de parte. Ela não faz falta, sob qualquer aspecto. Oswald de Andrade, em pessoa, teve, quaisquer tenham sido as suas deficiências, e talvez por isso, um papel, ocupou um lugar, e merece ser recordado. Sua ação, em consequência, pertence mais à crônica literária do que à história literária. Nesta, o escritor só penetra pelas suas obras, pelo que deu de si e pode atravessar os tempos, pode chegar aos que não o conheceram.”

Em maio, o convite de Guerreiro Ramos, participei da Semana de Estudos sobre a Abolição, realizando, na sala de Conselho da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), conferência, sob o título “Relações de raça e literatura” que, dividida em artigos, apareceu, entre maio e setembro, no *Correio Paulistano*. Foram, ali, os meus últimos trabalhos publicados. Não me recordo como deixei o jornal, mas não tenho ideia de ter ocorrido, como da primeira vez, qualquer incidente, parecendo ter havido apenas o cansaço em aturar a incompreensão e a subestima pelo meu trabalho. No *Digesto Econômico*, dividido em artigos também e publicado entre outubro de 1955 e abril de 1956, apareceu a conferência lida por Guerreiro Ramos, no curso do IBESP, sobre a evolução histórica da economia brasileira, intitulada, agora, “*História da economia brasileira*”. Minhas atividades especificamente literárias cessaram, praticamente. Sem a seção de crítica, a que me

dedicava sempre com grande afinco – e mesmo com sacrifício –, desaparecia o interesse em tratar de assuntos ligados à literatura. Voltado para os estudos econômicos e sociais, absorvido a contragosto pelos de natureza política, ocupado com o magistério, na transição do IBESP para o ISEB, não me preocupei, em letras, senão como leitor, continuando a acompanhar o que se fazia no Brasil e no exterior. Confesso que esse distanciamento da literatura, e particularmente da crítica, não me agradava.

Não me agradava especialmente porque, alimentada direta e indiretamente pelo clima de repressão política em que vivíamos, a nossa gente dada às letras retomava normas provincianas, esterilizava-se em divisões, em grupos, em igrejinhas, fazendo vigorar escala de valores deformada pelas injunções de ordem pessoal. Um dos efeitos maléficos da falta de liberdade, uma das piores consequências das ditaduras – a nossa era apenas disfarçada, a certa altura – fora sempre, com a consagração da mediocridade, o estímulo à vigência de falsos valores, o bafejo a iniciativas, obras, autores que não resistiriam, normalmente, a uma crítica tão simplesmente equitativa, não precisando mesmo ser de qualidade excepcional...⁶

No início do segundo trimestre de 1956, ingressei em *Última Hora*. Apesar de conhecer seu diretor há muito tempo, foi Helio Jaguaribe quem me aproximou dele; almoçamos juntos, um dia, na cidade, e ficou tudo acertado. O jornal estava ainda com a redação no prédio da avenida Presidente Vargas, junto à praça Onze de Junho, cenário máximo do samba carioca. Meu horário de trabalho começava muito cedo. Cabia-me redigir os editoriais e fazer outros trabalhos ligados à parte política, sempre sob orientação de Samuel Wainer. Mas, em abril, comecei a redigir, ali, também, seção permanente, sob o título geral de Notas de Crítica. No dia 19, fiz uma Apresentação em que comentava a conjugação, no Brasil, desde o início, da literatura e da imprensa; essa conjugação viera com o timbre do provincianismo, até os nossos dias:

“Não é necessário senão rápido exame no suplementos literários dos jornais, para comprovar quanto está presa ainda ao que há de mais vulgar e provinciano. Se, hoje, já não é possível existir, ou mesmo acontecer, um noticiário jornalístico desse teor, como o que se preocupava muito com a vaidade individual desta ou daquela figura, cobrindo-a de adjetivos, – existe e acontece no noticiário, na informação e mesmo no ensaio literário

6. Pulou-se da pág. 141 para a pág. 147.

de jornal a presença, sob muitos disfarces, quando não clara, daquele provincianismo, que se traduz, quando levado aos seus extremos limites, no afago constante a pequenas vaidades, na existência de círculos fechados, no uso e abuso dos elogios mútuos, derivados para o terreno estéril das igrejinhas, que representam o que há de mais provinciano.”

Havia razões para isto, entretanto:

“A vida literária – já notou mais de um intérprete – é mais importante do que a obra literária, no Brasil. O escritor se preocupa mais em aparecer do que em trabalhar, mais em distinguir-se do que em estudar.”

As coisas estavam mudando, agora:

“Começam a generalizar-se os sintomas de que – dentro do amplo quadro em que se nota a integração do Brasil nas condições de realização plena de seus destinos – é possível encarar com seriedade o problema da criação artística, e em particular da criação literária. Só agora começamos a elaborar, verdadeiramente, a literatura brasileira, aquela que não apenas aproveita o idioma e a paisagem física, mas e principalmente o que existe de original em nós, pela transposição literária dos problemas da nossa terra e da nossa gente.”

Íamos trabalhar para que isso se desenvolvesse, considerando que “nenhuma literatura tem existência efetiva quando não consegue despertar a atenção do povo para o qual é elaborada, focalizando, de forma artística, tudo aquilo que representa a vida desse povo.”

O artigo seguinte abordava o problema da crítica literária, mostrando como a do passado, mesmo do passado recente, estava liquidada:

“Tal crítica está morta e nos devemos regozijar por isso. Não tem condição, e nem campo, para retornar ao palco. Deu o que podia, e foi pouco. Repouse em paz.”

A crítica de novo tipo estava apenas surgindo:

“Criaram-se agora, ou estão em esboço muito rápido, as condições para a vigência, entre nós, de uma literatura original, em que o idioma não poderá ser acusado de obstáculo ao conhecimento de outras gentes, porque nos vamos emancipando, mais depressa do que desejam alguns, de tudo aquilo que foi a servidão colonial, o que existe ainda de anacrônico em nós, o trambolho que dificulta o desenvolvimento do país e o paralelo esclarecimento de seu povo, entre cujos meios a criação artística representa

papel de destacado relevo. Esta literatura nova – que não está surgindo de súbito, e nem vai se contrapor ao passado, mas receber dele o que existe de bom – é que exige uma crítica colocada em termos de ciência, emancipada dos críticos pessoais, inclinada a situar as criações e a analisá-las, definindo as suas características e aprofundando as suas pesquisas.”...⁷

Em novembro de 1956, um ano após a decisão militar de assegurar a continuidade do regime e já em pleno período do governo Kubitschek, os escritores brasileiros estavam divididos, em termos políticos. Já naquele período – desde antes, certamente – preparavam-se as condições para liquidação do regime. Sem o propósito de chegar a este limite, provavelmente, alguns escritores tomaram posição militante, ajudando a formação das forças que ameaçavam o regime e chegariam a derrubá-lo. Fui obrigado, por militar em campo oposto, a mostrar o que representava aquela atividade, que se esmerava em deboches e provocações, acompanhando a toada de alguns jornais sabidamente defensores de interesses pouco dignos e pouco convenientes ao nosso povo. Denunciei, com veemência, essa posição:

“Quero referir-me, no caso, à versalhada envilecida e vulgar que uns poucos jograis apresentaram, ultimamente. As rimas curiosas de um Drummond de Andrade sobre o tripé, os versos recentes de um Manuel Bandeira sobre a espada e umas quadras vagabundas de escriba de terceira ordem sobre o L. São parceiros os três. Os dois indicados, com a responsabilidade de um nome; o último, artesão estrofiado de coisinhas tristes, naufrago literário de tormentas de piscina. O perfil daqueles, conhecido amplamente nos meios literários, desconhecido do grande público, poderia ser reconstituído em dois ou três traços. Há um que os define, entretanto: serviram, particularmente o homem do tripé, e serviram com delícia, à ditadura estadonovista. Muitos a serviram, sem dúvida. Muitos dos que a serviram, compelidos ou convictos, não se envileceram nesse serviço. Têm, hoje, posição que lhes assegura estima, ou respeito. Não é a divergência que está em causa, pois esta é sempre legítima, quando colocada honestamente, seriamente, justamente. Estes, e particularmente o primeiro, serviram-na de maneira diversa, porque se desmandaram em servi-la e vincaram os traços de sua fisionomia espiritual nessa deformação voluntária. O outro, simulando-se socialista, forma cômoda de não ser nada neste país, acomodou-se a tudo, e a mais se acomodaria se mais dele fosse exigido. Querem ambos – que o terceiro não existe – apresentar-se, agora, como homens independentes e até audaciosos, porque enfrentam imaginários perigos e colocam-se como paladinos de uma liberdade que traíram. (...) Beneficiários

7. Pulou-se da pág. 149 para a pág. 160.

de favores os mais diversos, em época a que se identificaram com a facilidade com que se acomodam e com a fraqueza própria de seus espíritos, espumejam, boje, porque não são personagens senão de espetáculos empresados, a que comparecem para dar o fraco colorido de aparente inteligência.”

É preciso ter vivido aqueles dias para entender a veemência de minhas palavras. Poderia tê-las escrito hoje, se repetidas as circunstâncias, com menos acrimônia, mas teria repetido a condenação que continham: os três personagens a que me refiro ajudaram, militantemente, a preparação da derrocada do regime vigente no país. Não vamos chamar aquele regime de democracia. Seria exagero. Mas era um regime que lhes permitia, a homens que se diziam livres, independentes e até de esquerda, que fizeram suas gracinhas. Preparavam, com elas, o advento da ditadura. Não é de crer que previssem isso, mas tiveram o cuidado de minar resistências, de insultar os que defendiam o regime, de ironizar os que buscavam evitar o pior.

Estou, aqui, recordando, e buscando permanecer fiel à verdade nessa recordação. Se os fatos atingem determinadas figuras, prestigiosas ou não, que mudaram ou não, é pouco importante. Sempre considerei – mesmo quando tudo isso aconteceu, quando escrevi os conceitos antes transcritos – Carlos Drummond de Andrade grande poeta, dos maiores de nossa língua, em todos os tempos, poeta do nível de Camões e de Fernando Pessoa. Não é preciso dizer mais a este respeito. Do homem, não posso dizer o mesmo. Do homem público, é claro, pois não falo da vida privada de ninguém. À história, interessa o lado público da existência dos homens. Drummond foi alto funcionário do Ministério de Educação e Cultura, chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema por longo tempo, tudo sob a ditadura. Quando a guerra se aproximava do fim, escreveu o que me parece o melhor de sua poesia. Creio que *A Rosa do Povo* foi o seu apogeu. Na fase unitária do movimento dos escritores pela redemocratização, foi militante ardoroso, evoluindo para uma posição esquerdista, tomando parte em passeatas e, depois, participando da imprensa popular com os comunistas. Estes, que nunca foram hábeis em trabalhar com os intelectuais e, naquele tempo, cometeram muitos erros e injustiças, incluíram Drummond entre suas vítimas, embora este tivesse também as suas culpas. Homem de apurada sensibilidade, retraiu-se. Mas seu reaparecimento em posição udenista era surpreendente. Sua ajuda, ainda que não consciente, à trama em desenvolvimento, refletia suas

queixas antigas. O que não se pode compreender é que um homem de talento confunda ideias com figuras; se detesta as figuras, passa a detestar as ideias. Foi o que aconteceu com o poeta, temperamento difícil e esquivo. Bandeira não estava no mesmo caso. Nem, no meu modo de ver, foi poeta do nível de Drummond. Sempre foi, ao contrário deste, dado a coisas insólitas, apreciando o agrado e servindo-se do agrado. Personalidade diversa, pois. Aquele foi sempre inteiriço, na sua esquisitice. Bandeira não. Caracterizou-se pela acomodação fácil, por um certo sibaritismo e, particularmente, por um oportunismo que não chegou a raiar a desonestidade. De Drummond se podia discordar, era aceitável combater as suas posições rígidas, era compreensível divergir de seus prejuízos, mas não era jamais justo acusá-lo de desonesto, de assumir esta ou aquela posição por interesse. Bandeira não tinha a mesma personalidade. E tudo isto serve, no fim das contas, para mostrar como os intelectuais, particularmente os artistas, são criaturas difíceis. E como é sempre lamentável a desunião entre eles quando, em qualquer época, tanto têm em comum a defender.

Em 1956, apareceu a 6ª edição do livro *Tipos e Aspectos do Brasil*, contendo o material divulgado na seção desse nome da *Revista Brasileira de Geografia*. Contém os tipos e aspectos que escrevi para essa revista, ao longo de uns poucos anos. Fiz o prefácio, ainda nesse ano, de uma antologia de contos, lançada pela Biblioteca do Exército e organizada pelo seu diretor, o coronel Umberto Peregrino. Não teve, certamente, aquela organização, em qualquer tempo, direção tão eficiente e dedicada como a desse escritor e militar. Sua passagem ali marcou o ponto máximo a que ela atingiu. Porque, nele, havia a vocação para aquilo, o gosto, a preocupação em realizar, a adequação, em suma, do homem à função. A seu convite, fiz parte da Comissão Diretora daquela Biblioteca, órgão consultivo, que ajudava o executivo em suas múltiplas funções. Vínhamos de decidir a escolha do prêmio Pandiá Calógeras, que coubera ao livro de Mecenas Dourado, *Hipólito da Costa* e o *Correio Brasiliense*. No prefácio à antologia antes referida, *9 Histórias Reiúnas*, eu dizia que, em todas elas, o Exército estava presente, “vivo, movimentado, humano – tal como é, como felizmente é”.

A luta política

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, celebrado na sigla ISEB, começou a funcionar em 1956, com os cursos sendo ministrados

no auditório do Ministério da Educação e Cultura, enquanto o prédio em que funcionaria efetivamente, a partir de 1957, na rua das Palmeiras, 55, em Botafogo, passava pelos reparos destinados a adequá-lo às necessidades daquela instituição. A criação do ISEB foi ato do governo Café Filho, quando ministro da Educação o sr. Cândido Mota Filho. Os quadros eram aqueles do IBESP. Como o grupo conseguira, sendo tão ligado ao governo de Vargas, subsistir naquele que o sucedeu, e que era o seu antípoda, não sei explicar. Não estava eu ainda entrosado com o grupo, embora conhecesse as suas figuras principais. Continuavam, na maioria dos casos, nas funções que exerciam antes. Quando se desencadeou a tempestuosa campanha eleitoral pela sucessão de Café Filho, foram atraídos para a candidatura Kubitschek. Alguns passaram a cercar o candidato, a fornecer-lhe assessoria. A política chamada, desde então, do desenvolvimento, foi formulada por essa assessoria, em que pontificavam os economistas do ISEB, quase todos afeiçoados às teses da CEPAL, confessando-se cepalianos convictos. Era mesmo esta afirmação, esta identificação, uma espécie de marca, de senha.

Tenho sido criação do governo Café Filho, controlado por um grupo militar especializado em golpes de Estado, o ISEB, desde que desencadeada a campanha presidencial, alinhando-se os seus quadros nas hostes juscelinistas, enquanto a candidatura do governador mineiro era vetada por aquele grupo militar e, portanto, pelo governo Café Filho, viveu período difícil. Como não tinha sede e nem mesmo estrutura, continuou, sob outro título, o novo, aquilo que o IBESP vinha fazendo. Mas, em 1956, com o início do governo Kubitschek, assegurada a posse do candidato vitorioso nas urnas pelo movimento militar de 11 de novembro de 1955, o ISEB alcançou nova etapa, agora com os seus movimentos mais firmes, mais livres e a sua situação mais estável e tranquila. Foi quando se articulou a sua estrutura e foram tomadas providências administrativas indispensáveis ao seu pleno funcionamento, como o da escolha da sede. Os cursos, em 1956, foram ainda ministrados onde os do IBESP haviam sido, como a marcar a simples mudança de nomes e a nova etapa de desenvolvimento. Ministrei o curso de Formação Histórica do Brasil nesse ano. Pertenci ao ISEB, pois, desde a sua fundação, desde o início de suas atividades.

Ainda no primeiro semestre de 1956, o ISEB lançava o seu livro inaugural, o volume *Introdução aos Problemas Brasileiros*, reunindo as conferências pronunciadas, no segundo semestre de 1955, no curso que levava o mesmo nome. "Representam a primeira contribuição do

ISEB ao esforço urgente pelo qual a inteligência brasileira procura tomar clara consciência da realidade nacional”, dizia a apresentação desse conjunto de conferências. E continuava:

“Essa tarefa, em função da qual foi criado o ISEB, parece-nos o pressuposto indispensável à elaboração de uma ideologia do nosso desenvolvimento. Contribuindo para a formação dessa ideologia, acreditamos estar cumprindo a parte que nos compete na obra comum de emancipação do Brasil.”

Estas palavras devem ter sido escritas por Roland Corbisier, primeiro diretor do ISEB. O pensamento da direção, naquela fase, pelo menos, era, assim, o de formular a ideologia do desenvolvimento. Pela consulta às conferências reunidas no volume em que o ISEB cedo inaugurava a sua atividade editorial, era fácil verificar quão distantes da referida formulação estavam os conferencistas. Era compreensível, em todo caso, a vizinhança de opiniões, posições e tendências díspares no exame e na discussão dos problemas brasileiros – nas conferências, e no volume em que foram reunidas, portanto. Já não era compreensível para a tarefa, que exigia um mínimo de homogeneidade de pensamento, da formulação de uma ideologia, ainda que do conceito muito amplo e muito vago que ficou conhecido como desenvolvimento. Qual a razão de se chamar a atenção, aqui, para este aspecto, aparentemente irrelevante? A razão é frisar a heterogeneidade do ISEB, enorme nessa fase preliminar de sua existência.

Essa heterogeneidade salta aos olhos: depois da curta apresentação, não assinada, mas redigida por Roland Corbisier, vinha a introdução, com um estudo de Guerreiro Ramos intitulado “A problemática da realidade brasileira”. Seguia-se a parte de análise econômico-social, compreendendo três conferências: “Estrutura da economia brasileira”, por Alexandre Kafka; “Política do desenvolvimento”, por Ewaldo Correia Lima; e “Industrialização e base agrícola”, por Rômulo de Almeida. A análise político-social era feita em duas conferências: “Estrutura social do Brasil”, por Djacir Meneses, e “Condições institucionais do desenvolvimento”, por Temistocles Cavalcanti. A análise cultural, finalmente, era apreciada por três conferencistas: Nelson Werneck Sodré, com “Estudo histórico-sociológico da cultura brasileira”; Roland Corbisier, com “Situação e alternativa da cultura brasileira”; e Roberto Campos,

com “Cultura e desenvolvimento”. Seria fácilimo, pelo confronto dos textos, mostrar a heterogeneidade deles – até mesmo qualitativa. Não cabe aqui, entretanto, tal confronto. Nem é necessário: qualquer pessoa medianamente informada, diante do rol dos conferencistas, compreendia a impossibilidade em congregá-los para qualquer formulação econômica, política ou social comum. Nem é aqui o caso, agora – talvez venha a ser, adiante – de alinhar, até mesmo com dados biográficos, a disparidade entre os conferencistas. Mas, convém repetir, essa heterogeneidade, não intencional embora, seria compreensível para algo como uma “introdução aos problemas brasileiros”. Com frequência, vemos a reunião de pensadores, escritores, artistas, políticos, etc., representando correntes estéticas ou políticas diferentes, para debater determinado problema. Desde que haja homogeneidade qualitativa, isto é, em muitos casos, adequado e até fecundo.

O caso, entretanto, é que essa heterogeneidade não existiria apenas naquele curso de 1955, de que as conferências haviam sido recolhidas a um livro, no ano seguinte. O caso, e nisto residia a sua gravidade, é que a heterogeneidade marcava, viscerava a própria estrutura do ISEB. Esta estrutura, em si, já representava algo de supérfluo, agigantado, pretensioso e superado. Tratava-se de autêntico elefante branco, destinado a impressionar os incautos com a sua estampa. Convém examiná-la e aos nomes que povoavam as suas desarticuladas peças. O órgão mais alto do ISEB era o Conselho Consultivo, composto por um monte de figurões, entre os quais havia de tudo, desde valores autênticos até conhecidos medalhões. O rol dará ideia dessa mistura estranha: Abgar Renault, Afrânio Coutinho, Alberto Guerreiro Ramos, Álvaro Lins, Álvaro Vieira Pinto, Ari Torres, Atílio Vivaqua, Cassiano Ricardo, Augusto Frederico Schmidt, padre Augusto Magne, Cândido Mota Filho, Carlos Chagas Filho, Celso Kelly, Djacir Menezes, Fernando de Azevedo, Flaminio Fávero, Francisco Clementino Sant Tiago Dantas, Gilberto Freyre, Heitor Vila Lobos, Herbert Moses, Hermes Lima, Horácio Lafer, João de Scantimburgo, José Carlos Pereira de Sousa, José Flexa Ribeiro, José Honório Rodrigues, José Leite Lopes, Leopoldo Aires, Levi Carneiro, Lucas Lopes, Luís Simões Lopes, Luiz Viana Filho, Marcos Almir Madeira, Mário Travassos, Miguel Reale, Nelson Omegna, Nestor Duarte, Orlando Magalhães Carvalho, Otávio Monteiro de Camargo, Paulo Berredo Carneiro, Paulo Duarte, Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, padre Pedro Veloso, Plínio Sussekind Rocha, Sérgio Buarque de Holanda e Sérgio Milliet. Logo abaixo

do Conselho Consultivo – que jamais funcionou – vinha o Conselho Curador. Era composto, inicialmente, pelas seguintes pessoas: Adroaldo Junqueira Aires, Anísio Teixeira, Ernesto Luís de Oliveira Júnior, Helio de Burgos Cabal, Helio Jaguaribe, Roberto de Oliveira Campos, Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier e Temistocles Brandão Cavalcanti. Eram chefes de Departamentos, os professores: Álvaro Borges Vieira Pinto, Filosofia; Cândido Antônio Mendes de Almeida, História; Helio Jaguaribe Gomes de Matos, Ciência Política; Alberto Guerreiro Ramos, Sociologia; e Ewaldo Correia Lima, Economia. O grupo era o do IBESP, que havia recrutado mais um elemento, Álvaro Vieira Pinto, catedrático de Filosofia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil.

Esta composição ampla e heterogênea refletia o desejo do chamado Grupo de Itatiaia de realizar a mobilização da *intelligentzia* brasileira, ou daquilo que supunha ser isso, para, sob sua direção, formular um pensamento político, a que, na falta de melhor nome, batizou-se então de “ideologia do desenvolvimento”. Comecei a trabalhar, a distância, com o Grupo de Itatiaia, desde 1954, no IBESP. O grupo organizara também uma revista, *Cadernos do Nosso Tempo*, em que publicava os trabalhos de seus componentes. Quando, na fronteira, recebi o convite de Guerreiro Ramos para me encarregar de parte das conferências que compunham os seminários realizados pelo IBESP, eu ignorava a identidade das pessoas e as suas tendências. Não tinha que me preocupar com isso. Trazia, da vida de imprensa, o hábito e a norma de responsabilizar-se cada um apenas pelo que fazia com o uso do seu nome, isto é, com a sua autoria: num jornal, o meu artigo assinado é o limite e o espaço da minha responsabilidade, nada partilhando com aquele que assina o artigo ao lado ou com o que consta da matéria não assinada.

No caso do IBESP, minha responsabilidade estava limitada aos conceitos contidos nas conferências de minha autoria. Fora do Rio, não participava de outras atividades do IBESP, e nem mesmo conhecia outros de seus elementos, que não Guerreiro Ramos. As coisas mudaram, entretanto, desde que voltei ao Rio para ficar, desde que, pessoalmente, comecei a pronunciar as minhas conferências, desde que comecei a frequentar as reuniões do grupo, agora constituído em torno do ISEB. Nossas atividades repartiam-se, então – fase da campanha eleitoral e de luta pela manutenção do regime, assumindo, na prática, a forma de assegurar a posse a Kubitscheck, que havia sido

eleito – na área política e na área intelectual. Naquela, os componentes do Grupo de Itatiaia gravitavam em torno de Kubitscheck e de seus amigos e correligionários; eu gravitava em torno dos chefes militares que, com o ministro da Guerra, general Teixeira Lott, à frente, haviam escolhido o caminho do cumprimento das leis vigentes.

Comecei a conhecer, então, os elementos do Grupo de Itatiaia, que trabalhavam juntos já há algum tempo e em cujo meio fiquei um pouco marginal. As reuniões realizadas na residência de um ou outro dos componentes do grupo, preferencialmente nas de Guerreiro Ramos ou de Helio Jaguaribe, fixadas para às dez da noite, começavam, via de regra, no início da madrugada. Cada um chegava em hora diferente. Todos falavam ao mesmo tempo. As discussões derivavam do tema para aspectos secundários ou eram empolgadas pelo fato do dia. Tudo era aferido através de variáveis extremamente difíceis de apreender, e não segundo os motivos essenciais. Os traços individuais, psicológicos e éticos preponderavam. No fim das reuniões, pouco restava; geralmente, nada ficava decidido. Um e outro dormia, vencido pelo cansaço. E as despedidas não coincidiam com o fim, mas com o sono de cada um. Ora eu era, por formação e por temperamento, oposto daquilo tudo: gostava que uma reunião fosse encarada como trabalho, que começasse na hora, que começasse com todos presentes, cada um falasse por sua vez e fosse ouvido com atenção, que se discutisse sempre o que tinha importância e que concluísse sempre por uma decisão, findo o trabalho e marcada a reunião seguinte, com local, hora, dia e horário. Como não era elemento antigo, apenas estava começando a conhecer os componentes do grupo, preferi, nessas reuniões, ouvir a falar. Só me pronunciava quando solicitado, chegava na hora. Desde que verifiquei a inutilidade do sacrifício de perder a noite, saía cedo, pretextando o trabalho no dia seguinte. A forma de organização, pois, não poderia levar a nada. Mas as ambições, aliás legítimas, dos componentes do grupo, eram altas. Desejavam influir, orientar, pesar na balança das decisões. Desejavam partilhar do poder.

Era, na verdade, uma constelação que tinha como estrela central Helio Jaguaribe. Sua ascendência aparecia à observação menos atenta. Conquanto os componentes apresentassem, em todos os casos, qualidades intelectuais dignas de apreço, destacadas em alguns casos, era a Helio Jaguaribe que cabia sempre a palavra final, acatada por todos. A ascendência, no caso, nada tinha de caudilhesca e parecia antiga, originária de bancos acadêmicos, em relação a alguns.

Era livremente consentida. Repousava em bons alicerces: a estima, a consideração e a admiração, principalmente. Filho de militar já na reserva, Hélio Jaguaribe estudara na PUC, fizera boas relações, casara e iniciara atividades profissionais, com escritório de advocacia na rua do Ouvidor. Dividia seu tempo em dois campos, absorventes ambos: o intelectual, em que amava realizar-se, e o dos negócios, como diretor da Ferro e Aço, empresa siderúrgica que estava sendo montada em Vitória, Espírito Santo. Essa dualidade foi, no fim das contas, a razão de suas falhas, naturais nas condições em que vivia e provenientes do desejo de conciliar os dois campos, pela necessidade material, de um lado, e pelo sonho da afirmação intelectual, de outro. A dualidade, assim colocada, tornava-se às vezes séria, talvez dramática, justamente porque sua formação lhe impedia opções claras. Homem de bem na significação comum, habituado a valorizar e a respeitar impedimentos éticos, estava longe de acomodar-se, sem constrangimento e sem remorso, às exigências burguesas que tudo permitem e ampliam-se na licença e na licenciosidade. Colocado entre as razões que fundamentavam sua posição liberal e as exigências oriundas das necessidades empresariais, ora cedia de um lado, ora de outro, em busca da “independência”. O desenvolvimento juscelinista abria amplas perspectivas às iniciativas do tipo daquela a que estava associado Helio Jaguaribe. E ele, por sua vez, poderia prestar àquela “ideologia” enormes serviços, com a sua inteligência, a sua capacidade de agremiar, a sua incontestável liderança intelectual.

Pela ordem natural das coisas, a direção do ISEB deveria pertencer-lhe: era o líder do grupo intelectual, que o imaginara e até o realizara, desde a fase preliminar do IBESP. Mas aí apareceram as razões do outro campo, o dos negócios. Estes não lhe permitiriam a disponibilidade de tempo necessária ao exercício da função, particularmente na fase inicial, com problemas práticos a se acumularem. Tratava-se de escolher, pois, entre os companheiros, aquele que tomaria a seu cargo a tarefa, continuando ele a exercer a liderança. Entre estes companheiros estava Roland Corbisier, mudando-se de São Paulo para o Rio, recomeçando a sua vida, disponível e necessitado de encontrar trabalho condigno, na qualidade de professor universitário. Sobre o seu nome recaíram as preferências, ainda mais porque, amigo de Kubitscheck, prestara serviços à campanha política deste. Os departamentos foram distribuídos pelos elementos mais adequados do grupo, entrando, em cada caso, as injunções pessoais.

Para o de Filosofia, havia que procurar elementos de fora, pois nenhum dos do grupo tinha condições para exercer-lhe a chefia.

Helio Jaguaribe reservou-se o de Política, que era o de sua preferência e em torno do qual girariam os demais. A escolha de Roland Corbisier, tanto quanto me chegou ao conhecimento – eu, na realidade, não era da privança do grupo, embora tratado sempre, pelos seus componentes, com grande deferência - não suscitou controvérsias. A maior parte de seus companheiros estava impedida, pelo exercício de outras funções, de ocupar o cargo. Desconfio – mas apenas desconfio – de que Guerreiro Ramos o desejava. Ele era, entre todos, na época, provavelmente o mais chegado a Helio Jaguaribe, por quem professava, e confessava, ter grande admiração, alinhando mesmo, entre os seus projetos próximos, escrever-lhe a biografia. Era, também, dos mais capazes, e certamente aquele que via mais longe o papel do ISEB e vinha dedicando à sua organização mais esforços e os mais lúcidos. Corbisier fora integralista e estava emergindo do existencialismo. Nas discussões, em que sua palavra fácil se inflamava, citava muito Ortega y Gasset e Sartre. Era pessoa de grande vivacidade intelectual, gesticulação larga, inteiramente extrovertida, valorizando muito o que sabia, inteligente, agradável e, nos dias de verve, capaz de conversa cintilante. Pela formação, pela educação, estava muito próximo de Jaguaribe: era educado, cordial, bom amigo, dotado de qualidades morais excelentes. Punha toda a sua personalidade no que fazia, apaixonava-se pelas tarefas, buscava exercê-las a rigor. Assim foi no ISEB.

Minha posição era de segundo plano. O Departamento de História fora confiado a Cândido Mendes de Almeida. Era o que eu podia fazer. Como solução, fiquei encarregado da parte brasileira da história; Cândido ficou com a parte dita universal. Embora nossas relações fossem cordiais, nunca nos reunimos para qualquer entendimento, qualquer combinação, qualquer plano: cada um fazia como achava melhor. Certa vez, em conversa com Corbisier, confessei minha estranheza pela composição dos autores da *Introdução aos Problemas do Brasil*. Estava de acordo comigo. Meu trabalho ali incluído, “Estudo histórico-sociológico da cultura brasileira”, resumia conferências ditas no segundo semestre de 1955. Estava, em numerosos pontos, em visível desacordo com o que outros autores, no mesmo volume, afirmavam. É provável que isto acontecesse, também, no Departamento

de História. Não sei. Nunca assisti às aulas de Cândido Mendes; nunca ele assistiu às aulas minhas. Como oficial da ativa, mal tinha eu tempo de dar aquelas aulas; como uma espécie de professor-adjunto, não participava das reuniões da Congregação nem, conseqüentemente, da elaboração dos programas. Cândido Mendes, de seu lado, tinha múltiplos afazeres, e mal dispunha, para o ISEB, do tempo destinado às aulas que ministrava.

Em dezembro de 1956, providenciei para que *Última Hora* entrevistasse Corbisier, para fornecer ao público informação sobre o ISEB. A entrevista foi publicada no dia 14. Corbisier informava que, no dia 20, seria realizada a solenidade de entrega de diplomas à primeira turma formada pelo ISEB. Esta turma escolheu o presidente Juscelino Kubitschek como paraninfo; este ficara de fazer importante pronunciamento, no ato. O repórter perguntou a Corbisier como encarava a escolha de Kubitschek pela turma. Ele respondeu:

“Penso que escolheram o Presidente como a figura que simboliza a política de desenvolvimento nacional, pela sua constante atividade no sentido de tornar efetivas as medidas que visem àquele desenvolvimento, pela sua preocupação em estabelecer as bases objetivas que proporcionarão o progresso do Brasil e o aproveitamento de suas riquezas. Podendo escolher entre os que formulam a política do desenvolvimento, preocuparam-se em distinguir aquele que a está realizando, o que é um sintoma excelente. O Presidente deve ter sentido bem tal objetivo, pois nos prometeu um pronunciamento importante a respeito dos problemas do desenvolvimento e do papel do ISEB na formulação dessa política”.

Como sempre acontece nas lutas políticas da qualidade daquela que se travava então no Brasil, eram muito variados os motivos de engajamento das pessoas nessas lutas. No que toca à campanha presidencial pela sucessão de Café Filho e nas hostes que preferiam a candidatura de Kubitschek, uns faziam-no por obediência a determinados princípios; outros, por interesses pessoais ou de grupos. Ainda neste aspecto, eu estava em faixa diferente daquela em que se colocavam os meus companheiros do ISEB naquela fase. Na sua maioria, eles viam na vitória de Kubitschek uma grande oportunidade política, para o grupo e para cada um. É verdade que esta atitude não

era cínica. Nada disso. Eles viam naquela vitória uma necessidade política. Achavam que ela faria o país avançar. E, paralelamente, desejando-a porque ela seria positiva ao país, desejavam-na porque ela seria positiva, direta ou indiretamente, também para eles. A mim não arrastava maior entusiasmo pela candidatura em si. Em si, isto é, tomada separadamente, resultara de velhos processos, de velhas máquinas eleitorais, de velhas forças políticas. Pela pessoa do candidato, também não me arrastava motivo algum. Não era muito melhor do que costumavam ser os outros. O que mudou a qualidade dessa candidatura foi o que, não lhe pertencendo por origem, foi-lhe enxertado no desenvolvimento da luta política.

Porque, na medida em que as forças antidemocráticas, detendo o poder, usando e abusando dele, tiveram necessidade de eliminar aquela candidatura, as forças democráticas tiveram necessidade de preservá-la, dando-lhe novo conteúdo. Assim, uma campanha eleitoral comum tornou-se a terrível luta pela defesa do regime democrático e, depois, a sorte de um candidato comum mas vitorioso nas urnas, transcendendo o que afetava apenas a pessoa dele e o caráter das agremiações partidárias que o apoiavam, tornou-se problema essencial à manutenção da democracia brasileira. Neste plano é que eu acompanhava a luta que se travou então. Um candidato eleitoral, particularmente em eleições majoritárias, e nas condições da situação política brasileira, não vale por si, apenas, como indivíduo, pelo que significa biograficamente. Vale por isto, mas também, e principalmente, pelas forças que o apoiam e pelo programa que apresenta. O caráter assumido pela luta eleitoral e, depois, pela luta em prol da posse, independeu da pessoa do candidato e derivou muito da composição de forças que, assegurando-lhe a vitória nas urnas e o direito de exercer o seu mandato, faziam-no em benefício do regime, dos interesses da coletividade – do povo brasileiro, em suma.

Diferenciava-me dos companheiros do ISEB, assim, naquela época, e no plano político, a forma como encarava os acontecimentos e as pessoas. Havia, realmente, momentos em que era fácil distinguir o candidato da grande causa que ele, provavelmente a contragosto, passaria a encarnar. Poucas horas depois da entrevista em que Café Filho lhe transmitiu o veto irreduzível dos militares – isto é, de Gomes, Juarez, etc. – o redator-político do *Correio da Manhã*, não encontrando quem o orientasse e esclarecesse para a redação do editorial do dia seguinte, que giraria, necessariamente, em torno do episódio, assumiu

a pesadíssima responsabilidade de investir-se na situação do candidato proibido, colocando em sua boca a declaração, que ecoou pelo país inteiro como conclamação à luta, de que Deus lhe poupava o ônus do medo. Quando, pela manhã, o jornal começou a ser disputado nas bancas, a candidatura Kubitscheck, que havia sido, assim, salva, pela audácia de Álvaro Lins, ganhara novas dimensões. Mas o candidato, no telefone, aflito, dizia ao editorialista que não o consultara:

– Você matou a minha candidatura.

Isto significa que, em política, às vezes, as pessoas têm dupla imagem: a real e aquela que vive na cabeça do público, que este tem como real e que, quase sempre, não se assemelha à primeira. Por tudo isso, eu tinha posição bem menos calorosa do que a dos companheiros do ISEB, em relação à candidatura Kubitscheck. E isto se acentuou na fase seguinte, quando ele passou a Governo. Da entrevista de Corbisier, atrás referida, como da apresentação que este fizera do livro *Introdução aos Problemas do Brasil*, era fácil deduzir que o ISEB deveria elaborar a “ideologia do desenvolvimento”, deveria teorizar sobre o desenvolvimento, enquanto o Presidente a concretizava. Isto identificava a instituição, que se pretendia científica, com algo eminentemente circunstancial e vago, na suposição de que uma ideologia poderia ser formulada, assim como um programa, como ato de vontade. Adiante, a identificação passava a ser com o próprio Presidente, adrede consagrado como paraninfo. Por melhores que fossem as intenções – e eram excelentes, certamente – constituíam limitações ao trabalho científico e admitiam, para a instituição, finalidade imediatista, do pior sentido político, porque partidário.

O desenvolvimento vinha mostrando o que verdadeiramente representava, e que o Programa de Metas definia concretamente: acelerar o ritmo de crescimento econômico, sem tocar na estrutura, de sorte a alcançar determinados níveis, tidos como metas meramente quantitativas, particularmente pelo ingresso maciço de capitais estrangeiros. Esses níveis – ou metas – não passavam de índices, a que seriam levados, pelo crescimento natural, os diversos setores da produção. Em essência, para não alongar aquilo cuja análise demandaria mais espaço e foge ao propósito destas memórias, em essência, tratava-se de acelerar o crescimento da economia brasileira pela generalização e aprofundamento das relações capitalistas, segundo projeto apriorístico, conciliando essa aceleração com os interesses do imperialismo, mantida a estrutura agrária. Como a candidatura

Kubitschek e o seu Governo haviam alterado a sua qualidade, no processo da luta política, ocorreu, ao começar a ser posto em prática o Plano de Metas, a inevitável cisão: de um lado ficaram os partidários do desenvolvimento associado ao imperialismo; de outro lado, ficaram os partidários do desenvolvimento em bases nacionalistas. Esta cisão refletir-se-ia no ISEB, necessariamente. Ela eclodiu adiante, como se verá. Antes, entretanto, as forças reacionárias internas verificaram que o melhor caminho para se chegar ao poder era aprofundar aquela cisão. No primeiro tempo, tratava-se, para elas, de isolar a componente nacionalista e esmagá-la, em maciça e concentrada campanha publicitária, cujas normas os patrões conheciam bem.

No início de dezembro de 1956, realmente, a *Tribuna da Imprensa* publicava uma série de reportagens, nos dias 6, 7, e 8, sobre o ISEB, sob o título “Um estudo sobre a confusão nacional”. A primeira, com o subtítulo “Infiltração totalitária nos postos-chave”, fazia o histórico do Grupo de Itatiaia. Atribuía-lhe a declaração: “Nosso plano é o da infiltração, lenta e progressiva, na administração, até controlarmos os postos-chaves. Então, transformaremos o país”. Situava-o como “líder de uma aliança de burocratas e técnicos”. O grupo teria surgido em 1950 e, depois de girar em torno de Vargas, passara a girar em torno de Kubitschek e do general Teixeira Lott, “velho simpatizante de Mussolini”. Passava a apreciar, um a um, os principais integrantes do grupo: Helio Jaguaribe era diretor da Ferro e Aço, “empresa sob controle de um grupo industrial e financeiro alemão”, pertencera ao gabinete de Negrão de Lima, no Ministério da Justiça; J. P. Almeida Magalhães, advogado e economista, esboçara o plano econômico do governo Kubitschek; Jorge Serpa Filho, advogado e gerente das indústrias Mannesmann; Ewaldo Correia Lima, economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; Guerreiro Ramos, sociólogo, funcionário do Ministério da Fazenda e professor da Fundação Getúlio Vargas; Rômulo de Almeida, antigo assessor do governo Vargas, diretor do Banco do Nordeste, secretário de Finanças da Bahia, agora deputado federal pelo PTB; Josué de Castro, médico, autor de livros sobre a fome, também deputado federal pelo PTB; Israel Klabin, industrial de ladrilhos e papel; Cid de Cavalho, deputado federal pelo PSD; Cleanto Paiva Leite, ex-assessor do governo Vargas, alto funcionário do Ministério da Viação; Jaime Rodrigues, alto funcionário do Itamarati; Queiroz Lima, ex-assessor do governo Vargas, professor de Direito. Havia elementos de menor importância: Cândido Mendes de Almeida, Carlos

Luís de Andrade, Fábio Breves, Heitor Lima Rocha, Inácio Rangel, José Ribeiro de Lira, Osório Gomes, Moacir Félix de Oliveira, Oscar Lorenzo Fernandes, Ottomy Strauch.

A meu respeito, dizia o seguinte:

“Depois da queda de Getúlio Vargas, o Grupo de Itatiaia contou com um novo membro no conselho de redação da sua revista - o tenente-coronel Nelson Werneck Sodré, militante comunista, oficial da confiança do general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra. Werneck Sodré foi um dos principais organizadores do Movimento Militar Constitucionalista (MMC) que preparou o golpe de Estado de 11 de novembro. Werneck Sodré já se havia aproximado do Grupo de Itatiaia, desde o princípio do ano de 1954, quando foi um dos conferencistas dos seminários que o IBESP promoveu no auditório do Ministério da Educação.

Há várias mentiras neste pequeno trecho: eu não era “militante comunista”, não era “oficial da confiança do general Henrique Teixeira Lott”, não fora “um dos principais organizadores” do MMC, não pertencera ao conselho de redação da revista que o Grupo de Itatiaia mantivera. Tratava-se, apenas, de conhecida técnica de propaganda, que Goebbels aperfeiçoara, de ter aquilo a que Eça denominava “coragem de afirmar”, repetindo constantemente a mentira, de sorte que acabasse passando por verdade.

A reportagem continuava, misturando meias-verdades com falsidades integrais. Os cursos do IBESP visariam a “constituir uma réplica à Escola Superior de Guerra”; neles haviam colaborado Anísio Teixeira, Leite Lopes, Florestan Fernandes e Otávio Gouveia de Bulhões; Anísio Teixeira colaborava com frequência nas atividades do IBESP; Lorenzo Fernandes era “etnólogo de renome”; Bulhões, “economista de renome” que estava agora afastado do Grupo, por divergir de sua orientação, “embora continue emprestando seu nome para que Jaguaribe utilize no conselho de redação de *Cadernos do Nosso Tempo*. Leite Lopes participara do grupo que “aliado a Augusto Frederico Schmidt, diretor da Orquima, e aos comunistas, tentou derrubar Lattes e seus companheiros no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas”; fora Rômulo de Almeida, “antigo integralista”, quem aproximara o Grupo de Vargas; Helio Jaguaribe, na PUC, “era conhecido por sua tendência para a extrema direita política”; Corbisier era “outro integralista”; Queiroz Lima “escrevia os discursos do ditador Vargas”, era elemento de confiança de D. Alzira Vargas do Amaral Peixoto “que, quando aluna da Faculdade

Nacional de Direito, dizia-se simpatizante comunista” mas, depois, “tenderia para o facismo”; Guerreiro Ramos, “que é homem de cor, defendia as ideias arianistas de Oliveira Viana”, “defendia ferrenhamente a causa da Alemanha de Hitler, a superioridade do tipo nórdico em matéria racial, e dizia-se fascista”, “era racista branco”, mudando depois de posição e “chegando a assinar manifestos de simpatizantes comunistas”, defendia uma “sociologia brasílica” e tornara-se “racista contra o branco”. Parte do Grupo Viera da PUC, “onde se destacara pelas ideias de direita”, como Helio Jaguaribe, Cândido Mendes, Lorenzo Fernandes, Matos Reis e Serpa Filho, associando-se depois a Augusto Frederico Schmidt e a Cid de Carvalho, na Orquima. No governo Vargas, o Grupo se aproximara de figuras que, depois, cercariam Kubitscheck: Tancredo Neves, “o homem que negociou o apoio dos comunistas a JK”, e Lucas Lopes, diretor do BNDE; mantivera ligações com Euvaldo Lodi, e as mantinha “com certos grupos financeiros nacionais como, também, com europeus, especialmente alemães e belgas”. Uma das teses centrais do Grupo era “a aliança com a burguesia industrial”, representada “pelas novas tendências do PSD, ou seja, a ‘ala moça’”. O Grupo representava “aliança neo-totalitária de burocratas e técnicos que seria simplesmente cômica se não permitisse aos seus membros influir, diretamente, em muito setores da administração”. Suas ideias eram “totalitárias, misturando teorias fascistas com *slogans* stalinistas, pondo uma colher de capitalismo numa fôrma peronista”, e tudo isto constituía o “bolo ideológico” que, “ao que espera o Grupo de Itatiaia, será levado ao fogo pelo general Lott”.

Na reportagem do dia seguinte, que se ocupava do conteúdo doutrinário do chamado Grupo de Itatiaia, aparecia nova referência ao meu nome, acusando aquele Grupo, entre outras coisas, da “utilização, como articulistas, de elementos comunistas ou ligados ao stalinismo, como o tenente-coronel Nelson Werneck Sodré e o físico Jacques Danon”. Outra acusação era a de elogiar o peronismo, que “também se opunha a interesses latifúndio-mercantis”. Jaguaribe era exaustivamente espinafado, por motivo de sua entrevista com Paz Estensoro. A segunda reportagem terminava em gozação, transcrevendo trecho de artigos de Lorenzo Fernandes, no número quatro dos *Cadernos do Nosso Tempo*:

“De outra mente, estaríamos condenados ao abandono dos fatores agrupados nas grandes classes de sócio-históricos

e culturais e só nos restaria, até que o uso da linguagem nos forçasse, pelas suas autonomias, ao solipsismo, procurar determinar as correlações entre grupos de dados na sua sucessão bruta, tarefa que consideramos de nulo rendimento, embora não examinando o ponto mais detidamente aqui, já que a controvérsia lógica e epistemológica escapa ao âmbito deste trabalho”.

Era, segundo a reportagem nesse exemplo e como norma do grupo, um “jargão sociológico aprendido em autores alemães manuseados em edições espanholas”. A catilinária terminava com a terceira reportagem, cada uma ocupando meia página do jornal. O ISEB, terceira fase das sucessivas tomadas pelos que, na primeira, haviam sido batizados como Grupo de Itatiaia, começava a incomodar. Salvo poucas referências, salpicadas aqui e ali, visando especialmente a mim, a acusação principal era de fascismo e totalitarismo. Pretendia desmoralizar a instituição. Era uma forma de ataque ao governo Kubitscheck. De raspão, mas com azedume acentuado, visava ao general Teixeira Lott. O ISEB ocupava um lugar. Era preciso destruí-lo.

Essa luta política áspera, que se tornava cada vez mais aguda, não me perturbava a atividade literária, em *Última Hora*. Começaria ali o ano de 1957, com entrevista em que Orígenes Lessa contava como conseguira conciliar suas tarefas de publicitário e de homem de letras; e com observações sobre o que Moisés Weltman escrevera sobre as novelas de rádio, mostrando que elas atingiam um público de milhões, constituído em grande parte por analfabetos, tendo qualquer novelista medíocre público muito maior do que os melhores literatos, existindo, ainda, uma subliteratura que não merecia restrição alguma, concentrando-se a crítica nas novelas radiofônicas. Continuei a escarpelar a literatura de cavação, as igrejinhas, os hábitos provincianos ainda vigentes na vida literária. Na outra semana, Armando Fontes, entrevistado, falava de seu romance em preparo: *O Deputado Santos Lima*, que não chegou a terminar. Na seção de crítica, minha preocupação era em torno da autenticidade:

“A literatura brasileira, que evolui tão depressa - tal como o país - que transforma em medalhões algumas figuras que chegaram a impressionar pouco antes, mal começa a encontrar aqueles que distinguem com nitidez o autêntico do falso,

aqueles que deixam de lado os artifícios da linguagem e da paisagem, para fazer avultar o homem e o que é humano. Já dizia o mestre que é preciso ser radical, que quem é radical busca as raízes das coisas. E que, nas raízes, encontramos sempre o homem. Parece, no fim de contas, que o autêntico, paradoxalmente, está mais próximo de nós do que, em regra, julgamos. Na medida em que nos afastamos do homem, e de seus problemas, é que nos tornamos falsos”.

Em abril, a seção literária de *Última Hora*, por sugestão de Samuel Wainer, abriu espaço para assunto novo, que seria tratado de forma sistemática: a resenha dos suplementos. Era nova forma, bastante adequada, aliás, de crítica à literatice, à igreja, ao provincianismo. A resenha inaugural lembrava o tradicionalismo do suplemento do *Diário de Notícias*, caracterizado pela uniformidade: na primeira página, o primeiro time: Corção e Alceu Amoroso Lima; na seguinte, “o segundo time, depois que Temistocles Linhares discorreu sobre a crônica e que Dinah Silveira de Queiroz falou de si mesma”. No *Correio da Manhã*, a literatura aparecia aos sábados, e tinha de tudo, “até o bom, pois comparecem de, quando em quando, Augusto Meyer, Eugênio Gomes e um ou outro escritor de primeira ordem”; aparecera, no último sábado, por exemplo, Osório Borba. E havia, também, “um sr. André Maurois, mestre estrangeiro do lugar-comum”, havia Carpeaux, “o sábio dos verbetes”, e Brito Broca, que conhecia literatura e se esforçava “para pôr meias-solas nos originais” que o suplemento acolhia. O suplemento de *O Jornal* alinhava Carpeaux, novamente, e Olívio Montenegro e Valdemar Cavalcanti, mas alinhava, também, Mozart Monteiro, “escritor faraônico, que tem enriquecido o anedotário”, publicando, ainda, versos que o senador Ezechias Rocha dedicava ao presidente português Craveiro Lopes. O suplemento do *Jornal do Brasil* era órgão oficial da poesia concreta, trazendo, “no canto esquerdo e alto da primeira página, um poema de amor de Manuel Bandeira, que constitui prova escrita de senilidade”.

Em outra página da minha seção de literatura, aparecia longa reportagem intitulada “A corrupção da inteligência”. Mostrava como o brasileiro médio, “o homem que compra coisas, que lê jornais, que escolhe os legisladores e os presidentes”, era possuído por uma grande ilusão, “a do papel normativo da inteligência, tida como capaz de realizar, por si só, as grandes transformações de que o país necessita”.

particularmente se revestida da vestimenta do papel impresso, em jornal, em livro". "Está no jornal" - era frase que fechava discussões. Assim, "a inteligência travestida na letra de fôrma é algo de milagroso, ante o que todos se curvam, sem nenhum exame". A posição comum, ante o texto impresso, era de aceitação. Mostrava, a seguir, como haviam sido cunhadas algumas afirmações peremptórias, que ficavam consagradas pela repetição impressa e só por isto aceitas: "O Brasil é um país essencialmente agrícola", "Cada país tem o governo que merece", "O Brasil não tem capitais para explorar o petróleo", etc. Havia outra chave, de uso constante, para fechar discussões: "Outro refrão muito usado, realmente, com efeito, e que vai caindo na mais completa desmoralização, é o da tabuleta de comunismo pregada em todo aquele que se levantasse contra as campanhas de falsificação".

"Isso é comunismo", tornou-se frase comum; "Fulano é comunista" constitui acusação discriminatória. Não se tratava de discutir se fulano tinha razão ou não tinha razão. Tratava-se de atirar as opiniões de fulano no lixo, porque se presumia - o que era quase sempre falso - que processasse simpatia por uma doutrina social contra cujos postulados só se conhece, entre nós, a ação da polícia. Ser comunista era como ser cego, aleijado, errado e falso; não podia existir verdade, desde que houvesse suspeita de comunismo, nem para distinguir as cores, tomar o bonde ou gostar de açúcar. E havia, também, o peso das catacumbas famosas:

"Quando os órgãos interessados em dar determinados rumos aos acontecimentos buscam realçar pequenas travessuras da inteligência - uns versinhos de Drummond, umas quadras de Bandeira, uma entrevista de Freyre - sabem que, embora o conteúdo dos versinhos, das quadras e da entrevista nada tenham de aproveitável, produzirão efeito em centenas, ou mesmo milhares, de leitores, pelos nomes que assinam as travessuras. Faz efeito saber que Bandeira ama a tirania, que Drummond aprecia o golpismo, que Freyre deseja uma boa ditadura, desde que exercida pelo seu amigo do peito Prudentinho."

Agora as formas sistemáticas de corrupção da inteligência, com alguns exemplos. O do economista Eugênio Gudín era o primeiro. "Financista da velha guarda, representante do livre-cambismo, da livre iniciativa e de outras chaves que fizeram a glória dos economistas do

século XIX”, Gudín, homem de empresa, alto funcionário, ministro, professor, frequentava com assiduidade os jornais, difundindo “as puerilidades mais inocentes em matéria econômica”, mas que impressionavam banqueiros, homens de negócios, capitalistas. O do escritor Gustavo Corção, cuja tardia notoriedade alicerçara-se em duas coisas: propaganda bem articulada daqueles a quem servia, e o fato de ser “escritor de excelentes recursos”, com a agravante da honestidade: acreditava no que escrevia, multiplicando a eficácia de sua pregação. No fundo, “cético, pessimista, amargo, Corção vai distilando o seu veneno sutil com proficiência singular”. E, finalmente, o do economista Roberto Campos, caso comum de apostasia:

“Não se trata de um homem que ancorou na economia clássica. Suas falsidades são conscientes. Traz para o palco a opinião de Schumpeter, por exemplo, que escreveu algumas das mais fortes páginas contra o nacionalismo. Campos sabe que Schumpeter visava ao nacionalismo de Hitler e sabe ainda melhor que o nacionalismo pode levar a tudo, inclusive ao fascismo, e que o nacionalismo brasileiro se caracteriza, precisamente, pelos seus fundamentos democráticos e por constituir o caminho natural de emancipação econômica de um país subdesenvolvido”.

Em fins de abril, a nota crítica tratava do caráter nacional da cultura, assunto que, na época e daí por diante, provocaria controvérsias, particularmente quanto à cultura popular. A parte intitulada “No mundo das ideias” destacava alguns lançamentos importantes: *Como Aprendi o Português e Outras Aventuras*, de Paulo Rónai; *Vila Rica-Formação e Desenvolvimento-Residência*, de Sílvio de Vasconcelos; *Sol dos Mortos*, de Agripino Grieco; *Undécimo Volume de suas Obras Completas*. Mas a maior parte do espaço era ocupada pela “Resenha dos suplementos”. A crítica à matéria neles divulgada continuava, no mesmo tom. A reportagem, antes mencionada, sobre a corrupção da inteligência, fora assinada com o pseudônimo Almeida Neto; a resenha dos suplementos era assinada com o pseudônimo Lemos de Abreu. Mas é claro que, nos meios de imprensa e literários, todos sabiam quem as escrevia. Começava dando rápido balanço no suplemento de *O Jornal*: só havia nele, digno de menção, o artigo de Alcântara Silveira sobre Cassiano Ricardo. Passava ao do *Diário de Notícias*:

nele, Corção atacava o espiritismo, com a sua habitual violência: “Tomada em seu heteróclito conjunto, a doutrina espírita tem todas as negativas qualidades para medrar numa cultura maltratada. Tem todos os equívocos para agradar, por isto ou por aquilo, às multidões privadas de instrução e de formação religiosa”. Eu não pensava da mesma maneira: “Não é possível concordar com o Corção, que não vê o traço singular de ser o espiritismo, hoje, a religião do pobre, enquanto o catolicismo se torna, cada vez mais, a religião do rico”. Observação justa, na época; hoje, já não tão justa, com o esforço desenvolvido pelo catolicismo para deixar de ser credo específico dos ricos.

Havia antes, no *Diário de Notícias*: “No rodapé, Euríalo Canabrava repete conceitos velhos, sem lhes dar sequer uma forma nova, Cecília Meireles conta um milagre de Fátima, Afrânio Coutinho, no seu lugar habitual, elogia o livro de Cassiano Ricardo, e temos de concordar com ele, nos pontos de que trata”. No suplemento do *Diário Carioca*, Renato Jobim elogiava o último romance de Antônio Callado, preferindo o anterior. Não estávamos de acordo: *A Madona de Cedro* nos parecia “cinematográfico, com urdidura bem feita, tecnicamente realizado”, tendo o autor atingido “um ponto de mestria na composição”. No suplemento do *Jornal do Brasil* havia o que elogiar: um artigo de Casais Monteiro, um estudo de Benedito Nunes sobre o cancionero de Garcia de Rezende, uma entrevista de Carlos Ribeiro sobre a atividade editorial.

Em fins de março, com um bilhete, Jorge Amado me enviava o primeiro volume da *História Sincera da República*, de Leôncio Basbaum; pedia-me crítica sobre este livro, com certa urgência. Em abril ou maio, não me recordo bem, apareceu essa crítica que, desde o primeiro período, apontava as graves debilidades do livro.

“Enfrentando o problema de escrever a história republicana do Brasil, o sr. Leôncio Basbaum houve por bem acrescentar-lhe o traço da sinceridade. Trata-se, conforme afirma o autor, de uma tentativa de interpretação marxista e a orelha do livro acrescenta o esclarecimento de que o trabalho é original e pioneiro. Marxismo é ciência, entretanto, e dispensa os qualificativos da sinceridade e da originalidade. Quanto ao aspecto pioneiro, parece ser secundário, além de não ser verdadeiro senão quanto ao assunto - história da República - e o livro do sr. Leôncio Basbaum é bem mais do que isso, uma vez que estuda, no que

faz bem, os antecedentes históricos do problema, remontando-os à fase colonial. Justificando o subtítulo, por outro lado, o autor cita com freqüência os clássicos marxistas, como que para comprovar o caráter de sua interpretação. Esse caráter, entretanto, está muito mais na execução, na prática, do que no arrolamento de textos. A palavra dos clássicos não se aparenta com os versículos bíblicos e menos ainda com os provérbios”.

Por aí se vê que não gostei do livro. Considerava-o fraquíssimo, como ainda hoje o considero. Mas a minha crítica também continha erros, inclusive de interpretação histórica. O essencial era que o marxismo de Basbum teria feito Marx tremer nos alicerces. O autor não gostou e respondeu à minha crítica, na sua resposta era até ponderada e, em alguns pontos, exata. Jorge Amado desejava muito que a polêmica se estabelecesse. Mas eu não tinha tempo nem interesse nisso e deixei o assunto morrer.

Para Todos, no segundo semestre de 1957, organizou inquérito importante, propondo a uma série de intelectuais duas perguntas: “1 - Como se reflete, no panorama da cultura brasileira, a atual fase do nosso desenvolvimento histórico e social?; 2- Quais os principais problemas que, nesse quadro, se oferecem à atividade de criadora dos intelectuais brasileiros?”. Minhas respostas apareceram na edição relativa à segunda quinzena de agosto. Respondi que a fase em que vivíamos apresentava, pela primeira vez em nossa história, condições para o desenvolvimento de uma literatura nacional, e completava, neste sentido:

“Qualquer esforço em manter os padrões antigos ou em desviar o desenvolvimento literário para a simples transformações formais, está, pois, condenado ao fracasso. Só pelo nacional chegaremos ao universal”.

No que toca à segunda pergunta, minha resposta acentuava que os problemas eram enormes, desde o da necessidade de unir os escritores, em defesa dos interesses comuns, até os da preservação da cultura nacional:

“Uma cultura só pode afirmar as suas bases nacionais quando livre, e só é livre quando cada um não conhecer restrição ou ameaça ao seu modo de pensar e ao direito de expressá-

lo, de realizá-lo artisticamente. Cultura nacional e democracia, assim, são problemas conjugados. E há imensas tarefas à nossa frente como, para só citar uma, a da integração de enormes parcelas da população na vida nacional, de que estão distanciadas enquanto mantidas na miséria e na ignorância, sua consequência inevitável. Temos um mundo a construir”.

Eram velhas ideias, certamente, sempre colocadas em evidência, por todos os modos, em todas as oportunidades. No *Para Todos*, nas aulas, em conferências, como a que pronunciei no Clube de Engenharia, a 22 de maio, defendendo uma literatura para servir ao povo, sem injunções colonialistas.

E era em defesa desses princípios que voltava, em minhas notas de crítica, em julho, a comentar novo pronunciamento de Gilberto Freyre:

“Quando nos referimos ao sr. Freyre como sociólogo oficial, não pretendemos situá-lo como pessoa ligada ao Governo, mas como intérprete de idéias, doutrinas ou tendências dominantes ainda no nosso meio ou, ainda que não dominantes, próprias de forças dominantes, de forças dominantes, de forças que detêm o poder, que governam. Nesse sentido, a afinidade íntima que existe entre o pensamento do sociólogo de Apipucos e a posição política de Salazar não representa propriamente uma coincidência, e nem é coincidência o fato de ser o sr. Freyre o inventor de uma doutrina nova, a da lusotropicologia, através da qual busca explicar muita coisa, inclusive Salazar e o colonialismo. Não é também coincidência que o artigo apipuquense tenha sido divulgado no mesmo dia em que outro intelectual, o poeta Augusto Frederico Schmidt afirmava o perigo do nacionalismo e batizava a este de ‘degradante’, qualificativo que é uma delícia colocado na boca daquele inspirado vate. Nem é coincidência que isso ocorra no momento em que se desenvolve a mais intensa e meticulosamente montada campanha de descrédito a tudo que, entre nós, representa o nacionalismo, a cultura, o progresso e a solução democrática”.

Poucos dias depois, por isso mesmo, minha nota de crítica era, novamente, sobre a cultura nacional. Procurava mostrar como, nos países de formação colonial, a autonomia política representava

apenas o primeiro passo para a libertação. Nenhum país colonial tivera condições para formular uma cultura de traços nacionais, “para afirmar as suas criações com a originalidade e a força que traduzissem as suas características”. Encerrava com os conceitos seguintes:

“As controvérsias formais, o debate em torno de técnicas pretensamente novas, o apego a um jogo superficial de motivos, ao lado do apuramento da forma, falsamente erudito, correspondem, sem dúvida alguma, a um desvio, o último, dos lampejos do colonialismo cultural destinado a distrair as atenções do fundamental e a manter distanciadadas da criação artística aquelas parcelas de povo que estão mais profundamente interessadas na elaboração da cultura nacional”.

Aconteciam coisas positivas, na literatura brasileira, então: o *Canto Claro*, de Geir Campos, “conteúdo enriquecido de experiência e participação”; o romance *Fogo Verde*, de Permínio Asfora, “livro bem realizado, bem urdido”, “excelente romance, com rica e variada paisagem humana”; os ensaios de Antônio Rangel Bandeira, *Espírito e Forma*; como a re-edição do estudo de Eduardo Frieiro, *O Brasileiro Não é Triste*, publicado pela primeira vez em 1921, quando grande era ainda a repercussão do livro de Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, que apontava a tristeza como uma de nossas mazelas; o trabalho de Édison Carneiro, *A Sabedoria Popular*; a interpretação de *Antero do Quental*, por Adolfo Casais Monteiro. A propósito, o biografado escrevia, em 1865, estas palavras atuais, na introdução às *Odes Modernas*:

“A poesia que quiser corresponder ao sentir mais fundo do seu tempo, hoje, tem forçosamente que ser uma poesia revolucionária. Que importa que a palavra não pareça poética às vestais literárias do culto da arte pela arte?”

Aconteciam também coisas tristes. A morte de José Lins do Rêgo, por exemplo. Deppois de resistir por algum tempo, o romancista paraibano findara, no início de setembro. Estávamos distanciadados desde algum tempo. Não me recordo bem dos motivos. Não sei se ele se sentiu atingido – embora eu não mencionasse nomes – pelos artigos em que procurei, como fizera anos antes, retratar os “deslumbramentos do provinciano”, não sei se por razões ligadas à vida política. Sua morte,

pondo de parte divergência e distanciamentos, tocou-me, realmente, embora não tivéssemos sido íntimos, nem mesmo no tempo em que éramos amigos.

Escrevi sobre ele, então, uma página de saudade, lembrando que os seus livros estavam incorporados ao nosso patrimônio, cabendo aos pósteros o julgamento deles. O homem, entretanto, seus contemporâneos, podíamos julgar melhor:

“Nenhum contraste com a morte, na sua frieza, no seu imprevisto e também na sua crueldade, avulta tanto como no caso dessa criatura surpreendente de vitalidade, lutando semanas a fio para sobreviver e extinguindo-se, lentamente, num leito de hospital. Poucos escritores, no Brasil, foram, como o autor de Menino de Engenho, e tão caracterizadamente, homem das multidões. Bastaria isso para distinguir um dos aspectos admiráveis daquela vitalidade, que se traduzia em apaixonada participação, em calorosas atitudes, nunca ânsia profunda de agitação, em que se embalava como no ambiente que lhe era propício. Extrovertido, sensível a tudo o que a vida lhe proporcionava, José Lins do Rêgo atravessou intensamente os anos, sorvendo com violência apaixonada tudo o que lhe era oferecido. Sua obra, em cenários, em personagens, em situações, recebeu muito desse vigoroso sentimento de posse e de conquista. Ele teve, como as criaturas marcadas pelo destino, antes demasias do que deficiências, e se pecados o possuíram, foram antes os do excesso do que os da falta. Ver apagar-se devagar, como a chama de uma vela, essa turbulência que se alimentava nos próprios ímpetos e que se fundia tanto com a existência em torno, foi um triste e amargo espetáculo para todos os que o conheceram, em cada um dos setores em que se agitou, bracejando à larga, assomado e generoso, pronto a bater-se sempre, e estimando mais a luta do que os seus motivos. Da transitoriedade vertiginosa das coisas, retirou tudo o que lhe foi possível. Com o barro de suas recordações, deu vida a personagens. Com as imagens de sua infância, reconstituiu um mundo. Embecendo-se do passado, não deixou um só instante de viver cada um dos momentos do presente. O seu desaparecimento, por isso mesmo, assemelha-se àquelas cenas em que parece cair o silêncio e a desolação, embora

ocupadas por figuras e diálogos, quando as deixa o herói do enredo. Há uma pausa, na vida brasileira, quando a deixa José Lins do Rêgo. Há um silêncio, um vazio, uma solidão, com a sua morte. E, sem dúvida nenhuma, a inteligência fica desfalcada, quando desaparece esse fecundo criador, cuja prodigiosa vitalidade se transmitia às suas personagens. O tempo julgará a sua obra, destacando as suas grandezas, analisando os seus detalhes, discutindo a sua técnica. Haverá sempre curiosidade em conhecer a sua vida, que influiu tanto naquilo que ele realizou. O que não poderá, entretanto, é reconstituir, na verdadeira dimensão, uma personalidade tão vigorosa e singular. Isso, só os que viveram este tempo, estes dias, esta época, estão em condições de fazer. E é por isso que só nós, seus contemporâneos, podemos sentir o vazio, o silêncio, a solidão que a ausência de José Lins do Rêgo deixa. Nós nos sentimos menores, sem ele. Porque não somos ricos de homens do seu porte e porque, na realidade, tais homens não são substituíveis”.

Por época – setembro ia em meio – eram postos em circulação dois pequenos volumes, em edições do ISEB, iniciando a coleção “Textos de História do Brasil”: *As Classes Sociais no Brasil*, matéria de conferências feitas ainda ao tempo do IBESP, e *O Tratado de Methuen*, reunindo a série de artigos que eu publicara no *Digesto Econômico*, analisando e discutindo aquele ato diplomático. O primeiro integraria, pouco adiante, o meu livro *Introdução à Revolução Brasileira*, e o segundo, anos depois, outro meu livro, *As Razões da Independência*. O mês aproximava-se do fim, quando me chegou às mãos carta de Gilberto Amado, vinda de Paris. Eu escrevera, creio, nota de crítica sobre o velho e o novo, procurando, na confusão reinante, diferenciar o novo da simples novidade e, a propósito, mencionara, certamente, o nome do escritor sergipano como jovem, contemporâneo, capaz de atualizar-se, de acompanhar o desenvolvimento literário.

E o que se deduz de sua carta:

“Não esqueço Você - creia. E como poderia esquecer, se Você se faz sempre tão agradavelmente lembrado? A ‘Amarga Notícia’, das ‘Notas de Crítica’, mas chegou às mãos, aqui em

Paris, ao voltar de Cannes, onde passei um mês de férias, e de passagem para Genebra, onde trabalho. O que Você diz sobre o rápido morrer e o não menos rápido ascender de 'valores', entre nós, - é certo, e formidável. (interessante notar-se - a propósito - como a literatura de noticiário ignora Você, um dos raros homens sérios de pensamento que possuímos). O que Você condensa em poucas linhas, dá volumes: justamente estimaria deixar um com este título: 'O Brasil que é e o Brasil que devia ser'. No meio de sentenças cheias de verdades graves, Você me fez rir com uma, também verdadeira, mas cômica: 'Os concretistas são jovens e representam a velhice desamparada'. Nelson: Você é um dos raros leitores que me leram mesmo. Estou repassando agora os três volumes de memórias, para a nova edição. Em país que lesse, não se deixaria no silêncio tanta coisa que enuncio, resolvo e *palpito*. No Brasil, em geral, não botam o nariz além do pitoresco, do anedótico, que só e só na realidade interessam: é triste. Quanta coisa que se diz some na insensibilidade da 'velhice desamparada' de que é expressão a concretice de certos novos. Este ano não vou a Nova York. Fui nomeado para a Delegação porque o Governo, apesar do meu pedido, quis me dar prova de apreço. Mas já estava de posse, antes, e muito, da publicação do decreto, do meu telegrama de escusas. Passei doze invernos em Nova York! Minha Comissão, em Genebra, me reclama: aí tenho o que fazer e o que dizer a título individual, entre professores, alguns capazes - o inglês, o russo, o hindu, o egípcio, o grego, o francês, etc., vinte e um indivíduos. Na Assembléia da ONU, pouco teria de sério a produzir, na minha especialidade e dentro das instruções, este ano. (Se ainda não foi publicada notícia da minha desistência, peço guardar para Você a informação). O 4º volume, Presença na Política, já se imprimindo, sairá entre novembro e dezembro, diz José Olímpio, que exige minha presença aí 'para o lançamento' - tanto mais que tenciono lançar, ao mesmo tempo, as novas edições dos três primeiros volumes. Detesto - ainda que não mostre - a barulhada em torno da assinatura de autógrafos, a publicidade misturada, a festança. Se puder, desta vez recusarei. Se for ao Rio, será para abraçar amigos e dar umas braçadas em Copacabana. Caro Nelson: palavras seriam supérfluas para lhe exprimir o meu enternecimento por suas provas de simpatia.

Peço-lhe crer no excepcional apreço e amizade com que o abraça o 'jovem velhote' Gilberto Amado”.

O ano aproximava-se do fim. Foi nessa altura, se a memória não me falha, que fui procurado por Astrojildo Pereira. Planejava uma coleção de estudos sobre os nossos economistas do passado, em novos moldes: pequeno estudo biográfico e crítico, trechos selecionados das obras do autor estudado, e fontes bibliográficas do e sobre ele. Desejava que eu me encarregasse do ensaio sobre Azeredo Coutinho. Eu não tinha estudos especiais sobre o bispo fluminense. Sabia que fundara colégios, em Pernambuco, em ação inovadora, que estivera envolvido em problemas relacionados à invasão e ocupação de Portugal pelas forças napoleônicas, e lera o seu trabalho sobre o preço do açúcar. Para analisar as suas posições como economista, era muito pouco. Quis recusar, por isto. Mas Astrojildo insistiu, insistiu e não me foi possível fugir ao trabalho. Para realizá-lo, consegui, na Biblioteca Nacional, com grande dificuldade, as obras do bispo de Elvas, e li, sobre ele, o que estava sepultado em velhas revistas. O ensaio não foi publicado, na forma projetada: a coleção que Astrojildo projetara gorou. Mais tarde, incluí o ensaio, desprezando a parte de seleção de trechos das obras de Azeredo Coutinho e a informação bibliográfica, como estudo inicial do volume *A Ideologia do Colonialismo*. Aquele representante do alto clero, da nobreza territorial açucareira, tipificava, no período que antecedeu imediatamente a autonomia, a ideologia da classe dominante na colônia. Antes de terminar o ano, ainda, Brito Broca convocava-me, com urgência, para colaborar no número especial que a *Revista do Livro* preparava sobre Machado de Assis, pelo cinquentenário de sua morte. Era apelo angustiado de quem recebera tarefa muito grande para ser realizada em prazo curto, e conhecia a irresponsabilidade habitual do escritor brasileiro, que se comprometia com assunto e prazo e acabava descumprindo. O trabalho literário, no Brasil, era sempre assim, feito às pressas. Prometi, pela insistência e pela simpatia que tinha pelo modesto ensaísta que ia elaborando, sossegadamente, uma das mais informativas obras que as letras nacionais conhecem.

A Revolução Brasileira

Ele voltava à carga, no início de 1958, detalhando a odisseia que representava, no Brasil, fazer uma revista de cultura:

“Há poucos dias, na Última Hora, você, embora com certas ressalvas, fez uma crítica severa ao número de março de *Revista do Livro*. Ora, como eu, desde janeiro, passei a integrar o conselho de redação dessa revista, tendo, assim, uma parte de responsabilidade na organização da mesma, permito-me algumas considerações a respeito, mais com o propósito de esclarecer e pôr em foco um problema que me parece digno de atenção do que de responder à sua crítica. É que não constitui tarefa absolutamente fácil fazer uma revista cultural no Brasil. Já tinha disso, indiretamente, alguma experiência e agora pude tê-la de maneira bem mais sensível. Há quatro meses que venho me dirigindo a escritores do Rio, de São Paulo e de outros Estados, pedindo-lhes colaboração. Se as respostas são sempre amáveis, os artigos ficam geralmente em promessa. E isto se explica: quase todo escritor de categoria, no Brasil, quando não se reparte em atividades que lhe absorvem o tempo (o que se dá, na maioria dos casos) é displicente ou mesmo preguiçoso, e com grande dificuldade se lhe arranca um artigo, principalmente estudo de algum fôlego. Já o Galeão, em São Paulo, nos saudosos tempos da sua editora, costumava dizer: ‘– Não há nada pior do que trabalhar com escritor brasileiro...’. A direção da revista quer fazer uma publicação de grande classe, modelar no gênero, mas é preciso que os escritores, capazes de concorrer para isso, atendam ao seu apelo, enviando-lhe colaborações, que não serão pagas talvez à altura das mesmas, embora por uma tabela superior à dos suplementos literários. Seu nome, por exemplo, foi um dos primeiros que me ocorreram, quando cogitei dos colaboradores. Mas desisti logo da idéia, imaginando que não seria atendido na minha solicitação. Você teria tempo para nos dar uma colaboração? Seria muito grato a todos nós. Aqui fica, no entanto, o pedido, nesta oportunidade, com uma vaga esperança. Ao mesmo tempo, gostaria imensamente de receber sugestões de espíritos como o seu, no sentido de nortear a revista para uma erudição que não seja ‘aparente’ e não disfarce apenas a ‘inocuidade’. De qualquer forma, a questão é esta: arranjar colaboradores, conseguir gente de valor que queira escrever. Você poderia concorrer para a solução do problema, enviando, logo para o número de setembro, dedicado a Machado de Assis, um trabalho.”

Enviei, pois, o trabalho e, sempre que solicitado, colaborei na *Revista do Livro*, em sua fase melhor, aquela em que ficou a cargo de Brito Broca.

Em janeiro, pelas colunas do *Para Todos*, atendendo a pedido, fiz o balanço da ficção brasileira no ano de 1957, findo há pouco. É interessante lembrar os livros então aparecidos com destaque, convido frisar que o balanço comportava advertência não muito animadora:

“Não há inúmeras grandes obras, mas há bons livros: 1957 não foi um ano pobre, foi um ano de intenso trabalho literário, cujos sinais exteriores, em livros, entretanto, não estão na proporção, quanto ao gênero que nos coube apreciar, de sua profundidade e de sua importância. Parece, quanto a este particular, que a ficção brasileira acumula forças e tudo indica que nos aproximamos da etapa em que uma literatura autêntica, nacional e rica se traduzirá em obras destacadas.”

Muito se havia traduzido, em 1957. E, também, muito se havia re-editado os autores nacionais, não apenas os inesgotáveis Macedo, Alencar, Bernardo Guimarães, mas outros, de público menor: aparecera a 6ª edição de *A Normalista*, de Adolfo Caminha; a 3ª das *Cenas da Vida Amazônica*, de José Veríssimo; novas edições das *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida; das obras de Monteiro Lobato; das de Jorge Amado; do teatro de Martins Pena, de Artur Azevedo, de Francisco Pinheiro Guimarães, de Gonçalves Dias e até de Alencar. O teatro em livro, de autores antigos e de autores vivos, começava a conquistar o público. E começava um curioso e inédito predomínio do conto, na ficção. Neste campo, destacava-se o livro de Ricardo Ramos, *Terno de Reis*. Quanto ao romance, menos de meia dúzia de títulos merecia menção: *Chão Vermelho*, de Eli Brasiense; *A Madona de Cedro*, de Antônio Callado; e *Marcoré*, de Antônio Olavo Pereira. Mas o melhor romance do ano era mesmo o de Permínio Asfora, *Vento Nordeste*. A conclusão se reportava à advertência inicial:

“Ricardo Ramos e Permínio Asfora salvaram a ficção brasileira, em 1957, de uma pobreza irremediável. Que não deve, repentinos, ser tomada como traço dominante da fase que vamos atravessando, muito mais rica do que parece e

simplesmente preparatória para a grande fase que se aproxima, segundo tudo indica, de caracterização da literatura nacional.”

A fase parecia mesmo de transição. Era particularmente fértil em experiências formais. Estas revelavam fecunda inquietação. Mas não deveriam, a meu ver, ser tidas como realizações. Era este o sentido de minha nota de crítica, no início de fevereiro:

“As pretensas inovações formais, de que anda cheio o ambiente literário brasileiro, decalcando outros ambientes, na postura de copistas em que se colocam os que se distanciam da realidade de seu povo, proporcionam confusão, na verdade mais aparente do que real, entre conteúdo e forma. Ora, é evidente que há inovações formais, no desenvolvimento literário; elas surgem, entretanto, em condições objetivas, quando correspondem a determinadas e caracterizadas alterações no conteúdo da criação. Grandes alterações de conteúdo provocam, inevitavelmente, alterações importantes na forma.”

Concluía:

“Uma recordação rápida de grandes escritores nos comprova, sem qualquer esforço, que as suas obras perduraram porque reuniram a uma aprimorada forma uma verdade de conteúdo que as fez eternas. Eles assistiram atentos ao espetáculo de seu tempo, dele participaram, e trouxeram-no, em talhões da realidade, para os seus livros. Não foram apenas mestres de seu ofício de escritores, porque foram, além disso, mestres do ofício de viver”.

Mas, ao lado do sério, havia sempre o pitoresco; ao lado do profundo, o circunstancial. Pigmaleão acentuava, por isto, na seção “No mundo das ideias”:

“Depois de variadas peripécias, em que o dramático e o ridículo se misturaram em doses maciças – mas não suficientes para entorpecer os meios literários dominantes – foi escolhido, para preencher a vaga de José Lins do Rêgo, na Academia

Brasileira, o escritor Afonso Arinos de Melo Franco (ou o deputado?). Da competição física participou ainda, até a etapa final, o discutido ficcionista Guimarães Rosa, o homem mais premiado deste país. Rosa foi derrotado, apesar de candidato sério, com amplas possibilidades. Arinos vai fazer, portanto, o elogio do romancista nordestino. Não é possível afirmar que a escolha tenha correspondido a uma definição, pois tanto um como o outro dos competidores tem o mesmo teor, em política como em literatura. A Academia, como de hábito, balançou entre as influências do Itamarati e as influências da Câmara. Venceu a Câmara. E diz-se, finalmente, que o deputado Arinos pretende aposentar-se das lides a que se entrega, na política, para dedicar-se às letras. Já não é sem tempo e nem se poderia escolher lugar mais adequado ao repouso do que a nobre instituição que tem Machado de Assis à porta. Quanto a Guimarães Rosa, voltará, sem dúvida alguma. Voltará e entrará, realizando autêntica e indesmentível vocação. Mais tenaz do que o lema da Loteria Federal – insista, não desista – vencerá mais uma parada na carreira de glórias a que se dedica, com tão profundo esforço e não poucos méritos. Cuidem-se os velhos da Academia.”

A nota era injusta com Afonso Arinos de Melo Franco, de cuja obra extensa ficarão, certamente, alguns ensaios literários, a biografia de Afrânio de Melo Franco, a monografia sobre *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, e os volumes de memórias. Era farpelante com Guimarães Rosa, predizendo o que, realmente, viria a acontecer: surpreendia-me, nele, uma confiança absoluta no próprio valor – traço positivo, desde que o valor era real – e uma estranha fascinação pelas recompensas fáceis.

As atividades literárias voltavam a intensificar-se. A Livraria José Olímpio Editora estava completando, então, 2.000 edições. Era sinal da aceleração daquelas atividades. Eu as acompanhava, com assiduidade, pela *Última Hora*, nas “Notas de Crítica”, no “Plantão Literário”, que começou a aparecer todos os dias, assinado por Pigmaleão, como na seção “No Mundo das Ideias”, semanal e atenta às obras e à vida literárias, disposta sempre a denunciar as concessões, os ridículos e o joguinho miúdo das trocas de favores e elogios. Em março, Oswaldo Costa convidou-me para colaborar em *O Semanário*, que

vinha firmando posição como órgão nacionalista. Escrevi, ali, longa reportagem política, desvendando a articulação militar que se disfarçava sob o rótulo de Cruzada Democrática. Em julho, os norte-americanos, dementados na política da guerra fria e arvorados em polícia política no mundo, desembarcavam forças militares no Líbano. Samuel Wainer me chamou:

– Você vai fazer o boletim internacional, em *Última Hora*, assinando como “Observador Militar”.

Não fiz objeção. Sempre que me foi possível dizer a verdade, não me omiti. Penso que as colunas em negrito, assinadas por um “observador militar” que todos queriam identificar, produziram algum efeito, no sentido de acalmar aqui as coceiras bélicas que a chantagem norte-americana de intimidação provocava. Mas o trabalho não cessava de crescer: além daqueles de natureza militar, a que não faltava, havia os da imprensa. E havia, ainda, as aulas no ISEB e as conferências avulsas. Em março, por exemplo, a direção do ISEB me prevenia de que ficara organizado o programa para a série de conferências a serem realizadas em São Paulo, em maio, sob o patrocínio do Centro e da Federação das Indústrias. A inaugural seria pronunciada pelo ministro Clóvis Salgado, sobre “Cultura e desenvolvimento”, seguindo-se a do professor José Ribeiro de Lira, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que falaria sobre as “Condições econômicas do desenvolvimento”; a do professor Eduardo Sobral, do Conselho Nacional de Economia, que discorreria sobre “Inflação e desenvolvimento econômico; entravam, depois, os professores do ISEB: eu, sobre “Formação histórica da sociedade brasileira”; Guerreiro Ramos, sobre “Estrutura atual e perspectivas da sociedade brasileira”; Cândido Antônio Mendes de Almeida, sobre “A política brasileira na conjuntura internacional; Helio Jaguaribe, sobre “Política nacional de desenvolvimento; Álvaro Vieira Pinto, sobre “Condições ideológicas do desenvolvimento”; e Roland Corbisier, sobre “O nacionalismo como ideologia do desenvolvimento”, encerrando a série.

O curso foi, na realidade, bem organizado e desenvolveu-se com êxito, encontrando grande repercussão. No dia 22 de maio, o *Diário Popular*, da capital paulista, anunciava a minha conferência, em destaque, com amplos dados biográficos, concluindo:

“Estes títulos todos justificam a grande expectativa que cerca a conferência do cel. Nelson Werneck Sodré. Destinando-

se aos alunos inscritos no Curso Extraordinário sobre Problemas Brasileiros, será também franqueada ao público.”

No dia seguinte, o *Correio Paulistano* noticiava, também com grande destaque, a conferência, informando, depois de outras considerações:

“O nome de Nelson Werneck Sodré já é bastante conhecido nos meios intelectuais do país, como autor de diversas obras de interpretações histórica e espiritual do Brasil, principalmente no que diz respeito à literatura nacional, aos aspectos geográficos do Oeste brasileiro, ao tratado de Methuen, às orientações do pensamento brasileiro, à formação das classes da nossa sociedade. Pela primeira vez o ilustre polígrafo falará ao público de São Paulo. Professor da Escola de Estado Maior do Exército e titular da cadeira de História do Brasil do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Nelson Werneck Sodré, durante muitos anos, assinou o rodapé de crítica literária do *Correio Paulistano*. Estes títulos todos justificam a grande expectativa que reina em torno da palestra do autor de *História da Literatura Brasileira*, que será proferida na sala ‘Artur Antunes Maciel’ do Palácio Mauá, sendo franqueada ao público em geral, além dos alunos inscritos no Curso Extraordinário sobre Problemas Brasileiros.

É claro que noticiário desse tipo é noticiário conduzido, isto é, difundido, já preparado, por um órgão qualquer, com prestígio para alcançar que os jornais o acolham. E é claro que esse órgão prestigioso era a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

A conferência foi realizada na noite de 23 de maio, com público numeroso e grande cobertura de imprensa. No dia seguinte, todos os jornais a noticiavam. No domingo, 25, o *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo* publicaram resumo da conferência, em meia página. Este resumo fora fornecido, evidentemente, pela organização patrocinadora. *Última Hora*, do Rio – é claro que sem intervenção minha – noticiava a conferência com destaque e de forma não ortodoxa, isto é, discrepando do noticiário fornecido. O título era já atraente: “Brasil Está Sendo Descapitalizado, afirma o Coronel Werneck Sodré, em Conferência Proferida em São Paulo”. O texto, em vez de oferecer resumo da exposição, informava sobre as perguntas mais interessantes da fase

dos debates, com as respostas. Entre elas, estavam as que tocavam no problema da remessa de lucros dos capitais estrangeiros no Brasil investidos, de cuja resposta o noticiarista extraía o título.

A reação não se fez esperar. A 30 de maio, pela *Tribuna da Imprensa*, Carlos Lacerda esbravejava: o ministro Clóvis Salgado não tinha “a mais longínqua noção do que seja Educação”; prestava-se, “graças à sua considerável boa-fé e ignorância ciclópica, a servir de porta-voz de um grupo de comunistas que, atrás do pianista Arnaldo Estrela, por via musical, influem no ministro da Educação”. E os conferencistas? Sobre eles, a catilinária era pitoresca: Helio Jaguaribe aparecia como “moço que teve uma indigestão de leitura”, misturara “noções de sociologia com tinturas de técnica de negócios”, quisera “salvar o Brasil”, mas preferira enriquecer, e acabara por misturar as duas coisas; Cândido Mendes de Almeida era “um existencialista ansioso”. Rolando Corbisier recebia grossa carga de injúrias: “Declarou guerra a uma sociedade que não descobriu, ainda, a sua genialidade convulsiva. Como os antigos repentistas, que improvisavam versos sobre um mote do auditório, é capaz de fazer qualquer conferência, de dar qualquer aula, menos como uma exigência intelectual do que uma descarga nervosa. Sofre de uma espécie de soltura verbal”. Eu vinha depois:

“O cel. Nelson Werneck Sodré é, de longa data, um oficial com tintas literárias, ainda mais confuso do que inteligente, com uma cultura deformada pelo preconceito de um velho marxismo encabulado e cauteloso, que somente agora desabrocha, ovante, uma vez que hoje não há mais perigo de cortar a carreira – e, ao contrário, leva longe.”

A “língua desse ISEB” se transformara “num dialeto pernóstico, ao qual não falta o jargão do Sr. Guerreiro Ramos – o único preto racista que até hoje conheci. Esse ‘filósofo’, esse ‘sociólogo’ atribui à raça branca todos os males da Humanidade”. E a cultura? Não havia meias-medidas:

“A cultura que esse ISEB despeja, na facúndia de seus ‘teóricos’, é um ‘cocktail’ de marxismo com autores americanos competentemente sacudidos para dar um precipitado róseo, com algumas gotas de impostura intelectual.”

A conferência analisada – em três largas colunas – era a minha, rematando com esta sentença:

“Tenham a bondade de reler o parágrafo entre aspas, da súmula oficial da conferência, e digam se a tradução não corresponde exatamente ao que a seguir traduzi dessa meia-língua marxistas. E agora digam se não é a intriga o que esse oficial do Exército, comunista que não ousa dizer seu nome, foi fazer no Centro das Indústrias de S. Paulo – a convite deste, aliás.”

O parágrafo a que se referia o verrineiro, extraído do contexto da conferência, afirmava que “o fortalecimento que nos traz o desenvolvimento industrial é retardado pelo poder de que ainda desfrutam os senhores da terra, proporcionado pelos mandatários de interesses estrangeiros no Brasil, constituído, em sua maior parte, de elementos do grupo mercantil”. A posição do ISEB, os cursos extraordinários que realizava, no Clube de Engenharia, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, por exemplo, incomodavam seriamente as forças reacionárias. Destruí-lo passou a ser um dos objetivos principais de seus servidores. A campanha contra o ISEB prosseguiu, cada vez mais violenta, como se verá.

A verrina mencionada não esquecia, a meu respeito, um detalhe, referente a meu livro *Introdução à Revolução Brasileira*, lançado em março:

“O Sr. Nelson Werneck Sodré, um dos ‘professores’ que foram ensinar, em nome do Ministério da Educação, aos industriais paulistas, é autor de um livro sobre a ‘Revolução Brasileira’. Esse oficial do Exército desenvolve, na medida em que lhe permitem as conveniências de quem quer agir mas não quer se expor demais, uma tese marxista na interpretação da história brasileira.”

Foi, ainda, a *Tribuna da Imprensa*, a 14 de abril, que iniciou a concentração do fogo contra o meu livro, em editorial relacionado com as eleições no Clube Militar:

“Nelson Werneck Sodré é um homem de talento, mas é

um homem conhecido de sobra no Exército e fora do Exército, pela sua formação política: se não é comunista, desses que andam pichando parede, é, pelo menos, dos que contribuem para o pichamento da alma nacional. E não faz segredo disto. Enganam-se com ele os que se querem enganar, ou se fingem enganados. Ainda agora, em livro faccioso da primeira à última linha, tristemente faccioso – **Introdução à Revolução Brasileira** – o antigo doutrinador da **Revista do Clube Militar**, traz mais uma prova da sua coerência. Chega ao ponto de dizer que ‘o movimento de 11 de novembro de 1955 demonstrava que tínhamos dado o primeiro passo para a formação do Exército Nacional’.

“Para o coronel Sodré, não existia anteriormente Exército Nacional: ele começou a se formar na madrugada chuvosa do ‘retorno aos quadros constitucionais vigentes’, quando, tomada de surpresa, mal-acordada, a tropa desceu a rua, tentou cercar o Galeão e apontou metralhadoras contra o Palácio da Marinha, e atirou no ‘Tamandaré’, e cercou a residência de Café Filho. Para o coronel Sodré, não existia antes Exército: ali, a 11 de novembro, é que começou a existir. O coronel fala, todavia, que, em 1945 – como se agora houvesse unidade – estava a corporação militar que integra caracterizada por ‘uma singular dualidade: a existência de uma oficialidade de tendência democrática inequívoca (o grifo é nosso), profundamente interessada na solução nacionalista dos problemas nacionais, de uma parte, e a existência de um grupo de mando, rigorosamente selecionado, do outro, que, de posse das posições-chave, simulava falar em nome da instituição, e, mais do que isso, agir em nome dela.”

Tudo isso vinha a propósito de eleições no Clube Militar, em que um dos candidatos, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, declarava que nunca desejara “resolver o problema anti-comunista no Brasil”, como nunca desejara “intervir nos problemas políticos nacionais”, alertando o país contra “salvadores em potencial”, uma vez que “a salvação é sempre desejada pelos que querem o Poder, ora montados num anticomunismo reacionário, ora com o apoio dos próprios comunistas”. O editorialista concluía por alertar a opinião contra os que desejavam conquistar o Poder, “para mais uma ditadura, em que os donos da mezinha da salvação nacional nos tentarão impingir a julepa gamosa de velhas ideias, de ideias pessoais, de negócios personalíssimos, incapazes que são de pensar alto, de ver

claro, de agir pessoalmente.”

A impostura estava lançada. Começaria, agora, devidamente lubrificada e impulsionada, a rolar, para, pela repetição, ganhar foros de verdade. Nada havia de errôneo, e muito menos de injurioso, ou de “subversivo”, em minha afirmação. O conceito de Exército nacional pertencia à área das ciências sociais. Não fora inventado por mim. Na França. O exército nacional surgira com a Revolução e fora o instrumento que permitira as campanhas napoleônicas, vencendo os exércitos não nacionais – porque ainda remanescentes de estruturas feudais. Era, portanto, uma criação da revolução burguesa. Aqui, como a transformação correspondente – isto é, o que, para o Brasil, seria como a revolução burguesa – era recente e estava em andamento, só agora começava a aparecer o Exército nacional. Na França, antes, houvera forças militares, campanhas, glórias, etc. No Brasil também. Nada tinha a ver uma coisa com a outra. Como explicar isto, entretanto, a centenas de milhares de pessoas que, todos os dias, eram convencidas, pela repetição, de que não era assim? A arte nazista da propaganda pressupõe o controle dos meios de comunicação, que começam a tocar o mesmo disco; e o impedimento, ao adversário, de explicar que é falso. O órgão oficial da conspiração, naquela fase, desencadeara o mote. Toda a máquina goebbiana começaria, agora, a glosá-lo.

Tanto assim que o encarregado da seção literária de *O Globo*, rapaz cauteloso, que fez carreira, acabando adido cultural, o que representa uma espécie de prêmio Nobel indígena, assinalou, em tipo miúdo, no fim e no canto da página, o lançamento do livro. Assim: “Saiu um livro de Nelson Werneck Sodré, *Introdução à Revolução Brasileira*, que a José Olímpio incluiu em sua coleção ‘Documentos Brasileiros’”. Mas a onda estava apenas em início. Abril ia em meio: Milton Campos me agradecia o oferecimento do livro, que ia ler, pois, “pelos temas tratados e pelo brilhante renome do autor, promete leitura de grande interesse e proveito”; o general Teixeira Lott, como João Goulart, agradeciam em telegramas protocolares; mas o general Humberto Castelo Branco era mais expansivo em seu cartão: “Recebi o seu livro – *Introdução à Revolução Brasileira* – e muito lhe agradeço a consideração da oferta. Devo começar a lê-lo na próxima semana. Envio-lhe uma conferência feita por mim e agora publicada. Trata-se de um trabalho de ordem militar, uma tentativa de depoimento e sugestões.” O fecho era cordial, como justificavam relações em que o mútuo respeito pelas ideias alicerçava a consideração e a estima.

Mas já a intriga caminhava, com suas longas pernas. No mesmo dia em que um homem como o general Castelo Branco se dispunha a ler o livro, severo editorial do *Jornal do Brasil*, em que pontificava Odilo Costa. Filho, sob o título “União necessária”, tecia considerações encerradas com estes dois parágrafos modelares:

“Acrescentaremos que é óbvio que há interessados em que a união não se faça. A infiltração comunista no Exército é mais poderosa do que se pensa e explora habilmente as vanglórias humanas e os complexos de culpa, muito em particular no caso do general Henrique Duffles Teixeira Lott, sempre traumatizado pela idéia da traição e, por isso mesmo, sempre disposto a admitir a versão compensatória de que – como escreveu, em livro recém publicado, o brilhante e influente Sr. Nelson Werneck Sodré – o Exército Nacional começou a existir em novembro de 1955. Não. O Exército já vinha de antes, de muito antes, e já sabia – e quanto! – da sua missão nacional. Mas para que ela se possa exercer plenamente, será imprescindível que se uma por dentro e se uma às outras Forças Armadas. Só assim poderá preservar a legalidade democrática e, com ela, a liberdade das consciências e o destino do País.”

Nesta altura, como se vê, eu estava colocado, pela repetição da falsidade, na posição de quem, além de ter injuriado o Exército, era fomentador da desunião entre as Forças Armadas. E o Odilo, sob anonimato, aparecia como defensor da “legalidade democrática” e até da “liberdade das consciências”. Uma notinha, na seção literária do *Diário de Notícias*, redigida por pessoa que se tornara meu inimigo acérrimo porque eu mostrara como fazia aquela seção reproduzindo apenas as “orelhas” dos livros que recebia, insinuou outra intriguinha, nesta nota maliciosa: “Na coleção Documentos Brasileiros, da Livraria José Olímpio, é que Foi publicada a *Introdução à Revolução Brasileira*, do escritor Nelson Werneck Sodré, que dá uma interpretação peculiar aos fatos políticos e sociais do país até o golpe de novembro de 1955. Segundo o autor, foram as forças reacionárias que pressionaram, em 1935, a Aliança Nacional Libertadora, no ‘sentido da solução das armas’, concretizada ‘sem as condições para triunfar’”. O noticiarista queria, simplesmente, apontar-me ao DOPS...

Odilo voltava, dois dias depois do editorial, em nota não assinada, pelo *Jornal do Brasil*, pois era preciso manter o disco na vitrola:

“Citamos ontem, em nosso editorial, o sr. Nelson Werneck e o seu mais recente livro, no qual sustenta que só com o 11 de Novembro começou a existir um Exército nacional...”

Vinha com relambórios contra mim, indicado como “perigoso adversário” dos “democratas brasileiros”:

“Ele dispõe de raros dons de inteligência e de uma cultura ampla e firme. Seu pensamento se desdobra em rigorosa dialética; mas sua lógica se perde e conduz, através de caminhos aparentemente sedutores, a conclusões inteiramente falsas, porque ele parte de premissas viciadas.”

Afirmar que o Exército passara, no Brasil, pelas fases colonial e autônoma e entrava na fase nacional era uma heresia. E vinha, logo, o alvo da heresia:

“Essa heresia pode ser agradável ao general Teixeira Lott, ajudá-lo a compensar seus complexos de tradição ou a apaziguar seus remorsos, como se dizia antigamente. Mas ninguém que conheça a História brasileira e a História militar brasileira pode aceitá-la.”

E lá vinha com o 13 de Maio, com Caxias, com Osório, datas, feitos, chefes, heróis – como se eu os negasse. E continuava na insinuante batida:

“Fazemos justiça ao sr. Nelson Werneck Sodré. Um intelectual da sua alta categoria não fez uma coisa dessas para adular ninguém. Mas é que o perturbou o impulso faccioso, o prejuízo ideológico.”

E por aí insistia, com inequívoca habilidade, pois, em lugar da verrina pedestre do outro, dava mostras de aparente isenção, alisando o pelo da vítima com os seus elogios.

Otávio Malta mantinha, em *Última Hora*, naquele tempo,

apreciada seção, “Revista dos jornais”, a respeito do meu livro que, como escreveu, estava sendo “muito comentado nos editoriais dos jornais da oposição”. Em seu estilo ameno e na sua forma irônica, Malta procurava explicar o óbvio, que só a maldade poderia adulterar: “Entretanto, quando Nelson fala em Exército *nacional*, ele naturalmente deseja acentuar uma posição nova em face do desenvolvimento econômico da Nação. No passado, o Brasil lutava pela sua emancipação, pela sua unidade, mas não tinha ainda capacidade de autodeterminação. Esta capacidade é que transmite às suas instituições, às suas Forças Armadas, aos seus Partidos políticos, à sua Imprensa, uma consciência autenticamente nacional. E isto somente agora vai se verificando no Brasil (para desespero, aliás, da nossa imprensa sadia).”

Sem nenhuma ideia, naturalmente, de discutir o conteúdo do livro, e tão somente por força de sólida amizade, mantida desde os bancos escolares, o *Boletim* da Biblioteca do Exército, dirigida por Umberto Peregrino, dizia, entre outras coisas, a respeito do aparecimento do livro:

“Com esse estudo, que acaba de ser lançado na coleção ‘Documentos Brasileiros’, da Livraria José Olímpio, está de volta Nelson Werneck Sodré, em quem tem o Exército, sem a menor dúvida, a sua mais alta e completa expressão intelectual na atualidade. É de assinalar, a respeito desse ilustre oficial oriundo da Escola Militar do Realengo, onde se diplomou em 1933, a sólida e amadurecida cultura, a que não falta orientação filosófica desde muito cedo escolhida e fielmente sustentada. E quanto ao que tem produzido, podemos dizer que hoje é impossível compulsar estudos brasileiros, de qualquer natureza, sem deparar amiudadas citações retiradas às suas obras: *Panorama do Segundo Império, Oeste, Formação da Sociedade Brasileira.*”

A 26 de maio, aliás, a *Tribuna da Imprensa*, como sem intenção alguma, soltava esta pequena nota:

“Em seu último número, o Boletim da Biblioteca do Exército, registrando o aparecimento do livro *Introdução à Revolução Brasileira*, diz que seu autor, o coronel Nelson Werneck Sodré,

é, do Exército, 'a mais alta e completa expressão intelectual na atualidade'".

Agora, era Umberto Peregrino quem era apontado ao DOPS...

O livro, e particularmente sua tese a respeito do Exército Nacional – aliás, só esta afirmação – seria para tudo, na campanha contra o Governo (como se eu fosse Governo...). Em fins de abril, a mesma *Tribuna da Imprensa* trazia longo e violento artigo contra o ministro da Guerra, general Teixeira Lott. Entre outras, havia esta acusação:

"O general Hall deixou o comando do II Exército, S. Paulo, porque se fechava, com a manutenção do general Denys na ativa, a porta a outros oficiais igualmente de valor: foi um novo tipo de carona estabelecido em lei. Agora, vem o caso do general Geisel, militar do peito do ministro. O novo general chega a general preterindo mais de cinqüenta companheiros, inclusive o coronel Mamede, que se transformou, por motivos alheios à sua vontade, em sarna original para o titular da Guerra. (...) Este o ministro de hoje, um ministro do governo deste Brasil que estamos vivendo. Este o Exército que o coronel Nelson Werneck acredita somente agora esteja sendo constituído."

Note-se como a falsidade estava sendo aperfeiçoada: além de misturar a tese do livro com problemas de promoções, ela já não era de que o Exército assumia, agora, características nacionais, mas que só agora o Exército se constituía, isto é, passava a existir... Claro que tudo isto representava propaganda para o livro, mas era o único lado positivo. Ele começou a ser, realmente, muito procurado. Numa reportagem de Eneida sobre a Feira do Livro, divulgada no *Diário de Notícias*, de 7 de maio, havia este trecho: "A José Olímpio é uma das barracas mais frequentadas da feira. Diz o empregado que serve à barraca:

"Sai violentamente o livro de Anísio Teixeira, **Educação não é Privilégio**, e mais o de Nelson Werneck Sodré, **Introdução à**

Revolução Brasileira, e Aruanda (aqui esta repórter, autora deste livro, confessa que sentiu uma certa emoção).”⁸

A carreira de um livro é assim mesmo, variando entre elogios e restrições. O problema está em que, quase sempre, os elogios partem dos amigos e daqueles que têm posição idêntica à do autor, ainda que seja como torcedores de clube futebolístico, e as restrições partem dos inimigos, dos adversários das ideias do autor, e também dos concorrentes, quando estes não preferem aquela chantagem do silêncio a que se referira Jamil Almansur Haddad. A tal respeito, aliás, Brito Broca, em *A Gazeta*, de São Paulo, a 26 de agosto, escrevia, em crítica ao meu livro, o seguinte:

“Quem vê a relação das obras de Nelson Werneck Sodré, todas esgotadas, é levado a refletir um pouco sobre o seguinte: por mais que o sensacionalismo tenha penetrado hoje o setor literário e a propaganda orientada pelas correntes de elogio mútuo baste, em muitos casos, para fazer o êxito de uma obra medíocre, o público acaba reconhecendo o que tem mérito e dispensando-lhe o seu favor. Vivendo sempre isolado das rodas literárias, sem aderir a qualquer espécie de política de grupo, Nelson Werneck Sodré nunca dispôs do aparelhamento que se torna cada vez mais necessário ao sucesso.”

Mencionava meus livros, desde a *História da Literatura Brasileira*, que ele conhecia bem, e comentava:

“Mas o que pretendemos acentuar é o seguinte: esses livros de grande valor, em torno dos quais não se fez uma verdadeira publicidade, estão completamente esgotados. E isto provoca que o leitor sabe, no fundo, distinguir o que lhe convém, o que realmente interessa.”⁹

8. Pulou-se da pág. 208 à pág. 214.

9. Deixa-se de lado os últimos trechos do livro citado, da pág. 215 à 222, pois fogem ao termo do livro atual.



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República

